

**AS CATEGORIAS *TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE*
E *REFERÊNCIA* NA SIGNIFICAÇÃO DOS PRETÉRITOS
MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO: CORRELAÇÕES ENTRE
FUNÇÃO(ÕES)-FORMA(S) EM TEMPO REAL E APARENTE**

por

MÁRLUCE COAN

**Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em
Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do título de Doutor em
Linguística.**

Orientadora: *Profa. Dra. Edair Gorski* (UFSC)

Co-orientadora: *Profa. Dra. Odete P. S. Menon* (UFPR)

Florianópolis, 2003.

*“O mais importante da vida não é a situação em que estamos,
mas a direção para a qual nos movemos.” (Autor desconhecido)*

*“All great music contain two ingredients:
expression and form...” (R. Goode – concert pianist)*

*"Somente as pessoas que correm riscos são livres.
Os barcos estão seguros se permanecem no porto,
mas não foram feitos para isso." (Autor desconhecido)*

Dedico esta Tese a meu pai, por me contagiar com sua determinação.

À Professora Edair Gorski, minha orientadora e amiga, pelo constante incentivo acadêmico, profissional e pessoal, pelas valiosas sugestões à elaboração desta Tese e por me compreender nos momentos de tensão.

À Professora Odete Menon, pela análise crítica desta Tese e pelo auxílio na seleção e interpretação dos dados.

À UNESCO – PICDT/CAPES/ACAFE, pelo apoio financeiro.

À amiga Angela Cristina Di Palma Back, pelo encorajamento constante, por me ajudar na revisão desta Tese, e, principalmente, pelo compromisso e competência com que tem me acompanhado e auxiliado nas incursões pela pesquisa.

À amiga Janete Gaspar Machado, pela cooperação durante esta caminhada acadêmica, por ser um exemplo de profissionalismo e, acima de tudo, pela amizade que me faz acreditar que a vida pode ser “reinventada”.

À amiga Solange Castagnel, pelo companheirismo e por me contagiar com sua alegria e otimismo.

Às amigas Ivana Baptista e Eunice Baptista, pela generosidade e carinho com que me acolhem.

À minha família, pela afeição que me dedica, em especial, ao meu irmão Marcelo.

Aos amigos do VARSUL, em especial aos Professores Paulino Vandresen e Izete Lehmkuhl Coelho, pelas palavras de confiança.

Aos amigos da PGL, em especial à Maria Alice Tavares, Adriana Gibbon e Mariléia Reis pela dedicação com que atuaram na montagem do *corpus* sincrônico atual.

Ao amigo Celdon Fritzen, por me auxiliar na seleção do material histórico.

Às amigas Ana Cláudia de Souza e Maria Dolores D. Pessôa, pelo apoio nas investidas administrativas. À Ana Cláudia, também, pelo auxílio nas traduções.

Às bolsistas do PIC e GPE, em especial à Gabriela Zilli, por me auxiliar na digitação dos dados, e à Gisele Cardoso, Cláudia Sakamoto e Fabiana Machado, pelo brilhante desempenho na montagem do Banco de Dados *Entrevistas Sociolinguísticas-UNESC*.

À amiga Rosane Aléssio Dal Toé, pela contribuição metodológica.

A todos que me fortaleceram, nesta etapa de muitos afazeres, com um sorriso, uma lágrima, uma palavra de confiança, um cartãozinho, um olhar cúmplice, um abraço carinhoso...

AGRADEÇO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO: FUNÇÃO E FORMA	18
<i>PRELIMINARES</i>	18
<i>1.1 - O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO: FUNÇÃO E FORMA</i>	20
<i>1.1.1 – O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO NAS GRAMÁTICAS DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX</i>	20
<i>1.1.2 – O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO: ALÉM DA FUNÇÃO DE PASSADO DO PASSADO</i>	25
<i>1.1.3 – AS FORMAS DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO</i>	30
<i>1.2 – O PRETÉRITO PERFEITO: FUNÇÃO E FORMA</i>	34
<i>1.2.1 - O PRETÉRITO PERFEITO: CONSIDERAÇÕES INTER-LINGÜÍSTICAS</i>	34
<i>1.2.2 – O PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO EM PORTUGUÊS: FORMA E FUNÇÃO</i>	37
<i>1.2.3 – O PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES EM PORTUGUÊS: FORMA E FUNÇÃO</i>	42
<i>1.3 - OBJETIVOS</i>	45
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</i>	47
CAPÍTULO II – A MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA E DO FUNCIONALISMO	48
<i>PRELIMINARES</i>	48
<i>2.1 - A MUDANÇA LINGÜÍSTICA</i>	48
<i>2.2 – TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA</i>	53
<i>2.2.1 - PRINCÍPIOS DE MUDANÇA</i>	59
<i>2.2.2 – A NOÇÃO DE REGRA VARIÁVEL NO CURSO DA MUDANÇA</i>	63

2.3 – FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO	69
2.3.1 – PRINCÍPIOS FUNCIONALISTAS	71
2.3.2 – GRAMATICALIZAÇÃO	73
2.3.2.1 - Gramaticalização como mudança categorial (de estatuto categorial)	75
2.3.2.1.1 - Gramaticalização como mudança categorial: exemplificação	78
2.3.2.2 - Gramaticalização como mudança semântica	84
2.3.2.2.1 - Gramaticalização como mudança semântica: exemplificação	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	87
CAPÍTULO III – A MUDANÇA LINGÜÍSTICA E AS CATEGORIAS TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA	89
PRELIMINARES	89
3.1 – TEMPO/ TEMPO VERBAL	90
3.1.1 – MARCAÇÃO DE TEMPO	90
3.1.2 – RELAÇÃO ENTRE OS TEMPOS VERBAIS (<i>déitico/anafórico ou absoluto/relativo</i>)	91
3.1.3 – DISTANCIAMENTO TEMPORAL	95
3.2 – ASPECTO	98
3.2.1 – ASPECTO NO SENTIDO DE VISÃO DA SITUAÇÃO	98
3.2.2 – ASPECTO NO SENTIDO DE TIPO DE SITUAÇÃO (<i>aktionsart</i>)	100
3.2.3 - O ASPECTO PERFECT (<i>construções com ‘ter’ mais participio</i>)	105
3.3 – MODALIDADE	106
3.3.1 – MODO E MODALIDADE	106
3.3.2 – A MODALIDADE COMO METÁFORA DO TEMPO	107
3.4 – PONTO DE REFERÊNCIA	110
3.4.1 – TIPOS DE PONTO DE REFERÊNCIA	113
3.4.1.1 – Ponto de referência semântico	114
3.4.1.1.1 - Ponto de referência temporal	114
3.4.1.1.2 - Ponto de referência discursivo	116
3.4.1.1.3 - Ponto de referência pressuposto	116

3.4.1.2 – Ponto de referência pragmático	117
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</i>	120
CAPÍTULO IV – QUESTÕES E HIPÓTESES	122
<i>PRELIMINARES</i>	122
<i>4.1 – A QUESTÃO DAS FUNÇÕES</i>	122
<i>4.2 – A QUESTÃO DA DEFINIÇÃO DOS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO</i>	123
<i>4.3 – A QUESTÃO DA VARIAÇÃO ENTRE OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO E PERFEITO SIMPLES</i>	124
<i>4.4 – A QUESTÃO DAS MUDANÇAS</i>	129
CAPÍTULO V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	133
<i>PRELIMINARES</i>	133
<i>5.1 – DADOS ESCRITOS DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX</i>	134
<i>5.1.1 – CORPUS</i>	134
<i>5.1.2 – NÚMERO DE DADOS</i>	138
<i>5.1.3 – FATORES CONTROLADOS</i>	141
5.1.3.1 – Fatores controlados na análise dos pretéritos mais-que-perfeito simples, mais-que-perfeito composto e perfeito simples	142
5.1.3.2 – Fatores controlados na análise do pretérito perfeito composto	146
<i>5.2 – DADOS DE FALA ATUAIS (1990-2003)</i>	147
<i>5.2.1 – CORPUS</i>	147
<i>5.2.2 – NÚMERO DE DADOS</i>	149
<i>5.2.3 – FATORES LINGÜÍSTICOS E SOCIAIS CONTROLADOS</i>	150
<i>5.2.4 – ANÁLISE ESTATÍSTICA</i>	150
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</i>	152
CAPÍTULO VI – AS CATEGORIAS TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA (TAMR) NA SIGNIFICAÇÃO DOS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO EM TEMPO REAL E APARENTE	153
<i>PRELIMINARES</i>	153

6.1 – OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES E COMPOSTO E PERFEITO COMPOSTO: CORRELAÇÕES ENTRE FORMA E FUNÇÃO EM TEMPO REAL	154
<i>6.1.1 – A MULTIFUNCIONALIDADE DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES EM TEMPO REAL</i>	155
6.1.1.1 – Tempo em relação à referência	155
6.1.1.2 – Ponto de Referência	157
6.1.1.3 – Ordenação entre situação e ponto de referência	159
6.1.1.4 – Modalidade	161
6.1.1.5 – Tipo de verbo	164
6.1.1.6 – Tipo de ponto de referência	166
6.1.1.7 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência	167
6.1.1.8 – As funções (combinações de TAMR) do pretérito mais-que-perfeito simples e a mudança	171
<i>6.1.2 – A MULTIFUNCIONALIDADE DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO EM TEMPO REAL</i>	181
6.1.2.1 – Tempo em relação à referência	182
6.1.2.2 – Tempo do ponto de referência	182
6.1.2.3 – Ordenação entre situação e referência	183
6.1.2.4 – Modalidade	184
6.1.2.5 – Tipo de verbo da situação	185
6.1.2.6 – Tipo de ponto de referência	186
6.1.2.7 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência	186
6.1.2.8 – As funções do pretérito mais-que-perfeito composto e a mudança	187
<i>6.1.3 – AS FUNÇÕES DO PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO EM TEMPO REAL</i>	193
6.1.3.1 – Tempo em relação à referência	194
6.1.3.2 – Aspecto	195
6.1.3.3 – Tipo de verbo da situação	196
6.1.3.4 - Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência	196

6.2 – OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES, MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO E PERFEITO SIMPLES EM VARIAÇÃO NA EXPRESSÃO DE UMA SITUAÇÃO PASSADA, PERFECTIVA, REALIS, CONTRA-SEQÜENCIAL A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO	198
6.2.1 - OS RESULTADOS ASSOCIADOS AO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES	201
6.2.2 - OS RESULTADOS ASSOCIADOS AO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO	203
6.2.3 - OS RESULTADOS ASSOCIADOS AO PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES	206
6.3 - OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO E PERFEITO SIMPLES: A MUDANÇA EM TEMPO APARENTE	208
6.3.1 – A FORMA DE PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO E A MUDANÇA EM TEMPO APARENTE	209
6.3.2 – PROCESSAMENTO E CODIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DE PASSADO PERFECTIVO REALIS CONTRA-SEQÜENCIAL A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 01 – As classes da Vendler e os traços dinamicidade e telicidade

Quadro 02 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS e PPC no século XVI

Quadro 03 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS e PPC no século XVII

Quadro 04 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS e PPC no século XVIII

Quadro 05 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS e PPC no século XIX

Quadro 06 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS e PPC no século XX

Quadro 07 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS e PPC por século

Quadro 08 – Número de informantes por célula (amostra de 1997)

Quadro 09 – Número de informantes por célula (amostra de 2000-2002)

Quadro 10 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC em dados atuais

Quadro 11 – Número de dados de PMQPS, PMQPC e PPS em dados de escrita e fala do século XX

Quadro 12 – Funções da forma do PMQPS

Quadro 13 – Sentidos mais comumente associados a cada função codificada pelo PMQPS nos dados escritos

Quadro 14 – Funções da forma do PMQPC

Quadro 15 – Sentidos mais comumente associados a cada função codificada pelo PMQPC nos dados escritos

TABELAS

Tabela 01 – Tempo em relação à referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 02 – Tempo do ponto de referência em relação ao momento de fala e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 03 – Ordenação entre situação e ponto de referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 04 – Modalidade e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 05 – Tipo de verbo da situação e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 06 – Tipo de ponto de referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 07 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 08 – Funções do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

Tabela 09 – Tempo em relação à referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 10 – Tempo do ponto de referência em relação ao momento de fala e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 11 – Ordenação entre situação e ponto de referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 12 – Modalidade e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 13 – Tipo de verbo da situação e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 14 – Tipo de ponto de referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 15 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 16 – Funções do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

Tabela 17 – Tempo em relação à referência e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

Tabela 18 – Aspecto e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

Tabela 19 – Tipo de verbo da situação e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

Tabela 20 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

Tabela 21 – Século e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC e PPS

Tabela 22 – Modalidade e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC e PPS

Tabela 23 – Século e modalidade no uso PMQPS em oposição ao PMQPC e PPS

Tabela 24 – Século e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

Tabela 25 – Tipo de verbo e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

Tabela 26 – Relação semântico-sintática e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

Tabela 27 – Século e tipo de verbo no uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

Tabela 28 – Século e relação semântico-sintática no uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

Tabela 29 – Tipo de verbo e uso do PPS em oposição ao PMQPS e PMQPC

Tabela 30 – Século e uso do PPS em oposição ao PMQPS e PMQPC

Tabela 31 – Tipo de verbo e uso do PPS por século

Tabela 32 – Faixa etária e uso da forma de PMQPC em oposição ao PPS (amostra de 1997)

Tabela 33 – Faixa etária e uso das formas de PMQPC e PPS (amostra de 2000-2002)

Tabela 34 – Relação semântico-sintática e uso do PMQPC e PPS na amostra de 2000-2002

RESUMO

Nesta tese, tratamos de variação e mudança dos pretéritos mais-que-perfeito simples e composto e perfeito simples e composto em tempo real e aparente. Focalizamos a correlação função(ões)-forma(s), a partir das categorias tempo, aspecto, modalidade e referência (TAMR), admitindo que mudanças nessas categorias geram mudanças de função (combinação de TAMR), de significado (conceito de TAMR) e de sentido (matizes que compõem os significados). Três tipos de mudança são considerados: semântica – ampliação, redução ou alteração em sentido, significado ou função; categorial - mudança de uma categoria/classe/taxonomia à outra (de verbo à interjeição, por exemplo) e mudança substitutiva – alteração de uma forma por outra, em contextos de variação. Interessam-nos, também, as motivações lingüísticas e sociais que condicionam a variação e desencadeiam mudanças. Duas abordagens teóricas dão suporte à proposta: a Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo Lingüístico. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos dados escritos do século XVI ao século XX, provenientes de peças teatrais, cartas, depoimentos, e dados atuais de fala (do Banco *Entrevistas Sociolingüísticas*/UNESC e do Banco de Dados VARSUL/UFSC) das seguintes faixas etárias: 05-06 anos; 09-11anos; 15-24 anos; 25-49 anos e mais de 50 anos. Essa proposta sincrônico-diacrônica mostra-se relevante porque revela e valida, mediante controle empírico, generalizações sobre mudança lingüística.

ABSTRACT

In this research we study change and variation in the simple and compound forms of *pretérito mais-que-perfeito* and *pretérito perfeito* in real and apparent time. We focus the correlation between function(s) and form(s) considering time, aspect, modality and reference (TAMR). We demonstrate changes in function (TAMR combination), meaning (TAMR concept) and features (TAMR features) as a result of change in the TAMR categories. Three types of change are considered: semantic – enlarging, reduction or alteration of meaning, features and functions; categorial– class change (for instance, verb to interjection) and substitution change – the situation of one form being replaced by another in variation contexts. We are also interested in the linguistic and social motivations which condition variation and trigger change. Two theoretical frameworks support our proposal: Variation and Change Theory and Linguistic Functionalism. In order to develop this study we use historical written Portuguese data from theatrical plays, letters and testimonies (XVI to XX centuries), and also spoken Portuguese data from *Entrevistas Sociolingüísticas/UNESC* and *VARSUL/UFSC* Databases (from five groups with the following age ranges: 05-06, 09-11, 15-24, 25-49 years old, and more than 50 years old). This synchronic-diachronic proposal is relevant because it reveals and validates generalizations on linguistic change, by empirical control.

INTRODUÇÃO

A mudança lingüística é o tema principal desta Tese. Na tentativa de apresentar generalizações sobre mudança, tratamos dos pretéritos mais-que-perfeito simples e composto e perfeito simples e composto em tempo real e aparente. Em tempo real, focalizamos a correlação entre função(ões)-forma(s), a partir das categorias **tempo, aspecto, modalidade e referência (TAMR)**, admitindo que mudanças nessas categorias geram mudanças em termos de ampliação ou redução ou alteração de significado. Interessa-nos, também, a variabilidade de funções e formas no percurso da mudança, por isso analisamos os pretéritos em foco do século XVI ao século XX. Abordamos, ainda, a variação entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito em dados atuais, buscando condicionamentos lingüísticos e sociais que evidenciem a mudança em tempo aparente.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos dados escritos do século XVI ao século XX, provenientes de peças teatrais, cartas, depoimentos, e dados de fala atuais (provenientes do Banco de Dados VARSUL/UFSC e do Banco *Entrevistas Sociolingüísticas/UNESC*) das seguintes faixas etárias: 05-06 anos; 09-11anos; 15-24 anos; 25-49 anos; e mais de 50 anos. Esta proposta sincrônico-diacrônica mostra-se relevante porque pretende detectar generalizações sobre a mudança em tempo real e aparente, validando tais generalizações por meio de controle de dados; os dados vêm dar sustentação empírica à teoria.

No primeiro capítulo, apresentamos um panorama das funções dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito propostas por gramáticas desde o século XVI até usos mais recentes, sendo exemplar o caso da variação entre os pretéritos mais-que-perfeito composto e perfeito simples em dados de fala atuais; aludimos, também, à formação dos tempos compostos nas línguas românicas; indicamos que componentes como **tempo, aspecto, modalidade e referência** devem ser incluídos na definição dos

pretéritos sob análise e apresentamos os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito como fenômenos em mudança.

As considerações sobre funções, variação e mudança levaram-nos a propor uma análise pautada em dois referenciais teóricos: a Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo. Os capítulos dois e três constituem-se como base teórica para a análise de dados. O capítulo dois traz considerações sobre mudança na perspectiva da Teoria da Variação e Mudança e do Funcionalismo, enfatizando os seguintes tipos de mudança: **semântica**, **categorial** e **substitutiva**. Tanto a Teoria da Variação e Mudança quanto o Funcionalismo referem-se à mudança lingüística como um processo que envolve um “distúrbio” na relação forma/significado. No decorrer da exposição desses referenciais, indicamos que a mudança dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito começa a partir de alguma alteração no conjunto de traços/matizes de sentido que compõem os significados das categorias **TAMR**. Essas observações conduzem-nos ao capítulo três em que tratamos dessas categorias, propondo que sejam consideradas na composição das funções codificadas pelos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito.

Em seguida, trazemos questões e hipóteses sobre as funções de cada forma, sobre os condicionamentos que levam ao uso de uma ou outra forma e sobre os tipos de mudança: **semântica**, **categorial**, **substitutiva**. Logo após, no capítulo cinco, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na montagem do *corpus* e na análise dos dados.

O último capítulo, que se refere à análise dos dados, está subdividido em três seções: uma sobre a correlação funções-forma por século, em que mostramos as funções codificadas pelos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito (combinações das categorias **TAMR**) e traços de sentido dessas categorias, evidenciando-se **mudança semântica** e **categorial**; outra relativa à variação das formas de mais-que-perfeito e perfeito em tempo real (em dados do século XVI ao século XX), na codificação de uma função que chamamos de passado *realis* perfectivo, contra-seqüencial a um ponto de referência passado, e, por fim, uma seção que trata da variação das formas de pretérito em sincronia atual, na codificação dessa mesma função, destacando-se **mudança em tempo aparente**.

CAPÍTULO I – OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO: FUNÇÃO E FORMA¹

PRELIMINARES

Neste capítulo, apresentamos um panorama dos pretéritos mais-que-perfeito simples (PMQPS) e composto (PMQPC)² e perfeito simples (PPS) e composto (PPC)³ em português, exibindo as funções que tais formas verbais codificam (os significados das formas nos respectivos contextos de ocorrência)⁴: combinações de **tempo, aspecto, modalidade e referência (TAMR)**. A partir desse panorama, delineamos, na última seção, os objetivos traçados para o desenvolvimento desta Tese.

Para aludir às funções das formas de PMQPS/PMQPC e PPS/PPC, mostramos, primeiramente, para cada tempo verbal, as funções propostas em gramáticas desde o século XVI⁵ e, em seguida, trazemos considerações acerca do aparecimento das formas compostas desses tempos verbais. Sempre que necessário, questionamentos e comentários são inseridos; a proposta é a de abrir caminhos à discussão teórica sobre variação e mudança bem como à análise de dados.

Começamos por apresentar as funções previstas em gramáticas de base normativa, a partir do século XVI, por ser esse o período em que a normativização se torna explícita em língua portuguesa, com a *Gramática da linguagem portuguesa* de

¹ Este capítulo tende a ser de natureza expositiva/descriptiva. Discussões sobre variação, mudança, e sobre as categorias **tempo, aspecto, modalidade e referência** serão feitas nos capítulos subsequentes.

² No decorrer desta Tese, para evitar seguidas repetições do termo pretérito mais-que-perfeito, utilizaremos as seguintes siglas: PMQP (pretérito mais-que-perfeito), PMQPS (pretérito mais-que-perfeito simples) e PMQPC (pretérito mais-que-perfeito composto).

³ Para evitarmos seguidas repetições do termo pretérito perfeito, utilizaremos as seguintes siglas: PP para pretérito perfeito, PPS para o pretérito perfeito simples e PPC para o pretérito perfeito composto.

⁴ Em trabalhos funcionalistas, costuma-se usar o termo *função* no sentido de função-significação, além de função-propósito (o que os falantes pensam ou acreditam que estão fazendo) e função-contexto (linguagem como reflexo do contexto do ato de fala) juntas (conforme Nichols, 1984). As funções das formas verbais em foco serão delineadas a partir das categorias: **tempo, aspecto, modalidade e referência**.

⁵ É importante considerar que as gramáticas, comumente, apresentam exemplos literários, refletindo usos específicos de um período anterior à edição da gramática.

Fernão de Oliveira (1536) e a *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros (1540), conforme Mattos e Silva, 2000⁶. Além da normatização, o tempo composto formado de *ter* mais *particípio* só ocorre no português moderno (a partir do século XVI), quando o *particípio* deixa de concordar com o complemento de verbos transitivos⁷ (conforme Said Ali, 1964:160 e Mattoso Câmara, 1985:166).

Após a exposição de natureza normativista, evidenciamos usos desses pretéritos, dentre os quais se destaca a função de passado anterior a outro passado, cuja forma de codificação prescrita nas gramáticas do século XX é o PMQP (*dera, tinha dado*), todavia tem o PPS (*deu*) ocupado essa função, do que resulta um fenômeno de variação, conforme se evidencia em (01) e (02).

(01)...ela **foi** lá **falar** com a Telma que TINHA DADO positivo... (FLP 20, L1204)⁸

(02) ...ela **falou** que (...) DEU positivo.(FLP 20, L1206).

Considerando-se, a priori, apenas o verbo *dar*, verificamos que, em (01), esse verbo aparece no PMQP e em (02), no PPS. Ambas as codificações (no PMQPC, *tinha dado* e no PPS, *deu*) reportam situações passadas relativamente à outra situação passada (*foi...falar* e *falou*).

1.1 - O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO: FUNÇÃO E FORMA

Para que se possa delinear o que foi mencionado sobre a forma verbal do PMQP, na literatura lingüística, trazemos, primeiramente, as considerações dos

⁶ “Pode-se admitir, como hipótese de trabalho, um fator de natureza sociolingüística, que é o início da normatização explícita da língua portuguesa, como baliza para propor os finais do período arcaico e inícios do moderno” (Mattos e Silva, 2000 – texto em CDrom).

⁷ Mattos e Silva (2000) afirma que esse tempo composto já ocorre no século XIII, embora em frequência muito baixa (7.1%). Como a concordância perdura até o final do período arcaico (aproximadamente 1540), quando da publicação das gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, só consideramos dados a partir do século XVI em que a utilização de *ter/haver* mais *particípio* se fixa, chegando a aparecer em 89% ou 97% dos casos com verbos transitivos (conforme Mattos e Silva, 2000).

⁸ Esse dado foi encontrado em entrevista realizada em Florianópolis (FLP) pelo Projeto VARSUL: 20 refere-se ao número da entrevista e L1204, ao número da linha. Outros exemplos também retirados de entrevistas do VARSUL serão apresentados no decorrer desta Tese.

gramáticos e, em seguida, outros estudos que se propõem a questionar a prescrição, inserir componentes para melhor definir esse tempo verbal ou demonstrar sua gama funcional. Por fim, focalizamos as formas simples e composta, especificamente com o propósito de associar, semanticamente, a forma composta (sua inserção como tempo composto na gramática) à forma simples.

1.1.1– O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO NAS GRAMÁTICAS DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX

Em Fernão de Oliveira (1536:122-123), não há menção aos pretéritos MQPC, MQPS, PC, PS, pois essa não é a proposta do autor. Ele limita-se a considerações mais gerais sobre verbo, dizendo que “nesta obra, não fazemos mais que apontar os princípios da Gramática que temos na nossa língua”. Sobre verbo, trata apenas de explicar o que é conjugação e como pode ser feita:

...direi, como de caminho, que coisa é conjugação, e em outra parte o repetirei ou declararei mais por inteiro: conjugação é ajuntamento de diversas vozes⁹ (...) As conjugações nossas ou dos nossos verbos são três e cada uma delas tem seus modos, como *falamos, falemos, falai, falar*¹⁰. E cada modo tem seus tempos, como *falo, falava, falei e falarei*. E cada tempo tem seus números e cada número suas pessoas (...). (*op. cit.*)

Na gramática de João de Barros (1540), interessa-nos, particularmente, o fato de, nos tempos compostos (do pretérito ou presente), aparecer sempre o verbo *ter*. O *haver* só ocorre em dados referentes a situações futuras.

Nos séculos XVII e XVIII, destaca-se a gramática de *Port-Royal* (Gramática Geral e Razoada) por sua contribuição nos campos da pedagogia e dos estudos lingüísticos. No intuito de declarar o francês como língua perfeita, também os usos

⁹ O termo *vozes*, em Fernão de Oliveira, refere-se a gêneros, conjugações, modos, tempos, números e pessoas.

verbais são apresentados como mais adequados na expressão francesa do que em outras línguas românicas:

... como, porém, no passado se pode indicar que a coisa apenas acabou de ser feita, ou indefinidamente que ela foi feita, sucedeu que, na maioria das línguas usuais, existem dois tipos de pretérito: um, que indica a coisa precisamente realizada, sendo por isso chamado definido como *tenho escrito...*; e o outro, que a indica como feita de modo indeterminado, sendo por isso chamado indefinido ou *aoristo*, como *escrevi*, o que não se diz propriamente senão estiver pelo menos afastado de um dia em relação àquele em que falamos; pois se diz bem, por exemplo, *eu escrevi ontem*, não, porém, *eu escrevi esta manhã*, nem *eu escrevi esta noite...* Nossa língua é tão exata na propriedade das expressões que não admite nisso nenhuma exceção, embora os espanhóis e italianos confundam às vezes esses dois pretéritos, tomando um pelo outro. Quanto ao mais-que-perfeito, indica duplamente passado (*jantara* ou *tinha jantado*); por ele marco minha ação de jantar não apenas como passado em si, mas também como passado em relação a uma outra coisa, que também é passada como quando digo: *eu tinha jantado quando ele entrou...*” (Arnauld, e Lancelot, 1612-1694:97-99).¹¹

No século XIX, para Barboza (1830:217),

este pretérito (o mais-que-perfeito) nota uma existência não só passada, como o pretérito imperfeito (era), e não só passada e acabada indeterminadamente, como o pretérito absoluto (fui), e não só passada

¹⁰ Os quatro modos considerados pelo autor são: indicativo, subjuntivo, imperativo e infinitivo.

¹¹ Deve-se considerar que a citação é tradução do francês para o português (ARNOULD, A. e LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992 – Tradução de BASSETO, B. F. e MURACHCO, H. G.). A tradução elimina um problema, visto que, em português, não existe a oposição do francês entre “*passé simple*” – *j’écrivis* - e “*passé composé*” – *j’ai écrit* - a que corresponde a explicação. Em português, o pretérito perfeito composto corresponde temporal e aspectualmente a outra situação que não o passado.

e acabada relativamente à época atual, como o presente perfeito (tenho sido); mas passada e acabada relativamente à outra época também passada...

O autor traz o seguinte exemplo:

(03) “Hontem ao meio dia TINHA eu ACABADO esta obra¹²”.

A maioria das Gramáticas dos séculos XX tende a conceituar esse tempo verbal, subdividi-lo em forma simples e composta e exemplificar o uso mediante paradigmas de conjugação. Said Ali (1964) e Rocha Lima (1986) limitam-se a dizer que esse tempo verbal é uma das três modalidades de pretérito, em português, que expressa fatos anteriores ao momento em que se fala; as outras duas são: o perfeito e o imperfeito. Said Ali diz que “embora *tinha cantado* seja o imperfeito quanto à forma, a sua significação de ato perfeitamente realizado é idêntica a do mais-que-perfeito simples, *tinha cantado* torna-se equivalente de *cantara*” (pág. 73). Não há, entretanto, qualquer contextualização, apenas paradigmas de conjugação; o que também se observa em Nunes (1989), embora este faça referência às alterações fonético-fonológicas dos tempos verbais, classificando a formação do pretérito em forte (quando a acentuação ocorre na raiz) e fraca (quando a acentuação recai sobre a vogal do tema).

Pereira (1923)¹³, Luft (1976), Almeida (1982) e Cunha & Cintra (2001)¹⁴ expõem que, em sua forma simples ou em sua forma composta, o PMQP indica uma ação que ocorreu antes de outra ação passada: a ação é passada em relação ao ato da palavra e passada, ainda, em relação a um outro fato expresso na frase ou subentendido. Embora os autores associem a forma verbal a uma função particular, a definição permanece vaga e traz problemas: o PMQP indica somente ação? Não há

¹² A grafia original foi mantida neste e noutros exemplos.

¹³ Pereira (1923) retoma a conjugação latina, mostrando que o português conserva da do latim *vozes, modos, tempos, números e pessoas*, conforme *cantavi > cantei* (PPS) e *cantaveram > cantara* (PMQPS).

¹⁴ Cunha e Cintra (2001), além de focalizarem o pretérito mais-que-perfeito como a forma de codificação de um passado anterior a outro passado, apresentam outros usos desse pretérito que listamos na subseção seguinte.

referência a qualquer tipologia verbal, logo não se sabe como ficam os verbos de estado, por exemplo. Indicar “uma ação que ocorreu antes de outra ação passada” é suficiente para definir os contextos de uso dessa forma verbal? Quando se diz que o PMQP indica uma ação que ocorreu antes de outra ação passada, abre-se um leque de possibilidades para seu uso. Só a título de exemplificação, o perfeito e o imperfeito do indicativo também podem codificar situações duplamente passadas. Considerem-se os exemplos que seguem:

(04) ...Pra entrar na ASTEL, eu entrei quando era pequeno...Antes de **ir** pra ASTEL, eu JOGUEI no Avaí. (FLP, Vi/6)¹⁵

(05) Então ela **acabou** até **saindo** do serviço, ela TRABALHAVA lá... (FLP 03, L1187)

Em (04), *jogar no Avaí* ocorreu antes de *ir para a ASTEL e trabalhar*, em (05), ocorre até *a saída*, portanto o perfeito *joguei* e o imperfeito *trabalhava* são situações passadas relativamente a *ir* e *sair*. Logo, não basta caracterizar a função codificada pelo PMQP apenas como um passado anterior a outro passado, convém que outros componentes sejam inseridos na definição.

Melo (1987) registra que

à idéia de tempo físico corresponde, de certo modo, a categoria verbal do tempo. Só que, na gramática (ou na língua), predomina o elemento psicológico, de tal modo que à tripartição fundamental - presente, passado, futuro - se acrescentam modulações interpretativas, afetivas, durativas, que geram subdivisões, variáveis de língua para língua, mas sempre atuantes (p.81).

¹⁵ Esse exemplo também é de Florianópolis, do Banco de Dados do Projeto VARSUL. A especificação é diferente porque a entrevista não foi transcrita e digitada, logo não há como especificar o número da entrevista e da linha. Assim, *Vi* refere-se ao informante e 6 ao número do dado dentre os selecionados para análise.

Que tipo de “modulação psicológica” se acrescenta ao PMQP de modo a distingui-lo de outro tempo no passado? Não é mais o tempo físico (cronológico) que está em jogo? Melo (*op. cit.*) menciona, ainda, que “o mais-que-perfeito teoricamente expressa uma ação ou fato já passado em relação a outro passado”. O que significa “teoricamente” nessa definição? Que um fato já passado em relação a outro fato passado pode ser expresso por outras formas, em termos de uso; ou que o PMQP tem outras funções? Além disso, quando se refere à modulação psicológica, estaria Melo aludindo a diferenças modais, no sentido de mais ou menos certeza em relação à situação relatada?

Essas definições gramaticais sobre o pretérito PMQP focalizam internamente apenas a noção de tempo expressa pela forma verbal: uma situação passada ocorrida antes de outra também passada (conforme exemplos 06 e 07), o que não parece ser suficiente para explicitar o funcionamento do PMQP, e para diferenciá-lo de outras formas verbais que também expressam passado, como o perfeito e o imperfeito em (04) e (05).

(06) Ele me **disse** que você na véspera **COMPRARA** esse mesmo livro. (Melo, 1987:81)

(07) Quando **voltei** as casuarinas **TINHAM DESAPARECIDO** da cidade. (Cunha e Cintra, 1985:445)

A definição do PMQP (passado anterior a outro passado) e os exemplos (06) e (07) ilustram de maneira simplificada a função dessa forma verbal. Na seção seguinte, propomo-nos a indicar, ainda com base na literatura lingüística sobre verbo, que outros componentes devem ser incluídos na definição de PMQP e a mostrar, em princípio, para a época atual, que essa forma pode codificar outras funções.

1.1.2 – O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO: ALÉM DA FUNÇÃO DE PASSADO DO PASSADO

As gramáticas caracterizam o PMQP em termos temporais (como um passado em relação a outro passado), o que não parece ser suficiente para diferenciá-lo de outros tempos verbais. Em Mattoso Câmara (1985), percebe-se a existência de um outro componente na caracterização do PMQP. Ao estabelecer uma oposição entre aspecto inconcluso (imperfeito) e conclusivo (perfeito) num primeiro pretérito, o autor situa dentro do aspecto conclusivo um segundo pretérito (PMQP) mais remoto, já conclusivo por ocasião de outro pretérito. Assim, não basta que uma situação seja passada em relação à outra passada, é preciso que o aspecto conclusivo esteja evidenciado. O componente ‘conclusão’ associado ao PMQP já foi observado na definição desse tempo verbal apresentada por Barboza (1830:150), citada em (1.1.1).

Tal restrição aspectual amplia a definição do PMQP, que não mais se alicerça somente no **tempo**, mas também no **aspecto**. Contudo, essa definição, pautada em tempo e aspecto, não exclui o pretérito perfeito em casos como o apresentado em (08), em que *estudei* é mais remoto e já conclusivo por ocasião de *fiz*; portanto, passível de ser interpretado como um passado do passado.

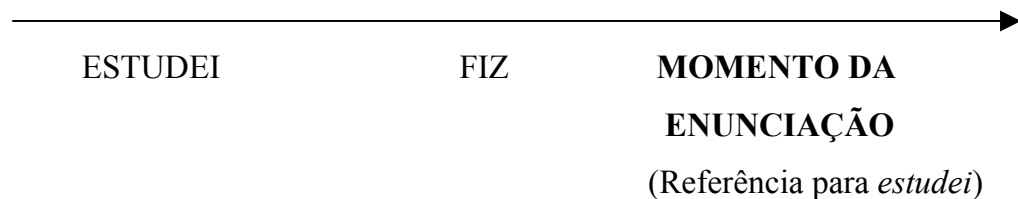
(08) Eu antes ESTUDEI até o ginásio. Depois de dez anos, aí eu FIZ o segundo grau. (FLP 17, L 08)

Note-se que essa interpretação de *estudei* como um passado anterior a outro passado decorre da relação dessa forma verbal com *fiz*. Mas se os dois enunciados forem analisados independentemente e vistos a partir do momento da enunciação, a interpretação não é mais a de passado do passado, já que *fiz* e *estudei* independem um do outro para que ocorram. O PMQP, por outro lado, necessita vincular-se a um outro passado. O problema parece ser o do ponto de partida, da **referência** a que se ligam as formas: o momento de fala ou outro passado.

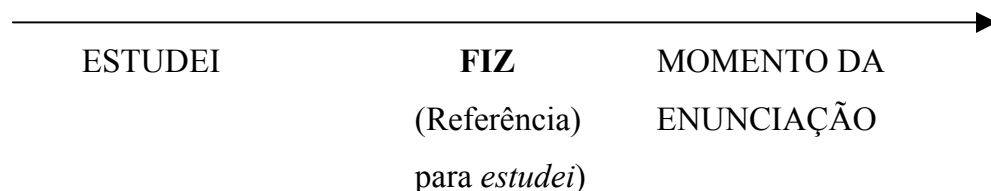
Se olharmos seqüencialmente, em termos de ocorrência, no mundo real, das situações expressas pelo verbo, em *estudei* seguido de *fiz* (conforme exposto no

diagrama 09), a função é uma: de passado anterior ao momento de fala; se olharmos contra-seqüencialmente, ou seja, se olharmos as situações diferentemente da ordem em que elas se deram mundo real, primeiro *fiz*, depois *estudei* (conforme exposto no diagrama 10), a função é outra: de passado anterior a outro passado. Logo, a interpretação de uma forma verbal está condicionada a uma referência: se vinculado ao momento de fala, o PPS *estudei* será interpretado como um **passado relativo ao momento de fala** (como no diagrama 09); se vinculado ao passado *fiz*, será interpretado como um **passado do passado** (como no diagrama 10)¹⁶.

(09)



(10)



Essas considerações nos levam a incorporar na definição do PMQP, além da noção temporal de passado do passado, a noção de aspecto conclusivo e de **referência passada contra-seqüencial**, como esquematizado no diagrama (10). Assim, a situação *fiz* seria importante/necessária à interpretação temporal de *estudei*, como em: *Eu fiz o segundo grau porque antes tinha estudado/estudei até o ginásio.*

Os exemplos trazidos pelas gramáticas de base normativa, em sua grande maioria, representam *contra-seqüencialidade*, ou seja, a situação que ocorreu cronologicamente primeiro é codificada depois de outra que lhe é posterior no tempo,

¹⁶ Considerações mais específicas sobre seqüencialidade e contra-seqüencialidade serão apresentadas na subseção sobre iconicidade.

porém codificada antes; o que nos leva a supor que a função do PMQP seria indicar contra-seqüencialidade, suposição que é desfeita quando nos deparamos com a observação de Bechara (1979) de que, em certas orações temporais, aparece o PP onde se esperaria o PMQP, e ilustra tal fato com uma situação seqüencial, conforme (11); suposição desfeita também com a observação de Fiorin (1996:203), de que o PMQP está sendo utilizado pelo perfeito, no exemplo (12):

(11) Logo que se RETIROU o inimigo, MANDOU D. João Mascarenhas enterrar os mortos. (Bechara,1979)

(12) Para cúmulo do azar dos seus filhos, o pai FORA assassinado em São Paulo, dias antes da morte da mãe. (Fiorin, 1996)

Considerando-se que o PPS ocorre em contextos gramaticalmente prescritos para o PMQP, poder-se-ia supor que este está perdendo terreno na codificação de um passado anterior a outro passado, o que o levaria à exclusão ou à codificação de outra função. Dos gramáticos aos quais nos referimos acima, apenas Cunha e Cintra (2001:456-458) registram outros usos: o PMQP pode, também: a) denotar um fato vagamente situado no passado, nesse caso, temos o uso do PMQP pelo PP (conforme exemplo 13) e um fato passado em relação ao momento presente, quando se deseja atenuar uma afirmação ou um pedido (conforme exemplo 14); b) ser utilizado em lugar do futuro do pretérito (conforme exemplo 15) e do pretérito imperfeito do subjuntivo, (conforme exemplo 16), na linguagem literária, e c) ser usado em frases exclamativas (conforme exemplo 17).

(13) Até que afinal CONSEGUIRA o meu carneiro para montar.

(14) TINHA VINDO para pedir-lhe uma explicação.

(15) Um pouco mais de sol - e FORA brasa.

(16) Assistimos à divina Tragédia, como se FÔRAMOS, no prodigioso quadro, os últimos personagens póstumos do Mestre.

(17) Quem me DERA! [=Quem me desse!]

Também Fiorin (1996:190-215) caracteriza o PMQP como uma forma de múltiplas facetas. Vejamos:

(i) o pretérito PMQP pode ser utilizado em lugar do futuro do pretérito, cujo efeito é de consequência inevitável, se uma dada condição for preenchida (conforme exemplos 18 e 19); se a codificação for com o futuro do pretérito, pode-se indicar menos probabilidade de ocorrência da situação.

(18) Se eu soubesse, já TINHA MANDADO revelar as chapas. (Fiorin, *op. cit.*)

(19) Se o problema que eu tive, estivesse no INPPS, eu já TINHA MORRIDO, ó, muito tempo. (FLP 16, L477).

(ii) na utilização do PMQP em lugar do imperfeito do subjuntivo, o efeito de sentido produzido por essa mudança é o de admitir como verdadeira uma hipótese, como nos exemplos (20) e (21):

(20) Para Valério, porém, Popó não teria acontecido, se antes não HOUVERA um Albuquerque. (Fiorin, *op. cit.*)

(21) Se não FORA ele, eu estaria perdido. (Fiorin, *op. cit.*)¹⁷

(iii) também o PMQP ocorre em lugar do imperfeito do indicativo, no exemplo (22), em que deve estar em jogo um distanciamento temporal provocado pelo uso do PMQP. O uso de um passado do passado é plausível visto que se pode supor a

¹⁷ Esse emprego reportado em (21) refere-se ao uso mais antigo da forma de mais-que-perfeito, ainda usual e normativa no espanhol.

existência de um segundo assalto também passado do ponto de vista do falante. Poderia, também, ser o aspecto (duratividade) o componente diferenciador, mas não parece ser esse o efeito, dado que o objeto direto *os golpes* está no plural, o que implica iteratividade (repetição). Além disso, há a duplicação do verbo *lutar*, provocando um efeito durativo/iterativo.

(22) Durante o primeiro assalto, um boxeur lutou, lutou, enquanto o outro apenas TINHA APARADO os golpes. (pág. 203)

(iv) como futuro anterior (exemplo 23), o efeito de sentido é de certeza absoluta. Note-se que a forma de PMQP, embora fazendo referência ao futuro, mantém sua característica básica de expressão de um passado anterior a outro passado, visto que *tinha começado* é anterior a *acabou*, embora ambos sejam futuros em relação ao momento da enunciação; a noção de futuro é desencadeada pelo advérbio (*amanhã*).

(23) Amanhã, a esta hora, você já **acabou** o trabalho que TINHA COMEÇADO cedo. (Fiorin, *op. cit.*)

(v) há, ainda, a utilização do PMQP em relação ao momento presente, quando se deseja atenuar uma afirmação ou um pedido (conforme exemplo 24); ou quando implica um distanciamento, que se perde em tempos imemoriais (conforme exemplo 25).

(24) TINHA VINDO lembrar-lhe da pensão.¹⁸ (Fiorin, *op. cit.*)

(25) Como Cícero, sou um dos mais ardentes apologistas da lei natural...a razão suprema gravada em nossa natureza...cuja voz nos traça nossos deveres...e cujo

¹⁸ Fiorin (1996) apresenta o enunciado (24) como exemplo de uso do pretérito mais-que-perfeito pelo presente. Já Cunha e Cintra (2001) referem-se ao mesmo caso como substitutivo do pretérito perfeito, em que o uso do pretérito mais-que-perfeito denota um fato passado em relação ao momento presente, quando se deseja atenuar uma afirmação ou um pedido. A utilização de *tinha vindo* em lugar de *vim* ou *venho* indica que um propósito foi alterado, esse caráter modal nos conduz a abordar a modalidade (no capítulo três).

império se estende a todos os povos, lei que só Deus CONCEBERA, DISCUTIRA e PUBLICARA. (Fiorin, *op. cit.*)

Expostas as funções do PMQP atestadas na literatura, passemos agora às considerações referentes às formas simples e composta desse tempo verbal, focalizando-se a entrada da forma composta como equivalente à forma simples.

1.1.3 – AS FORMAS DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO

O tempo verbal pretérito mais-que-perfeito manifesta-se como **simples** (*fizera*) e **composto** (*tinha feito*). As razões tradicionalmente alegadas para tratar as duas formas como tendo a mesma função são as seguintes:

- a) as perífrases de **ter** mais *particípio* comutam com formas simples do verbo (*fizera/tinha feito*);
- b) é impossível atribuir um mesmo sentido ao verbo **ter** quando principal e quando auxiliar e
- c) **ter** e a base verbal indicam uma única ação, atribuída a um único sujeito. (Ilari, 1997:29).

Assim, é diferente dizer *Tinha invejado muitos vizinhos* de *Tinha muitos vizinhos invejados*.¹⁹ No segundo caso, *ter* e *invejados* constituem-se como itens cada qual com seu significado.

Do século XIV para o XV (conforme Mattos e Silva, 2001:40), “criou-se um sistema de tempos compostos, constituído de verbo derivado de *habere* mais *particípio* passado, correspondente aos tempos simples, que têm como marca semântica geral, mas não exclusiva, o traço aspectual conclusivo ou perfectivo”. *Ter* passou a ser empregado como auxiliar a partir do século XVI, até então, era visto apenas como verbo pleno (indicativo de posse). João de Barros (1540), por exemplo, menciona que o *particípio* deve ser associado ao verbo *ter* (*tivera amado/tinha amado*), deixando o *haver* para o futuro (*haver de amar*). Até o século XVI, e mais raramente no século

¹⁹ Em Ilari (2001), o exemplo aparece com o pretérito perfeito composto (*tenho invejado*).

XVII, o particípio concordava com o objeto do verbo transitivo (conforme exemplo 26). A partir dessa data, como observa Pereira (1923:463), em alguns contextos, *ter* e *haver* foram se esvaziando de sentido (sentido de posse). Desse modo, foram pouco a pouco entrando na categoria dos auxiliares, mas conservando seu valor original, quando não se achavam em conjunção com o particípio passado e com o infinitivo: “com a obliteração de seu valor significativo imobilizou-se o particípio passado, que antes desse fenômeno concordava em gênero e número com o objeto no caso de verbos transitivos. Assim, a frase – *tenho escritas as cartas, havia comprados os livros*, evoluiu em – *tenho escrito as cartas, havia comprado os livros*.” (pág. 464).

(26) ...el-rei de quem vosso pae e vós e toda vossa linhagem tantas mercês
HAVEIS RECEBIDAS (F. Lopes, C. de D. Fernando.112).

Até os quinhentistas, porém, o verbo português, como o latino, não podia expressar com *ter* e *haver* senão o sentido do primeiro tipo, conforme exemplo abaixo:

(27) Eu TENHO IMAGINADA no conceito
Outra manha e ardil que te contente (Lus.1.81)
(In: Pereira, 1923:464)

Fenômeno idêntico deu-se nas outras línguas românicas, tendo apenas o francês conservado a concordância genérica e numérica (*La lettre que j'ai écrite*). Modernamente, o verbo *ter*, como auxiliar, é de mais largo emprego que o verbo *haver*. “Quanto a este uso do verbo *ter* pelo *haver*, ainda reagem os gramáticos, catalogando-o de barbarismo, e os que bem falam procuram evitá-lo. Isto, porém, não impede que continue ele dominante no falar do povo. A “Arte de Furtar”, geralmente atribuída ao Pe. Vieira, já acusa essa tendência do verbo *ter* no século XVII” (conforme Pereira, 1923:465).

Mattos e Silva (2001) menciona que a ocorrência de *haver* e *ter* seguidos de particípio começou a ser delineada no latim imperial. No português arcaico, o particípio precedido ou seguido de *ter/haver* era de verbo transitivo e concordava com

seu complemento, evidenciando-se um estado de posse expresso por *ter/haver*, conteúdo semântico próprio a esses verbos herdados do latim. A **variação** já aparece documentada no início do século XV e a interpretação de estrutura de tempo composto se difunde para os verbos intransitivos do século XV para o século XVI. Em análise da carta de Caminha, nota preferência pela forma simples do PMQP (conforme exemplo 28), talvez por não serem as compostas muito usuais (o único uso de *ter* mais *particípio*, atestado pela autora na carta de Caminha, reproduzimos em 29).

(28) ...ante dise eleque lhe TOMARA hu~u deles hu~uas continhas. (pág. 189)

(29) ...epor ele nõ TEER ajnda COMJDO poseranlhe toalhas e veolhe vianda e comeo. (pág. 188)

Barboza (1830: 218-220) registra que “as três linguagens *fora*, *tinha sido* e *tivera sido* são sinônimas; porém com diferente uso em nossa língua: *tivera sido* se emprega em orações integrantes (*Elle disse que nunca tivera sido doente*) e nas principais se usa como condicional (*Eu tivera sido feliz, se...*).

Com a entrada da forma composta como semanticamente equivalente à simples, esta tende a desaparecer ou ser utilizada em contextos específicos. Pereira (1923:502) observa que: “o mais-que-perfeito simples tende a desaparecer do uso vivo da língua, suplantado pela forma composta, e a restringir-se ao dialeto literário”. O abandono à forma simples decorre da possibilidade de uso da forma analítica para a mesma função. Isso, conforme Fiorin (1996:159), se deve ao fato de que a oposição latina *infectum versus perfectum* foi refeita nas línguas românicas com formas compostas paralelas às do *infectum*; a forma analítica tem a possibilidade de expressar a relação de anterioridade e o aspecto perfectivo (concluso), enquanto a forma sintética representa apenas a relação de anterioridade.

Em relação ao PMQPS, podemos dizer que essa era a forma de codificação padrão para apresentar um passado anterior a outro, em português. Mas tal forma parece estar em vias de extinção, pelo menos no que se refere ao seu valor temporal previsto nas gramáticas. Um estudo a partir de entrevistas orais (NURC e Projeto

Censo de Variação Lingüística - RJ) mostrou que não há nenhuma ocorrência da forma simples do PMQP na língua falada para indicar um tempo passado (Gonçalves, 1993). Em contrapartida, na língua escrita, foram encontrados 86% de ocorrências em livros (textos de livros de História), 51% em revistas (*Veja, Isto é*) e 31% em jornais (seções de economia, política, esportes). Peres (1993) também evidencia que, no português de Portugal, o pretérito PMQPS tem adquirido um uso marginal sendo pouco freqüente na fala informal. Segundo Mateus *et al.* (1983), o PMQPS (com valor de anterioridade) só ocorre no discurso planejado, em registros muito formais. A corroborar tais constatações, não encontramos ocorrências de PMQPS preenchendo a função de passado anterior a outro passado, em dados extraídos de entrevistas orais com informantes florianopolitanos²⁰ (Coan, 1997).

Campos *et al.* (1993:40) observam que no *corpus* do PGPF²¹ “são nulas as condições de produção da forma sufixal do PMQP, o que não significa que o sufixo –*ra* não seja utilizado e sim que é usado com outro valor. Esse sufixo apresenta plenas condições de produção com valor de pretérito perfeito, pois as formas verbais em que aparece se referem a fatos passados com relação ao momento da enunciação”, o que se confirma em (30):

(30) “No século XIX, e aí até a literatura e os filmes mostram, né? Como os japoneses é TIVERAM que lutar contra o chamado imperialismo branco, né? (RJ, Inq.379:58-60)” (*idem, ibidem*)

A forma *tiveram* poderia ser classificada, indistintamente, como PMQPS ou PPS, já que as formas são homônimas na terceira pessoa do plural e os tempos são intercambiáveis. Optar por uma ou outra classificação parece, em princípio, ser indiferente, mas não é, se nos basearmos nas considerações acima de que o PMQPS não tem sido encontrado na linguagem oral.

²⁰ Essa forma foi encontrada apenas em enunciados exclamativos que mencionam uma expectativa futura (*Tomara que eu esteja enganado!* – FLP 21, L666), destituída, portanto, de seu valor temporal básico.

1.2 – O PRETÉRITO PERFEITO: FUNÇÃO E FORMA

Nesta seção, diferentemente do que fizemos para o PMQP, apresentamos, primeiramente, algumas observações sobre o pretérito perfeito em outras línguas, visto que a significação das formas simples e composta é diferenciada. Em seguida, expomos outros estudos sobre esse tempo verbal, incluindo-se o que aparece nas gramáticas de base normativa.

1.2.1 - O PRETÉRITO PERFEITO: CONSIDERAÇÕES INTER-LINGÜÍSTICAS

Aparentemente, o português e o espanhol diferem das outras línguas românicas ao ter mantido mais estritamente um uso especializado para a forma composta, embora difiram entre si (conforme Campos, 1997). Em espanhol, a diferença entre a forma simples e a composta se mantém vigente, como em:

(31) Lo VI anoche/*Lo HE VISTO anoche.

(32) *Lo VI esta noche/Lo HE VISTO esta noche. (cf. Fernández, 1995:375).

O pretérito perfeito composto, em espanhol, diferentemente do português, admite modificações temporais pontuais, conforme mostra o exemplo abaixo em que co-ocorre com a expressão adverbial *às dez em ponto*.

(33) Juan HÁ LLEGADO a las diez em punto. (Fernández, 1995:376)

O *passé composé* francês ocupou o posto do *passé simple*, tendo se perdido em francês falado a oposição, semelhante à espanhola dos exemplos (31 e 32) acima, que, como assinalam Arnauld e Lancelot (1660), existia em francês no século XVII. Conforme Pereira (1923:499), o francês relegou à língua literária o uso do *passé*

²¹ Projeto Gramática do Português Falado.

simple, cujo posto foi ocupado pelo *passé composé* (*J'ai mangé mon pain* = *comi meu pão*).

No francês, o *passé composé* é um tempo do discurso e indica anterioridade em relação ao presente; e o *passé simple* é um tempo da história, indica concomitância em relação a um momento de referência pretérito. Essa diferença de duração entre as formas simples e composta do pretérito perfeito não aparece em todas as línguas românicas, como atesta Campos (1997).

Em francês, o particípio apresenta concordância obrigatória: concordância de número: *Nous sommes allés* (*chegamos*) e concordância de gênero: *Je suis allé/allée*²² (*cheguei*). Conforme Fiorin (1996, 152-153), no italiano e no romeno, os valores são os mesmos do francês. Em italiano, a forma composta indica um passado próximo e a forma simples indica passado remoto.

Fora do escopo das línguas românicas, em comparação com o inglês, o passado composto português informa que o fato relatado poderia, em tese, estar acontecendo no momento da fala; diferentemente do *present perfect* inglês que faz referência a um período durativo que ocorre sucessivamente no passado, mas termina antes do momento de fala. Também Comrie (1990) vê o perfeito composto em português como radicalmente diferente do *perfect* em inglês ou do passado composto em francês. Em português, ele indica uma situação que é aspectualmente iterativa, que começou no passado e é relevante no momento presente, não necessariamente incluindo o presente (*Ele tem estudado muito ultimamente*). Assim, a referência temporal do *perfect*, em português, cobre uma extensão passada não muito distante e pode cobrir uma extensão/ponto no presente.

Mas, se o desejo é fazer referência a uma situação no passado que tem **relevância** presente, sem incluir noções de habitualidade e continuidade, então, a única possibilidade é usar o passado simples, e a noção de relevância presente deverá ser dada contextualmente por outros significados lingüísticos. Assim, *I studied* e *I have studied* serão traduzidos para o português como *eu estudei* (conforme Comrie, 1990). Há, entretanto, no caso do inglês, quem considera o passado simples e o *perfect* como variantes. Winford (1993:162) observa, com base em Dusková (1976), que o uso do

²² *Allé* (gênero masculino); *allée* (gênero feminino).

passado ao invés do *perfect* é freqüente com advérbios de pequena extensão temporal, nas variedades americana e britânica do inglês. Em alguns dialetos, certos advérbios como *sempre*, *nunca*, *apenas* e *já* são usados com o passado simples, mesmo quando o significado veiculado é aquele de um *perfect* (Dusková, 1976 *apud* Winford, 1993). Mas Fenn (1987:98 *apud* Winford) questiona a veracidade da informação no que se refere ao inglês britânico: aceita isso para o inglês americano, sugerindo que o *perfect* e o passado são indiferenciados e alternáveis, desde que o contexto pragmático permita. Essa também é a posição de Winford para o inglês trinidadiano.

Vale fazer, ainda, uma referência à forma *ter* do perfeito composto. Reichenbach (1947) a analisa como tendo dupla função: expressa posse e um tempo passado; essa dupla função deriva da idéia de que o que eu possuo foi adquirido no passado. Assim, *I have seen* significa, originalmente, eu possuo agora o resultado de ver, e então é interpretado como uma referência a um evento passado.

Embora a noção de anterioridade ao momento da enunciação (tempo passado) possa definir temporalmente o PP, as formas simples e composta desse apresentam diferentes funções, visto expressarem circunstâncias aspectuais de duratividade e fronteira de fechamento diferenciadas, conforme mencionam Campos e Rodrigues (1993).

1.2.2 – O PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO EM PORTUGUÊS: FORMA E FUNÇÃO

Barboza (1830:105) apresenta o perfeito composto como presente perfeito relativo porque não só nota um presente acabado, do qual não resta nada, mas acabado também em respeito ao presente atual (tempo de fala). O perfeito composto refere-se a um tempo passado, cujo período acaba no presente, não sendo usado quando o término ocorre antes do presente. Conforme o autor (pág. 213), “não posso dizer:

(34) A semana passada/Há dous annos TENHO LIDO este livro.

Devo dizer:

(35) LI este livro.

“Erram pois os gramáticos, quando só com a diferença de simples e composto dão o mesmo nome de pretérito perfeito a estas duas linguagens: *eu amei*, ou *tenho amado*.” (*op. cit.*, pág. 216).

Além disso, o autor (pág. 209) observa a perda da concordância, referindo-se ao fato de que devemos usar, diferentemente do que faziam nossos melhores escritores (conforme exemplo 36), o particípio sem concordância (conforme exemplo 37).

(36) A honra que n’isso TENDES GANHADA.

(37) A honra que nisso TENDES GANHADO.

O termo *perfeito* designa a ação verbal feita, acabada. Porém, o espírito românico, em sua evolução analítica, discriminou nesse pretérito perfeito dois aspectos, a que os gramáticos franceses chamam pretérito definido e indefinido. O definido é expresso pela forma simples e indica que a ação tem origem e conclusão em um momento no passado, sem outra relação com o presente senão a de simples anterioridade. O indefinido exprime uma ação que não é só anterior ao presente, mas cujos resultados duram até o presente (*tenho comido laranjas*), conforme Pereira (1923:499). O autor refere-se, ainda, à utilização de um perfeito anterior (*tive estudado*), que também enuncia uma ação duplamente passada, porém mais próxima do momento de fala. Assim, em *Eu tive concluído a leitura quando ele chegou*, a chegada foi imediata à conclusão da leitura, ao passo que esse caráter recente não se deduz do mais-que-perfeito (*Eu tinha concluído a leitura quando ele chegou*). Esse perfeito anterior apenas aparecia raramente na linguagem literária, já tinha sido substituído pelo mais-que-perfeito e pelo perfeito (forma mais usual). O sentido do desusado perfeito anterior (*ter* no pretérito perfeito mais *particípio*) ocorre em: *Eu tive concluída a leitura quando ele chegou*, em que o verbo tem valor pleno e o particípio valor de adjetivo (*op. cit.*). O postulado dos dois tempos do perfeito (simples e

composto) conserva-se fiel nas gramáticas normativas, onde é clara a distinção entre *comi pão* e *tenho comido pão* (conforme Pereira, 1923: 499).

Said Ali (1964:73) diz que “a forma do presente *tenho cantado* denota ato de realização perfeita, porém durativo ou iterativo, abrangendo o momento em que se fala e podendo perdurar ou recomeçar depois. Raras vezes se usa para exprimir com ênfase um ato que durou somente até este momento”. Rocha Lima (2001) apresenta apenas três modalidades de pretérito e respectivos paradigmas de conjugação. Não trata das especificidades do perfeito composto.

Já Cunha e Cintra (2001:454-456) citam as formas compostas, dizendo que: “ao contrário do que ocorre em algumas línguas românicas, há em português clara distinção no emprego das duas formas de pretérito perfeito: a simples e a composta (...)”. A forma simples indica uma ação que se produziu em certo momento do passado. É a que se emprega para descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente, como no exemplo (38). A forma composta exprime, geralmente, repetição de um ato ou a sua continuidade até o presente, como em (39).

(38) “JANTEI com um apetite devorador e DORMI como um anjo”. (M. Torga)

(39) “TENHO ESCRITO bastantes poemas”. (F. Pessoa)

Para exprimir uma ação repetida ou contínua, conforme Cunha e Cintra (*op. cit.*), o PPS (no exemplo 40) exige sempre o acompanhamento de advérbios ou locuções adverbiais. Pode, ainda, na linguagem coloquial ser empregado pelo futuro do presente composto, como em (41).

(40) “Ai, quantas noites/no fundo da casa/LAVEI essa mão,/POLI-a, ESCOVEI-a.” (C. Drummond de Andrade).

(41) “Quando virmos, lá em baixo, o clarão da fogueira, já ele MORREU...” /= terá morrido (S. Monteiro)

Campos (1997:20) apresenta o PPS como a forma que codifica processos localizados e concluídos num tempo anterior ao tempo de fala; enquanto o composto remete para processos iniciados num tempo anterior ao tempo de fala e que se prolongam até este. O problema é saber se o ponto de vista inclui a fronteira final do processo localizado no tempo de fala. Conforme a autora (pág. 34), tal como o perfeito composto, o simples pode, em co-ocorrência com marcadores suplementares (expressões adverbiais, por exemplo), remeter a processos com valor durativo ou iterativo. Mas no caso do simples, a fronteira é definida e localizada antes do tempo de fala ou de outro marcador. No caso do composto, não há construção de uma fronteira de fechamento e o processo está em curso no tempo de fala; entre o simples e o composto subsiste uma diferença no que se refere à fronteira de fechamento. Ainda que o processo expresso pelo composto seja determinado pelo início de um novo processo, mantêm-se as diferenças na localização em relação ao momento presente. Vejamos:

(42) Como o Tristão AMOU Isolda! (O PPS se situa antes do momento de fala)

(43) Como o Tristão TEM AMADO Isolda! (O PPC inclui o processo enunciativo.)

Disso decorre que o PPC é um tempo passado e presente, designação já apresentada por Barboza (1830) que o designava de **presente perfeito relativo**.

O PPC português pode exprimir: iteração, independentemente de estar presente na oração um advérbio de frequência; continuidade e um período que começa no passado, mas não se conclui no passado. O valor iterativo ou durativo tem a ver com o tipo de verbo. Esse pretérito é, contudo, inadequado para indicar repetição se se quer explicitar o número de vezes. A interpretação e gramaticalidade são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais e pelos adjuntos adverbiais (conforme Ilari, 2001). Os diferentes valores atribuídos à forma composta do pretérito perfeito são de

natureza aspectual e não temporal como no caso do perfeito simples. Vejamos os seguintes exemplos do autor:

(44a) Houve várias reclamações de telespectadores contra a violência da nova série policial.

(44b) Vários telespectadores RECLAMARAM...

(44c) Vários telespectadores TÊM RECLAMADO... (Ilari, 2001:135)

Essas frases em (44b/c), segundo Ilari (*op. cit*), não são sinônimas; somente a primeira poderia ser usada no dia seguinte ao lançamento de uma nova série policial, por exemplo, porque seria a primeira menção da reclamação. Com o PPC, indicamos que as reclamações continuam e/ou que começaram há dias.

Em algumas situações, contudo, conforme (Ilari, 1997:51), a forma simples e a composta do perfeito são intercambiáveis. Considerem-se:

(45a) Crises sucessivas TÊM DEIXADO esta firma à beira da falência.

(45b) Crises sucessivas DEIXARAM essa firma à beira da falência.

A oposição entre essas duas interpretações não pode ser explicada pelas características lexicais do verbo ou de qualquer outra expressão, que são exatamente as mesmas; deve, portanto, resultar do contexto sintático. Se essa explicação for correta, somos forçados a concluir que a escolha do contexto sintático de uma sentença pode criar, para a mesma, uma interpretação reiterativa (Ilari, 1997:51). Contudo, a diferença entre uma forma (PPC) e outra (PPS) pode estar na pressuposição: no primeiro caso, deduzimos que a firma não entrou em falência, já no segundo, que a firma entrou em falência.

No que se refere ao participípio, convém mencionar, também, dois outros usos:

(46a) TENHO ESCRITO as cartas.

(46b) TENHO escritas as cartas.

(47) DITO isso, saiu.

Em relação ao exemplo em (46), pode-se dizer que, apesar do desenvolvimento analítico (*ter e haver* mais *particípio*), a língua portuguesa ainda guarda as duas formas com sentidos diferentes. Até os quinhentistas (conforme Pereira, 1923), apenas a segunda construção (em 46b) era expressa. Em galego, as duas construções ocorrem: a primeira identifica-se com o valor que essa construção tem em português; a outra corresponde ao presente com valor perfectivo/terminativo (refere-se à fase inicial de um processo de gramaticalização), conforme Rojo (1974) e Calero (1979) *apud* Campos (1997).

Quanto ao exemplo (47), segundo Fiorin (1996), o passado composto do português já foi um passado próximo (expressão de um fato que acabou de ocorrer), mas hoje esse uso se reduz à fórmula *tenho dito*²³.

1.2.3 – O PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES EM PORTUGUÊS: FORMA E FUNÇÃO

As gramáticas de base normativa anteriormente citadas pouco dizem sobre o perfeito simples. Essa forma é caracterizada como um tempo passado e exemplificada mediante paradigmas de conjugação. Codifica, via de regra, um tempo passado em relação ao tempo de fala:

(48) Em mil novecentos e trinta e nove pra quarenta eu FUI pra Marinha de Guerra. (FLP 06, L08)

Campos, Rodrigues e Galembeck (1993) caracterizam o perfeito como uma categoria dêitica já que ligada à enunciação: o momento presente como centro dêítico é incluído como parte do significado do perfeito.

²³Essa forma é privativa de discursos formais ou pseudo-formais e de linguagem forense. Ilari, Godoi e Pires de Oliveira (1986 *apud* Ilari, 2001) dizem que, na fala coloquial brasileira, essa fórmula é substituída por *falou?* (caso de derivação delocutiva). Ocorrem, ainda: *É isso* e *Era o que eu tinha a dizer*.

Uma forma verbal tipicamente utilizada para representar um passado relativo ao tempo de fala, como o pretérito perfeito simples, pode, entretanto, ter outras interpretações. É o que veremos a seguir

O pretérito perfeito é, prototipicamente, um tempo **dêítico** porque está relacionado diretamente ao tempo de fala; e o pretérito mais-que-perfeito é um tempo **dêítico** e **anafórico** porque se relaciona tanto ao tempo de fala como a outro tempo passado (por isso é chamado de passado do passado). Mateus (1983) observa que, em enunciados que descrevem mais de um estado de coisas, os estados de coisas são ordenados relativamente à enunciação e ordenados uns aos outros. Entre outros tempos verbais, a autora cita o caso do PMQP: *tinha saído/saíra* (pág. 105), indicando que a forma composta vem sendo substituída pela forma simples do pretérito perfeito. Essa indicação já se observa em Mattoso Câmara (1972): falando sobre o pretérito PMQPS, refere-se ao rendimento mínimo desse tempo verbal na língua falada, “mesmo de registro formalizado de dialeto social culto” (pág.90) e diz que se utiliza, no seu lugar, o pretérito perfeito, “que não está formalmente marcado” (*idem, ibidem*), ou uma locução de participio com o verbo auxiliar *ter* no imperfeito (*op.cit.*). Logo, o pretérito perfeito também pode ser visto como um tempo verbal anafórico²⁴ por indicar, em alguns contextos, um passado anterior a outro passado (conforme Fiorin, 1996). Considerem-se os seguintes exemplos apresentados pelo autor:

(49) Mordendo o beíço inferior, Palha ficou a olhar para ela de modo estúpido. Considerava o negócio. Achava natural que as gentilezas da esposa chegassem a cativar um homem, e Rubião podia ser esse homem; mas confiava tanto no Rubião, que o bilhete que Sofia mandara a este, acompanhando os morangos, FOI REDIGIDO por ele mesmo; a mulher LIMITOU-se a copiá-lo, assiná-lo e mandá-lo. (pág. 201)

(50) Príamo julga-se o mais infeliz dos homens por beijar a mão daquele que lhe MATOU o filho.(pág. 211)

²⁴ Segundo Mattos (1996), o PMQP é um tempo anafórico, não autônomo do ponto de vista referencial, não sendo autônomo, necessita de um **ponto de referência** diferente do momento de fala.

No exemplo (49), os pretéritos *foi* e *limitou* assinalam anterioridade em relação a *mandara*. “Deveriam” ser expressos com a forma do PMQP, porém, empregando o PP, o narrador aproxima essas ações das ações que estão ocorrendo. Em (50), o presente histórico implica que o PMQP seja expresso pelo PP, a fim de indicar uma aproximação do passado ao presente (conforme Fiorin, *op. cit.*).

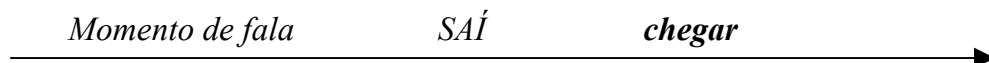
Essas considerações levam-nos à seguinte constatação: *no português do Brasil, ocorre um fenômeno de variação entre as formas do pretérito mais-que-perfeito composto e do pretérito perfeito, quando o objetivo do falante é codificar um tempo passado anterior a outro tempo já passado.*

O pretérito perfeito simples pode, em português, ser utilizado, também, como futuro composto. Considerem-se:

(51) Não adianta você ir à estação às 10h porque o trem já PARTIU.



(52) “Quando você chegar, eu já SAÍ.” (Comrie, 1990: 31)



Note-se que a única possibilidade para os pretéritos *partiu* e *sai* é serem interpretados como futuro. De acordo com Comrie (*op. cit.*), o pretérito perfeito só é usado em (51) e (52) porque aquilo que está à esquerda de uma referência futura é necessariamente passado em relação a essa referência, conforme se pode evidenciar nos diagramas acima. Isso significa que o traço de passado se mantém porque *partiu* é passado em relação a *ir* e *sai* é passado em relação a *chegar*. A interpretação de tempo futuro, entretanto, decorre da localização à direita do momento da enunciação.

* * *

As considerações sobre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, até aqui apresentadas, serão retomadas nos capítulos posteriores, em virtude dos objetivos propostos a seguir.

1.3 - OBJETIVOS

Os seguintes objetivos serão considerados no desenvolvimento desta Tese:

I – Identificar as *funções* codificadas pelos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, na língua portuguesa, desde o século XVI.

II – Caracterizar cada função mediante traços semânticos de **tempo, aspecto, modalidade e referência**²⁵.

III – Tratar da *variação*, buscando fatores discursivos, processuais e sociais que tendem a condicionar um ou outro uso, a partir da análise de dados de fala e escrita.

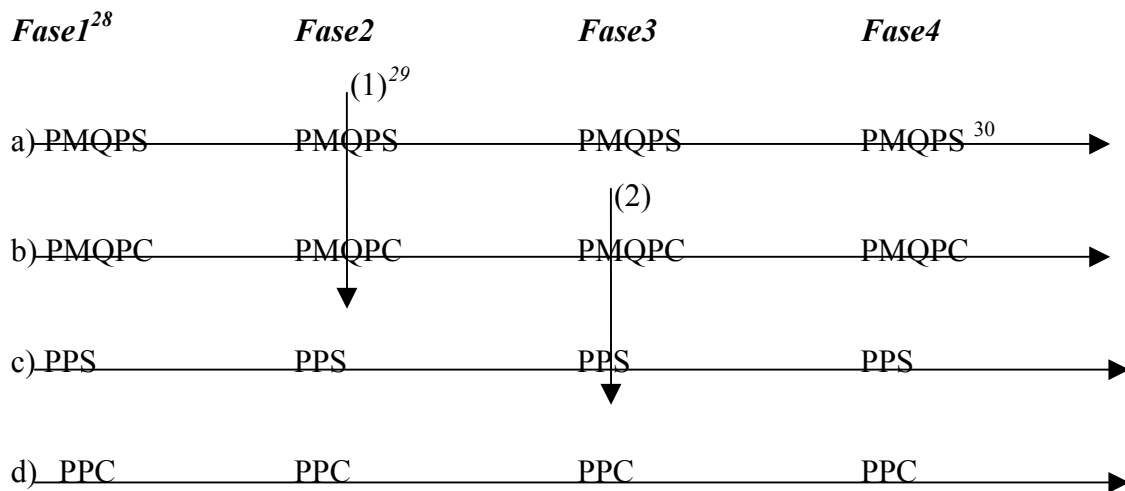
IV - Delinear o percurso (formal/funcional) de cada uma das formas de pretérito sob análise, com base nos seguintes tipos de mudança: *substitutiva* (alternância de uma forma por outra para uma determinada função), *semântica* (alteração de significado ou expansão funcional de uma forma) e *categorial* (passagem de uma categoria a outra, de lexical a gramatical, por exemplo)²⁶.

Esses objetivos podem ser sistematizados no diagrama abaixo (que se constitui como hipótese):

²⁵ Essas categorias serão apresentadas e discutidas no capítulo três.

²⁶ Os três tipos de mudança serão explicados no capítulo dois.

Visualização sincrônico-diacrônica²⁷ dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito



Em analogia à dicotomia saussureana sintagma/paradigma, traçamos eixos paradigmáticos (verticais 1 e 2) que representam estágios em que os pretéritos sob análise constituem-se como variantes, e eixos sintagmáticos (horizontais a, b, c, d) que mostram o percurso funcional desses pretéritos (em termos de significação no sistema lingüístico). O diagrama proposto constitui-se como hipótese genérica, visto que há entre uma fase e outra, das propostas acima, várias fases intermediárias. As fases 1 e 4 aludem à correlação de um-para-um entre forma e função e as fases 2 e 3, à variação (PMQPS e PMQPC, na fase 2, e PMQPC e PPS, na fase 3).

Creemos que dois tipos de análise são fundamentais para explicar o comportamento dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, hipotetizado no diagrama acima: buscamos explicar o que está nos eixos paradigmáticos (1 e 2) e nos eixos sintagmáticos (a, b, c, d) via Teoria da Variação e Mudança e Funcionalismo Lingüístico (este, especialmente, no que se refere à abordagem da gramaticalização).

²⁷ A visualização sincrônica refere-se a cada uma das fases apresentadas. A diacrônica, ao percurso de cada uma das formas de pretérito.

²⁸ As fases são hipotéticas. Sem analisar os dados não é possível correlacionar aos séculos.

²⁹ O eixo vertical (1) representa a variação entre as formas simples e composta do PMQP; o eixo vertical 2, a variação entre PMQPC e PPS.

³⁰ O eixo horizontal representa o percurso das formas (mudança).

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

As considerações aqui apresentadas vêm indicar que a forma verbal não é condição necessária para a interpretação temporal; noções tais como as de **tempo, aspecto, modalidade e referência** são cruciais para a interpretação de uma forma verbal. Conjugadas, essas noções definem as diferentes **funções** dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito. Essas formas podem, então, ser caracterizadas como multifuncionais. Assim sendo, a observação de Fiorin (1996:248), de que toda organização temporal marcada por meio de formas gramaticais e do estabelecimento de relações no interior do texto pertence ao nível discursivo, é altamente significativa.

A discussão de diferentes possibilidades de interpretação desses pretéritos deve elucidar que o nosso sistema cognitivo temporal não interpreta adequadamente apenas as formas verbais previstas para representar uma ou outra referência temporal (passado/presente/futuro), mas recorre aos contextos de ocorrência fazendo adaptações lógicas ao processo interpretativo. “A grande dificuldade no estudo dos valores das formas verbais flexionadas reside no fato de o complexo significativo tempo/modo/aspecto nelas configurado estar intimamente envolvido com a **gramática das construções** bem como com **funções discursivas**³¹” (Campos, *et alli*, 1993:74).

O exposto nos conduz a considerar e analisar variação e mudança lingüísticas (no capítulo dois). Além disso, é preciso discutir o domínio em que se dá a mudança: as categorias **tempo, aspecto, modalidade e ponto de referência** (o que faremos no capítulo três). Nossas incursões não param por aí. Seguimos apresentando: no quarto capítulo, questões e hipóteses delineadas a partir das observações feitas neste capítulo bem como das que serão focalizadas nos dois capítulos seguintes (capítulos teóricos); no quinto, os procedimentos metodológicos adotados na seleção do *corpus* e análise dos dados e, por fim, a análise dos dados de escrita (do século XVI ao XX) e de fala (dados atuais).

³¹ O negrito foi acrescentado.

CAPÍTULO II – A MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA E DO FUNCIONALISMO

PRELIMINARES

O exposto no capítulo anterior evidencia que nosso olhar se volta para o fenômeno da mudança lingüística em três perspectivas: a da **mudança semântica**³², visto que as formas de pretérito mais-que-perfeito e perfeito apresentam várias funções, algumas não descritas ou prescritas nas gramáticas de base normativa; a da **mudança categorial**³³, destacando-se os verbos *ter* e *haver* e a utilização do pretérito mais-que-perfeito simples em projeções futuras; e a **mudança substitutiva**³⁴, dada a possibilidade de comutação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito simples, em alguns contextos, configurando-se um fenômeno de variação que pode levar a uma mudança de forma de codificação de uma função. Esses tipos de mudança são abordados na terceira seção deste capítulo. Inicialmente, apresentamos algumas observações que se referem à possibilidade ou não de se explicar a mudança lingüística. Considerando-se que, em certo sentido, é possível explicar a mudança, na seção dois, tratamos das duas teorias que dão suporte à análise de dados e permitem explicar o funcionamento dos pretéritos PMQPS e PMQPC e PPS e PPC.

2.1 - A MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Antes da exposição das teorias com as quais operamos, convém discutirmos duas questões que estão no cerne das conjecturas sobre mudança: (a) por que as

³² **Mudança semântica**: mudança de um significado a outro ou ampliação/redução de traços que compõem um significado.

³³ **Mudança categorial**: mudança de uma categoria gramatical a outra (de verbo pleno a auxiliar, por exemplo).

³⁴ **Mudança substitutiva** refere-se à troca de uma forma por outra na codificação de uma função (uso de *ter* em lugar de *haver* como auxiliar, por exemplo).

línguas mudam? e (b) é possível explicar a mudança? Vejamos algumas especulações, primeiramente em resposta à questão (a).

Pode-se dizer que, se as línguas são sistemas autônomos, não há razão para mudança; e se elas não o são, é ainda discutível se existem tais razões (Lass, 1980:129). Para Saussure, “o tempo muda todas as coisas, não há razão para a língua escapar dessa lei universal” (Saussure, [1916] 1995:77). E se não considerarmos a língua como um sistema autônomo? Então, as razões podem ser sociais (provenientes de diferença de: classe social, sexo, escolaridade, etnia, região, contexto situacional, nível de formalidade) e/ou lingüísticas (semânticas, sintáticas, morfológicas, fonético-fonológicas).

Considerando inadequada a questão em (a), Faraco (1998) alude a atitudes dos falantes que, quando tomam consciência da mudança, tendem a desenvolver ora uma atitude negativa: a mudança estaria empobrecendo a língua; ora uma atitude positiva: a mudança significa simplificação, a língua de hoje é melhor do que a de ontem (uma coisa substitui a outra porque é mais fácil – ‘lei do menor esforço’, conforme Jespersen, 1894³⁵ *apud* Faraco, 1998). Se minimizar é importante, por que as línguas exibem tanta alomorfia/alofonia, por exemplo? Lass (1980), em crítica à lei do menor esforço (no que se refere ao uso de consoantes homorgânicas³⁶) aponta esse caso como esporádico, logo a mudança não estaria decorrendo de utilização da categoria que pressupõe menor esforço, senão sempre ocorreria. A exemplo desse caso, temos paralelamente monotongação e ditongação no português do Brasil³⁷. Considere-se também a utilização do pretérito perfeito simples em lugar do pretérito mais-que-perfeito composto: se observada a forma, há menos esforço (menor massa de codificação); mas, se observado o processamento, pode haver mais esforço processual, dada a ambigüidade sincrônica atual dessa forma (pode indicar um passado anterior ao tempo de fala e um passado anterior a outro passado, por exemplo). Mas esse uso do perfeito como passado do passado só envolveria mais esforço em casos de orações encadeadas; o encadeamento deve favorecer a ocorrência do pretérito mais-que-

³⁵ JESPERSEN, O. **Progress in language, with special reference to English**. London, Swan Sonnenschein, 1894.

³⁶ Consoantes que têm o mesmo ponto de articulação.

³⁷ Monotongação: apagamento/queda da semivogal dos ditongos (“*bejo*” em vez de *beijo*); ditongação: inserção de semivogal (“*treis*” em vez de *três*).

perfeito visando à não interpretação de seqüencialidade, já que esta é a interpretação natural para orações justapostas ou ligadas por elementos do tipo **aí**. Considere-se o exemplo, a seguir:

(01a) **Apareceu** na segunda-feira, aí eu já TINHA VINDO do serviço, estava passando uma vassoura na casa... (FLP, 03 L713)

(01b) **Apareceu** na segunda-feira, aí eu já VIM do serviço, estava passando uma vassoura na casa... (FLP, 03 L713)

Usar o pretérito perfeito como mais-que-perfeito envolve operações interpretativas de caráter inferencial, assim, o mecanismo dedutivo tem um papel crucial. O **princípio da relevância**³⁸ garante a seleção de uma única interpretação para o enunciado entre as várias possíveis. Essa garantia deve, de alguma forma, ser fornecida pelo falante, já que a linguagem externa nem sempre codifica o tipo de informação que os humanos estão interessados em codificar. As representações semânticas codificadas são estruturas mentais abstratas que devem ser inferencialmente enriquecidas. A comunicação inferencial envolve regras inferenciais aplicadas à informação representada conceptualmente e não regras de decodificação.

O falante que pretende produzir um enunciado relevante tem dois objetivos:

- a) criar algum efeito contextual no ouvinte e
- b) minimizar o esforço de processamento. (Sperber e Wilson, 1995)

Pode-se dizer, então, que dois enunciados com as mesmas condições de verdade podem diferir em termos de efeito contextual e esforço requerido. Uma ótima relevância envolve mais efeitos contextuais e menos esforço de processamento.

Voltando à questão em (a), para Faraco (1998:45), ela é inadequada, tanto em sentido genérico: as línguas mudam porque nada é estático, tudo se transforma; quanto em termos de causalidade (se x, então y): “sendo uma realidade humana, social e

³⁸ A Teoria da Relevância proposta por Sperber e Wilson propõe um modelo de processamento de informações que privilegia o caráter basicamente inferencial não-demonstrativo da compreensão, ou seja, trata-se de um processo inferencial que é espontaneamente realizado pelos seres humanos, cf. Silveira e Feltes (1997). SILVEIRA, J.R.C. e FELTES, H.P.M. **Pragmática e Cognição: A textualidade pela relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

cultural, a língua não está submetida ao universo da necessidade (de leis e relações cegas e automáticas), mas ao universo da possibilidade”. Deve-se, portanto, falar em condições de mudança, ou seja, sob quais condições uma mudança é possível. Para tal discussão, no que se refere aos pretéritos sob análise, as categorias **tempo, aspecto, modalidade e ponto de referência** entram em jogo, visto acreditarmos que essas categorias motivaram e motivam a mudança³⁹.

Quanto à questão em (b), para explicar a mudança, teríamos que dizer o que aconteceu (fatos) e por quê (princípios). Mas, usualmente, não explicamos, descrevemos: o que temos feito é basear nossas teorias em estruturas que nós descobrimos e não na realidade. Explicamos fatos particulares e não a mudança em si (Lass, 1980). Para o autor, pode não haver respostas dedutivas (leis) para um porquê em mudança lingüística, visto termos o problema da intenção, assim, a explicação mais adequada parece ser a metafísica⁴⁰. A teoria da mudança, segundo ele, teria de incluir a variabilidade como um axioma, visto ser empírica a variabilidade (págs. 83; 124; 127; 128; 143; 158). É o que se pretende aqui, no estudo dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito. Não é, entretanto, só o tipo de variabilidade de formas (em que duas formas têm uma mesma função) que nos interessa; mas também a variabilidade de funções (em que uma mesma forma tem mais de uma função).

Explicar mudança implica produzir conhecimento do passado (desvendar uma informação perdida ou obscurecida na passagem do tempo), já que as provas/testemunhos do passado (documentos, fósseis, tradições...) não são a história, nem o passado. O ato intelectual humano é que os engatilha em seqüências coerentes. É somente como nós os interpretamos, na base de teorias do que eles podem significar, e como suprimos, também através de teorias, as mais importantes perdas, que um passado racional pode existir. Aceitar, contudo, que a história é construída nos deixa um problema: como vamos saber se conhecemos a coisa real? Como podemos dizer que uma abordagem do passado representa o que realmente aconteceu? (Lass, 1980:47-50). Assim, é preciso contar com algumas ferramentas de análise: identificar provas

³⁹ As categorias **TAMR** serão apresentadas/explicadas no capítulo três.

⁴⁰ Uma explicação abstrata – que transcende a natureza física.

potenciais; avaliar as provas (via regras de evidência); ter regras de interpretação, em caso de testemunho obscuro, e ter regras de inferência.

Há, contudo, problemas relativos à análise histórica: (i) nossa evidência primária para o passado é aquilo que sobreviveu no presente; (ii) mas a sobrevivência não nos diz nada, a menos que possamos avaliar as provas reais e dizer o que significam. (iii) Isso é conflitante, pois não podemos testar nossas interpretações e julgamentos no passado. O único modo de fazer isso é por meio de princípios de comparação. (iv) Mas nós não podemos ter tais critérios porque eles não podem ser baseados numa única fonte, independente de conhecimento do passado (Lass, 1980:52). Essas considerações tendem a nos impedir de analisar dados históricos, pois nosso julgamento decorre de nossa experiência lingüística. De qualquer modo, persistiremos na análise histórica, os julgamentos serão pautados em critérios determinados no capítulo cinco quando da exposição dos procedimentos metodológicos.

Para Lass (1980:166), as generalizações que têm sido feitas na Teoria da Variação e Mudança são de considerável importância metodológica porque constituem o que pode em princípio parecer fortes explicações, mas falta relevância empírica, o que é necessário para uma explicação verdadeira. Isso não quer dizer que formulações dessa natureza não sejam adições significativas para nosso conhecimento da língua e sua função social. A Sociolingüística Variacionista não estabelece um nexos causal entre o fator social e a atuação de uma mudança e a seleção de alguma variante particular. Tudo que faz é descrever os usos sociais particulares para as variantes e demonstrar a que função servem. O que se faz é estabelecer estruturas ou formulações matemáticas de regras que governam a distribuição e desenvolvimento de variantes na língua. Mas, se generalizações puderem ser feitas, a partir dos condicionamentos de uso dessa ou daquela forma/função, podemos delinear o percurso da mudança. Pelo que supõe Lass, o estudo da variação pode constituir-se em caminho para explicar o fenômeno da mudança lingüística.

Dado, então, que as línguas mudam e que é possível, em um certo sentido, em termos de generalizações, explicar a mudança, aventuramos-nos nesse propósito com base em dois aparatos teóricos: Teoria da Variação e Mudança e Funcionalismo

Linguístico (Gramaticalização). A utilização conjunta de dois referenciais teóricos traz à tona duas questões: (a) o que esses referenciais teóricos têm em comum que permite correlação? e (b) qual a vantagem dessa opção?

Em resposta à questão posta em (a), justifica-se a correlação pela concepção de língua: como um fato social servindo a propósitos (funções) comunicativos; e como heterogênea, portanto, sujeita a variações e mudanças.

Quanto à questão em (b), pode-se dizer que correlacionar a Teoria da Variação e Mudança ao Funcionalismo (Gramaticalização) permite verificar não só variação de formas mas também de funções; assim, além de encarar a mudança como **substitutiva** (com exclusão de uma forma em favor de outra), podemos vê-la como **categorial** e **semântica** (em que não há exclusão, mas migração de uma categoria a outra ou alteração de significado, tornando-se este mais restrito ou ampliado ou metafórico).

Tanto a Teoria da Variação e Mudança quanto a Teoria Funcionalista propõem um modelo assentado na situação comunicativa. Essa motiva, restringe ou determina a estrutura gramatical⁴¹. Essas duas teorias, a partir de suas premissas, fornecem-nos subsídios para abordar de forma mais integrada o comportamento sincrônico-diacrônico dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito. A seguir, cada teoria será vista em separado, encaminhando-se explicações mais detalhadas em favor das considerações apresentadas para as questões acima, no que se refere à correlação entre as duas teorias.

2.2 – TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA

Nesta seção, apresentamos algumas considerações sobre mudança na perspectiva da Teoria da Variação e Mudança, mais especificamente sobre o tipo de mudança que chamamos de **substitutiva**. Da variação entre duas formas para a codificação de uma mesma função/significação, uma pode se fixar na função tornando

⁴¹ Conforme Lass (1980:136), entretanto, a mudança pode ocorrer por razões diversas, desconectadas da função comunicativa: é o caso de algumas alterações fonéticas, por exemplo.

a outra obsoleta, embora nem sempre seja esse o caso⁴². Interessa-nos esse tipo particular de mudança e mais ainda o que o desencadeia: os estágios de variação. Assim sendo, operamos com a Teoria da Variação e Mudança porque objetivamos (i) buscar os momentos em que as formas se constituem como variantes, (ii) delinear estatisticamente contextos que favorecem um ou outro uso; (iii) considerar dados empíricos como dados de análise e (iv) diagnosticar mudanças (em tempo real/aparente⁴³).

A Teoria da Variação e Mudança Lingüística (também chamada Sociolingüística Quantitativa ou Laboviana) tem como objeto de estudo a estrutura e mudança da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Interessa-se pela função social e comunicativa da língua e vê a língua como fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade. Surge como reação: a) ao mito da homogeneidade lingüística preconizado por Saussure e Chomsky; b) à explicação dos fatos lingüísticos através de outros fatos lingüísticos; c) à visão de sincronia como realidade verdadeira e única na lingüística; d) às concepções de comunidade de fala abstrata com falante-ouvinte ideal e e) à eleição das intuições do lingüista como dados de análise, como propõe Chomsky (conforme Labov, 1972b). A língua é vista pelos sociolingüistas como dotada de “heterogeneidade sistemática”. O domínio de estruturas heterogêneas não é questão de mera performance, mas parte da competência lingüística dos indivíduos. Nesse sentido, a ausência de heterogeneidade estruturada na língua seria tida como disfuncional (conforme Weinreich, Labov & Herzog, 1968:101).

Ligando a sociolingüística laboviana à lingüística saussureana, vemos que o que há em comum é a noção de língua como um fato social: a língua não é propriedade do indivíduo, mas da comunidade. Entretanto, Labov discorda de Saussure, Chomsky e outros que insistem na homogeneidade necessária do objeto lingüístico, que ignoram a

⁴² A título de exemplificação, considere-se a variação *seu/dele* em que *seu* se especializou para a segunda pessoa e *dele* para a terceira. Para maiores informações, consultar OLIVEIRA e SILVA, G. M. **Um caso de definitude**. *Organon* 18, v. 5. UFRGS, 1991.

⁴³ Um estudo em tempo real refere-se à análise de dados lingüísticos em tempo passado e atual, assim, pode-se constatar uma mudança. Já um estudo em tempo aparente refere-se à análise de dados via faixas etárias. Se os mais jovens utilizam uma categoria mais do que os mais velhos, pode ser o caso de ocorrer uma mudança na língua, mas a mudança em tempo aparente é uma suposição (conforme Labov, 1994).

heterogeneidade e que consideram a fala como caótica e desmotivada (Figueroa, 1996:77-78).

Labov (1972a:259) crê que o novo modo de fazer lingüística é estudar empiricamente as comunidades de fala, encontrando soluções nos dados fornecidos por tais comunidades; assim o viés do observador pode ser cancelado. Argumentos meta-teóricos no trabalho de Labov podem ser entendidos como a fundamentação empírica para a lingüística. Esses argumentos podem ser acoplados à rejeição da psicologia individual como um *frame*⁴⁴ de referência para a lingüística, bem como rejeição do idioleto ou gramática individual como o objeto da lingüística (Figueroa, 1996:79-80).

A sociolingüística laboviana está centrada no modelo de Hegel (citado abaixo), em contraste ao modelo cartesiano (dualidade mente-corpo), insistindo numa abordagem integrada entre mente e corpo. Nessa perspectiva, é através da interação com o mundo que a consciência se desenvolve, visto que a natureza da mente é social. O conhecimento não é adquirido através de algoritmos, mas de processos reflexivos, ou seja, a partir de cada experiência, nossa consciência é alterada (a mente é dinâmica). Uma base inata não é negada (há um ciclo interno de organização do conhecimento), mas ela é um potencial que emerge e muda dentro de um contexto interativo (Figueroa, 1996:20).⁴⁵

Modelo de Hegel:

A natureza da mente é social;

A mente é dinâmica e ativa em aquisição do conhecimento;

O conhecimento é adquirido através de um ciclo interno;

O critério do conhecimento é interno. (In: Markova, 1982 apud Figueroa, 1996:19)

⁴⁴ Neste caso, *frame* é usado no sentido de modelo.

⁴⁵ Romaine (1981:117 apud Bentivoglio, 1987:12) critica o ponto de vista laboviano dizendo que Labov é um “operacionalista” (faz experimentações/mensurações a fim de obter determinados conceitos/significados) e que sua Sociolingüística não é uma teoria. Ela diz que a teoria indutiva (cujas conclusões são extraídas a partir de análise de dados) é uma não-teoria.

A Sociolingüística se encaixa nesse modelo, conforme Figueroa (1996:25), pelo exposto a seguir:

(i) a Sociolingüística é o estudo da língua em relação à sociedade (Hudson, 1980:01);

(ii) a Sociolingüística visa a relacionar o uso da língua a padrões sociais ou estruturas de vários tipos (Romaine, 1992:01);

(iii) a Sociolingüística é aquela parte da Lingüística envolvida com a língua enquanto fenômeno social e cultural (Trudgill, 1974:32);

(iv) a Sociolingüística é o estudo da língua como um fenômeno social (Svejcer e Nikol'skij, 1986:01);

(v) a Sociolingüística é o estudo das características das variedades lingüísticas, das características de suas funções e das características de seus falantes e de como esses três interagem e mudam numa comunidade (Fishman, 1971:04);

(vi) a Sociolingüística estuda as relações lingüísticas variáveis dos significados sócio-culturais (...) a ocorrência de interações sociais no dia-a-dia relativas a culturas particulares, sociedades, grupos sociais, comunidades de fala, línguas, dialetos, variedades, estilos (Pride, 1970:301).

A Sociolingüística que Labov propõe é aquela com o propósito de estudar a estrutura e evolução da língua no contexto social da comunidade, cobrindo a área usualmente chamada de Lingüística Geral, a qual lida com fonologia, morfologia, sintaxe e semântica (Labov, 1972a:184). Segundo Figueroa (1996:71), quando se diz que a Sociolingüística é o estudo da língua em seu contexto social, isso não deve ser mal-interpretado. A Sociolingüística laboviana não é uma teoria da fala, nem o estudo do uso da língua com o propósito exclusivo de descrevê-la, mas o estudo do uso da língua no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura lingüística (*langue*). Quando Labov fala em heterogeneidade, refere-se à variação, mas está interessado na variação que pode ser sistematicamente explicada. A variação sistemática é um caso de modos alternativos de dizer a mesma coisa, sendo esses modos portadores do mesmo significado referencial (*op. cit*, pág. 78). A lingüística laboviana tornou-se sinônimo do estudo de variação e mudança lingüísticas.

Correlacionando variação e mudança, a Teoria da Variação e Mudança (Weinreich, Labov e Herzog, 1968) rompe com a dicotomia sincronia/diacronia (Saussure [1916] 1995) aproximando-as. “Afinal de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação. E constatar o vínculo entre variação e mudança necessariamente implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando” (Tarallo, 1994:25). Além disso, conforme Lopes (1995:76), “inexiste sincronia pura: no interior de qualquer sistema coexistem estágios de sistemas mais antigos e esboçam-se, como subsistemas, estágios posteriores; um código é, antes de tudo, uma interação de subcódigos e é isso, precisamente, uma propriedade inalienável das línguas a caracterizá-las como mecanismos dotados de produtividade”. À correlação sincronia/diacronia, Wartburg (1946) e Pagliaro (1930) chamam de lingüística pancrônica: “todo fato lingüístico deve ser considerado no sistema de que é parte, e na sua história, que é a história do próprio sistema” (Pagliaro, 1930:176 *apud* Câmara, 1969:45); na lingüística pancrônica, a verdade sincrônica e a verdade diacrônica, à maneira da oposição entre ‘tese’ e ‘antítese’ da dialética hegeliana, confluem numa síntese ampla (Wartburg, 1946:123 *apud* Câmara, 1969:45). A conjunção entre sincronia e diacronia permite que o enfoque não seja o de mudanças abruptas ou etapas estáticas. Pode-se dizer que, “a partir de tais e tais características estruturais e de tais e tais condições de funcionamento, o sistema, quase que preditivamente, caminhou na direção X e não na direção Y” (Tarallo, 1994: 26). Cunha, Oliveira e Votre (1999) propõem uma associação entre sincronia e diacronia (pancronia), também, para análises discursivas.

Assim sendo, uma teoria de mudança lingüística deve articular presente-passado-presente. Tendo sido evidenciada a variação num momento sincrônico, atual, por exemplo, volta-se ao passado para o encaixamento histórico das variantes, fechando o ciclo com a chegada novamente ao presente (Tarallo, 1994); desse modo, pode-se observar (ou não) a manifestação da doutrina do **uniformitarismo**: alguns

mecanismos que operaram para produzir mudanças no passado podem estar operando nas mudanças correntes (Labov, 1972)⁴⁶.

Se olhar o passado pode fornecer indícios para explicar o presente, é possível olhar o presente para projetar o futuro, ou seja, verificar uma mudança em tempo aparente. Conforme Labov (1994), esse tipo de mudança refere-se à predominância de uma das variantes nos grupos mais jovens. Mas convém lembrar que a distribuição em tempo aparente corresponde à distribuição por faixas etárias, e não à *gradação etária* (comportamento lingüístico previsível para diferentes idades, por exemplo, o uso de gírias na adolescência). As observações em tempo aparente conectadas às observações em tempo real permitem que se verifique a mudança em progresso. Conforme Labov (1981), a análise da mudança em tempo aparente é apenas um prognóstico, uma projeção que o pesquisador se arrisca a fazer, portanto, constitui-se como uma hipótese. Identificada uma situação de mudança em progresso, deverá o pesquisador voltar no tempo (eixo do tempo real) para obter dados com os quais possa desvelar as características do processo histórico visualizado no corte sincrônico (conforme Faraco, 1998:117). A articulação entre presente e passado permite evidenciar estágios variáveis e mudanças que aconteceram (tempo real) e que estão em curso (tempo aparente). Convém, contudo, deixar claro que nem toda variabilidade na estrutura lingüística envolve mudança, mas toda mudança envolve, obrigatoriamente, variabilidade (Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

A correlação entre sincronia e diacronia está em foco porque nos propusemos a observar os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito em vários momentos (do século XVI ao XX) e traçar um percurso do comportamento dessas formas verbais ao longo do tempo. Via variação (forma/função), pode-se captar a direção e algumas generalizações acerca da mudança. Conforme Faraco (1998:64), mudança não se refere à troca direta e abrupta de um elemento por outro, mas envolve sempre uma fase de concorrência.

⁴⁶ “O conhecimento de processos que operaram no passado pode ser inferido via observação de processos que se iniciam no presente” (Christy, 1983: ix – *in*: Labov, 1994:21). Assim, parece que a Lingüística aceitou o princípio do uniformitarismo e suas conseqüências como a Geologia, Biologia, e outras ciências históricas têm feito. Mas a implementação do uniformitarismo requer contato com os processos atuais de mudança (*op. cit.*, pág. 22).

Vejamos, agora, os princípios de mudança propostos pela Teoria da Variação e Mudança.

2.2.1 - PRINCÍPIOS DE MUDANÇA

Parece impossível, a partir da descrição de um estado da língua, captar o curso da mudança, mas, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), é possível apreender algumas restrições relativas à mudança e aos fundamentos empíricos subjacentes. O primeiro passo é ver a língua como dotada de *heterogeneidade sistemática* (parte da competência lingüística do falante). O segundo passo é descobrir o mecanismo da mudança; para tal, os princípios empíricos, propostos por Weinreich, Labov e Herzog (*op. cit.*), *transição, restrições, encaixamento, atuação e avaliação*, abaixo especificados, podem nortear a investigação.

Weinreich, Labov e Herzog (*op. cit.*) vêem a *transição*, ou seja, a mudança de um estado da língua a outro, como um mistério: se uma língua tem de ser estruturada para funcionar, como as pessoas continuam falando enquanto a língua muda? Chamam esse período de fase de menor sistematicidade. Note-se, contudo, que um mesmo falante usa ora uma forma, ora outra, sem se ater ao fato de que a língua (aquela categoria) está mudando. Nesse estágio de transição, uma forma alternativa passa a ser utilizada em alguns contextos, até ser primordial em todos e tornar a outra obsoleta.

Além disso, segundo os autores, um grande número de variáveis estudadas revela uma estrutura sociolingüística complexa, na qual o valor da variável é determinado por vários fatores lingüísticos e sociais. Esses fatores entram como ferramenta básica para explicar o mecanismo da mudança. Enquanto a língua muda, não há nenhum problema de comunicação, então, a sistematicidade não é perdida como poderíamos erroneamente supor. Mas deve haver algo que justifique a mudança. Se não é uma questão de economia, nem de resolução de ambigüidades, por que a língua muda? Por hipótese, supomos que, para o fenômeno em estudo (os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito), a mudança decorre de diferentes nuances de sentido (de **TAMR**) que passam a aparecer. Assim, quanto mais diferenças de sentido, mais formas podem aparecer ou mais privilégios de distribuição para uma forma. Por outro

lado, o mecanismo da mudança pode girar em contrário: se sentidos se atenuarem, alguma forma pode cair em desuso, ou haver menos contextos de uso para essa forma.

A transição ocorre na gramática da comunidade (ídiotetos não são a base). A mudança não é transmitida de pai para filho, é transmitida dentro da comunidade como um todo (conforme Weinreich, Labov e Herzog, 1968). Os autores crêem que as mudanças na fala de uma criança, por exemplo, decorrem do contato com outras crianças. Para Labov (1966b), existem apenas duas situações em que a fala dos pais é tomada como modelo definitivo para a criança: a) quando está isolada (por exemplo, no meio rural) e b) na transferência de um traço de prestígio a ser utilizado na fala cuidadosa, sob pena de correção. As diferenças entre a linguagem dos pais e a linguagem da criança não indicam descontinuidade da mudança (mudança de regra de geração para geração) como supõe Halle (1962 *apud* Labov, *op. cit.*), mas que duas formas coexistem e podem atravessar gerações (mudança em progresso). A diferença, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), está no fato de se considerar *regra variável* ou *invariável* e nos *condicionamentos lingüísticos e sociais* que levam a um ou outro uso.

Se descobirmos o que pode mudar ou o que está mudando (estar em transição), poderemos delinear as condições de mudança (*restrições*): aquilo que determina possíveis mudanças ou que dá condições para a mudança ocorrer. As restrições referem-se a fatores lingüísticos e sociais inter-relacionados, além de restrições de processamento. Berg (1998) considera que fatores externos à gramática (restrições de processamento) são cruciais para explicar a estrutura lingüística sincrônica e a mudança lingüística. Em sua concepção, as línguas estão sujeitas a pressões evolucionárias para evitar formas que dificultam o processamento. Como resultado, a estrutura lingüística sincrônica e a mudança lingüística refletem tais restrições.

Além disso, é essencial descobrir qual a importância da mudança em termos estruturais e sociais, ou seja, encaixar a mudança na estrutura lingüística e na estrutura social, mostrando a correlação entre ambas (*encaixamento*). Conforme Faraco (1998), pode-se falar em encaixamento estrutural, quando contextos lingüísticos que favorecem um determinado tipo de mudança desencadeiam outras mudanças, possíveis relações em cadeia, e em encaixamento social, quando há relação entre o fenômeno de

mudança e a estrutura sociolingüística (grupo sócio-econômico, idade, sexo, etnia, localização geográfica). Os estudos empíricos revelam a língua como um sistema que muda em associação com mudanças na estrutura social (Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

No processo de mudança, é preciso, ainda, verificar como uma determinada variante se espalha na comunidade (*atuação*) e como é avaliada pelos falantes em termos de significância social (*avaliação*).

No que se refere à *atuação* e *avaliação*, quando uma mudança se inicia como um padrão local e espalha-se pelas populações vizinhas, a oposição entre as duas formas, em muitos casos, simboliza uma oposição entre valores sociais, pois, nas línguas, há elementos que não são únicos ou ocasionais, mas sociais, do que resultam várias normas parciais (sociais, regionais, etárias). A norma é a realização da fala da comunidade, o que é mais comum, normal e não se deve confundir com prescrição gramatical (conforme Coseriu, 1967⁴⁷ *apud* Mattos e Silva, 2000).

Esses valores podem estar sujeitos a correções não-sistemáticas ou podem permanecer como marcadores inconscientes. Quando uma forma vence, pode-se seguir um longo período em que a forma em via de desaparecimento será sentida como arcaica (Labov, 1975:829) – o uso atual do pretérito mais-que-perfeito simples na função de passado anterior a outro passado, por exemplo.

Explicitando cada uma dessas etapas, conforme Tarallo (1994:74), pode-se “colher os frutos do trabalho: análise acurada de uma comunidade sociolingüística com seu componente de variação e mudança”.

Mas Lightfoot (1999), em contrapartida, refere-se à não existência de princípios de mudança gramatical, pois a mudança lingüística só pode ser entendida se vista da perspectiva da aquisição (em que gramáticas individuais pautam-se em diferentes parâmetros), propondo, assim, que a mudança seja abordada da seguinte maneira: se um aprendiz está utilizando um parâmetro diferente do utilizado por pessoas mais velhas, ele produzirá enunciados com características estruturais inovadoras que afetarão o ambiente lingüístico (estrutura no contexto), produzindo algo como uma

⁴⁷ COSERIU, E. “Sistema, norma y habla”. In: *Teoria del lenguaje y lingüística general.2.* ed. Madrid, Gregos, 1967. p. 11-113.

reação em cadeia, já que tais estruturas podem ser tomadas como modelo por pessoas mais jovens.⁴⁸

Em crítica a Lightfoot, Haspelmath (1999) considera que: a) princípios existem, mas não como primitivos teóricos que causam a mudança; o que se tem chamado de princípios na literatura refere-se a generalizações, conforme a amostra abaixo vem ilustrar (Haspelmath, 1999:587):

- em mudanças fonológicas, obstruintes sonoras podem tornar-se surdas em posição final, mas o reverso nunca acontece;
- categorias lexicais podem tornar-se funcionais⁴⁹, o reverso não ocorre (gramaticalização);
- a gramaticalização é irreversível, a degramaticalização não ocorre;
- quando há uma oposição, sobrevive o membro não-marcado (mais freqüente);
- quando um argumento que não é sujeito torna-se um sujeito, ele adquire primeiro as propriedades comportamentais de sujeito antes de adquirir suas propriedades de codificação. Um exemplo, em português, pode ser o do uso freqüente de passiva pronominal sem concordância (*Vende-se casas*). O clítico, neste caso, adquire as propriedades semânticas de sujeito (indeterminado), logo, o verbo perde a marcação morfológica de terceira pessoa do plural e o substantivo *casas* passa a ser visto como objeto do verbo. A interpretação não é mais a de que *casas são vendidas*, mas a de que *alguém vende casas*.⁵⁰

⁴⁸ A abordagem de Lightfoot pauta-se na proposta da Teoria Gerativa (cf. Chomsky, 1980; 1981; 1986a; 1988): CHOMSKY, Noam. **On Binding. Linguistic Inquiry**, 11:1-46, 1980.

_____. **Lectures on government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **Knowledge of Language: its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986a.

_____. **Language and problems of knowledge**. The Managua Lectures. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

⁴⁹ Funcional, nesta citação, equivale a gramatical.

⁵⁰ Conforme Pereira (1923), a função primitiva do SE é indicar uma ação reflexa. Quando o sujeito é incapaz de exercer a ação expressa pelo verbo, o caso é de passiva. Entretanto, erroneamente, alguns têm dito que o SE é sujeito e o nome plural do predicado é o objeto direto, por: a) aparecerem, em escritores clássicos, construções do tipo: *Não se esperava tamanhas obras* e b) aparecerem, em cartazes, construções do tipo: *Compra-se livros*. Mas essa conclusão não tem como base as premissas; deve-se considerar a construção como passiva porque: a) o sujeito é incapaz de ser agente (o sujeito é inanimado); b) mesmo que apareçam seres animados como sujeito, o sentido mostra que o sujeito é paciente (*Convidam-se os patriotas*) e c) é possível inserir um agente (da passiva) na frase.

E considera que b) não é necessário ver a aquisição como única fonte da mudança gramatical sistemática, embora possa ter um papel significativo. Inovações na fala adulta podem seguir padrões altamente gerais porque todos os falantes partilham certas observações básicas, metas, restrições. Por exemplo, todos os falantes querem passar suas mensagens com um mínimo de esforço e todos querem ser entendidos por seus interlocutores. Keller (1994 *apud* Haspelmath, *op. cit.*) mostrou como os efeitos cumulativos de ações coletivas podem dar em resultados não pretendidos, tanto na língua quanto em outras áreas de atividade humana. Isso pressupõe uma perspectiva de mudança lingüística que inclui uma consideração acerca do aspecto social da língua. Uma inovação na fala adulta pode ser cumulativa se depender primariamente da freqüência de uso (conforme Langacker, 1987:59 *apud* Haspelmath, 1999:586).

Os princípios propostos por Weinreich, Labov e Herzog (1968) autorizam-nos a explicar a mudança, desde que seja possível analisar a língua de uma comunidade, verificar estágios variáveis e fatores condicionantes do uso de uma ou outra forma. Assim, convém apresentar e discutir a noção de regra variável antes de analisar categorias que levam à mudança, supostamente, **Tempo, Aspecto, Modalidade e Ponto de Referência**.

2.2.2 – A NOÇÃO DE REGRA VARIÁVEL NO CURSO DA MUDANÇA

O alargamento da concepção de sistema para abrigar a variação e a mudança lingüísticas traz consigo a noção de regra variável. Regras variáveis são concebidas como inerentes ao sistema, como padrões sistemáticos previsíveis que emergem a partir da língua em uso. Conforme Labov (1978), dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade constituem-se como variantes de uma mesma variável (regra variável). Como propriedades de uma variável lingüística, Labov elencou as seguintes: ter ocorrência freqüente; ser estruturalmente integrada num sistema de unidades em funcionamento e ser estratificada (1972b:08). Esse último aspecto foi colocado quando o autor tratava exclusivamente de fonologia. Para o autor, “variação social e estilística pressupõe a opção de dizer “a mesma coisa” de várias maneiras diferentes: isto é, as variantes são idênticas em valor referencial ou

valor de verdade, mas opostas em sua significação social e/ou estilística”⁵¹ (p.271). É somente através de um estudo criterioso da língua em uso que se poderá demonstrar a existência da capacidade do ser humano de operar com regras variáveis.

Assumindo a perspectiva de que é impossível entender o desenvolvimento de variação e mudança lingüísticas fora da vida social da comunidade, já que pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem, Labov se propõe, em seus trabalhos pioneiros⁵², a correlacionar os padrões lingüísticos variáveis a diferenças paralelas na estrutura social em que os falantes estão inseridos. De fato, investigando variáveis fonológicas, o autor constata uma forte correlação entre a estratificação social dos falantes e seus usos lingüísticos diferenciados.

Ampliando o escopo da regra variável para além dos limites da fonologia, Weiner & Labov (1977) estudam construções ativas e passivas do inglês, testando fatores externos (estilo, sexo, classe, etnia, idade) e fatores internos (status informacional, paralelismo estrutural), concluindo que os dois tipos de condicionamento são independentes, uma vez que todos os grupos sociais tratam a alternância ativa/passiva da mesma maneira, não sendo a escolha por uma variante ou outra determinada socialmente. Tais resultados implicam uma reformulação de pressupostos teóricos: a crença de que há uma correlação sistemática entre usos lingüísticos variáveis e estrutura social e de que a variação pode ser explicada em termos sociais cede lugar a considerações de ordem interna relativas ao funcionamento da gramática.

A partir do trabalho de Weiner & Labov (1977) sobre variação entre construções ativas e passivas em inglês, Lavandera (1978) argumenta que unidades além do nível fonológico têm cada uma, por definição, um significado, e questiona: se cada construção sintática tem um significado, como podemos ter variação, se por variação entendemos duas maneiras de dizer a mesma coisa? A autora propõe alargar a condição de mesmo significado para “comparabilidade funcional” (p.181).

Segundo Silva-Corvalán (1988), talvez o que tenha levado Lavandera a declarar inadequada a extensão do conceito de variável lingüística para além da fonologia seja a

⁵¹ As traduções das citações apresentadas no decorrer da Tese são de minha responsabilidade.

carência de uma teoria do significado. Considere-se a exemplificação abaixo (*op. cit.*, pág. 99):

- (02) Está escuro aqui ya.
- (02a) Puedes leer com tan poca luz?
- (02b) Enciende la luz, por favor!
- (02c) Podrías encender la luz?

A autora considera que tais exemplos (02a/b/c) podem apresentar-se como equivalentes do ponto de vista comunicativo. Mas na Teoria Sociolingüística proposta por Labov, tais exemplos não se constituem como variantes de uma mesma variável porque não têm o mesmo significado referencial, apenas comparabilidade funcional como propõe Lavandera.

Labov (1978) responde à questão levantada por Lavandera lançando mão da noção de “significado representacional” (ou referencial), e utiliza a expressão “estado de coisas” para indicar esse significado, postulando que “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo significado representacional ou o mesmo valor de verdade” (p. 02). Pode ocorrer que esses enunciados, com o mesmo significado representacional, tenham a mesma relevância expressiva e afetiva, mas se houver diferença, a regra variável se mantém, já que Labov separa o significado representacional em um nível (primário) e as funções de identificação (do falante) e acomodação (ao ouvinte) em outro nível que incluiria os aspectos social e estilístico. No caso da mudança, talvez se possa pressupor que tem início nesse outro nível (expressivo).

A polêmica levantada por Lavandera refere-se a níveis além da fonologia, o que poderia nos levar a considerar inequívoca a variação nesse nível. Mas nem todo caso de variação pode ser considerado, em fonologia, como duas maneiras alternativas de dizer a mesma coisa, mantendo-se o mesmo significado representacional, como quer Labov. Por exemplo: no português do Brasil, há o que se pode chamar de alçamento da

⁵² “The social motivation of a sound change” (1963) e “The social stratification of (r) in New York city department stores” (1966) publicados em **Sociolinguistic Patterns** (1972b).

vogal (elevação de vogal média para alta) em sílabas pré-tônicas; um caso seria o da utilização de [u] em lugar do [o] (*coruja*/"*curuja*"). Em princípio, poder-se-ia pressupor que [o] e [u] constituem-se, na fala, como variantes em todos os contextos pré-tônicos, o que não é o caso em *porção*: *porção* com [u] corresponde a 'muito' e *porção* com [o] corresponde à 'parte de alguma coisa' (conforme Callou, Omena e Paredes da Silva, 1991:17).

A expansão do escopo da Teoria da Variação permite que se investiguem diferentes formas para indicar uma mesma função (seja em fonologia, seja em outros níveis), desde que alguns critérios delimitem a variável em questão para que o mesmo significado representacional não seja contestado.

A extensão do modelo variacionista para tratar fenômenos sintático-discursivos "abriu as portas à incorporação de hipóteses funcionalistas, no sentido de atribuir a motivações fora da estrutura da língua, decorrentes de necessidades comunicativo-funcionais, a origem da variação" (Paredes, 1993:885).

Exemplos de análise variável, além da fonologia, podem ser vistos nos trabalhos de Sankoff (1973), sobre a partícula *bai* no Pidgin Tok Pisin da Nova Guiné; de Sankoff e Thibault (1977), sobre a alternância entre os auxiliares *avoir* e *être* em Montreal; de Cheshire (1982) e Harris (1984) sobre variação no uso da negação e marcação de tempo verbal em dialetos britânicos e de Richardson (1991) e Tagliamonte e Poplack (1988) sobre variação de tempo/aspecto no inglês afro-americano. Esses trabalhos sugerem que é possível refinar o conceito de variável lingüística a fim de validar certos tipos de variação morfossintática (*apud* Winford, 1993:142). O manifesto de Osthoff e Brugmann, citado em Arens (1969:340 *apud* Winford, *op.cit.*) também segue nessa direção: "A fonética sozinha não é suficiente se se quer entender a atividade de fala humana e as inovações formais que as pessoas introduzem na fala...". Assim, a extensão do modelo probabilístico da fonologia para a sintaxe não parece ser um passo conceptualmente difícil, como afirma Sankoff (*op.cit.*). Labov (1972:247) comenta que se se quer dar uma contribuição significativa no que se refere ao funcionamento da língua, o estudo dessa em seu contexto social não pode permanecer no campo da fonologia. Note-se que mudanças fonológicas podem

alterar a morfologia da língua; mudanças morfológicas podem alterar a sintaxe; mudanças sintáticas, o plano discursivo.

Além disso, segundo Silva-Corvalán (1988), o estudo além da fonologia leva, necessariamente, a Sociolingüística a estender seus níveis de análise para a semântica e pragmática, não só para a morfologia e sintaxe. Se considerarmos tanto a estrutura interna quanto a externa, em relação à gramática, então, uma explicação pragmática do significado deveria ser parte importante de uma teoria integrada da Sociolingüística, ponto esse também defendido por Romaine (1981). A extensão à semântica já aparece em Labov (1972a:184): a Sociolingüística, com o propósito de estudar a língua no contexto social, cobre uma ampla área: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica. Investigações sobre os contextos lingüísticos em que os dados ocorrem nos permitirão estabelecer possíveis diferenças de significado semântico e/ou pragmático, desde que se tome como ponto de partida variantes com o mesmo significado referencial (Labov, 1978).

No Brasil, há diversos exemplos de estudos variacionistas de natureza não fonológica. A título de ilustração, citamos alguns que se referem a categorias verbais: variação entre o imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito (Bezerra, 1980; Silva, 1998; Karan, 2000); variação entre o futuro do presente e o presente do indicativo (Baleeiro, 1988; Gibbon, 2000); variação entre o presente do indicativo e o presente do subjuntivo (Pimpão, 1998); variação no uso do imperativo (Scherre *et al.*, 2000).

Se podemos considerar a variação, além da fonologia, em termos lingüísticos, poderíamos fazê-lo, também, em termos sociais? Esse é um outro ponto conflitante entre Labov e Lavandera. Além de questionar o estudo da variação em termos de representação lingüística, Lavandera (1978) discute a atuação dos fatores sociais. Para ela, a alternância da voz ativa para a passiva, por exemplo, não se caracteriza como variação “sociolingüística” e sim “lingüística”, pois não carrega significação social e/ou estilística. A autora pondera que análises não-fonológicas não levam em conta o propósito básico da Teoria Sociolingüística que seria descobrir a motivação social de mudanças de sons particulares e demonstrar a correlação das escolhas lingüísticas com o espectro social. Também Garcia (1985) traz à tona o fato de que, na ampliação dos estudos para além da fonologia, Labov sacrificou o componente social.

Labov (1978), porém, argumenta que isso não compromete o estudo sociolinguístico, pois mais do que medir o peso de fatores sociais, o objetivo da Teoria Sociolinguística é captar as restrições da estrutura gramatical da língua. O cumprimento das funções de acomodação e identificação, segundo Labov (*op.cit.*), é um problema a ser investigado posteriormente. O autor coloca essas funções num outro plano, não o do uso representacional (em que as variantes têm o mesmo significado/valor de verdade, num mesmo contexto), dizendo que sabemos que alguém fala como um caipira porque existem formas rurais e urbanas com o mesmo significado; sabemos que alguém falou educadamente porque escolheu um dentre vários modos de dizer a “mesma coisa” (p. 02). Ao mencionar que existe uma função representacional que se distingue de outras, Labov está mostrando que a análise linguística deve se concentrar, primeiramente, no significado representacional e, a seguir, partir para as funções de identificação e acomodação.

O trinômio da abordagem laboviana clássica: fenômeno morfo-fonológico – variáveis sociais – perspectivas da mudança linguística vai se desfazendo à medida que as pesquisas se concentram em outros níveis de análise, ou porque os fenômenos não se mostram sensíveis a condicionamentos sociais, ou porque se lança mão de variáveis não estratificadas. Assumimos, aqui, a indagação de Paredes (1993:885): “Ainda assim, a abordagem é laboviana?” E, igualmente, assumimos sua resposta: “Parece que sim. Examinamos a língua em uso, constituindo nossos *corpora* na tentativa de superar o paradoxo do observador. Continuamos a buscar a sistematicidade da variação, a quantificá-la de acordo com variáveis sociais e estruturais, a procurar vislumbrar os percursos da “evolução” da língua.”

Nesse aspecto, Bentivoglio (1987), ao tratar das variáveis sociais nos estudos sintáticos, comenta que é possível que tais variáveis não exerçam nenhum tipo de pressão, acrescentando, no entanto, que para fazer esse tipo de afirmação é preciso considerá-las. Segundo a autora, “renunciar de antemão à possibilidade de comprovar não parece uma posição cientificamente desejável. Se os *corpora* que analisamos foram recolhidos de acordo com parâmetros aptos a estudos de tipo sociolinguístico, que mal pode haver em analisá-los? Se são amostras legítimas da fala de uma comunidade linguística, por que não poderiam utilizar-se? Caso os fatores

extralingüísticos se mostrem irrelevantes, faça-se constar isso, e se passe à discussão dos fatores lingüísticos.” (p. 19).

* * *

Até agora, referimo-nos à mudança em termos substitutivos: quando duas ou mais formas podem ser usadas com o mesmo significado representacional, em determinado contexto, uma forma passa a ser mais utilizada que a outra, visto que há fatores lingüísticos e/ou sociais mais relevantes condicionando tal forma; assim, pouco a pouco, esta tende a se fixar na função, substituindo a outra. Mas, nem sempre, a forma que perdeu a disputa por dada função tende a morrer ou tornar-se arcaica, pode ser que ela passe a desempenhar outra função (mude de categoria: de verbo pleno para auxiliar, por exemplo, ou de significado: de passado passe a indicar projeção futura, como o pretérito mais-que-perfeito simples – visto no capítulo um). A seção que segue se dedica a essa discussão: de **mudança semântica** e **categorial**, com base nas propostas do Funcionalismo (Gramaticalização).

2.3 – FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

A utilização do Funcionalismo Lingüístico (de base givoniana⁵³) juntamente com a Teoria da Variação e Mudança justifica-se por dois aspectos fundamentais para a análise dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito:

- a) considerar a gramática no discurso e
- b) explicar os eixos sintagmáticos que compõem o diagrama citado no capítulo anterior via gramaticalização (**mudança semântica** e **mudança categorial**).

Por estarmos diante de um fenômeno morfo-sintático-discursivo, parece-nos lícito conjugar o modelo variacionista (conforme muitos o têm feito⁵⁴), incorporando

⁵³ O Funcionalismo aqui mencionado é o de base givoniana. Há, contudo, outras abordagens funcionais. Veja-se, por exemplo, Halliday (1985): HALLIDAY, M A K. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold. Para outras informações sobre teorias funcionais de gramática, veja-se NICHOLS, J. **Functional Theories of Grammar**. *Annual Review of Anthropology*, 13:97-117, 1984.

⁵⁴ A junção da Teoria da Variação e Mudança com a Teoria Funcionalista pode ser vista em um grande número de pesquisas realizadas com dados do Projeto VARSUL, dentre elas, podemos citar as seguintes sobre categorias verbais: Coan (1997), Silva (1998), Pimpão (1999), Gibbon (2000).

hipóteses funcionalistas “no sentido de atribuir a motivações fora da estrutura da língua, a origem da variação” (Paredes da Silva, 1993:885)⁵⁵. Buscando entender o fenômeno lingüístico enquanto comunicação, mecanismos gramaticais e contextos discursivos em que se manifestam serão correlacionados, ou seja, a gramática será vista no texto (Givón, 1990; 1993; 1995).

De acordo com Givón (1991:106), a gramática é construída a partir de um pequeno conjunto de princípios icônicos cognitivamente transparentes. O autor admite, no entanto, não haver uma relação categórica de um-para-um entre função e forma, uma vez que as línguas, a par de apresentarem situações de polissemia e homonímia, estão sujeitas a pressões diacrônicas que provocam tanto desgastes fonéticos nas formas, ocasionando neutralizações, como expansões de sentido, originando alterações de mensagem. Assim, o autor assume que as estratégias lingüísticas comunicativamente motivadas em sua origem podem tornar-se comunicativamente opacas, fossilizadas, devido ao efeito cumulativo de mudança histórica, ou a empréstimo de outras estratégias usadas em domínios funcionalmente relacionados (*op.cit.*). Mas diz também que “a condição natural da língua é preservar uma forma para um significado, e um significado para uma forma” (Givón, 1991:106). Insistir no estudo conjunto da função e da estrutura que a codifica abre caminho para uma séria investigação de *como e por que* tais estruturas desempenham tais funções. Assim, o estudo da sintaxe deve ser similar ao estudo da anatomia (forma) com a fisiologia (função), no que se refere aos organismos vivos (conforme Givón, 1984).

As funções semântico-proposicionais e pragmático-discursivas são “muito mais universais do que as estruturas gramaticais variantes que as codificam” (Givón, 1991). O autor chama a atenção, porém, para a necessidade de uma abordagem não reducionista, no sentido de se considerar a universalidade da função como uma questão de *grau*, e apresenta os seguintes argumentos: (i) primeiro, porque diferentes línguas podem combinar de diferentes modos os mesmos traços universais, como acontece, por exemplo, com tempo-aspecto-modalidade; (ii) segundo, porque alguns traços semânticos, funções pragmáticas ou combinação de ambos só podem ser atestados em algumas línguas, ou mesmo em uma apenas e (iii) terceiro, o autor acredita que as

⁵⁵ O intuito é apresentar considerações mediadas por uma interpretação teórica de cunho funcionalista.

funções codificadas pela gramática (semântica proposicional e pragmática discursiva) exibem maior universalidade do que a semântica lexical, que representa diversidade especificamente cultural.⁵⁶ Porém, somente uma abordagem empírica poderá fornecer evidências para a diversidade estrutural e funcional (*op.cit.*).

Essas considerações podem ser sintetizadas nas seguintes premissas expostas por Givón (1995:09): a) a linguagem é uma atividade sócio-cultural; b) a estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa; c) a estrutura é icônica; d) a mudança e a variação estão sempre presentes; e) as categorias não são discretas; e) a estrutura é maleável e f) as gramáticas são emergentes.

2.3.1 – PRINCÍPIOS FUNCIONALISTAS

Os princípios gerais que orientam a teoria funcionalista givoniana são os da iconicidade e da marcação. Os princípios icônicos são três:

- a) o princípio da quantidade - que prevê a correlação entre quantidade de informação e quantidade de codificação;
- b) o princípio da proximidade - que correlaciona proximidade cognitiva de entidades com proximidade de unidades no plano da codificação e
- c) o princípio da ordem seqüencial - que orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente (Givón, 1984).⁵⁷

Givón (1991) estabelece uma comparação entre iconicidade na língua e na biologia. A iconicidade do código biológico simplesmente reflete o fato de que o plano/estrutura biológico(a) é baseado na função, e a evolução biológica é inerentemente adaptativa, ou guiada pela função (pág. 99). Mas como em biologia, não há 100% de iconicidade, ou seja, alguns elementos estruturais não podem ser emparelhados com funções específicas de um modo óbvio; sincronicamente, a relação pode estar opaca, mas é possível o emparelhamento em estágios prévios da evolução ou no desenvolvimento embrionário (*op. cit.*).

⁵⁶ As funções, por serem de natureza discursiva, são universais; os lexemas são unidades culturalmente determinadas (nomes de cores, de tipos de areia, de tipos de neve, por exemplo).

⁵⁷ Esses princípios são associados, nos capítulos subseqüentes, aos seguintes temas: estruturas seqüenciais/contra-seqüenciais, tipos de referência, e uso variável dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito.

Ainda, como atesta Givón (1991), um organismo pode desenvolver um sistema de processamento de informações usando exatamente as mesmas unidades de codificação, mas codificando funções totalmente diferentes (uma forma para mais funções). Mas o mais comum é ocorrer uma modificação estrutural para o desempenho de uma nova mas similar função (uma forma para uma função). Eventualmente, pode ocorrer uma pequena divergência da função (uma forma para duas funções), por exemplo, o “aparelho fonador”, e, eventualmente também, pode ocorrer de as duas estruturas divergirem (duas formas para uma função). O processo de gramaticalização ocorre mais ou menos assim.

Givón formula também o princípio meta-icônico da marcação, ressaltando, porém, que tal formulação é idealizada:

“Categorias que são cognitivamente marcadas (i.e., complexas) tendem a ser marcadas estruturalmente.” (1991:106)

O autor apresenta três critérios para se avaliar a marcação (1990:947):

(i) Complexidade estrutural - a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a não-marcada.

(ii) Distribuição de frequência - a categoria marcada tende a ser menos freqüente do que a não-marcada.

(iii) Complexidade cognitiva - a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não- marcada.

Esses vários aspectos da marcação devem ser examinados independentemente e depois correlacionados, a partir de resultados empíricos, para se evitar circularidade (Givón, 1995:59). Uma correlação função-forma somente é válida se for testada em dados reais, e mostrada através de quantificação estatística (*op.cit.*, pág. 20). O autor (1991) ressalva, ainda, que a marcação pode não ser determinada em termos absolutos, deve ser vista como contextualmente dependente, pois uma estrutura que é marcada em um contexto pode não ser marcada em outro.

2.3.2 - GRAMATICALIZAÇÃO

A gramática, para o Funcionalismo, é concebida como dinâmica (heterogênea) e emergente (mutável), como um “sistema adaptativo” que nunca se estabiliza, parcialmente autônomo e parcialmente motivado por pressões externas (Du Bois, 1984). Nesse sistema adaptativo, tem lugar o fenômeno da gramaticalização, visto como a evolução de construções relativamente livres no discurso, motivadas por necessidades comunicativas, para construções relativamente fixas na gramática (Du Bois, *op.cit.*). Em outras palavras, construções originariamente motivadas pela situação comunicativa evoluem para formas que vão se padronizando até se cristalizarem em estruturas gramaticais arbitrárias. Uma vez regularizadas, essas formas atuam como forças internas ao sistema que competem com forças externas, provocando “motivações em competição” (*op.cit.*). Nesse sentido, rejeita-se tanto o “estruturalismo autônomo” com seu reducionismo formal, quanto o “funcionalismo transparente” com seu reducionismo comunicativo.

Considerando que a gramaticalização é um dos processos responsáveis pela mudança lingüística, podemos identificar, via gramaticalização, trajetórias características de algumas mudanças, e, além disso, tomá-la como uma espécie de paradigma para descrever o funcionamento da língua (ou de um fenômeno particular). A perspectiva histórica passa a ser crucial para o entendimento da relação forma/função em gramática (na língua). Conforme Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), a natureza sistemática do desenvolvimento da gramática é atribuída à natureza sistemática do desenvolvimento de processos mentais e comunicativos que governam o uso da língua; assim, a gramaticalização apresenta-se como uma das ferramentas mais válidas para investigar a interação falante/ouvinte no uso da língua, por um viés cognitivo-discursivo-estrutural.

Embora o comentário anterior pareça dar relevo à perspectiva diacrônica, deve-se pressupor, conforme mostram Hopper e Traugott (1993), que fatos sincrônicos não são distintos dos diacrônicos e dos processos pragmático-discursivos (de ordem comunicativa) que os apreendem. É o que se verifica nos princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991:22-31):

“Estratificação”: dentro de um domínio funcional amplo (por exemplo, tempo / aspecto / modalidade), novas camadas emergem continuamente. As camadas velhas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer, coexistindo e interagindo com as camadas mais novas, por exemplo:

Marcação de tempo passado em inglês:

- por alternância vocálica: *drive/drove – take/took* (camada arcaica);
- pelo uso de um sufixo apical [t] ou [d]: *notice/noticed – walk/walked* (camada mais recente) e
- pelo uso de uma construção perifrástica envolvendo *do/did*.

Divergência: quando uma forma lexical é gramaticalizada como um clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e submeter-se novamente a outras mudanças, por exemplo, *habere*, verbo lexical no latim, continua como verbo lexical no francês e no português (*J’ai/Eu tenho*), passando também a auxiliar do participípio nas duas línguas (*J’avais chanté/Eu tinha cantado*); e *habere* da construção latina *cantare habeo* tornou-se um afixo (*Je chanterai / -ai; Eu cantarei*).

Especialização: dentro de um domínio funcional, em um determinado estágio, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível; à medida que a gramaticalização ocorre, essa variedade de escolhas formais estreita-se e as formas selecionadas assumem significados gramaticais mais gerais, por exemplo, o uso de um verbo auxiliar com vários tipos de verbos principais: *ter* que era usado só com verbos transitivos, passou a ser usado com intransitivos também.

Persistência: quando uma forma com função lexical se gramaticaliza, passando a ter uma função gramatical, desde que seja viável, alguns traços do significado lexical original podem aderir ao item gramatical, e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em restrições sobre a distribuição gramatical desse item,

como em: *I think the bulk of this year's students will go into industry*⁵⁸. **Will** comportava o significado modal de disposição ou intenção. Tornou-se um futuro quando inanimados passaram a ser usados como sujeitos⁵⁹.

Decategorização: formas gramaticalizadas tendem a perder ou neutralizar marcas morfológicas e privilégios sintáticos característicos das categorias lexicais *nome* e *verbo*, e assumir atributos característicos de categorias secundárias tais como advérbio, participio, preposição, entre outros, conforme se vê em: *Ils se sont éloignés de trente pas*⁶⁰; *Ils ne fument pas*⁶¹; **Ils ne fument un pas*⁶². O *pas* do francês pode ser incluído como exemplo de persistência também porque continua a significar passo quando usado como substantivo (*sés premiers pas* – seus primeiros passos).

Disso se pode deduzir que os trabalhos sobre gramaticalização estão interessados no processo em que uma forma ou função é transformada em outra (conforme Lichtenberk, 1991): **mudança categorial** e **mudança semântica**, objetos de estudo das subseções que seguem.

2.3.2.1 - Gramaticalização como mudança categorial (de estatuto categorial)

Há dois modos pelos quais formas gramaticais novas emergem: a) inovação analógica: novos paradigmas vêm à tona através de semelhanças formais com paradigmas já existentes⁶³; b) gramaticalização: “atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma” (conforme Meillet [1912], 1965:131).

Nessa mesma linha de raciocínio sobre gramaticalização, seguem as definições de:

⁵⁸ *Eu acho que a maioria dos estudantes deste ano entrará no mercado de trabalho.*

⁵⁹ Nos dois casos, há o traço comum de verdade possível (*irrealis*, conforme Givón, 1984).

⁶⁰ Eles afastaram-se trinta passos.

⁶¹ *Eles não fumam.*

⁶² O **pas**, originariamente um nome, acoplado ao **ne**, passa a indicar negação, não admitindo o artigo (**un**).

⁶³ Por exemplo, substituição de *brought* por *brang* (passado de *bring*) por analogia a *sing/sang*, *ring/rang* (cf. Meillet, 1912), citado em Hopper (1996).

a) Kurylowicz (1964:52): “gramaticalização consiste no aumento do limite de um morfema que avança de um *status* lexical para um gramatical ou de um menos gramatical para um mais gramatical”;

b) Lehmann (1982:v): “do ponto de vista diacrônico, gramaticalização é um processo que transforma lexemas em formativos gramaticais e torna-os, por sua vez, mais gramaticais ainda”;

c) Heine e Reh (1984:15): “gramaticalização é um processo em que unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, significação pragmática, liberdade sintática e substância fonética, respectivamente”;

d) Samuels (1971:58): “gramaticalização ocorre quando uma palavra se torna suficientemente vazia de conteúdo lexical” (dessemantização para Lehmann (1982) e Heine e Reh (1984));

e) Sankoff (1988:17): “a gramaticalização está presente quando palavras de conteúdo ou morfemas de classe aberta da língua tornam-se palavras funcionais, ou morfemas de classe fechada”;

f) Heine, Claudi e Hünemayer (1991:02): “gramaticalização é um processo que pode ser encontrado em todas as línguas e pode envolver qualquer tipo de função gramatical; ocorre quando uma estrutura lexical assume uma função gramatical ou quando uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical ainda”;

g) Traugott e König (1991:189): “gramaticalização refere-se ao processo histórico unidirecional e dinâmico pelo qual itens lexicais adquirem novos *status* como formas gramaticais morfossintáticas e passam a codificar relações não codificadas ou codificadas diferentemente” e

h) Hopper e Traugott (1993:xv): “gramaticalização é o processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em certos contextos lingüísticos, a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Assim, a gramaticalização é caracterizada como um processo histórico, um tipo de mudança que tem certas conseqüências para as categorias morfossintáticas da língua e, por conseguinte, para a gramática. As conseqüências são:

a) emergência de uma nova categoria gramatical;

b) perda de uma categoria gramatical existente e

c) mudança em um membro da categoria gramatical. (Lichtenberk, 1991:38)

Ainda, conforme o autor, muitas definições caracterizam gramaticalização em termos de processo, como o desenvolvimento de morfemas lexicais e gramaticais. Lichtenberk prefere a visão de gramaticalização em termos de suas conseqüências como um processo que conduz a certas mudanças na gramática da língua. A ênfase nas conseqüências do processo de gramaticalização, portanto, na mudança, preferencialmente ao próprio processo, reflete melhor o que o autor considera como característica importante das gramáticas das línguas naturais. As gramáticas são um fenômeno histórico, produtos de desenvolvimentos históricos (pág. 38).

Nesta Tese, consideramos gramaticalização como um processo de mudança, em três perspectivas: a) uma forma gramatical pertencente a uma classe tem seu comportamento semântico-sintático alterado, o que a conduz à recategorização: passagem de uma classe à outra (**mudança categorial**); b) uma forma gramatical tem seu domínio de codificação ampliado, reduzido ou modificado, ou seja, passa a codificar mais funções, menos funções ou funções diferentes das que codificava (**mudança semântica**) e c) uma forma gramatical perde seu campo de codificação para outra, é substituída na codificação de uma determinada função (**mudança substitutiva**). A seguir, exemplificamos mudança categorial e semântica; a mudança substitutiva foi abordada anteriormente, na discussão sobre regra variável.

2.3.2.1.1 - Gramaticalização como mudança categorial: exemplificação

A título de exemplificação de **mudança categorial**, vejamos algumas considerações sobre os pretéritos mais-que-perfeito composto e perfeito composto, em que *haver/ter* plenos tornam-se auxiliares.

A forma composta de *haver* mais participio usada nas línguas românicas vem de construções com um significado possessivo no latim clássico, conforme exemplo (03):

(03) *in ea provincia pecunias magnas collocatas habent.* (Olbertz, 1993:243)
 (Naquela província, eles têm um grande capital investido.)

Olbertz questiona-se sobre quais mudanças formais e funcionais conduziram as construções em (03) para *haver* mais participio; sobre quando cada mudança ocorreu e sobre a relação de uma com a outra. E aponta, inicialmente, a existência de duas fases:

a) a do significado possessivo: a construção acima é típica do latim arcaico. *Habere* funciona como um predicado de dois lugares, expressando uma relação de posse entre o primeiro argumento (*eles*) e o segundo argumento (*grande capital*). O participio é um adjunto predicativo: ele denota o resultado de uma ação ou processo no qual o item possuído foi envolvido antes do tempo indicado pelo verbo principal. A informação dada pelo participio é adicional sobre a entidade a que se refere, podendo ele ser deixado de fora, sem afetar a gramática da sentença;

b) a da metáfora do possessivo: o primeiro passo para a gramaticalização é refletido em construções em que não há um candidato para a posição de segundo argumento de *habere*, conforme (04):

(04) *cum cognitum habeas quod sit summi rectoris...numen* (Olbertz, 1993:244)
 quando/compreender/você tem/qual/é/supremo/senhor/vontade/
 (Quando você compreendeu qual é a vontade do senhor supremo.)

O fato de não haver item possuído reduz o significado lexical de *habere*. Outra diferença é que o primeiro argumento de *habere* deve referir-se à mesma pessoa do primeiro argumento de *cognoscere*. Mas *habere* ainda não é um auxiliar. Ele expressa uma relação de posse metafórica entre o primeiro e o segundo argumentos (denota posse intelectual). Logo, *habere* ainda não pode estar combinado com verbos cujo significado contradiz a noção de posse (*perdere*, *dare*). Nesse processo, quanto mais proeminente se torna o elemento marginal do predicado (participio), menos proeminente fica o outro (*haver*, anteriormente dominante).

Em análise de dados do espanhol, Olbertz (1993) observou que, entre 1140-1180, a construção *haver* mais participio já funciona como uma expressão perifrástica

do *perfecto*. *Haver* perde seu significado lexical, mas ainda aparecem suas restrições de seleção no que se refere ao primeiro argumento e à impossibilidade de combinar *haver* com ele mesmo e com *ter*.

Em relação à forma, há, na maioria dos casos, perda de concordância e as duas formas aparecem lado a lado, e quando há uma palavra no meio é geralmente um clítico (uma palavra de pouca proeminência prosódica).

Em dados de 1386, *haver* é usado como um auxiliar intransitivo: pode ser combinado com um modal (*poder*), com um cópula (*ser*), e não indica uma predicação possessiva. Dados de 1570 mostram que o particípio perde seu status adjetival e torna-se uma forma dependente de *haver*. Em seguida (1613), ocorre a extinção de *haver* como um predicado lexical, aparecendo como não-auxiliar em quatro contextos estritos:

- a) na expressão: *haber menester* (*necessitar*);
- b) em expressões de tempo: *...ha tres días...* (*há três dias*);
- c) como um modal deôntico: *haber de* (*ter que*) e
- d) como existencial impessoal: *haber* (*haver, ter, existir*). (Cf. Olbertz, 1993)

Somente a primeira dessas funções é relacionada como o significado lexical de posse. Mas como é uma expressão, não pode ser considerada como um exemplo do significado lexical de *haver*. A partir do século XVII, *haver* é substituído por *ter*, em termos de significado lexical (Olbertz, 1993).

Do exposto, pode-se deduzir os seguintes contextos como favoráveis ao desenvolvimento das formas compostas a partir de *haver* (conforme Benveniste, 1966):

- a) verbo de conhecimento ou verbo de sentimento;
- b) sujeito do particípio igual ao sujeito de *haver* e
- c) objeto direto do particípio igual ao objeto direto de *haver*.

Em termos gerais (conforme Lakoff, 1972:196 *apud* Fleischman, 1982), na transição do Latim para as línguas românicas, dois desenvolvimentos ocorreram:

- a) o auxiliar permaneceu posposto ao verbo lexical: *cantare habeo* – *chanterai*;

b) o auxiliar mudou de posição, de *invitatum habes* para *habes invitatum*, como seria esperado já que a língua como um todo estava mudando de OV para SVO (ou VSO)⁶⁴.

A alternativa em (a) foi escolhida para o futuro e a em (b) para as formas compostas.

Em inglês antigo, segundo Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), o *habb* mais particípio passado era usado somente em contextos possessivos, conforme exemplo abaixo, mas a construção se espalhou para verbos dinâmicos de todos os tipos, os quais forçam a interpretação de uma ação com alguma relevância passada e não como um estado resultando de uma ação.

(05) “*Ic haefde hine gebundenne.*” (“*I had him in a stage of being bound.*”)⁶⁵

Vejamos, agora, algumas observações sobre dados do português, com base em Ribeiro (1996). A abordagem da gramaticalização feita por Ribeiro ocorre na perspectiva da Teoria Gerativa, por isso trazemos à tona apenas suas considerações mais gerais acerca dos auxiliares *ter* e *haver*. O objetivo da autora é discutir a substituição das formas flexionadas do latim por perífrases que deram origem aos tempos compostos (forma flexionada > perífrase > tempo composto). Considere-se o exemplo que segue:

(06) *in ea provincia pecunias magnas collocatas habent.* (Cícero) (In: Ribeiro, 1996: 344)

(06) significa: “Eles têm muitas riquezas investidas nesta província.” e não ainda: “Eles têm investido muitas riquezas nesta província.”

A forma portuguesa *haver*, derivada da latina *habere*, nas construções com particípio passado já é, no português arcaico, um verbo auxiliar temporal; essa

⁶⁴ Essas duas mudanças paralelas podem ilustrar o ‘encaixamento’, um dos princípios de mudança (conforme Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

formação (*habere* mais *particípio*) é formalmente semelhante à formação perifrástica de *habere* mais infinitivo que deu origem aos tempos do futuro e do condicional nas línguas românicas. Nesse tipo de perífrase (no exemplo 06), já há uma predominância de *ter* sobre *haver*. Atualmente, nas construções compostas com *ter* e *haver*, o particípio transitivo não apresenta os traços de concordância com o complemento do verbo, característicos da fase arcaica da língua.

Em termos de significado, inicialmente, conforme demonstra Ribeiro (1996), *haver* e *ter* eram empregados com o traço semântico de posse: *haver* para posses inalienáveis⁶⁶ (além de auxiliar temporal e verbo existencial) e *ter* para posses materiais. A mudança começa quando *ter* passa a ser usado para posses inerentes, o que é um indício da futura ampliação do domínio de *ter* sobre todas as construções de posse, como ocorreu no português moderno.

As seguintes generalizações de Clark (1978, *apud* Ribeiro, 1996) podem ser consideradas:

- em geral, os verbos das construções existenciais e de posse são os mesmos (atualmente, *ter*) e
- se uma língua tem um só verbo auxiliar, ele é usualmente idêntico ao verbo existencial (*ter*, atualmente, tem preferência sobre *haver*).

No século XV, *ter* aparece gramaticalizado como um auxiliar temporal com particípio ativo (cf. 07), ao lado de *ter* pleno com particípio passivo (cf. 08). Há, também, casos em que as duas leituras são possíveis (cf. 09), em que o sujeito de *tinha* também pode ser o agente de *tomar*.

(07) “*Ataa que camssaço e desesperaçõ de nom poder comprir o que começado tiinham.*”(Crônica de D. João I, Cap.CXXXIX)

(08) “*Diego Lopes foi tragido a ElRei de Castella, e tinha-opreso no arreal.*”
(Crônica de D. João I, Cap. 200)

⁶⁵ *Eu estava para prendê-lo.*

⁶⁶ Uma crença, por exemplo.

(09) “*Era com gram medo e periigo, por a frota de Castella, que tiinha o rrio tomado.*” (Crônica de D. João I, Cap. CXLII)

(09a) A frota de Castella tomara o rio.

(09b) A frota de Castella mantinha o rio tomado.

Habere, verbo pleno no latim, no português arcaico, aparece como auxiliar em construções de posse, como auxiliar nas formas perifrásticas, e nas construções existenciais. Hoje *ter* ocupa todos esses contextos.

Essa “formação de perífrases verbais é um tipo de mudança gramatical que tem sido denominado ‘gramaticalização’, um processo através do qual um verbo pleno (neste caso, *habere*, um verbo de conteúdo semântico de posse) desenvolve-se historicamente em um elemento gramatical. Tal desenvolvimento é geralmente acompanhado por um esvaziamento semântico, ou seja, por uma perda do conteúdo lexical do elemento em questão” (Ribeiro, 1996: 345). Ramat (1987: 8-13 *apud* Ribeiro, 1996) define o processo de gramaticalização através dos seguintes estágios: verbos plenos > construções predicativas > formas perifrásticas > aglutinação. Embora o final esperado do processo de gramaticalização seja geralmente o zero, há expressões congeladas, idiomáticas que parecem bloquear ou ao menos retardar o processo de perda total (conforme Traugott e Heine, 1991).

Em relação ao particípio, filólogos como Vicent, 1982 e Harris, 1982 (*apud* Ribeiro, 1996) concordam que o particípio latino originou-se de uma forma puramente adjetival. Considere-se o seguinte exemplo:

(10) *Inclusum in curia senatum habuerunt* (Cícero)

(Haviam confinado o senado na Cúria.)

Embora a concordância ocorra, esse exemplo permite uma leitura temporal, o que leva à proposta de que *haver* é um auxiliar temporal. Segundo a autora, a concordância não é o elemento definidor. O caso é que os particípios deveriam ser de natureza transitiva, mas a partir do século XV, *haver* aparece em outras construções. Então, “pode-se considerar que a perda de restrição do traço mais transitivo dos

participios é evidência clara da reanálise de *haver* como verbo auxiliar.” (*op. cit.*, pág. 367).

Isso não implica a não ocorrência de *haver* mais participio passivo. Essas construções ficam menos freqüentes, mas não são eliminadas da língua. O que geralmente ocorre é ambigüidade, ou seja, duas leituras são possíveis, conforme exemplo abaixo:

(11) *Os tratos que antralle e os de Portugal avia firmados* (In: Crônica de D. João I, Cap.LVII)

(11a) ...havia firmado tratos...

(11b) ...havia os tratos firmados...

Essas considerações atestam uma **mudança categorial**, mas há também em jogo, pelo que foi evidenciado no capítulo um, mudança de ordem semântica. É o que veremos na subseção seguinte.

2.3.2.2 - Gramaticalização como mudança semântica

Embora se considere, geralmente, gramaticalização como o desenvolvimento de morfemas gramaticais a partir de lexicais, Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) não restringem o interesse nesse tipo de transição, citando outros mecanismos: a) extensão metafórica (extensão entre domínios – mudança abrupta); b) inferência (o falante implica mais do que ele diz, e o ouvinte infere mais do que foi dito); c) generalização (perda de traços específicos do significado - redução semântica – com conseqüente expansão); d) harmonia (usos similares, por exemplo, usos modais na oração principal e na subordinada) e e) absorção (retenção de um traço gramatical).

Também Givón (1979) reconhece a aplicação do termo gramaticalização em sentido mais alargado. No processo de gramaticalização, um modo mais pragmático de comunicação dá lugar a um modo mais sintático, assim, não vê a gramaticalização simplesmente como reanálise de unidades lexicais em gramaticais, mas também

reanálise de padrões discursivos em gramaticais e de funções discursivas em funções semânticas sentenciais.

Ainda Heine *et al.* (1991) referem-se à gramaticalização como mudanças de ordem semântico-pragmática. As tendências⁶⁷ apontadas são as seguintes: a) de significados baseados na situação externa (espacial) para significados baseados na situação interna (perceptual/cognitiva); b) de significados baseados em situação externa ou interna para significados baseados em função textual (coesão textual) e c) tendência a significados tornarem-se progressivamente situados nas crenças do falante. Nos estágios iniciais da gramaticalização, ocorre fortalecimento pragmático: envolvimento do falante mediante atitudes, crenças (conforme Heine *et al.*, *op. cit.*). Isso mostra que a gramaticalização pode servir como ferramenta para investigar a interação falante/ouvinte no uso da linguagem (Bybee *et al.*, 1994).

2.3.2.2.1 - Gramaticalização como mudança semântica: exemplificação

Em análise de dados do espanhol, Klein-Andreu (1991) verificou que o morfema *-ra*, que veio do mais-que-perfeito indicativo latino *-eram* (*amaveram*), atualmente é descrito como se fosse um imperfeito do subjuntivo. O significado original de *-ra* tem sido reanalisado⁶⁸ em dois aspectos:

- a) de referência a um tempo anterior a algum ponto no passado à referência de um passado sem indicação de anterioridade e
- b) de assertivo a não-assertivo, ou seja, em modalidade, perdeu a assertividade.

O uso original (em *-ra*) em espanhol foi substituído por uma construção perifrástica: imperfeito de *haber* mais particípio passado. Essa circunstância deve ter sido crucial para explicar o desvio de *-ra* de seu uso assertivo original (**mudança semântica** e **categorial** paralelamente). A chave para a mudança foi a competição (variação). A questão, então, é determinar se já havia algum contraste que pudesse

⁶⁷ Essas tendências seriam classificadas como metafóricas por Lakoff (1993).

⁶⁸ O termo reanálise é empregado, na maioria dos casos, apenas para **mudança categorial** (veja-se, por exemplo, Langacker, 1974). LANGACKER, R. W. **Movement rules in functional perspective**. *Language* 50(4): 630-64, 1974. Klein-Andreu focaliza reanálise semântica.

indicar como se deu a perda da assertividade. A autora propõe que, durante a competição, é provável que as duas formas (a em *-ra* e a perifrástica) fossem usadas para distinguir graus relativos de focalizar o evento, mais ou menos o que Diver (1969 *apud* Klein-Andreu, *op. cit.*) chama de distinções de relevância, e o que Hopper e Thompson (1980, *idem, ibidem*) chamam de diferentes graus de relevo (figura/fundo). Então, espera-se que:

- a) a forma perifrástica apareça em figura e
- b) a forma em *-ra* apareça em fundo.⁶⁹

Tudo indica que houve uma reanálise semântica do significado do *-ra*, devido à competição com a forma perifrástica.

A análise de dados do século XIV (1328-1332), desenvolvida por Klein-Andreu (1991), evidenciou 49 casos de construção perifrástica *realis*⁷⁰ e 135 com *-ra* (*realis*). E apenas 16 casos com *-ra irrealis*. O que já indica que o *-ra* passou a ser usado para expressar o *irrealis*. A análise demonstrou a preferência por *-ra* no caso de eventos hipotéticos, então, não é surpreendente o uso de *-ra* para indicar não-assertividade. Primeiro, observou-se o uso do *-ra* em apódoses (or. consecutiva de uma condicional), depois em prótases (or. condicional), o que reflete seu progresso gradual de maior para menor assertividade.

Além do exposto, há, também, uma especialização da forma composta do pretérito mais-que-perfeito para indicar irrealidade, similarmente ao que ocorreu com a forma simples no espanhol. Fleischman (1989), com base em dados do inglês, menciona que tempos verbais cuja referência temporal é um passado anterior indicam irrealidade quando usados para se referir simplesmente ao passado. Vejamos seus exemplos:

(12) *I HAD THOUGHT/HAD BEEN thinking about asking you to dinner.*

(pág. 10)

⁶⁹ Koffka (1936/1975) descreve o plano ambiental como duplamente organizado (figura/fundo). A figura constitui o relevo, por isso é percebida como mais saliente, e o fundo aparece como suporte, caracterizando-se como neutro. *In: Princípios da Gestalt*. São Paulo: Cultrix.

⁷⁰ O *realis* é, de acordo com Givón (1990), a modalidade não-marcada, então, deve-se assumir que eventos que ocorreram em tempo e espaço reais, ou estão ocorrendo no tempo da fala, são mais salientes na mente do que eventos que não ocorreram ou podem ocorrer (*irrealis*). A base para essa consideração está em propriedades da percepção e memória humanas.

Eu tinha pensado em convidar você para jantar.

(13) *I HAD HOPED we might get together next week.* (pág. 10)

? Eu tinha esperado⁷¹ que nós pudéssemos ficar juntos na próxima semana.

“Via mais-que-perfeito, o falante se distancia de uma perda potencial” (*op. cit.*, pág. 10). Esse uso do mais-que-perfeito não tem a ver com anterioridade temporal; funciona como uma estratégia pragmática (dentro do eixo da modalidade), a fim de distanciar o falante do conteúdo proposicional. Pesquisadores como Steele (1975), Langacker (1978) e Hutchinson (1985) explicam que o significado básico seria construído não como um tempo passado, mas como uma distância mais ampla da realidade presente (*apud* Fleischman, 1989:17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O que foi apresentado, neste capítulo, em se tratando do fenômeno da mudança dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, leva-nos às seguintes observações, tanto no sentido de sintetizar o capítulo, quanto no sentido de ampliar a discussão (nos capítulos seguintes):

- em termos de condições que levam uma forma ou função a mudar, é possível explicar a mudança;
- para captar essas condições, há que se verificar estágios de variação, nesse caso, convém ampliar a noção de regra variável, da fonologia para outros níveis gramaticais: sintaxe, semântica, por exemplo;
- duas formas contendo o mesmo significado representacional constituem-se como variantes, observação que remete a dois problemas: um relativo à variação (é preciso dizer, também, que uma mesma forma representa mais de uma função) e outro relativo ao significado (é preciso descobrir e analisar o que compõe o significado, especialmente/especificamente para as formas verbais em foco) e

⁷¹ Em português, a construção fica adequada se usado o pretérito imperfeito do indicativo (*esperava*).

- se conhecermos as categorias que compõem o(s) significado(s) das formas verbais, podemos explicar o significado e, por conseguinte, aplicar essa noção à regra variável, além disso, se descobirmos os condicionamentos, podemos captar os processos envolvidos na mudança, tanto de forma quanto de função.

Esse trajeto foi, teoricamente, percorrido neste capítulo: apresentamos os postulados teóricos da Teoria da Variação e Mudança e do Funcionalismo. Esses dois aparatos dão-nos subsídios para tratar de três tipos de mudança envolvendo os pretéritos MQP e P: **substitutiva, categorial e semântica**.

Tanto a Teoria da Variação e Mudança quanto o Funcionalismo referem-se à mudança lingüística como um processo que envolve um “distúrbio” na relação forma/significado. Constatado que os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito estão em mudança, pretende-se explicar como ocorre esse “distúrbio”. A mudança deve decorrer de diferenças entre as categorias **Tempo, Aspecto, Modalidade e (Ponto de) Referência (TAMR)** ou de diferenças entre os matizes (sentidos) que compõem cada categoria. Assim, além de explicitar os postulados teóricos da Variação e Mudança (visando à explicação da **mudança substitutiva**) e da Gramaticalização (visando à explicação da **mudança categorial** e da **mudança semântica**), é preciso apresentar postulados teóricos sobre **TAMR**, categorias que servirão de base para explicar as mudanças das formas de PMQPS, PMQPC, PPS e PPC. Esse domínio **TAMR** parece ser responsável por mudanças em outros casos também, vejam-se, por exemplo, as discussões propostas por Pimpão (1999), sobre a alternância entre o presente do indicativo e subjuntivo, e por Gibbon (2000), sobre o uso do futuro do presente.

CAPÍTULO III – A MUDANÇA LINGÜÍSTICA E AS CATEGORIAS TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA

PRELIMINARES

No capítulo um, apresentamos os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito como fenômenos em mudança. Tal consideração nos levou a propor uma análise pautada em dois referenciais teóricos: a Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo. No decorrer da exposição desses referenciais, indicamos que a mudança começa a partir de alguma alteração no conjunto de traços/matizes de sentido que compõem o significado de uma categoria: **tempo**, **aspecto**, **modalidade** e **referência**. Assim, mudanças nessas categorias ou subdivisões delas podem desencadear uma mudança seja **semântica**, **categorial** ou **substitutiva**. Referimo-nos ao significado das formas verbais como o conceito de **tempo** (passado/presente/futuro), **aspecto** (perfectivo/imperfectivo), **modalidade** (*realis/irrealis*) e **referência** (ponto de referência no passado/presente/futuro); e a sentido⁷², como traços/matizes dessas categorias, por exemplo: tipos de *realis* para a **modalidade**; ponto de **referência** temporal, discursivo, pressuposto, compartilhado.

A seguir, cada uma das categorias será vista em separado. Parece-nos que isso é didaticamente adequado, embora seja empiricamente impossível. Givón (1984), ao tratar do complexo TAM (tempo, aspecto e modalidade)⁷³, refere-se à separação em termos de conveniência expositiva visto que sincronicamente, diacronicamente e ontogeneticamente⁷⁴, as categorias são interconectadas, bem como conectadas a outras propriedades. O autor menciona que esse sistema constitui-se como um feixe de traços:

⁷² Nossa abordagem de sentido difere da de Benveniste ([1974] 1989). Para o autor, “o sentido da frase é de fato a idéia que ela exprime (...) é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego” (págs.230-31).

⁷³ Givón (1984) não apresenta ponto de referência como uma categoria, embora utilize a noção na discussão de tempo.

⁷⁴ Na aquisição e utilização da linguagem pelo indivíduo durante o seu desenvolvimento.

semântico-lexicais (envolvidos na estrutura significativa dos verbos); semântico-proposicionais (codificadores de estado, ação) e pragmático-discursivos (tendo um papel crucial na seqüenciação de proposições em figura/fundo⁷⁵ e em indicação de modalidades). Incluímos, no domínio TAM, a categoria **Referência** porque também compõe a significação dos tempos verbais⁷⁶.

Corroborando a observação de Givón sobre o TAM (+R) como categorias interconectadas, Lyons (1977) reconhece que não pode haver em gramática universal alguma distinção nítida entre tempo verbal e aspecto por um lado e tempo verbal e modalidade por outro. Essas noções se interligam no discurso para referir tempo. Tempo verbal, aspecto e modalidade representam três diferentes pontos de partida em nossa experiência de tempo. Tempo verbal envolve nossa experiência/conceito de tempo como pontos numa seqüência. Aspecto envolve nossa noção de delimitação do período de tempo. E modalidade cerca nossas noções de realidade (*realis e irrealis*)⁷⁷, conforme Givón (1984). Para a interpretação de formas verbais, há que se fazer um cálculo dessas categorias, o que pode levar uma mesma forma verbal a várias interpretações (como foi visto no capítulo um).

3.1 – TEMPO/ TEMPO VERBAL

Nesta subseção, apresentamos algumas considerações a respeito de marcação de tempo (via tempo verbal, advérbio e contexto), da relação entre tempos (se por dêixis ou por anáfora) e de distanciamento temporal.

3.1.1 – MARCAÇÃO DE TEMPO

Uma de nossas experiências no mundo é certamente a de tempo, no sentido de que armazenamos informações já ocorridas, vivenciamos situações novas a cada momento e projetamos outras; essas experiências são traduzidas nas línguas por sistemas de codificação. Se em uma língua se pode falar sobre o passado, o presente e

⁷⁵ As informações em figura constituem o relevo, por isso, são percebidas como mais salientes.

⁷⁶ A discussão sobre ponto de referência aparece na seção 3.4.

o futuro, a tendência é concluir que essa língua tem tempo verbal. Entretanto, isso nem sempre é verdade: as línguas naturais podem marcar o tempo por meio de advérbios (*ontem*) e pelo contexto. No chinês, por exemplo, é possível enunciar sentenças com conteúdo temporal, mesmo sem qualquer expressão temporal aberta (Enç,1996:345). Algumas deduções sobre a localização do tempo são o resultado de fatores diversos e não meramente da escolha de tempo verbal. Há, ainda, línguas sem tempo verbal, como o *Burmese* e o *Dyirbal* (conforme Comrie, 1990), nas quais a distinção temporal é feita lexicalmente, por advérbios, ou contextualmente.

O tempo verbal é uma das várias estratégias desenvolvidas para o propósito de mapear tempo nas línguas, ou mais precisamente na gramática. Tempo verbal geralmente não expressa o fluxo do tempo como tal nem sua segmentação, mas simplesmente uma seqüência de eventos. Além disso, as seqüências temporais representadas pelos tempos verbais podem não espelhar as relações de tempo real, embora freqüentemente o façam (conforme Fleischman,1982:08).

3.1.2 – RELAÇÃO ENTRE OS TEMPOS VERBAIS (*dêitico/anafórico ou absoluto/relativo*)

Os tempos verbais representam o tempo com referência ao ponto temporal do ato de fala. As indicações antes do tempo de fala, simultâneo ao tempo de fala ou depois do tempo de fala fornecem três tempos verbais, mas como o número de tempos verbais é maior, precisamos de uma interpretação mais complexa (Reichenbach,1947). O autor apresenta os seguintes esquemas para os pretéritos sob análise:

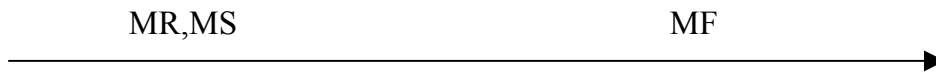
Pretérito mais-que-perfeito:



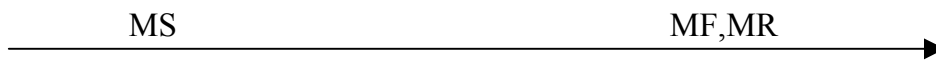
⁷⁷ Essas noções serão discutidas na seção 3.3.

⁷⁸ Na proposta de Reichenbach (1947), ME refere-se ao momento do evento, MR refere-se ao momento de referência e MF ao momento de fala. Preferimos substituir ME por MS (momento da situação), visto que nem sempre se trata de um evento; há desejos, condições, estados expressos.

Pretérito perfeito simples:



Pretérito perfeito composto:



A proposta de Reichenbach fornece instruções para localizar, no tempo, a situação expressa pelo verbo. Seguindo nessa direção, Comrie (1990) estabelece o momento de fala como centro dêitico; assim, três tempos verbais básicos formam a espinha dorsal da referência temporal em gramática: presente, passado e futuro, chamados de tempos verbais absolutos em oposição aos relativos e relativo-absolutos.

Os absolutos têm o momento de fala como ponto de referência. Note-se, contudo, que a interpretação absoluta é ilusória. A referência de tempo absoluto é, na verdade, impossível, já que o único modo de localização de uma situação no tempo é relativo a algum outro ponto no tempo já estabelecido. Assim, o chamado *tempo verbal absoluto* é aquele que inclui como parte de seu significado o momento presente como centro dêitico (Comrie, 1990).

Tempos verbais relativos têm algum outro ponto no tempo, dado pelo contexto, como ponto de referência. Salienta-se, contudo, que a diferença entre tempo verbal absoluto e relativo não é entre o momento presente e algum outro ponto no tempo como ponto de referência, mas entre esse ponto no tempo e uma forma cujo significado não especifica que o momento presente deva ser o ponto de referência (forma não flexionada). Tempos verbais relativos têm o momento presente como um dos possíveis pontos de referência. Comrie (1990:58) diz que “tudo que é requerido para tempos verbais relativos é a identificação de um ponto de referência compatível com o contexto dado.” Tempos relativos podem ser representados por formas verbais não finitas e finitas. Uma forma não-finita indicará um tempo relativo puro; já a forma finita indicará um tempo relativo-absoluto. Os tempos relativos puros, conforme

Comrie (*op.cit.*), têm como ponto de referência a forma finita mais próxima e podem receber a referência temporal (de passado, presente ou futuro) desse ponto. Assim, se o ponto de referência de uma forma não-finita for passado (como *mandaram* no exemplo abaixo), tal forma (*pensando*) receberá referência temporal passada, indicando o tempo que a forma do ponto de referência indica.

(01) Eu sei que a gritaria era tanta que um dia mandaram chamar a polícia, **pensando** que TINHA ACONTECIDO alguma coisa conosco. (FLP 01, L537)

Tempos verbais relativo-absolutos combinam localização de tempo absoluto de um ponto de referência com localização de tempo relativo de uma situação. A existência de tempo verbal relativo-absoluto decorre da existência de um ponto de referência antes ou depois do momento de fala e da localização da situação anterior, simultânea ou posteriormente a esse ponto. O tempo verbal relativo-absoluto pode ser ilustrado pelo pretérito mais-que-perfeito (*tinha acontecido*, no exemplo 02). Uma outra possibilidade de ocorrência de um tempo verbal relativo-absoluto, conforme Comrie (1990), é funcionar ele próprio como ponto de referência para um outro tempo verbal relativo-absoluto (*notei* no exemplo 02).

(02) Quando as meninas também foram no jogo, eu só senti falta quando elas chegaram, que eu **perguntei** pra eles, que eu **NOTEI** que alguma coisa TINHA ACONTECIDO. (FLP 17, L684)



Dessas observações sobre tempo absoluto e relativo, pode-se dizer que o tempo absoluto é um tempo dêitico; e o relativo é anafórico. A referência temporal é estabelecida a partir da relação com o momento da enunciação ou da ancoragem em um outro tempo que não o tempo de fala (Matos, 1996). Para Givón (1984), absoluto

(*agora*) refere-se ao tempo de fala e o relativo (*então*) é fixado por outros itens (palavras adverbiais ou outros eventos). O tempo verbal é, então, a gramaticalização da relação entre o tempo da situação descrita e o ponto zero do contexto dêitico – o momento da enunciação (Lyons, 1977).

Três menções podem corroborar o exposto acima:

a) Fleischman (1982) define o tempo verbal como uma categoria dêitica cuja função primária é marcar a seqüência de eventos em relação direta ou indireta a um ponto zero, momento da fala. O tempo verbal marca, assim, as relações obtidas entre os três pontos de orientação: evento, referência e momento de fala.

b) Para Travaglia (1991), as formas verbais referem-se a um conjunto de flexões dos verbos (tempos do verbo). Essas formas apresentam uma situação como tendo realização anterior (passada), simultânea (presente) ou posterior (futura) ao momento da produção do texto, ou seja, ao momento do ato de dizer.

c) Givón (1984) coloca dois traços como fundamentais à conceituação do tempo refletido em sistemas de tempo verbal: seqüencialidade (sucessão de pontos/momentos) e ponto de referência (tempo da performance do ato de fala). A categoria tempo verbal codifica a relação entre dois pontos no tempo: o tempo de fala (ponto de referência universal) e o tempo do evento.

No português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro, que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais de um estado de coisas, a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento de enunciação mas, para além disso, são ordenados uns relativamente aos outros (Mateus *et al.*, 1983:104-105).

Mas, de acordo com Comrie (1990), as línguas nem sempre dispõem de formas verbais para indicar que um tempo é anterior a outro. O russo pode ser arrolado como

um exemplo de língua cujos tempos verbais são predominantemente absolutos (os relativos são restritos a um conjunto de participios não finitos), nesse caso, um outro elemento inserido no contexto discursivo (no caso, o advérbio *já*) é que possibilita a interpretação de uma situação como anterior a outra, mesmo tendo sido codificada depois (Comrie, *op.cit.*). Observe-se o exemplo:

(03) *Kolja priexal; Masa uze uexala.* (*op.cit.* p.68)

Kolja chegou; Masa **já** SAIU.

3.1.3 – DISTANCIAMENTO TEMPORAL

Noções de distanciamento mais prolíficas são encontradas no passado, já que a tendência geral das línguas é ter um melhor desenvolvimento do sistema de passado do que de futuro. O ponto de referência para a maioria das línguas com graus de distanciamento parece ser o momento presente; existem, entretanto, casos que necessitam de algum outro ponto de referência (conforme Comrie, 1990).

No português, a distância temporal em relação ao momento da enunciação é assinalada por mecanismos como uso de expressões adverbiais (*antes de, depois de...*), tempo verbal (*perfeito, mais-que-perfeito*) e é possível, também, usar um verbo como *acabar* em *acabo de chegar* para indicar proximidade temporal ao presente. Embora o português não tenha um sistema verbal para distanciamento tão produtivo quanto outras línguas⁷⁹, é possível estabelecer subdivisões temporais devido a esses mecanismos e/ou ao nosso conhecimento de mundo. Nem sempre, porém, são feitas muitas subdivisões em um mesmo enunciado, tendo em vista que isso acarretaria maior dificuldade para relacionar situações por parte do falante, e maior dificuldade de processamento por parte do interlocutor. De acordo com Givón (1991b: 106),

⁷⁹ Existem sistemas temporais que apresentam mais de duas formas para fazer referência a subdivisões no passado: Kamba, Mabuiag, Bamileke-Dschang, Bamileke-Ngyemboom, Kiksht entre outros (Comrie, 1990). O português apresenta os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito. O imperfeito não representa uma subdivisão em termos de distanciamento a partir do momento de fala: é um passado relativo ao momento de fala como o perfeito, diferenciando-se deste aspectualmente: representa uma situação imperfectiva.

categorias que são cognitivamente marcadas - i.é, complexas - tendem a ser também estruturalmente marcadas. A categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não marcada.

A complexidade cognitiva é o que impede, muitas vezes, mais de duas ou três relativizações em uma mesma referência temporal. Veja-se o exemplo que segue a título de ilustração:

(04) Eu descobri que o João TINHA DITO que o Paulo TINHA ENTREGADO o trabalho porque TINHA COPIADO do Pedro, que TINHA PEDIDO emprestado para a Maria, porque não TINHA IDO à aula, que TINHA SIDO marcada para sábado, pois a professora TINHA FALTADO na quarta-feira, porque TINHA VIAJADO para fazer um curso para o qual TINHA SIDO convocada pelo Departamento de História. (*dado hipotético*)

Além de ilustrar a complexidade de muitas relativizações, o exemplo mostra que o pretérito mais-que-perfeito não indica necessariamente um passado muito distante, o que poderia ser o pressuposto. O pretérito mais-que-perfeito é comumente interpretado como uma situação mais distante no passado do que uma situação codificada pelo pretérito perfeito simples. Entretanto, isso é meramente uma implicação derivada de seu significado: como requer que a situação por ele codificada seja localizada antes de um ponto de referência no passado, dá a impressão de um passado mais distante (conforme Comrie, 1990).

O pretérito mais-que-perfeito, segundo Comrie (*op.cit.*), pode ser diferenciado do passado remoto de dois modos: primeiro, porque a localização temporal do pretérito mais-que-perfeito não é necessariamente remota, uma vez que os intervalos de tempo envolvidos podem ser muito pequenos; em segundo lugar, o mais-que-perfeito requer um ponto de referência passado intervindo entre a situação em foco e o tempo de fala, o mesmo não ocorrendo com o passado remoto, que simplesmente indica que uma

situação está distante do momento presente, sem precisar expressar o que preencheu o intervalo de tempo.

O passado remoto pode ser indicado pelo pretérito perfeito, normalmente ocorrendo com algum tipo de especificação temporal ou com base em nosso conhecimento de mundo. Note-se que não estamos invalidando o pretérito mais-que-perfeito como forma de codificação de um passado remoto, apenas queremos enfatizar que esse tempo verbal necessita de um ponto de referência intermediário; havendo tal ponto, podemos representar com essa forma verbal uma situação temporalmente próxima ou remota. Veja-se o exemplo:

(05) No ano de 1505, um navegador francês de nome Binot Paulmier de Gonneville **fez**, perante o Almirantado da Normândia, uma declaração de que, dois anos antes, HAVIA ESTADO no Brasil... (Cabral, 1968:18)⁸⁰

No enunciado acima, tanto o pretérito mais-que-perfeito quanto o pretérito perfeito são temporalmente remotos. O que possibilita caracterizar o passado simples como mais distante no tempo é a especificação temporal (*no ano de 1505*), mas tal forma verbal mantém como ponto de referência o tempo de fala. O pretérito mais-que-perfeito aparece, também, como um tempo remoto, porém há entre ele e o tempo de fala um ponto passado intermediário (*fez*).

Notamos que os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, independentemente da distância temporal que possam representar em relação ao tempo de fala, são duas subdivisões possíveis em termos de localização de uma situação no tempo, entretanto, não é possível precisar o tempo de uma situação apenas pelo significado dessas categorias verbais. Necessitamos de marcação adverbial e de conhecimento por parte do interlocutor daquilo que expressamos para que uma situação tenha uma localização temporal mais específica. Não só os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito expressam distanciamento temporal em relação ao tempo de fala, existem também outras formas de pretérito (imperfeito do indicativo, imperfeito e mais-que-perfeito do subjuntivo, por exemplo) que se encaixam em pontos desse *continuum* temporal. Essas,

⁸⁰ CABRAL, C. F. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.

entretanto, denotam apenas outras facetas aspectuais/modais e não diferentes distanciamentos em relação ao tempo de fala.

Do exposto nesta seção, verificamos que os pretéritos MQP e P, por exemplo, apenas localizam a situação no passado, sem dizer se a situação continua no presente ou no futuro; ou se ocupa apenas um único ponto ou um período de tempo. Assim, convém tratar da noção de aspecto.

3.2 – ASPECTO

Esta subseção propõe-se a apresentar a categoria aspecto em três perspectivas: como visão da situação, como tipo de situação e como aspecto *perfeito*.

3.2.1 – ASPECTO NO SENTIDO DE VISÃO DA SITUAÇÃO

No sentido de visão de uma situação (evento, estado), aspecto refere-se ao modo como se vê a constituição temporal de uma situação: como um todo único sem distinção de fases (aspecto perfectivo) ou em sua constituição interna (aspecto imperfectivo), conforme atesta Comrie (1981:03).

Na literatura lingüística sobre aspecto, encontra-se, freqüentemente, uma correlação entre aspecto perfectivo e situação de curta duração, por um lado, e entre aspecto imperfectivo e situação de longa duração, por outro. Para Comrie (1981), porém, é possível utilizar ambos os tipos aspectuais para fazer referência a uma extensão temporal, o que vale dizer que uma situação perfectiva pode ser vista em fases, ou seja, pode apresentar estrutura interna desde que isso não afete a sua visão como um todo único. Já o imperfectivo sofre restrições que o impedem de ser utilizado para indicar uma situação vista em sua globalidade.

Logo, é inadequado dizer que formas perfectivas indicam situações de curta duração, descrevem uma situação delimitada, indicam uma situação pontual ou momentânea; bem como é inadequado dizer o oposto para formas imperfectivas (conforme Comrie, 1981). De acordo com o autor, é possível que formas perfectivas sejam usadas para codificar situações que são internamente complexas, ou seja,

situações que se prolongam no tempo ou incluem um número de fases, desde que a situação seja tomada como um todo único. A alusão feita à constituição temporal interna de formas perfectivas ocorre normalmente pelo significado lexical do verbo em questão, por expressões adverbiais ou por facetas do próprio contexto. Assim, a perfectividade de *pedi* (em 06) não é uma noção incompatível com expressões que indicam duração de uma situação (como *várias vezes*).

(06) Aí eu **pedi** desculpa pra ele várias vezes que a intenção minha não FOI OFENDER. (FLP 14, L125)

As combinações de verbo perfectivo mais advérbio de tempo indeterminado (*sempre/nunca*), por exemplo, expressam a duração de uma situação no passado, por isso podem ser confundidas com o aspecto imperfectivo. Mateus *et al.* (1983) consideram o advérbio, em português, como um dos processos de expressão da categoria aspecto. Se admitirmos a idéia de que existe uma forma inicial que pode ser alterada quando conjugada com outras categorias no enunciado, então teremos de falar em *aspecto básico* e *aspecto decorrente do contexto*. Preferimos, no entanto, considerar a existência de um aspecto básico e traços aspectuais decorrentes do contexto. Isso porque, se é possível que uma forma perfectiva carregue traços como pontualidade ou iteratividade, também deve ser possível que carregue o traço continuidade. Propomos, portanto, que há um significado básico que pode ser mantido no contexto e um significado adicional decorrente da combinação da forma verbal com outras formas gramaticais.

Reforçando a idéia defendida acima, Comrie (1990) chama atenção para o fato de que o estudo de uma categoria gramatical no discurso não deveria ser confundido com a análise do significado da categoria. Ao invés disso, deveria ser investigada a função discursiva da categoria em termos da interação entre significado e contexto. Assim, podemos dizer que se uma forma é perfectiva, continuará sendo perfectiva, mas sua conjugação com outras categorias pode implicar a existência adicional de um desses traços: continuidade ou iteratividade ou pontualidade. Logo, não é a perfectividade por si só que explicita a constituição temporal interna de uma situação,

há outros elementos contextuais que fazem essa referência. O valor aspectual de uma situação só pode ser estabelecido pela integração de todos os constituintes que participam na sua definição, a saber, verbo lexical, predicado, sujeito, tempo verbal, advérbio temporal-aspectual, contexto discursivo (Campos, 1997:183).

3.2.2 – ASPECTO NO SENTIDO DE TIPO DE SITUAÇÃO (*aktionsart*)

Vimos, acima, a noção de aspecto como visão da situação, mas, frequentemente, essa noção tem sido confundida com a noção de tipo de situação (*aktionsart*). Bache (1982 *apud* Godoi, 1992), seguindo a conceituação de aspecto de Comrie, diz que o aspecto é uma categoria mais ou menos subjetiva que envolve a escolha do falante/escritor entre uma descrição perfectiva ou imperfectiva da situação referida pelo verbo, enquanto a *aktionsart* é uma categoria objetiva que envolve a constituição de uma situação descrita (tipo de situação). Neste caso, o conceito de telicidade (terminação), segundo Moens (1987 *apud* Godoi, 1992), entra em jogo. A seguir, expomos a tipologia de Vendler (1967), cujo foco está no tipo de situação que as classes verbais expressam.

A tipologia verbal quadripartida proposta por Vendler (*op.cit.*) é constituída pelos seguintes tipos de verbos: *atividades*, *accomplishments*, *achievements* e *estados*⁸¹. Essa classificação, conforme Godoi (1992:21), “é ontológica, representa as categorias situacionais que são partes do mundo como nós o percebemos e conhecemos (...) A quadripartição é feita no nível lexical como em Aristóteles⁸² (1984) e Kenny⁸³ (1963) (...) Mas Vendler parece estar ciente de que suas categorias dizem respeito a expressões sintaticamente complexas, sendo exemplar o caso de complementos verbais (objetos ou adjuntos) que determinam a categoria a que o verbo pertence” (*João correu. versus João correu cem metros.*).

⁸¹ Preferimos traduzir apenas *activities* e *states* para *atividades* e *estados*. *Achievement* e *accomplishment* deixamos na forma original para assegurar a distinção. *Achievement* é entendido como uma realização pontual e *accomplishment*, como uma realização que envolve um determinado período de tempo.

⁸² ARISTOTLE. “Metaphysics”. In: **The Complete Works of Aristotle**. The revised Oxford Translation II, Princeton, 1984.

⁸³ KENNY, A. **Action, Emotion and Will**. London, 1963.

A consideração feita por Godoi (*op.cit.*) a respeito do trabalho de Vendler chama a atenção no sentido de se levar em conta as relações estabelecidas no eixo sintagmático, uma vez que um constituinte pode alterar o significado de outro quando relacionados. Segundo a autora (*op.cit.*, p.164), “trabalhar com as classes aspectuais isoladas, listando-as no infinitivo ou apresentando-as num único tempo (passado), torna-se uma espécie de círculo vicioso.” Conforme Verkuyl⁸⁴ (1972 *apud* Godoi, 1992): a natureza aspectual não depende apenas do verbo, mas também dos outros constituintes do enunciado (argumentos do verbo).

Vendler (1967:106) caracteriza os verbos de atividade da seguinte forma: “*For activities: A was running at time t means that time instant t is on a time stretch throughout which A was running.*” Para o autor, atividades não precisam de um término, sendo verdadeiras mesmo quando interrompidas. Godoi (1992), interpretando Vendler, caracteriza atividades como situações de duração temporal indefinida, não envolvendo culminação.⁸⁵

Os *accomplishments* referem-se a um segmento inteiro de tempo. Uma situação do tipo *accomplishment* deve necessariamente evidenciar o ponto final. Conforme Vendler (*op.cit.*), se “*A was drawing a circle at t means that t is on the time stretch in which A drew that circle.*” Assim, se alguém estava desenhando um círculo e parou, não podemos dizer que esse alguém desenhou o círculo. Há necessidade de completude. De acordo com Guentner, Hoepelman e Rohrer⁸⁶ (1978 *apud* Godoi, 1992:152), “a diferença entre atividades e *accomplishments* se deve ao fato de que *accomplishments* denotam ações que têm um fim natural.” (Vê-se, nesse caso, a relevância do complemento do verbo para a análise).⁸⁷

⁸⁴ VERKUYL, H. J. **On the Compositional Nature of the Aspects**. Doct. Diss., Dordrecht, 1972.

⁸⁵ Um teste para a categorização de atividades provém da relação dessas com advérbios temporais. Verbos de atividade, segundo Vendler, não co-ocorrem com locuções adverbiais do tipo *em uma hora* (nesse caso, teríamos um *accomplishment*), somente com locuções adverbiais durativas (*durante uma hora*). Uma pergunta apropriada para considerar uma situação como atividade é aquela que evidencia uma duração no tempo: “*Por quanto tempo...*”. Também, segundo o autor, é possível testar o verbo de atividade através do acarretamento com o verbo *stop*; assim, *João parou de andar* implica *João andou*, mas *João* não precisa necessariamente ter completado um determinado trecho e inclusive pode ter parado muitas vezes durante a atividade (não se marca a delimitação).

⁸⁶ GUENTNER, F., HOEPELMAN, J., ROHRER, C. “*A note on the passé simple*”. In C. Rohrer (ed.), **Papers on Tense, Aspect and Verb Classification**. Tübingen, Narr, 1978.

⁸⁷ É possível testar os *accomplishments*, conforme Vendler, com advérbios temporais do tipo “*em uma hora*”. O autor diz que este tipo de verbo não ocorre com advérbios durativos. A utilização de um advérbio durativo em uma construção do tipo *accomplishment*, conforme Godoi (*op.cit.*), altera o tipo de verbo. Assim, *pintar em “João pintou o quadro durante uma hora”* é uma atividade. Já *João pintou o quadro em uma hora* é um *accomplishment*.

Os *achievements* referem-se a situações pontuais. De acordo com Vendler (*op.cit.*), esses verbos captam o começo ou o clímax de uma situação e não podem acontecer em uma extensão temporal. Esse tipo verbal pode ser assim caracterizado: “*A won a race between t_1 to t_2 means that the time instant at which A won that race is between t_1 and t_2 .*” (p.106). Somente é possível dizer que alguém ganhou uma corrida, se realmente ganhou em um instante de tempo. A diferença entre *accomplishment* e *achievement* está no tempo envolvido: o primeiro tipo de verbo pode durar em uma extensão de tempo (uma hora); o segundo deve ocorrer em um determinado instante do tempo. Se obtivermos uma resposta apropriada às questões: “*Em que hora...*” ou “*Em que momento...*”, estamos diante de uma situação do tipo *achievement*.⁸⁸

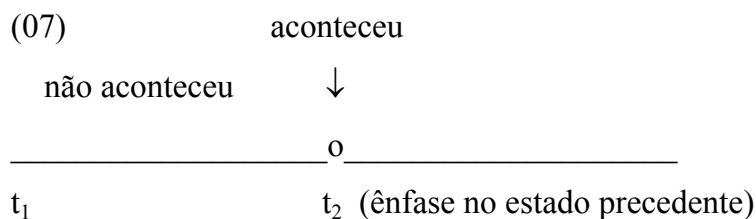
Situações estáticas ocorrem em todos os instantes de um período de tempo. Vendler (*op.cit.*) faz a seguinte caracterização para estados: “*A loved somebody from t_1 to t_2 means that at any instant between t_1 and t_2 A loved that person*” (p. 106). Um verbo de estado tem valor de verdade se ocorrer em todos os pontos de um determinado período. A pergunta relevante é, como no caso das atividades, “Por quanto tempo?”, mas, diferentemente das atividades, os estados são situações que perduram por um determinado número de instantes temporais, sem possibilidade de divisão em fases. É claro que se pode, por exemplo, saber sobre um assunto, esquecer-lo e saber sobre ele outra vez, mas não é possível dividir os momentos de **saber**.⁸⁹

E o que dizer das situações negadas? Quando fizemos alusão a aspecto como visão da situação, chamamos atenção para o fato de que um verbo perfectivo combinado com advérbio de tempo indeterminado (*sempre, nunca*) continua como

⁸⁸ Alguns *achievements* partilham com os estados o traço “*ser capaz de*”, mas a expressão “*ser capaz de*” funciona para *achievements* que não são ações voluntárias como *reconhecer*. Por exemplo, *ser capaz de reconhecer* implica *reconhecer*.

⁸⁹ Em inglês, verbos de estado não podem ocorrer no gerúndio, o que, em princípio, diferencia o estado de outras situações. Godoi (1992), entretanto, argumenta que é possível que verbos de estado ocorram no progressivo em português e mesmo em inglês. Outro teste para detectar verbos de estados é tentar a combinação do tipo *forçar a, persuadir a ou iniciar a* + verbo de estado, que deve ser impossibilitada com este tipo de verbo, já que tal construção implica a existência de sujeito agente. Ainda, é possível testar os estados pela não co-ocorrência, em alguns casos, com a expressão *acabar de*, uma vez que *acabar* é um *achievement* e indica a entrada em uma fase, não a fase em si mesma. Uma outra possibilidade de diferenciação é considerar a expressão *ser capaz de* associada ao verbo em questão: *ser capaz de correr* ou *escrever uma carta* não significa *correr* ou *escrever uma carta*; já *ser capaz de saber, amar, ver* significa *saber, amar, ver*. Vendler diz, também, que os verbos estativos não ocorrem no imperativo, ao que Godoi (1992) contra-argumenta dizendo que é possível encontrar mesmo em inglês, a língua analisada pelo autor, enunciados como *Be quiet!* Em português ocorre: *seja inteligente, faça isso!*

perfectivo ganhando apenas um traço adicional de continuidade. Mas, especificamente no caso da negação, há outra alternativa: situações negadas não podem ser divididas em fases (assim como os estados). Veja-se, por exemplo, a seguinte situação: quando alguém pergunta: “*Aconteceu um acidente?*” e outra pessoa responde: “*Não, não aconteceu.*”, poder-se-ia, num primeiro momento, pensar que a resposta nega um momento específico do tempo; entretanto, os não-acontecimentos não se localizam em momentos específicos, mas perduram em todos os instantes ao longo de uma dimensão. Note-se que, quando falamos que uma situação é um estado, enfatizamos que tal situação é verdade se ocorreu em todos os instantes entre t_1 e t_2 . Então, quando dizemos que uma situação não aconteceu, estamos evidenciando que, em todos os instantes de tempo entre t_1 e t_2 , é verdade que essa situação não aconteceu. Observe-se o esquema proposto:



Acontecer, por exemplo, é um *achievement*; se *não aconteceu*, não é o instante que não existiu, há um não-acontecimento entre t_1 a t_2 . Situações negadas, então, podem ser vistas sob dois prismas: a negação tem escopo sobre um possível evento (aspecto perfectivo) ou sobre um estado que perdura em função do não-evento (aspecto imperfectivo).

A negação próxima ao verbo nem sempre nega a situação expressa pelo verbo: no exemplo (08), a negação não se refere ao *fazer*, porque foi feita; a negação se refere ao complemento *para mim/para ela*. Nesse caso, não se trata de estado.

(08) E o seu olhar tomou uma expressão inédita...uma expressão que jamais SUSPEITEI naqueles olhos...uma expressão em que julguei adivinhar, enfim, que a natureza não a FEZ para mim, nem me FEZ a mim para ela! (Arthur Azevedo, séc. XX:45)

Outro caso interessante é o do verbo *correr*, que poderia, se o contexto não fosse considerado, ser caracterizado como verbo de atividade. Porém, no exemplo que segue, *correr* não é atividade; é verbo de estado.

(09) O dia de hoje TEM me CORRIDO muito bem, minha senhora. (França Júnior, 1871:05)

O que foi apresentado acima pode passar a ilusão de que a tipologia de Vendler serve apenas para categorizar verbos. Entretanto, Verkuyl (1972) e Dowty (1972-79) referem-se à essa tipologia como servindo à classificação de significados sentenciais e não apenas dos verbos; assim, sujeito, objeto, tempo verbal e advérbios temporais exercem função em determinar a que classe uma expressão pertence (*apud* Moens, 1987).

Pudemos, então, notar que aspecto é uma categoria que compõe a significação das formas verbais, mas que pode ter seus traços básicos alterados em função da conjugação da forma verbal com outras categorias gramaticais no discurso. A partir das classes de Vendler, Peres (1993) depreende dois traços/matizes de significado: dinâmico e terminativo⁹⁰. Observe-se o quadro abaixo:

Quadro 01: As classes da Vendler e os traços dinamicidade e telicidade

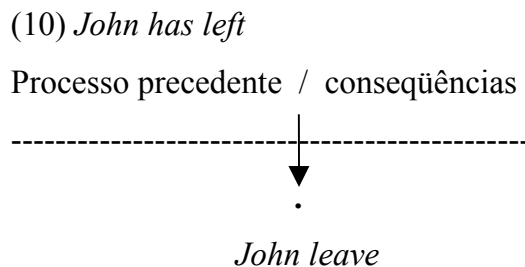
	+ Dinâmico	- Dinâmico
+ Terminativo	<i>Accomplishments</i>	<i>Achievements</i>
- Terminativo	Atividades	Estados

Essa depreensão é de particular interesse nesta Tese, visto que os traços ‘dinamicidade’ e ‘terminação’ podem influenciar na mudança dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito (podem ser desencadeadores de mudança).

3.2.3 - O ASPECTO PERFECT (construções com 'ter' mais participio)

O *perfect*, apesar de ter conteúdo temporal, é, freqüentemente, visto como aspecto. Givón (1993), por exemplo, o vê como um aspecto funcionalmente complexo em inglês. O *perfect* pode ser usado com três pontos de referência temporal distintos: o tempo de fala (para o perfeito composto, em português), o passado (para o mais-que-perfeito composto, em português) e o futuro (para o futuro composto, em português), codificando um evento que ocorreu ou iniciou antes de um desses pontos temporais.

Também Comrie (1981), que caracteriza aspecto como diferentes modos de representar a constituição temporal interna de uma situação, refere-se ao *perfect* como um aspecto em sentido diferente dos outros aspectos, porque expressa uma relação entre dois pontos no tempo. Por um lado, o estado resultante de uma situação anterior e, por outro lado, aquela situação anterior. O diagrama apresentado para o *present perfect*⁹¹ pode servir como ilustração:



O diagrama acima ilustra uma relação entre uma situação (*leave*) e as conseqüências dessa (*present perfect*).

* * *

⁹⁰ O traço 'terminação' também é abordado por Givón (1984): o aspecto durativo constrói um evento como não tendo nenhuma delimitação inicial ou terminal. Em contraste, o aspecto pontual constrói um evento como tendo tais delimitações. A delimitação pode ser dada pelo ponto de referência.

⁹¹ O *present perfect*, conforme Winford (1993), no inglês padrão, pode ser associado com diferentes interpretações ou significados, dependendo do contexto em que é usado: *perfect* continuativo (refere-se a uma situação que começou no passado e continua no presente); *perfect* experiencial (refere-se a uma situação que não persiste no presente); e *perfect* resultativo (refere-se a uma situação passada que conduziu a um resultado ou estado presente). O sentido de orientação para o momento de fala é o que permite ligar todos os usos do *perfect*.

Para finalizar esta seção, é interessante notar que a distinção entre tempo verbal e aspecto não é simples; por exemplo, o aspecto perfectivo tem uma conotação temporal clara: marca um evento como completado, implicando anterioridade temporal (Fleischman, 1982:12). Assim, pode-se concluir com Campos (1997) que a significação se constrói na interpretação de tempo e aspecto. Travaglia (1991) também entende aspecto como uma categoria verbal de tempo, não-dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases (tempo interno de realização da situação).

Na passagem do latim às línguas românicas, ocorreu uma mudança no sistema verbal: de categoria aspectual de perfectividade para categoria temporal de anterioridade. Mas, conforme Mattoso Câmara (1985), a morfologia verbal vai progressivamente deslocando o seu eixo para a categoria do tempo, sem suprimir a categoria de aspecto em proveito da de tempo. Trata-se apenas de uma predominância da categoria de tempo para a classificação e distribuição das formas verbais, isto é, para o sistema de conjugação.

Vejamos, agora, a modalidade: categoria que também compõe a significação dos tempos verbais.

3.3 – MODALIDADE

Esta seção tem por objetivo: a) diferenciar modo de modalidade e b) apresentar a expressão da modalidade como uma metáfora da expressão do tempo.

3.3.1 – MODO E MODALIDADE

O fato de que modalidades são, freqüentemente, expressas através dos modos não implica uma correspondência de um para um entre modo e modalidade. Modo é uma categoria morfológica do verbo com função modal, que, geralmente, envolve um grupo distinto de paradigmas verbais (indicativo, subjuntivo, imperativo). Já a modalidade é uma categoria semântica, pode ser expressa em uma variedade de formas: morfológica, lexical, sintática, via entonação. Modalidade, como

tradicionalmente definida, tem a ver com a atitude do falante no que se refere ao conteúdo proposicional do enunciado (Fleischman, 1982; Bybee e Fleischman, 1995).

Nessa mesma direção, Travaglia (1991) define modalidade como a indicação da atitude do falante em relação ao que diz. As formas classificadas como tempo verbal têm duas funções: uma função dêitica de localização do evento e uma função modal de indicação de realidade (função ideacional, conforme Halliday, 1985). O sistema de transitividade, especificando os papéis dos elementos da oração como ator, meta... codifica a experiência no mundo, e liga-se, pois, com a função ideacional (representação no mundo) – conforme Neves (1997:60-61).

Já Givón (1984) faz referência aos seguintes tipos de modalidade: pressuposição (verdade por acordo prévio); asserção *realis* (algo é verdadeiro ou falso) e asserção *irrealis* (verdade possível).

Particularmente a modalidade nos interessa aqui, porque diferentes atitudes dos falantes em relação ao conteúdo proposicional do enunciado podem incitar mudanças nos usos dos tempos verbais.

3.3.2 – A MODALIDADE COMO METÁFORA DO TEMPO

Dois casos são, em princípio, relevantes, no que diz respeito às formas verbais em análise: utilização do perfeito em lugar do mais-que-perfeito devido à fala egocêntrica; utilização do mais-que-perfeito indicando menos assertividade.

Fleischman (1989:02) faz alusão ao tempo verbal como tendo função referencial básica de localização de uma situação, cronologicamente, em relação a um ponto de referência, em termos de aproximação ou distância do centro dêitico, o qual é, na maioria dos sistemas, o *agora* do enunciado. Disso decorre a premissa de que a linguagem é fundamentalmente egocêntrica. Assim, quando há formas alternantes, o falante tende a escolher a mais próxima a ele. Isso pode ser estendido para a diacronia como fez Silva-Corvalán (1985): quando o sistema oferece formas alternativas, a forma mais periférica tende a desaparecer – o que pode ser ilustrado pelo uso do perfeito em lugar do mais-que-perfeito em que a escolha pode também decorrer dessa atitude egocêntrica do falante.

Mas quando o mais-que-perfeito é preferido, nem sempre indica, exclusivamente, um passado em relação a outro passado. Klein-Andreu (1991) observou que tempos verbais cuja referência é o passado do passado tendem a indicar irrealidade quando usados para se referir ao passado. Assim, a distância temporal na direção do passado é pressionada a expressar distância modal, no sentido de sinalizar o status de certeza e realidade da asserção (Fleischman, *op. cit.*). Nesse sentido, o uso do mais-que-perfeito serviria não para indicar que uma situação é passada em relação à outra, mas para marcar menos assertividade. Vejamos:

(11) I had thought about asking you to dinner. (*in*: Fleischman, *op. cit.*)

Eu tinha pensado em convidar você para jantar.

Via *pluperfect*, o falante se distancia de uma perda potencial. Inicialmente, a autora tinha a seguinte hipótese: de que havia um ponto de referência passado na mente do falante, apagado na sintaxe. Mas nesse caso, parece que o uso do *pluperfect* não tem nada a ver com anterioridade temporal. Funciona como uma estratégia pragmática a fim de distanciar o falante do conteúdo proposicional e/ou força ilocucionária e, além disso, indicar menos assertividade (já não se tem certeza sobre o que se quer). O uso de uma forma mais distante temporalmente do presente (mais-que-perfeito) indica mais distância no sentido modal de evidência (distância da imposição, serve como sugestão), distância da realidade. A distância temporal é utilizada metaforicamente para expressar distância ao longo de outros eixos cognitivos ou conceituais (modalidade, distância social/interpessoal).

Aceitando, então, a sustentação de que em um modelo funcional de língua os significados básicos dos tempos verbais são localizados no componente referencial, temos observado a expansão do tempo verbal para este outro domínio expressivo, assim, o distanciamento temporal é metaforicamente convertido dentro de ocorrências lingüísticas cujos significados são realizados no domínio pragmático (da modalidade).

Segundo Sweetser (1990), o sistema de metáforas subjaz nossa tendência a usar o vocabulário do domínio externo (sócio-físico) no domínio interno (emocional e psicológico). Historicamente, o sistema metafórico tem guiado o curso de numerosas

mudanças semânticas; e sincronicamente, ele é representado por numerosas palavras polissêmicas e usos abstratos do vocabulário do mundo físico. Essa correlação entre domínios instiga-nos a buscar uma motivação para a ligação entre dois domínios semânticos aparentemente disparatados. A proposta de Sweetser é a de que nós utilizamos a linguagem do mundo externo no mundo mental interno, o qual é metaforicamente estruturado como paralelo ao mundo externo. E a linguagem do mundo interno, no mundo discursivo. Assim, o distanciamento modal seria uma extensão metafórica da marcação do distanciamento temporal.

A título de ilustração, vejamos mais alguns exemplos de uso do pretérito mais-que-perfeito em português:

(12) Eu descobri que TINHA ACONTECIDO um acidente. (distanciamento temporal)

(13) Eu TINHA PENSADO em sair hoje. (distanciamento modal - expressão de um desejo sem comprometer ou inviabilizar a proposta do interlocutor).

(14) João disse que TINHA FEITO o trabalho. (distanciamento modal - o falante não se compromete com o que foi dito)

(15) Quem me DERA! (distanciamento modal – o falante se distancia da realidade através de uma projeção.)

(16) Como eu TINHA FALADO... (distanciamento discursivo)

Esses casos serão retomados no capítulo (5) de modo escalar (escala de modalidade) e no capítulo (6), na análise dos dados. Passemos agora à discussão sobre ponto de referência.

3.4 – PONTO DE REFERÊNCIA

A partir de um certo ponto de referência (tempo verbal passado), uma forma verbal como o pretérito perfeito, por exemplo, pode ser interpretada diferentemente do que seria se estivesse subordinada a outro ponto de referência (tempo verbal presente). Assim, nesta seção, objetivamos evidenciar que as formas verbais são interpretadas também em função de um atribuidor de referência que pode estar no contexto lingüístico (atribuição de referência dada semanticamente) ou no contexto extralingüístico (atribuição de referência pragmática). A esse atribuidor de referência, chamamos de ponto de referência⁹². O ponto de referência é uma situação de ordem semântica ou pragmática a qual uma outra situação está vinculada.

Fleischman (1982) também se refere a uma caracterização mais pragmática de referência quando conceitua ponto de referência como um cenário ou plano temporal no qual um evento é localizado. Para tempos absolutos, o ponto de referência coincide com o tempo de fala, enquanto para relativos, funcionará como um portão para o tempo de fala. Esse cenário envolve advérbios, verbos, expressões nominais, o contexto.

Nessa mesma linha de raciocínio, Mattos (1996)⁹³ considera que a referência pode não estar explicitada no discurso. Mas se não estiver, deve ser possível reconstituí-la com base em conhecimentos comuns ou através de cadeias de associações regulares ou dedutíveis do contexto. Vejamos:

(17) ERA o vento. (*op. cit.*, pág.458)

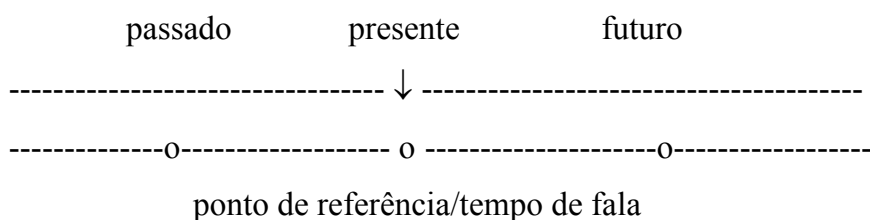
(Contexto: ouve-se um barulho no sótão. O marido vai inspecionar e ao voltar diz: *Era o vento!*)

De acordo com Givón (1993), o ponto de referência mais comum nas línguas é o tempo de fala, ancorado ao tempo da performance do ato de fala e admitido como

⁹² Na literatura lingüística sobre referência, esse atribuidor tem sido referido como ‘ponto’ ou ‘momento’ de referência. Ilari (1997) vê a noção de ‘momento’ como problemática, e sugere usar termos como ‘períodos’ ou ‘lapsos de tempo’. Ikeda (1992) fala em ‘âncora’, ao tratar do imperfeito que, normalmente, ocorre com outra situação cotemporal. Desde que devidamente caracterizada, não nos parece problemática a noção de ‘ponto de referência’. Note-se que, em se tratando de referência espacial, quando alguém solicita um ponto de referência, este pode ser uma placa, um edifício, uma praia, uma cidade, entre outros.

um tempo não marcado (cf. diagrama abaixo). Nesse sentido, Givón, como Lyons (1977), vê o tempo verbal como parte de um *frame* (modelo/cenário/plano) dêitico de referência temporal que gramaticaliza a relação entre o tempo da situação e o ponto zero temporal do contexto dêitico (momento de fala). Além de focalizar o momento de fala, Givón (1984) vê outras possibilidades de ligação entre os eventos, no sentido de referência estar acoplada à relevância, assim, se algum evento é mencionado dentro do discurso, fora de seqüência, é porque ele é de algum modo relevante para aquele último ponto do discurso.

Ponto de referência:



Situações no passado, no presente e no futuro, vinculadas ao tempo de fala, tomam esse tempo como ponto de referência. Mas, é possível que uma situação que tenha como ponto de referência o tempo de fala possa constituir-se ela mesma em ponto de referência para outra situação que lhe é anterior ou posterior (tempo relativo-absoluto, nos termos de Comrie, 1990).

Se a situação estiver no mesmo ponto da linha temporal onde está o tempo de fala, esse tempo é o ponto de referência e a situação codificada deve ser um tipo de reportagem imediata, ou seja, deve ocorrer exatamente no momento do ato da fala:

(18) Rubinho ATRAVESSA a linha de chegada.

Para caracterizar situações na linha temporal, pode-se utilizar a estrutura de três pontos apresentada por Reichenbach (1947)⁹⁴: o momento do evento, o momento de

⁹³ Com base em Tasmowski-De Ryck (1985) e Vetters (1993).

referência e o momento de fala. A título de ilustração, vejamos o diagrama proposto para o pretérito mais-que-perfeito⁹⁵:

Diagrama temporal para o past perfect, conforme Reichenbach (op.cit.):



Nossa proposta para referência temporal (pontos de referência semânticos e/ou pragmáticos) pauta-se na referência espacial. Quando desejamos chegar a algum lugar, normalmente, temos indicadores, “pontos de referência” que são calculados para uma melhor localização espacial. Esses “pontos” podem ser dados pelo interlocutor, ou chegamos ao local desejado porque temos referências armazenadas em nossa memória (conhecimento de mundo). Assim, ocorre na interpretação temporal. Calculamos o tempo verbal mais o(s) ponto(s) de referência e chegamos à interpretação desejada. Pode ser o caso de um ponto, ou um período estar em jogo, mas esse é um problema aspectual do atribuidor de referência. Assim, nem sempre é um ponto que serve como referência (uma forma verbal, por exemplo), há atribuidores de referência tanto em nível textual quando contextual. Esses atribuidores ocupam o ponto R do diagrama de Reichenbach. Mas esta posição pode ficar aparentemente vazia (em termos de codificação), se o ponto de referência for de natureza pragmática (conhecimento de mundo).

A seguir, essa proposta será melhor explicitada: trataremos de ponto de referência de natureza semântica e de ponto de referência de natureza pragmática.

⁹⁴ O esquema de três pontos apresentado por Reichenbach (1947) foi originariamente proposto por Jespersen. *In: JESPERSEN, J. O. H. The Philosophy of Grammar*, H. Holt, New York, 1924.

⁹⁵ Na seção 3.1.2, foram apresentados, também, os diagramas para o pretérito perfeito simples e composto.

3.4.1 – TIPOS DE PONTO DE REFERÊNCIA

Classificamos os pontos de referência em dois tipos: os localizados no contexto semântico (unidades lingüísticas) e os localizados no contexto pragmático (atribuidores dados extra-textualmente).

Dado que a semântica estuda os aspectos do significado codificados em expressões lingüísticas, o sentido convencional, o contexto semântico é o contexto de ordem lingüística, um contexto que se “materializa” no ato da comunicação. Mas, de acordo com Sperber e Wilson (1995), a linguagem externa nem sempre codifica o tipo de informação que os humanos estão interessados em codificar. As representações semânticas codificadas são estruturas mentais abstratas que devem ser inferencialmente enriquecidas. Duas propriedades da comunicação são defendidas: a de ser ostensiva e a de ser inferencial.

Assim, a pragmática, num olhar além, lida com a intenção e com o conhecimento que falante e ouvinte compartilham (implicitamente). O contexto pragmático é, então, constituído pelo conjunto de informações (conhecimento de mundo e da situação, crenças) não verbalizadas, mas partilhadas por falante e ouvinte, e inferidas no ato da comunicação. “Os contextos que não dependem dessa atribuição de crenças não são pragmáticos, mas definidos no componente semântico, em função da dinâmica do discurso” (conforme Moura, 1999:76). Contudo, convém ressaltar que “a compreensão pragmática se dá paralelamente ao processo relativo de compreensão semântica, no qual os discursos e conhecimentos prévios do contexto são importantes para a interpretação de cada sentença.” (Van Dijk, 1992:81).

A importância de se lidar também com o contexto pragmático é evitar um tipo de falha interpretativa que ocorre, às vezes, quando se leva em conta apenas o contexto semântico. Quando o componente lingüístico indica que mais de uma interpretação é possível, a solução interpretativa deve estar na pragmática. O problema é que nem sempre falante e ouvinte partilham do mesmo contexto pragmático, ou o falante não sabe que não partilham. Se não há informação contextual suficiente, ambigüidades podem não ser solucionadas.

A seguir, trataremos de ponto de referência de natureza semântica (temporal, discursivo e pressuposto) e de ponto de referência pragmático (compartilhado).

3.4.1.1 – Ponto de referência semântico

A interpretação dos pretéritos sob análise decorre, na maioria dos casos, da existência de um ponto de referência semântico, mas nem sempre é o mesmo tipo que está em jogo. Vejamos alguns casos: temporal, discursivo e pressuposto.

3.4.1.1.1 - Ponto de referência temporal

O ponto de referência temporal pode ocorrer expresso por verbo ou advérbio. Utilizamos basicamente dois critérios para a identificação do ponto de referência verbal (ilustrado em 19): a relevância semântico-sintática e o princípio da proximidade. Givón (1984) destaca o papel da relevância ao tratar de eventos contra-seqüenciais: se algum evento é mencionado no discurso fora da seqüência discursiva, isso se deve ao fato de o evento ser relevante para o último ponto apresentado no discurso precedente.

Também o princípio da proximidade, proposto por Givón (1991b:89), é pertinente nessa análise:

Entidades que estão mais próximas funcional, conceptual ou cognitivamente serão colocadas mais próximas no nível da codificação, i.é, temporal ou espacialmente.

Operadores serão colocados mais próximos, temporal ou espacialmente no nível da codificação, da unidade conceptual para a qual forem mais relevantes.

(19) ...eu **ia dizer** pra todo mundo que eles TINHAM me BATIDO. (FLP 01, L325)



Nesse exemplo, o ponto de referência *ia dizer* está próximo da situação codificada pelo PMQPC, sendo esta relevante para o discurso anterior: *ia dizer*.

Os advérbios podem servir como ponto de referência em dois sentidos: como indicadores de que a forma verbal em foco deve ser interpretada como anterior ou posterior; ou como especificadores do tempo codificado por essa forma verbal. Vejamos como isso ocorre:

(20) *John HAD already LEFT at ten o'clock .*

João já TINHA SAÍDO às dez horas.

A expressão adverbial *às dez horas* pode ser o ponto de referência, se a partida de *John* for anterior *às dez horas*. Em português, essa seria a interpretação pretendida por causa da inserção do advérbio *já* (*already*). Entretanto, a expressão adverbial *às dez horas* também pode expressar o momento da partida de *John* (conforme Comrie, 1990). Neste caso, a presença do advérbio conduz à existência de dupla referência: *tinha saído* pode ser interpretado como anterior ou simultâneo à expressão *às dez horas*. O mesmo pode ser verificado em (21):

(21) **Em 1940**, o fenômeno dos raios cósmicos já TINHA SIDO registrado várias vezes. (Ilari, 1997:18)

Em 1940 (no exemplo acima) pode ser interpretado, indiferentemente, como o tempo da situação (*tinha sido*) ou como posterior a essa situação: o fenômeno dos raios cósmicos pode ter sido registrado várias vezes antes de 1940 ou várias vezes em 1940.

Há, entretanto, casos em que essa dupla interpretação não ocorre. Em (22), a expressão adverbial (*no quarto dia*) funciona como ponto de referência:

(22) Bem, voltei lá pro hospital e durante um, dois, três, **no quarto dia**, a menina já TINHA VOLTADO a barriga, ao normal, já estava evacuando normalmente, e foi indo, foi indo, até que ela saiu do hospital. (FLP 23, L1288)

3.4.1.1.2 - Ponto de referência discursivo

Nos casos de retomada discursiva, o ponto de referência pode ser percebido no contexto lingüístico anterior ou seguinte ao dado. Observe-se o exemplo:

(23) Correr, eu correr, Deus me livre!... Então, sempre me escondia lá. Sempre me escondia nessas horas de correr, de fazer ginástica. (FLP 01, L332)

Correr, como já FALEI, não corria, não corria. (L368)

Percebemos que a forma verbal *falei*, na retomada acima, pode ser substituída por uma forma de pretérito mais-que-perfeito. Em qualquer dos casos (perfeito ou mais-que-perfeito), o que está em jogo é a retomada, que tem sua primeira menção recuperável no contexto discursivo precedente.

3.4.1.1.3 - Ponto de referência pressuposto

Considere-se o seguinte exemplo:

(24) Eu sei que um filme de bandido mesmo, que eu nunca VI matar tanto. (FLP 05, L236)

No exemplo acima, a presença do intensificador *tanto* informa que a negação de *vi* se sustenta apenas até a ocorrência do filme. Logo, o pretérito perfeito (*vi*) tem o

mesmo valor de verdade do pretérito mais-que-perfeito (*tinha visto*). O falante viu matar (antes do tempo de fala), mas até então (até o filme) não tinha visto matar tanto.

Note-se que aqui o *tanto* introduz um pressuposto que era válido também no passado (*viu matar*). O *nunca* não nega esse pressuposto, mas a intensidade do matar. Não nega o *ver*, mas o *tanto*. Mas em:

(25) Eu nunca VI isso...

pode-se perguntar: viu ou não viu? Se se leva em conta apenas o contexto semântico, esse enunciado é ambíguo. Parece que há um ponto em que a interpretação adequada só é possível se se extrapola o nível semântico. Por outro lado, a utilização do pretérito mais-que-perfeito juntamente com uma expressão adverbial de negação possibilita a interpretação dessa mesma situação como tendo ocorrido em um passado posterior (conforme exemplo 26). O passado posterior pressuposto (*vi*) é o que consideramos como ponto de referência para *nunca tinha visto*. Mas isso não vale para os casos de pretérito perfeito, pois a inferência não depende unicamente da forma verbal, é necessário também um apoio contextual, que pode ser semântico ou pragmático, como será exposto na próxima subseção. O pretérito perfeito (em 25) somente será interpretado como um tempo passado anterior se o contexto favorecer tal interpretação.

(26) Eu nunca TINHA VISTO isso...

3.4.1.2 – Ponto de referência pragmático

Seguindo a tradição lógica, caberia à semântica explicitar como a referência é determinada. Em muitos casos, entretanto, não se pode determinar a referência se não se leva em conta o contexto pragmático. Quando a identificação da significação não se dá linguisticamente passa pela determinação do que é comum ao conjunto de falantes (conforme Moura, 1999). Isso quer dizer que, além do contexto semântico, é possível recorrer a outros elementos: intenção, contexto situacional, conhecimento de mundo. A

chave para a interpretação de algumas formas verbais pode estar nessa atribuição de referência dada pragmaticamente.

Em casos com o advérbio *nunca*, pode-se considerar a existência de um ponto de referência compartilhado. Vejamos:

(27) Nunca TIREI mais do que seis em Matemática.

Quando o pretérito mais-que-perfeito está relacionado ao advérbio *nunca*, não percebemos ambigüidade. Há uma inferência (afirmação implícita de uma situação contrária): *nunca tinha tirado* implica tirar num passado posterior. Essa inferência permite a existência de uma relação entre três termos, respectivamente o tempo de fala, um passado (ponto de referência inferível) e um passado anterior. Isso, entretanto, nem sempre acontece com o pretérito perfeito. Para o exemplo acima, há duas interpretações possíveis:

(27a) Não TIREI mais do que seis em Matemática.

(27b) TIREI do que seis em Matemática.

Quando um ponto de referência não é dado no contexto semântico, como acontece nesse caso, pode-se dizer que *tirei* é um pretérito perfeito simples e a interpretação é aquela em (27a), mas é possível, também, considerar um ponto de referência no sentido pragmático e dizer que *tirei* equivale a *tinha tirado* (interpretação dada em 27b). Como somos capazes, então, de interpretar corretamente o enunciado (27)?

Se levarmos em conta apenas o contexto semântico, temos uma situação (*tirei*) negada até o tempo de fala. Sabendo, porém, que a pessoa tirou oito na última avaliação de Matemática, esse enunciado seria falso. Assim, para se interpretar *tirei* como *tinha tirado*, ou seja, para considerar esse enunciado como verdadeiro, é preciso recorrer ao contexto pragmático. O falante, possivelmente, usa *tirei* querendo dizer *tinha tirado* porque presume que seu interlocutor sabe sobre a nota da última

avaliação. Note-se, contudo, que para quem não sabe o resultado da avaliação, a negação se sustenta até o tempo de fala.

Assim, quando o componente lingüístico permite duas interpretações, a solução deve estar na pragmática e a ambigüidade só se sustenta se não há conhecimento suficiente de tal contexto. Se falante e ouvinte compartilham do mesmo contexto, ambigüidades não devem aparecer.

Enunciados ambíguos como esses, entretanto, podem ser desambigüizados no componente semântico se houver algum tipo de inserção de informação. Pinkal (1995:81, *apud* Moura, 1999:79-80) chama de **precisificação** essa outra maneira de resolver ambigüidades: “uma precisificação fornece um contexto mais informativo no qual a ambigüidade é eliminada, nesse caso, a resolução depende da dinâmica do discurso.” Considere-se, novamente:

(27c) Nunca TIREI mais do que seis em matemática e agora consegui oito.

(27d) Nunca TIREI mais do que seis em Matemática porque não consigo entender muito bem a matéria.

Nesses casos, a informação a mais, ao desambigüizar, pode estar cancelando ou confirmando uma interpretação que o ouvinte fez por ter ou não ter informações compartilhadas com o falante. Quando o ouvinte não reconhece a interpretação pretendida, mas outra, significa que não percebeu a pretensão do falante, isso quer dizer que a ambigüidade encontrada pelo interlocutor nem sempre é uma pretensão do falante, mas resultado da crença que ele atribuiu ao ouvinte indevidamente.

Implicaturas, segundo Grice (1975), são revogáveis, ou seja, é possível anular uma interpretação, se premissas puderem ser acrescentadas às originais.⁹⁶ No exemplo abaixo, a desambigüização de *vi* ocorre no próprio contexto lingüístico, o verdadeiro significado é recuperável cataforicamente. Note-se, contudo, que, com a primeira oração apenas, *vi* é ambíguo.

⁹⁶ Essas premissas permitem um alargamento do ambiente cognitivo (nos termos de Sperber e Wilson, 1995).

(28) Copa do mundo, eu nunca VI. O Brasil ser campeão da Copa do Mundo só fui ver o ano passado. (FLP, Leda/10)

Em muitos casos, para a identificação de um referente, deve-se recorrer ao componente pragmático (conhecimento compartilhado, crenças). Um falante usa x (uma expressão lingüística qualquer) porque acredita que seu interlocutor será capaz de identificar x (Princípio da cooperação – Grice, 1975). Isso significa que o falante de x está respeitando a máxima da maneira proposta por Grice (“evite ambigüidade”), pois se há conhecimento compartilhado, não há ambigüidade. A ambigüidade resulta do fato de o ouvinte não ter o conhecimento que o falante atribui a ele indevidamente. Mas se se leva em conta a pragmática, como um domínio contextual⁹⁷, reduzem-se, consideravelmente, os casos de ambigüidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo, algumas considerações sobre **tempo, aspecto, modalidade e ponto de referência** foram apresentadas, visto que mudanças nessas categorias ou subdivisões delas devem ser responsáveis pela mudança (**semântica, categorial ou substitutiva**) dos pretéritos sob análise. Sobre tempo, tratamos da relação tempo/tempo verbal, considerando-se o tempo como relativo e como uma categoria discursiva; da discussão aspectual, salienta-se a exposição e posterior aplicação da tipologia de Vendler; destacamos, também, a importância de se considerar a modalidade nas pesquisas sobre tempo verbal e apresentamos, ainda, uma tipologia de pontos de referência; essa categoria deve ser vista em termos discursivos, nesse caso em particular, com extensão para o campo pragmático (ponto de referência compartilhado). Agora, outro trajeto nos espera: o empírico. Porém, antes de tratarmos

⁹⁷ Pode-se incluir, nesta etapa, a noção de domínio contextual, proposta por McCawley (1993), não unicamente no sentido de um conjunto de entidades cujas identidades se constituem como conhecimento partilhado por falante e ouvinte, mas no sentido de informações partilhadas. Assim, se falante e ouvinte têm domínios contextuais em comum, a ambigüidade deve ser algo raro. MCCAWLEY, J. **Everything that linguistics have always wanted to know about logic**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

dos dados (procedimentos metodológicos e análise), apresentaremos nossas questões e hipóteses, delineadas durante as discussões expostas neste capítulo e nos anteriores.

CAPÍTULO IV – QUESTÕES E HIPÓTESES

PRELIMINARES

A descrição do fenômeno, no capítulo um, bem como as considerações teóricas dos capítulos dois e três instigam-nos a analisar os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito numa dimensão sincrônico-diacrônica, a fim de responder algumas questões delineadas a seguir. As questões, pautadas na exposição dos pretéritos no capítulo um, referem-se às funções por eles codificadas desde o século XVI, à definição dos pretéritos prevista em gramáticas e à variação entre os dois pretéritos (o uso do PPS em lugar do PMQP).

As questões esboçadas a partir das discussões teóricas apresentadas nos capítulos dois e três referem-se aos tipos de mudança: **semântica**, **substitutiva** e **categorial**. As questões de ordem semântica dizem respeito à significação das formas de pretérito, tanto em termos das categorias que compõem tal significação (**tempo**, **aspecto**, **modalidade** e **referência**), quanto em relação a subdivisões dentro de uma mesma categoria (por exemplo, tipo de verbo, tipo de ponto de referência, tipo de modalidade); as de ordem substitutiva, à possibilidade de exclusão de uma das formas de pretérito e as de ordem categorial, à passagem de uma categoria à outra (de lexical à gramatical ou de uma classe de palavras⁹⁸ a outra).

As seguintes questões conduzirão nossa investigação.

4.1 – A QUESTÃO DAS FUNÇÕES

No que se refere às funções das formas de PMQP e P, o exposto até aqui indica que:

⁹⁸ Referimo-nos às classes de palavras tal como expostas nas gramáticas de base normativa, por exemplo, verbo, adjetivo, interjeição.

- a) o PMQPS pode codificar o passado do passado, uma projeção passada, uma projeção futura, uma condição passada e um passado relativo ao momento de fala;
- b) o PMQPC, o passado do passado, uma projeção passada e um passado em relação ao momento de fala;
- c) o PPS codifica o passado anterior ao momento de fala, o passado do passado e um futuro anterior⁹⁹ e
- d) e o PPC, um passado relativo ao momento de fala e um passado com continuidade presente.

Interessa-nos, agora, saber se essas funções podem ser evidenciadas nos dados escritos, do século XVI ao XX, e nos dados de fala atuais. Além disso, pretendemos verificar qual delas predomina em cada período.

4.2 – A QUESTÃO DA DEFINIÇÃO DOS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO

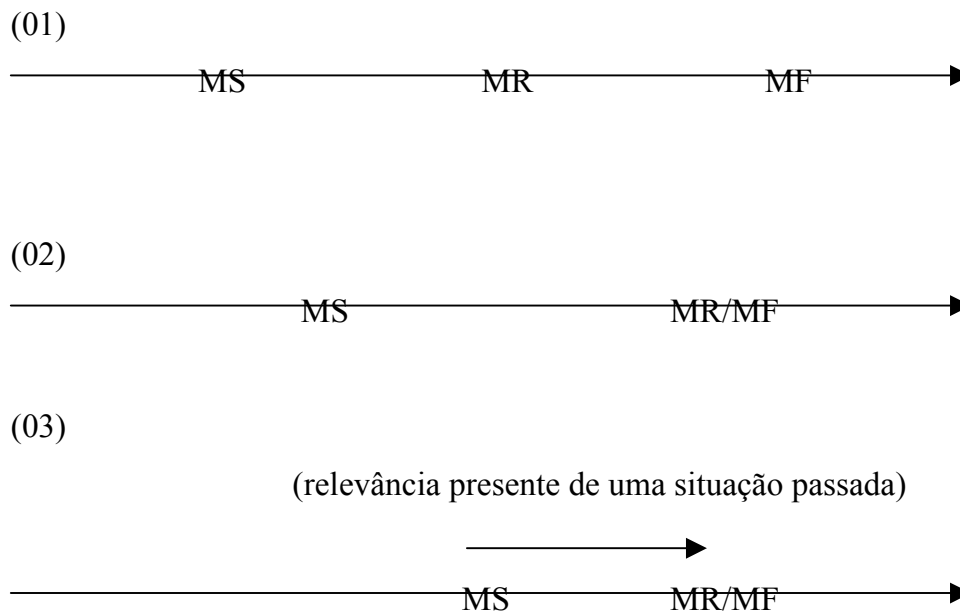
Quais categorias devem ser incluídas nas definições¹⁰⁰ de PMQP e PP de modo a caracterizar sua(s) função(ões)?

No caso do PMQP, além de defini-lo como um passado do passado, é preciso incluir outras noções, relativas ao aspecto e à modalidade, além de estabelecer a ordenação entre situação e ponto de referência. O PMQP codifica uma situação passada perfectiva *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado (conforme diagrama 01). O PPS deve ser caracterizado como forma que codifica uma situação passada perfectiva *realis* anterior ao momento de fala (conforme diagrama 02). Na definição de PPC (conforme diagrama 03), devemos incluir componentes

⁹⁹ A codificação de um futuro anterior não será verificada, pois o PPS só será controlado na função de passado do passado em que varia com o PMQP.

¹⁰⁰ Definir uma categoria é um procedimento arriscado. Não pretendemos que nossa definição seja tomada como algo acabado, como definição fechada. Trata-se de uma definição mais específica do que a proposta em gramáticas de base normativa.

aspectuais como iteratividade e duratividade, além da noção de relevância presente de uma situação que começou no passado.



4.3 – A QUESTÃO DA VARIAÇÃO ENTRE OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO E PERFEITO SIMPLES

I - Os pretéritos MQPC e PS constituem-se como variantes em todos os contextos de ocorrência?

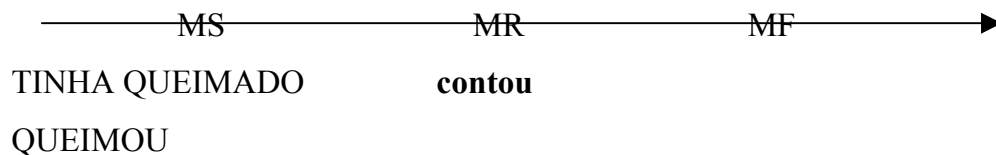
Diz-se que há equivalência semântica se houver equivalência em termos de significado referencial ou de valor de verdade, o que conduziu à controvérsia desnecessária entre Labov (1978) e Lavandera (1978), como aponta Lyons (1987:199), já que expressões podem diferir em sentido, mas ter a mesma referência; e sinonímia equivale ao mesmo sentido (nuanças de significado), não à mesma referência (significado referencial)¹⁰¹. Uma hipótese pode ser levantada acerca disso: só há

¹⁰¹ Se duas formas têm o mesmo sentido, seus valores temporais, aspectuais, modais e de referência são os mesmos, por exemplo, tempo passado, aspecto perfectivo pontual, modalidade realis (certeza) e ponto de referência passado anterior ao momento de fala. O significado equivale ao conceito de **TAMR**, por exemplo, o conceito de modalidade (*realis/irrealis*), independentemente de o sentido ser de certeza ou pressuposição.

variação entre os pretéritos descritos acima se a diferença for de sentido e não de significado ou se não houver diferença¹⁰². O PPS varia com o PMQP quando ambos codificam, em estruturas sintáticas contra-seqüenciais, uma situação em tempo passado, de aspecto perfectivo, de modalidade *realis*, anterior a um ponto de referência também passado em relação ao momento de fala. Considere-se a alternância entre *tinha queimado* e *queimou*, em (04), e respectiva diagramação.

(04a) Aí **contou**, né? que TINHA se QUEIMADO e tudo. (FLP 03, L916)

(04b) b. Aí **contou**, né? que se QUEIMOU e tudo.




Tinha queimado e *queimou* são formas variantes porque ocorreram, em tempo real, antes da situação expressa por *contou* e aparecem contra-seqüencialmente na estrutura sintática; indicam um passado anterior a um outro passado (*contou*) e representam uma situação perfectiva (vista como um todo único e temporalmente delimitada). Nesse caso, as formas têm a mesma função (o mesmo significado de **TAMR**), o que não quer dizer que não haja diferença de sentido. Nos contextos variáveis, podem ocorrer diferenças em traços que compõem cada categoria. Por exemplo, há que se ter um ponto de referência passado, mas o tipo de referência (por exemplo, temporal, pressuposta) não impossibilita a substituição de uma forma por outra. No exemplo (05), abaixo, considerando-se a informação de que o sujeito tenha presenciado a Copa de 1994, pode-se enunciar (05a) ou (05b). Em (05a), o ponto de referência é pressuposto; mesmo sem conhecer a informação de que o sujeito presenciou a Copa de 1994, pressupomos que tenha presenciado. Em (05b), o ponto de referência é compartilhado, se tivermos a informação de que o sujeito presenciou a Copa, *nunca presenciei* só se sustenta até essa referência.

¹⁰² Conforme discussões apresentadas nos capítulos dois e três.

(05a) F. Eu nasci em setenta e quatro então-

E. Não existias ainda?

F. Não, nunca TINHA PRESENCIADO. (FLP, L/11)¹⁰³




(nunca) TINHA PRESENCIADO **presenciou** (referência pressuposta)

(05b) F. Eu nasci em setenta e quatro então-

E. Não existias ainda?


F. Não, nunca PRESENCIEI.



(nunca) PRESENCIEI **presenciou** (referência compartilhada)

Em relação a contextos não variáveis, consideremos os contextos temporais com *quando*, em que a utilização do perfeito indica simultaneidade (conforme exemplo 06), e se o objetivo é marcar anterioridade, convém usar o pretérito mais-que-perfeito (conforme exemplo 07).

(06) Quando nós chegamos às dez horas no ônibus, nosso ônibus FOI assaltado.



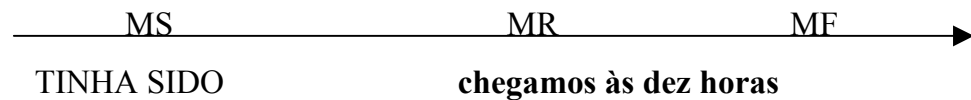
FOI

chegamos às dez horas

(07) Quando nós chegamos às dez horas no ônibus, nosso ônibus TINHA SIDO assaltado. (FLP09, L762)

¹⁰³ A entrevista foi feita em 1995, logo, o entrevistado presenciou a última Copa, a de 1994.

¹⁰⁴ Neste caso, o momento de fala constitui-se como ponto de referência, as situações codificadas por *chegamos* e *foi* são anteriores ao momento de fala e cotemporais entre si.



Apresentamos, apenas como ilustração, uma diferença de sentido na composição da função de anterioridade a um ponto de referência passado (tipo de referência passada): ponto de referência pressuposto, ponto de referência compartilhado, o que valida a variação; e uma diferença de significado, entre as categorias que compõem a função: a ordenação entre situação e ponto de referência. Em (06), as duas situações apresentadas são cotemporais e estão ordenadas relativamente ao momento de fala, o que invalida a variação (na função de uma situação passada anterior a uma outra também passada).

II - Nos dados de crianças, ocorre variação (entre os pretéritos MQP e P¹⁰⁵)?

Conforme Labov (1994:580), crianças aprendem aspectos variáveis do dialeto local do mesmo modo que aprendem regras categóricas. (...) Regras variáveis são probabilisticamente controladas.

Creemos que o pretérito perfeito seja mais freqüente para indicar um passado do passado, mesmo sendo uma forma que já tem outra função. Como o primeiro ponto de referência passado a aparecer deve ser pragmático, a criança consegue reproduzir o esquema (MS-MR-MF) com o pretérito perfeito, mantendo:

- a) a relação de anterioridade a um ponto de referência passado (o pretérito perfeito é passado em relação ao ponto de referência contextual e também passado em relação ao tempo de fala);
- b) a relação dêitica de codificação (a forma é codificada relativamente a dois centros dêiticos: um passado imediato espacial e o momento da enunciação). Essa relação dêitica pode ser associada à hipótese do egocentrismo, conforme proposta de Fleischman (1989).

¹⁰⁵ Só esse tipo de variação será considerado, visto que os dados a serem analisados são sincrônicos atuais.

III – Quais fatores condicionam o uso de uma ou outra variante? Pode-se falar em motivações em competição?

As variantes estão sujeitas a motivações de natureza discursiva (como tipo de verbo, relação semântico-sintático, tipo de ponto de referência) e social (idade)¹⁰⁶.

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) dizem que morfemas lexicais de fonte verbal estativa seguem diferentes padrões dos de fonte verbal dinâmica.

Conforme Givón (1990:12), o gênero discursivo no qual orações coordenadas predominam sobre subordinadas é adquirido mais cedo e é cognitivamente mais fácil de processar. Adicionalmente, um conjunto considerável de experimentos psicolinguísticos sugere que orações encaixadas são mais difíceis para processar do que orações principais coordenadas.

Os pontos de referência que conduzem à interpretação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito são: ponto de referência temporal (uma situação no tempo), discursivo (uma situação no discurso), pressuposto (uma situação inferida do discurso) e compartilhado (decorrente do conhecimento de mundo, de crenças). O que conecta um uso ao outro é a metáfora da referência. Segundo Lakoff (1988:144), há projeções metafóricas de domínios concretos para abstratos: usa-se a linguagem do mundo externo (sócio-físico) para fazer referência ao mundo mental interno (psicológico). Assim sendo, acredita-se que, nos dados de crianças de 05-06 anos, o **ponto de referência** mais comum seja de natureza pragmática (espacial).

Em termos de motivação social, a idade deve ser relevante: os mais jovens tendem a usar mais o pretérito perfeito, o que indica um processo de mudança em tempo aparente.

4.4 - A QUESTÃO DAS MUDANÇAS

I - Qual a velocidade da mudança?

¹⁰⁶ Essas motivações serão recuperadas na Metodologia, via grupos de fatores.

Mudanças movem-se muito mais devagar no começo e no final de suas trajetórias. Essa trajetória forma o que Labov (1994) chama de curva em *S*. O uso do pretérito mais-que-perfeito simples, apenas na escrita e na fala formais, indica o final da trajetória do pretérito mais-que-perfeito simples na codificação da função de passado perfectivo anterior a um ponto de referência também passado.

II - Quais casos podem caracterizar a **mudança substitutiva**?

O PMQPS, o PMQPC, o PPS e o PPC continuam a ocorrer, logo não se pode falar estritamente de mudança como exclusão de uma forma. Na perspectiva da variação, podemos falar em exclusão de uso de uma forma numa determinada função, caracterizando a **mudança substitutiva** como a mudança que diz respeito à substituição de uma forma por outra, numa determinada função, devido à competição. Dos casos discutidos, podemos indicar a substituição da forma de PMQPS pela forma do PMQPC e deste pelo PPS, em estruturas sintáticas contra-seqüenciais, em que a situação é passada, perfectiva e anterior a um ponto de referência também passado em relação ao momento de fala. A forma que perdeu espaço é reanalisada por meio de mudança de categoria (**mudança categorial** – PMQPS em projeções futuras) ou de função (**mudança semântica** – PMQPS como metáfora).

III – Há evidências de **mudança categorial**, no que se refere aos pretéritos MQP e P?

Quando uma forma pertencente a uma categoria é reanalisada como pertencente (também ou exclusivamente) à outra, está em pauta uma **mudança categorial**. Dois casos já foram evidenciados: o caso *ter/haver* e o caso do particípio. Olbertz (1993), com base em dados do espanhol, menciona que foi o uso metafórico de *haver* e *ter*, de posse metafórica: intelectual (*eu tinha isso pensado*), o que os levou a serem reanalisados como auxiliares. O particípio adjetivo foi reanalisado como particípio verbal porque, já no latim arcaico, *habere* funciona como um predicado de dois lugares e o particípio é um adjunto predicativo que denota o resultado de uma

ação ou processo, no qual o item possuído foi envolvido antes do tempo indicado pelo verbo principal. A gramaticalização inicia em construções em que não há um candidato para a posição de segundo argumento de *habere*. Outro passo é dado quando o primeiro argumento de *habere* refere-se à mesma pessoa do primeiro argumento do participípio.

Há, ainda, a **mudança categorial** de verbo para interjeição, em enunciados que denotam projeção futura e nos quais não há possibilidade de usos pronominais (é o caso de *tomara*).

IV - Como ocorrem as mudanças de função dos pretéritos MQP e P de um século a outro?

As mudanças iniciam por alterações nos traços (de sentido) que compõem as categorias **tempo, aspecto, modalidade e referência**. A **modalidade** pode ser a chave para a mudança, quando os pretéritos em foco passam a indicar *irrealis*¹⁰⁷. A mudança começa com a utilização do mais-que-perfeito em lugar de uma forma do subjuntivo. Tendo adquirido, então, a carga de incerteza, a forma passa a ser usada como futuro, visto ser o futuro incerto. Os seguintes argumentos podem ser considerados:

-o subjuntivo é o modo da possibilidade e, por isso, seus tempos devem encerrar em si uma certa idéia de futuridade, a despeito de seu valor particular de presente, passado e futuro (conforme Pereira, 1923:505);

-sabemos menos sobre o futuro e, além disso, falamos sobre ele de um modo vago, o que significa que colocações/sustentações sobre o futuro são sempre fracas se comparadas a sustentações sobre o passado (cf. Jespersen, 1924);

-falar sobre o futuro é mais especulativo já que nossas predições e expectativas futuras podem ser alteradas por eventos intervenientes (conforme Comrie, 1981) e

-incerteza é reconhecida como uma propriedade inerente do futuro (cf. Ultan, 1972 *apud* Enç, 1996).

¹⁰⁷ Essas observações não valem para o pretérito perfeito composto.

V – É possível delinear, historicamente, mudanças nas categorias TAMR e a conexão existente entre as funções dos pretéritos em foco?

Para Lichtenberk (1991:39), um elemento que tem a função A adquire uma nova função, B, e subseqüentemente adquire a função C, pois a mudança de A para B é menor do que a mudança de A para C. cremos que foi o traço *irrealis* (menos assertividade) do uso subjuntivo que permitiu a passagem para indicação de projeção passada e futura. Essa mudança desencadeou a de aspecto (de menos durativo para mais durativo) e a de tempo (de passado a futuro); a mudança em tempo desencadeou, paralelamente, a de referência (de passado a presente e/ou futuro).

Há uma tendência para a forma composta indicar irrealidade, exatamente o que ocorreu com a forma simples. Fleischman (1989) menciona que tempos verbais cuja referência temporal é um passado anterior indicam irrealidade quando usados para se referir simplesmente ao passado (...*tinha pensado em...*). Pode-se pensar numa projeção passada como função do mais-que-perfeito composto, diferentemente do mais-que-perfeito simples que passou a indicar projeção futura.

Dada a crença de que o que passou em uma língua pode explicar seu estado atual (conforme Labov, 1994), podemos dizer que o comportamento passado do pretérito mais-que-perfeito simples pode explicar a entrada da forma composta para a mesma função.

O PPS é um passado anterior ao MF. Em comparação com o PPC, nota-se que o PPS é utilizado quando não há relevância presente, o que o caracteriza como mais distante do que o PPC. Como já tem o traço de anterioridade a outro passado, migra para passado do passado e passado do futuro¹⁰⁸: mantendo-se anterior à outra situação.

A indicação de anterioridade, perfectividade e certeza deve ter autorizado o perfeito a migrar para a função de passado perfectivo *realis* anterior a um ponto de referência passado (função em que varia com o PMQPC).

No caso do PPC, parece ter ocorrido uma ampliação aspectual: de perfectivo a imperfectivo e de imperfectivo menos durativo para imperfectivo mais durativo. Seu

¹⁰⁸ No primeiro caso, o pretérito perfeito é usado em lugar do mais-que-perfeito (Eu comprei o presente porque saí mais cedo do trabalho.). No segundo, é usado em lugar do futuro do presente composto (Quando você chegar, eu já saí.).

uso no sentido de habitualidade pode ser uma implicatura derivada do significado básico de relevância presente (conforme Fleischman, 1989:23).

* * *

Antes da análise dos dados, com base nas questões e hipóteses aqui propostas (sobre as funções do PMQP e P, sobre os condicionamentos da variação em dada função e sobre os tipos de mudança), seguimos com os procedimentos metodológicos.

CAPÍTULO V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

PRELIMINARES

Este capítulo está dividido em duas seções: uma corresponde aos procedimentos adotados na seleção e análise dos dados escritos (do século XVI ao século XX) e a outra se refere aos procedimentos utilizados na análise de dados atuais, considerando-se as seguintes faixas etárias: menos de 07 anos (crianças de 05-06 anos); 07-14 anos (pré-adolescentes de 09-11 anos); 15-24 anos; 25-49 anos e mais de 50 anos.

Não pretendemos correlacionar os dados escritos aos dados de fala; nosso intuito é mostrar o que ocorre com as formas de mais-que-perfeito e perfeito e tentar explicar a relação forma-função na perspectiva da mudança. Esse cuidado se torna crucial em análises diacrônicas, pois não se pode simplesmente comparar dados do século XX com dados do século XVI como se fossem da mesma comunidade. É preciso verificar alguma similaridade entre o presente e o passado que justifique a comparação dos dados¹⁰⁹, o que não é um problema trivial. Leva-nos a um paradoxo da lingüística histórica (conforme Labov, 1994:21), em analogia ao paradoxo do observador em lingüística sincrônica¹¹⁰.

Paradoxo histórico:

“The task of historical linguistics is to explain the differences between the past and the present; but to the extent that the past was different from the present, there is no way of knowing how different it was.”

¹⁰⁹ Na seção (5.1), abaixo, apresentamos os critérios considerados na seleção do *corpus* diacrônico.

¹¹⁰ Conforme Tarallo (2001:21), o pesquisador necessita de dados a serem coletados através de sua participação na interação com os falantes. Essa participação, contudo, pode perturbar a naturalidade do evento.

Como as gravações surgiram apenas a partir de 1930, a única possibilidade, se se quer encarar tal análise histórica, é olhar para a escrita de outras épocas chegando à escrita e fala atuais, mas tendo sempre em mente “o risco do viés da língua escrita” (Tarallo, 1994:71).

5.1 – DADOS ESCRITOS DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX

Freqüentemente, as formas lingüísticas encontradas nos documentos são distintas das do vernáculo. Refletem um dialeto normatizado que quase sempre é distante do dialeto do falante nativo. Além disso, há hiper-correção, mistura dialetal e possíveis alterações dos escritvões. Assim, em lingüística histórica, devemos fazer o melhor uso possível dos maus dados de que dispomos (conforme Labov, 1994).

Esse comentário de Labov nos serve como alerta. Os textos não podem ser selecionados apenas porque foram escritos em tal século; devem representar, de algum modo, seja por características do escritor¹¹¹ ou do tipo de texto¹¹², uma linguagem menos formal.

5.1.1 – CORPUS

Na seleção do *corpus*, foram respeitados os seguintes critérios:

- a) seleção de material a partir do século XVI¹¹³, início da normatização explícita em língua portuguesa, conforme expusemos no capítulo um;
- b) escolha de textos que podem (ou não) refletir alguns padrões próprios da linguagem oral: cartas, depoimentos, peças teatrais, novelas, contos populares, sermões domésticos e
- c) análise de comentários do autor sobre o caráter (popular, formal) da obra.

¹¹¹ Estilo literário.

¹¹² Tipo de texto refere-se a cartas, depoimentos, peças teatrais, entre outros.

¹¹³ Textos dos séculos XIV e XV também foram observados, porém não considerados, nesta análise, são eles: Fórum Real (século XIII), Livro da Aves (século XIV), Crônica de D. Pedro (século XV), Livro das obras de Garcia Resende (século XV), Crônica de D. Pedro de Meneses (século XVI).

A seguir, listamos os textos considerados, com respectivas justificativas para sua inclusão em nosso *corpus*:

- *Textos do século XVI:*

Iniciamos com as peças de Gil Vicente: *Auto da fé*; *Auto da Alma*; *História de Deus*; *Auto da Feira*; *Auto da Índia*; *Auto de Inês Pereira*; *Auto dos Físicos*; *Auto da Lusitânia*; *Comédia da Rubena*¹¹⁴. Desde 1502, Gil Vicente representava e fazia representar perante a corte. Muitas de suas obras inserem-se no teatro cômico, visto serem freqüentes, nos diálogos, as réplicas, os chistes, as observações de intenso *realismo*, conforme atesta Andrade (1993), dizendo, ainda, que a grande força cômica de Gil Vicente reside na criação de figuras reais (pág. 51).

Em seguida, consideramos o teatro de Anchieta: *Pregação Universal*; *Na Festa de São Lourenço*; *Diálogo de Pero Dias Mártir*; *Recebimento dos Índios ao Pe. Beliarte*; *Recebimento do Adm. Apostólico*; *Quando no Espírito Santo...*; *Na Vila de Vitória*; *Na visitação de Santa Isabel*¹¹⁵. Conforme Candido e Castello (1973: 23), os textos de Anchieta são caracteristicamente populares, tanto pela linguagem quanto pelo rudimentar da técnica.

Como amostra do século XVI, incluímos também: uma carta de Antônio Ferreira (*A Diogo Bernardes*)¹¹⁶; três cartas de Camões (*Carta de Lisboa*, *Outra Carta de Lisboa* e *Carta da Índia*)¹¹⁷; uma novela de Francisco de Moraes (*Palmeirim de Inglaterra*)¹¹⁸ e outra de Bernardim Ribeiro (*Menina e Moça*)¹¹⁹, e três contos de Gonçalo F. Trancoso

¹¹⁴ BERARDINELLI, C. **Antologia do Teatro de Gil Vicenti**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Antologia baseada no texto da Copilação de 1562, com modernização da grafia, porém sem trair a pronúncia (págs. 13-14).

¹¹⁵ ANCHIETA, J. **Teatro de Anchieta**. Tradução, introdução e notas de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1977. Vol. 3.

¹¹⁶ *Poemas Lusitanos*, 2 vols., pref. e notas de Marques Braga, Lisboa, Sá da Costa, 1939, Vol. I, pp. 64 e 71. In: MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**, 27 ed. SP: Cultrix, 2000.

¹¹⁷ CAMÕES, L. V. **Camões: versos e prosa**. RJ: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

¹¹⁸ FRANCISCO DE MORAIS. *Crônica de Palmeirim de Inglaterra*. 3 vols., SP, Anchieta, 1946, vol. I, cap. XI, pp. 55-57. In: MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 27 ed. SP: Cultrix, 2000.

¹¹⁹ MENINA E MOÇA – 1554 (prosa de ficção) – BERNARDIM RIBEIRO Obras Completas, 2 vols., Lisboa, Sá da Costa, vol.1, pp. 1-3, 10-14. (Fragmento). In: MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 27 ed. SP: Cultrix, 2000.

(Conto IX; Conto V; Conto II)¹²⁰. Os contos foram incluídos porque Trancoso é “escritor popular, no sentido mais rigoroso de expressão, aproxima-se antes da literatura oral que da erudita” (conforme Massaud Moisés, 2000: 158).

- *Textos do século XVII:*

Consideramos as *Cartas* de Mariana Alcoforado¹²¹; *Diálogos das Grandezas do Brasil*¹²²; *Sermões* do Pe. Antônio Vieira (*De Santo Antônio; Pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda; Da Terceira Domingo do Advento; Do Nascimento do Menino Deus; Doméstico*)¹²³. Alguns sermões de Vieira foram considerados, por serem de caráter doméstico: o *Da Terceira Domingo do Advento*, por exemplo, é de feição chistosa e satírica (conforme nota do editor) e o *Do Nascimento do Menino Deus* é de caráter doméstico, feito para ser pregado por um religioso de poucos anos.

Quanto às cartas de Mariana Alcoforado, conforme Freire (1962: 12), “Mariana escreveu ao amante, cartas em português, trabalhadas, e mal trabalhadas depois em francês, com acessórios da época. Todavia, a verdade impõe-se no descomando da paixão, que não ilude. Não são os primores da prosa costumeira no gongorismo setecentista¹²⁴, mas alguma coisa que provém da essência da personalidade eclodindo sem limitações, e que é, portanto, muito sua”. Em 1810, Filinto Elísio verteu-as para a nossa língua (segundo Massaud Moisés, 2000)¹²⁵.

¹²⁰ GONÇALO FERNANDES TRANCOSO. *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*. Pref., leitura de texto, glossário e notas por João Palma Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1974, pp. 32-34. In: MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 27 ed. SP: Cultrix, 2000.

¹²¹ ALCOFORADO, Mariana. **Cartas**. Rio de Janeiro: Agir, 1962 – por Maria da Graça Freire.

¹²² In: CÂNDIDO, A. e CASTELO, J. A. **Presença da Literatura Brasileira**. 5ª ed. SP: Difusão Européia do livro, 1973.

¹²³ VIEIRA, Antônio. **Sermões**. Porto: Lello & Irmão Ed., 1959 (prefácio e revisão de Pe. Gonçalo Alves).

¹²⁴ Estilo que se enquadra no Barroco. Seu maior representante é Luís de Góngora y Argote – poeta espanhol que se caracteriza pela erudição.

¹²⁵ Devemos estar atentos ao fato de que as cartas são traduções do francês para o português.

- *Textos do século XVIII:*

Foram considerados: *O Compêndio Narrativo do Peregrino da América*¹²⁶, de Nuno Marques Pereira, em que adotou a forma dialogada (peregrino e ancião), narrando fatos ocorridos no Brasil (conforme Candido e Castello, 1973:110) e os *Autos da Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins*¹²⁷. Nestes, conforme Oliveira (1986: iv-v), optou-se “pela transcrição fiel, em lugar da versão moderna, mesmo com todas as suas incorreções ortográficas e irregularidades da escrita (letras dobradas, uso indevido de letras maiúsculas e minúsculas, antecipação de letras e pontuação)”.

- *Textos do século XIX:*

Os dados do século XIX foram retirados:

- a) das peças de Martins Pena cuja linguagem, nas comédias de costumes, é simples e direta (conforme Cândido e Castelo, 1973: 266): *O namorador ou A noite de São João; O juiz de paz; Os irmãos das almas; O diletante; Os três médicos; O noviço; O caixeiro da taverna; Quem casa quer casa*¹²⁸; *O Judas em sábado de aleluia*¹²⁹. Costa (1972: 13) comenta o seguinte sobre o autor: “Dou agora a relação dos textos em que me baseei para a transcrição das cenas que figuram na Antologia, os quais respeitei na íntegra, inclusive quanto aos deslizos do autor, quer fonéticos, morfológicos ou sintáticos, pois Martins Pena pertence ao grupo dos escritores espontâneos e despreocupados de correção gramatical. Em todo o livro haverá apenas uma ou outra adaptação de grafia que acomodei à ortografia oficial.” e

¹²⁶ 1728 (ed. de 1939). A pontuação foi modernizada a fim de facilitar a leitura; o texto foi reduzido à ortografia corrente (cf. Candido e Castello, 1973:07). CÂNDIDO, A. e CASTELO, J. A. **Presença da Literatura Brasileira**. 5ª ed. SP: Difusão Européia do livro, 1973.

¹²⁷ *Autos da devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins* (1738 – 39) : fac-símiles e transcrições paleográficas. Introdução de Adélia Engrácia de Oliveira. Manaus, FUA, Brasília, INL, 1986. 169p.

¹²⁸ In: COSTA, Amália. **Martins Pena: comédias**. (2ª ed.) RJ: Agir, 1972.

¹²⁹ Apenas esta última foi retirada de CÂNDIDO, A. e CASTELO, J. A. **Presença da Literatura Brasileira**. 5ª ed. SP: Difusão Européia do livro, 1973. Os autores mencionam ter alterado a pontuação nos textos anteriores ao Romantismo e tê-los reduzido à ortografia corrente.

b) das peças teatrais de França Júnior: *Como se fazia um Deputado, Caiu o Ministério, As Doutoradas e Maldita Parentela*¹³⁰.

- *Textos do século XX*

Consideramos as seguintes peças teatrais: *A casa de Orates* e *O dite* de Arthur de Azevedo¹³¹; *Onde canta o sabiá* e *O tenente era o porteiro* de Gastão Tojeiro¹³², *A vida tem três andares* de Humberto Cunha¹³³ e *A garçonnière de meu marido* de Silveira Sampaio¹³⁴.

5.1.2 - NÚMERO DE DADOS

Os quadros que seguem mostram o número de dados para cada forma verbal por século e por autor:

¹³⁰ FRANÇA Júnior. *Como se fazia um Deputado, Caiu o Ministério, As doutoras e Maldita Parentela*. Introdução e dados bibliográficos de Edwaldo Cafezeiro. Editora Tecnoprint, 1985.

¹³¹ AZEVEDO, A. *Teatro de Arthur de Azevedo* VI. Texto de Antônio Martins. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1995.

¹³² TOJEIRO, G. *O tenente era o porteiro*. Rio de Janeiro: ed. Da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1938.

Onde canta o sabiá. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Teatro, 1973.

¹³³ CUNHA, H. *A vida tem três andares*. Rio de Janeiro: ed. Da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1951.

¹³⁴ SILVEIRA SAMPAIO. *A garçonnière de meu marido*. Rio de Janeiro: Compositora Gráfica LUX (década de 50).

QUADRO 02 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC no século XVI¹³⁵

TEXTOS DO SÉCULO XVI	PMQPS	PMQPC	PPS	PPC
Teatro de Gil Vicente (Auto da fê; Auto da alma; História de Deus; Auto da Feira; Auto da Índia; Auto de Inês Pereira; Auto dos Físicos; Auto da Lusitânia; Comédia da Rubena)	92	00	10	11
Teatro de Anchieta (Pregação Universal; Na festa de São Lourenço; Diálogo de Pero Dias Mártir; Recebimento dos Índios ao Pe. Beliarte; Recebimento do Adm. Apostólico; Quando no Espírito Santo...; Na vila de Vitória; Na visitação de Santa Isabel)	32	02	09	20
Cartas de Camões (Carta de Lisboa; Outra Carta de Lisboa; Carta da Índia)	07	02	03	01
Carta de Antônio Ferreira (A Diogo Bernardes)	02			
Novela de Francisco de Moraes (Palmeirim de Inglaterra)	08		01	
Novela de Bernardim Ribeiro (Menina e Moça)	17	01		03
Contos de Gonçalo F. Trancoso (Conto IX, Conto V e Conto II)	04	03		01
TOTAL	162	08	23	36

¹³⁵ Não consideramos usos de *ter* mais *participio* como o seguinte:
...e note-se que não era cá de pouco mais ou menos, porque a mulher TINHA cada olho ESBUGALHADO deste tamanho e berrava... (França Júnior, AS DOUTORAS, 1887:117)

QUADRO 03 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC no século XVII

TEXTOS DO SÉC. XVII	PMQPS	PMQPC	PPS	PPC
Cartas de Mariana Alcoforado	19	07	02	06
Fernandes Trancoso (Diálogos das Grandezas do Brasil)	06		01	04
Sermões do Pe. Antônio Vieira (de Santo Antônio; ...Pelo Bom Sucesso...; da Terceira Dominga; do Nascimento do Menino Deus; Doméstico)	50	05	05	10
TOTAL	75	12	08	20

QUADRO 04 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC no século XVIII

TEXTOS DO SÉC. XVIII	PMQPS	PMQPC	PPS	PPC
Depoimentos dos Autos da Devassa contra os Índios Muras e Nações do Rio Tocantins	29	03	02	52
Nuno M. Pereira (Compêndio Narrativo do Peregrino da América)	09	01	01	17
TOTAL	38	04	03	69

QUADRO 05 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC no século XIX

TEXTOS DO SÉC. XIX	PMQPS	PMQPC	PPS	PPC
Teatro de Martins Pena (O namorado; O juiz de paz; Os irmãos das almas; O diletante; Os três médicos; O noviço; O caixeiro da taverna; Quem casa quer casa; O Judas em sábado de aleluia)	12	02	07	24
Teatro de França Júnior (As doutoras; Caiu o ministério; Como se fazia um deputado; Maldita parentela)	05	08	10	41
TOTAL	17	10	17	65

QUADRO 06 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC no século XX

TEXTOS DO SÉC. XX	PMQPS	PMQPC	PPS	PPC
Teatro de Arthur Azevedo (O dite; A casa de orates)	11	09	12	20
Teatro de Gastão Tojeiro (Onde canta o sabiá; O tenente era o porteiro)	04	10	08	08
Teatro de Silveira Sampaio (A garçonnière de meu marido)	00	01	02	04
Teatro de Humberto Cunha (A vida tem três andares)	01	15	06	12
TOTAL	16	35	28	44

QUADRO 07 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC por século

SÉCULO	PMQPS	PMQPC	PPS	PPC
XVI	162	08	23	36
XVII	75	12	08	20
XVIII	38	04	03	69
XIX	17	10	17	65
XX	16	35	28	44
TOTAL	308	69	79	234

Total de dados: 690

5.1.3 – FATORES CONTROLADOS

A análise dos dados escritos, apesar do controle dos grupos de fatores, é, em primeira instância, funcional, dado que nosso objetivo é apresentar as funções das formas de PMQP e PP especificando traços de sentido que compõem cada função. Paralelamente, observamos casos de mesma função, a fim de captar (indícios de) variação.

5.1.3.1 – Fatores controlados na análise dos pretéritos mais-que-perfeito simples, mais-que-perfeito composto e perfeito simples

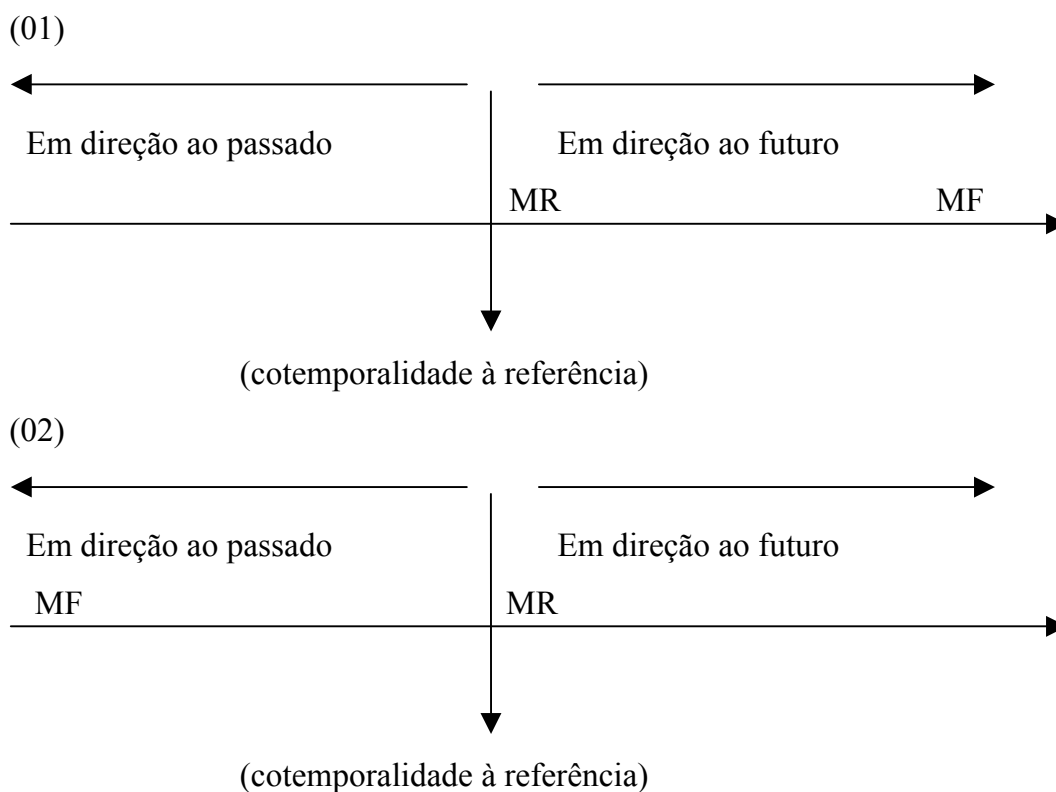
Para caracterizar as funções (significados de TAMR) e os traços de sentido que compõem cada função, os dados de mais-que-perfeito simples e composto e perfeito simples¹³⁶ foram analisados, a partir dos sete grupos de fatores explicitados abaixo. Esses grupos foram considerados para que se possa responder as questões propostas no capítulo anterior. Neste capítulo, apenas apresentamos os grupos, os fatores que compõem cada grupo e observações gerais acerca dos procedimentos adotados na análise dos dados de escrita. No capítulo seis todos os grupos serão retomados com respectivas exemplificações e explicações sobre a importância do grupo para a análise da mudança lingüística¹³⁷.

I – Tempo em relação à referência

Neste grupo, consideramos as noções de passado, presente e futuro relativamente ao momento da referência, seja à esquerda do momento de fala (tempo cronológico passado), como ilustra o diagrama (01); seja à direita do momento de fala (tempo cronológico futuro), como ilustra o diagrama (02). O presente refere-se a ocorrências em que a situação no mais-que-perfeito ou perfeito é cotemporal à referência (conforme ilustrado pelo eixo vertical).

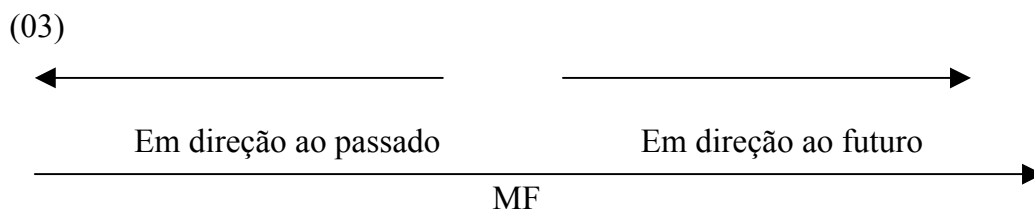
¹³⁶ Os grupos de fatores considerados para a análise do PPC são parcialmente diferentes. Não analisamos a ordenação nem o tipo de ponto de referência.

¹³⁷ Não apresentamos exemplos e detalhamentos sobre cada grupo/fator para se evitar repetição. cremos que seja mais relevante exemplificá-los e explicá-los no capítulo seis, que corresponde à análise dos dados.



II - Ponto de referência

O ponto de referência é o que se precisa para interpretar temporalmente a situação codificada pelo perfeito ou mais-que-perfeito. O tempo do ponto de referência (passado, presente ou futuro) é calculado em relação ao momento de fala, conforme diagrama (03).



III – Ordenação

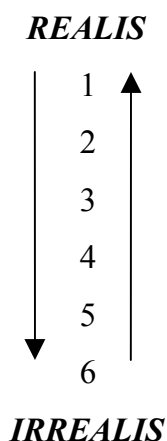
Neste grupo, analisamos como a situação codificada no perfeito ou mais-que-perfeito se relaciona, em termos de ordenação sintática, ao seu ponto de referência.

Cinco categorias foram analisadas: seqüencialidade, contra-seqüencialidade, cotemporalidade, relação anafórica e relação catafórica, essas últimas, particularmente para os dados de retomadas (*como eu disse/tinha dito, dissera*). Considerando-se a iconicidade, interessa-nos saber se as situações no PMQP e P são representadas no discurso conforme ocorreram.

IV – Modalidade

Apesar de ser perigoso julgar a atitude do falante/escritor em dados diacrônicos, arriscamo-nos a analisar a modalidade com base na escala que segue, considerando-se alguns critérios contextuais que nos permitem pressupor a modalidade expressa.

No campo da modalidade *realis/irrealis*, temos:



REALIS 1: quando não há nenhum indício de dúvida (advérbio de dúvida, verbo dicendi, traço de futuridade);

REALIS 2: nos casos em que a situação é dada, mas não seu ponto de referência, este é pressuposto;

REALIS 3: em dados com verbo dicendi. Esses casos ficam na fronteira, porque a verdade ou falsidade é atribuída ao outro.

REALIS 4: aqui, incluem-se os casos em que o mais-que-perfeito composto é usado no lugar do perfeito a fim de indicar distância modal, como vimos no capítulo três (uso metafórico);

REALIS 5: modalidade dos casos de projeção em que uma situação é apresentada como hipotética no passado (projeção passada) e

REALIS 6: há uma projeção futura. Quando a forma chega a indicar o + *irrealis*, está em vias de ou sofreu **mudança categorial**.

V – Tipo de verbo

Consideramos as categorias propostas por Vendler: atividade, *accomplishment*, *achievement* e estado. E, além dessas, outras três: verbo dicendi, de cognição e verbo modal. Com a tipologia de Vendler, captamos os traços de dinamicidade e duração; Considerando-se apenas as categorias mais amplas, perfectivo/imperfectivo, estaríamos focalizando a duração.

VI – Tipo de ponto de referência

São os seguintes os tipos de ponto de referência considerados:

- a) *Temporal*: o ponto de referência temporal pode aparecer codificado por uma forma verbal, um advérbio ou por verbo e advérbio conjuntamente;
- b) *Discursivo*: considera-se uma referência como discursiva quando se retoma, no discurso, uma situação passada: situação passada > retomada > repetição da situação passada¹³⁸;
- c) *Pressuposto*: o ponto de referência é pressuposto a partir de informações dadas no próprio enunciado (geralmente ocorre em casos com *nunca* seguido de PMQPC);
- d) *Compartilhado*: a interpretação da localização temporal de uma situação depende do conhecimento de mundo, de uma crença.

¹³⁸ A situação retomada pode vir antes ou depois da expressão ‘*como falei/tinha falado/falara*’.

VII – Tipo oracional

Esse grupo objetiva analisar o dado no PMQP ou P em termos de relevância semântico-sintática para o enunciado que contém o ponto de referência: assim, o enunciado em que se encontra a situação no PMQP ou P pode indicar: complementação (orações completivas), especificação (orações relativas, explicativas), condição (orações condicionais), restrição (orações adversativas e concessivas), causalidade/conseqüência (orações causais, consecutivas), temporalidade (orações temporais, encadeadas, justapostas), comparação (orações comparativas).

5.1.3.2 – Fatores controlados na análise do pretérito perfeito composto

Os seguintes grupos servem como premissas de análise para os dados de PPC:

I – Tempo: passado ao momento de fala ou passado e presente (quando a situação começa no passado e continua no momento da enunciação).

II – Tipo de verbo: as mesmas categorias explicitadas no grupo V, na subseção anterior, foram controladas (tipologia de Vendler mais verbo dicendi, de cognição e modal).

III– Tipo de oração: consideramos os mesmos tipos oracionais indicados acima (em VII), mas aqui, dado o fato de o ponto de referência ser o momento de fala, analisamos a relação estrutural com a oração precedente.

Não analisamos a ordenação, porque se os dados indicam passado, são contra-seqüenciais ao momento da enunciação; se indicam passado e presente, são cotemporais, isso é captado na análise do tempo (grupo I). Em conseqüência, não analisamos o ponto de referência, pois é o momento de fala em todos os casos analisados. Também não consideramos a modalidade porque, na maioria dos casos, há certeza sobre o que se diz.

5.2 – DADOS DE FALA ATUAIS (1990-2003)

Embora os pretéritos sob análise possam variar com outras formas, conforme vimos no capítulo um, restringimos nossa análise à função codificada variavelmente pelas duas formas em foco nesta Tese: a função de passado perfectivo *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência também passado.

5.2.1 – CORPUS

Em Coan (1997), foram utilizadas trinta e seis entrevistas (576 dados), cada uma com cerca de uma hora de duração, pertencentes ao Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul)¹³⁹, realizadas em Florianópolis com informantes descendentes de açorianos, residentes na área urbana, devidamente estratificados por sexo, idade e escolaridade (conforme mostra o quadro abaixo):

Quadro 08 - Número de informantes por célula (amostra de 1997)

Escolaridade	Sexo	15 a 24 anos	25 a 49 anos	+ de 50 anos
Primário	M	2	2	2
	F	2	2	2
Ginasial	M	2	2	2
	F	2	2	2
Colegial	M	2	2	2
	F	2	2	2

Agora, ampliamos a coleta de dados incluindo uma outra faixa etária: 07 a 14 anos. Como o Projeto VARSUL ainda não dispunha de entrevistas relativas a essa faixa, propusemo-nos, conjuntamente com outras pesquisadoras (Adriana Gibbon, Maria Alice Tavares e Mariléia Reis) a realizar uma coleta a partir dos moldes

¹³⁹ O Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul), que envolve quatro Universidades do Sul do país (UFSC/UFPR/UFGRS e PUC-RS), organizou um Banco de Dados Lingüísticos com o objetivo de descrever fenômenos de variação e mudança nas comunidades do Sul do Brasil.

delineados pelo Projeto, a fim de que nossas entrevistas, em número de doze, pudessem integrar o Banco de Dados do Projeto VARSUL.

Os dados de crianças foram retirados de entrevistas realizadas em Criciúma. Devido ao fato de o Projeto VARSUL não dispor, ainda, de entrevistas de crianças e de estarem à disposição dados de crianças de 05-06 anos da cidade de Criciúma, localizada a 200Km de Florianópolis, resolvemos investigar tais entrevistas, visto terem sido realizadas nos moldes das realizadas pelo Projeto VARSUL. Em Criciúma, na Universidade do Extremo Sul Catarinense, desenvolve-se o Projeto “*Entrevistas Sociolingüísticas*”¹⁴⁰ que se propõe à montagem de um Banco de Dados da fala de Criciúma e região. Conta, atualmente, com sessenta (60) horas de fala de informantes residentes na área urbana de Criciúma, dessas utilizamos as doze feitas com crianças.

Quadro 09 - Número de informantes por célula (amostra de 2000-2002)

Sexo	07 a 14 anos (09-11 anos) ¹⁴¹	Menos de 07 anos (05-06 anos)
M	2	2
F	2	2
M	2	2
F	2	2
M	2	2
F	2	2

As entrevistas foram realizadas com a ajuda de material lúdico e em dois momentos (trinta minutos em cada momento), para evitar cansaço à criança; as perguntas iam surgindo à medida que a brincadeira se desenvolvia.

As entrevistas que utilizamos, com a ressalva do “paradoxo do observador”, aproximam-se do vernáculo. Os dados foram coletados sob orientação metodológica laboviana. Esse tipo de entrevista procura deixar o informante mais à vontade e sugere muitos tópicos que provocam uma descarga emocional. Assim, há um maior

¹⁴⁰ O Projeto *Entrevistas Sociolingüísticas* é desenvolvido pelas professoras Márluce Coan e Ângela C. P. Back e pelas bolsistas de Iniciação Científica Gisele Cardoso e Gabriela Zilli. Participaram, também, da montagem do Banco, as bolsistas Cláudia T. Sakamoto e Fabiana P. Machado.

envolvimento do informante com o assunto da conversa do que com a situação da entrevista, o que normalmente propicia o vernáculo.

Os dados coletados atendem as seguintes restrições:

- a) *Tempo em relação à referência*: passado;
- b) *Ponto de referência*: passado em relação ao momento de fala;
- c) *Ordenação sintática da situação em relação ao ponto de referência*: contra-seqüencial;
- d) *Aspecto*: perfectivo;
- e) *Modalidade*: *realis*.

5.2.2 – NÚMERO DE DADOS

O quadro que segue mostra o número de dados de PMQPC e PPS encontrados. Não encontramos dados de PMQPS com a função de passado perfectivo *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência também passado.

QUADRO 10 – Número de dados de PMQPS, PMQPC, PPS, PPC em dados atuais

FAIXA ETÁRIA	PMQPS	PMQPC	PPS
Mais de 50 anos	00	34	122
25-49 anos	00	78	126
15-24 anos	00	29	187
07-14 anos	00	33	89
05-06 anos	00	00	44
TOTAL	00	174	568

Total de dados: 742

* * *

¹⁴¹ Na seleção de informantes com menos de 14 anos, concentramos as entrevistas em determinadas idades (09-11 anos e 05-06 anos), pois há diferenças de comportamento entre uma idade e outra, por exemplo, 08 anos e 14 anos.

O quadro (11) mostra o número de dados para cada forma (PMQPS, PMQPC e PPS), no século XX, considerando-se fala e escrita.

QUADRO 11 – Número de dados de PMQPS, PMQPC e PPS em dados de escrita e fala do século XX

AMOSTRA	PMQPS	PMQPC	PPS
Dados de escrita – século XX	16	35	28
Dados de fala – Amostra de 1997	00	141	435
Dados de fala – Amostra de 2002	00	33	133

5.2.3 - FATORES LINGÜÍSTICOS E SOCIAIS CONTROLADOS

Constituem a variável dependente, para os dados de fala, os pretéritos mais-que-perfeito composto e perfeito simples. Em relação a essas formas, foram analisados os seguintes grupos de fatores:

- (i) *Tipo de verbo da situação e do ponto de referência* com base na Tipologia de Vendler, incluindo-se verbo dicendi, de cognição e modal;
- (ii) *Tipo de referência*: ponto de referência temporal, discursivo, pressuposto e compartilhado;
- (iii) *Tipo oracional* (relação semântico-sintática entre dado e ponto de referência);
- (iv) *Modalidade* com base na escala *REALIS/IRREALIS* proposta anteriormente e
- (v) *Idade*: para observação da mudança em tempo aparente.

5.2.4 – ANÁLISE ESTATÍSTICA

O programa VARBRUL, introduzido por Rousseau e Sankoff em 1978 (Pintzuk, 1988), é um modelo logístico de análise de dados que possibilita que o fenômeno da variação – correlação usos lingüísticos/ estrutura social – seja abordado estatisticamente. Conforme Naro (1992:24),

os pesos calculados (...) são interpretados como favoráveis à aplicação da regra, se forem superiores a 0,5; como inibidores, se forem inferiores a 0,5; e como neutros, se forem iguais a 0,5 (...). Entretanto, em princípio, os valores absolutos dos pesos relativos calculados não têm significância analítica; o que importa é a sua ordenação, sendo justamente por isso que se deve preferir o uso do termo RELATIVO.

A vantagem da análise quantitativa é permitir uma avaliação mais precisa, menos impressionística, obrigando o linguísta a buscar categorizações mais objetivas. Nesse sentido, os números não valem por si mesmos, mas funcionam como ponto de partida para a interpretação (Callou, Omena e Paredes da Silva, 1991:20). Segundo Givón (1984:11): “...o estudo sistemático e quantificado da sintaxe no discurso serve como uma transição necessária e natural para relacionar a língua e a comunicação com os processos cognitivos.” Para corroborar o exposto, considerem-se, também, os seguintes comentários:

“Distribuições estatísticas não são causais e explanatórias em sentido estrito. Mas podem servir como base para inferências.” (Lass, 1980:167)

“As generalizações nas quais a ciência está interessada são as significantes; e significância, para ser legível, deve ter algum tipo de interpretação estatística.” (Hunford, 1977 *apud* Lass, 1980:16)

Para os dados escritos, foram feitas duas rodadas: uma de ordem funcional, apenas até o MAKECELL¹⁴² para mostrar os percentuais associados a cada fator analisado, no intuito de verificar quais traços mais se associam às formas sob análise. A outra rodada foi de natureza variacionista; controlamos só os casos em que as formas têm a mesma função, o mesmo significado de TAMR: tempo passado, ponto de

¹⁴² O passo seguinte ao MAKECELL requer que se trate de regra variável, pois fornece pesos relativos.

referência passado, ordem contra-seqüencial, aspecto perfectivo, modalidade *realis*. Os dados de crianças e pré-adolescentes também foram analisados estatisticamente, com controle de regra variável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo, expusemos os procedimentos usados na seleção do *corpus* e coleta de dados e os grupos de fatores testados, a fim de responder as questões propostas no capítulo anterior. Os resultados provenientes das análises estatísticas, bem como de análises de cunho qualitativo são apresentados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VI – AS CATEGORIAS *TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA* NA SIGNIFICAÇÃO DOS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO EM TEMPO REAL E APARENTE

PRELIMINARES

Baseando-nos, primeiramente, no *corpus* diacrônico (dados escritos do século XVI ao século XX) e nos grupos de fatores apresentados no capítulo anterior, procedemos à análise dos dados de pretérito mais-que-perfeito (PMQP) e perfeito (PP), em três perspectivas: a) das funções de cada forma verbal, por século; b) da mudança do(s) significado(s)/sentido(s) de século a século e c) da variação, focalizando-se a função de passado perfectivo *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado¹⁴³. As perspectivas *a e b* são apresentadas na primeira seção, na qual retomamos os grupos de fatores mencionados no capítulo anterior com exemplificações; correlacionamos forma e função, por século e mostramos os sentidos que compõem cada função (subdivisões de *realis*, tipos aspectuais e tipos de pontos de referência). Na seção (6.2), tratamos especificamente da variação entre os pretéritos mais-que-perfeito simples (PMQPS), mais-que-perfeito composto (PMQPC) e perfeito simples (PPS) em tempo real. Por fim, em (6.3), analisamos, em tempo aparente, a variação entre PMQPC e PPS, com base em dados atuais dos Projetos VARSUL-UFSC e *Entrevistas Sociolingüísticas-UNESC*.

As análises propostas, neste capítulo, acerca da mudança em tempo real, devem ser consideradas em termos de generalizações sobre mudança (conforme Lass, 1980) e não como reflexo da mudança em si, pelos seguintes motivos:

- a) o *corpus* selecionado constitui-se como uma amostra de cada século (não se trata de um *corpus* de grande parte dos textos escritos em cada século), portanto, os resultados devem ser vistos como parciais;

¹⁴³ Nessa função, as formas de PMQPS, PMQPC e PPS competem entre si.

- b) ainda que nosso *corpus* fosse constituído de grande parte dos textos produzidos em cada século, mesmo assim, das análises decorreriam generalizações, porque nosso julgamento dos dados históricos é baseado em constatações teóricas, definições gramaticais, contexto discursivo do dado, número de dados/percentual por fator (por exemplo, para cada subdivisão da modalidade - *realis de 1 a 6*); nossas constatações não refletem o passado em si, mas o que os dados apontam;
- c) os percentuais, apresentados em (6.1), não devem ser interpretados por si sós, mas correlacionados ao número de dados da forma em foco, por exemplo de PMQPS, e ao número total dos dados considerados na análise e
- d) os números visam à validação das propostas teóricas apresentadas nos capítulos dois e três. Vêm dar sustentação empírica à teoria.

6.1 – OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES E COMPOSTO E PERFEITO COMPOSTO: CORRELAÇÕES¹⁴⁴ ENTRE FORMA E FUNÇÃO EM TEMPO REAL

Esta seção compõe-se de três subseções que se referem à composição do(s) significado(s) e aos traços (sentidos) mais comumente associados às formas de PMQPS, PMQPC e pretérito perfeito composto (PPC), evidenciando-se o que se pode chamar de função prototípica (mais freqüente) por século, bem como as alterações de um século a outro, tanto em termos de significado (**TAMR**) quanto em termos de sentido (tipo de ponto de referência, por exemplo).

Convém, antes da exposição dos resultados, retomar algumas observações sobre nosso entendimento de *função*, *significado*, *sentido*, nesta Tese. Consideramos *função* como a combinação de **tempo**, **aspecto**, **modalidade** e **referência** (TAMR); *significado* refere-se ao conceito de T (passado/presente/futuro), A (perfectivo/imperfectivo), M (*realis/irrealis*) e R (passado/presente/futuro); e *sentido*, aos traços que compõem os conceitos/significados, por exemplo, as subdivisões de

¹⁴⁴ Correlação forma/função não pressupõe, necessariamente, relação de um-para-um; pode ser o caso de uma forma codificar mais de uma função ou uma função ser codificada por mais de uma forma.

realis (*realis* 1 a 6, conforme escala proposta no capítulo anterior) e os tipos de verbo (com base na Tipologia de Vendler, 1967), entre outros.

O PPS será focalizado na seção (6.2), visto termos analisado apenas sua utilização como passado perfectivo *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado, a saber, a função em que varia com o PMQP. Convém retomar que o PPS com outras funções não foi considerado na análise, pois nosso ponto de partida (o que desencadeou esta pesquisa) foi a variação entre PMQPC e PPS, em dados atuais. Isso posto, seguimos na direção do PMQPS e PPC para atestar o que ocorreu com essas formas em tempo real; e analisamos, paralelamente, a variação do PMQPS, PMQPC e PPS, em dados históricos e atuais.

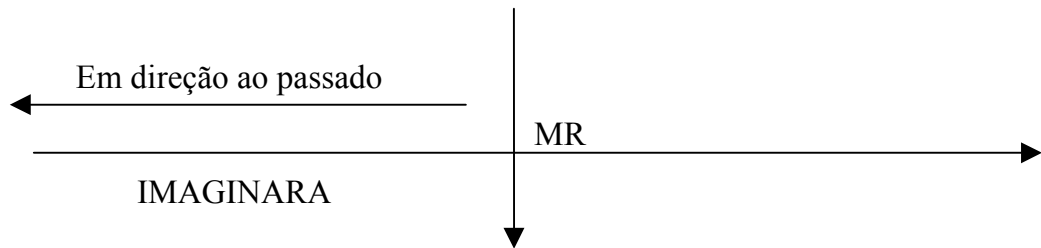
6.1.1 – A MULTIFUNCIONALIDADE DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES EM TEMPO REAL

Apresentamos, nesta subseção, os resultados obtidos na análise das categorias que compõem as funções (relação de significado/sentido) do PMQPS. Porém, antes da exposição dos resultados, retomamos os grupos de fatores que nos serviram como base de análise.

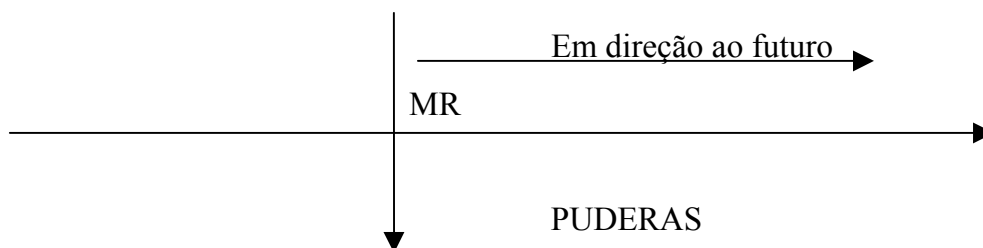
6.1.1.1 - Tempo em relação à referência

As noções de passado, presente e futuro compõem os fatores deste grupo e referem-se ao tempo cronológico expresso relativamente à referência (conforme discussão sobre tempo/tempo verbal apresentada no capítulo três). Os exemplos que seguem e os respectivos diagramas ilustram essas noções:

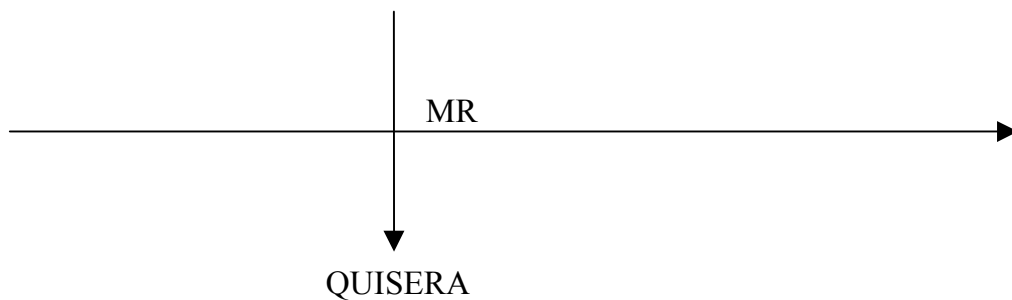
(01) É certo que amando-te experimentei venturas que nunca IMAGINARA, mas pago-as hoje... (Mariana Alcoforado, 2ª carta, 21).



(02) Mil contos de contos de ano / teu tormento há de durar. / Quando PUDERAS pensar / que se acabam já teus danos, / de novo hão de começar. (Anchieta, 336).



(03) Deus de suma compaixão, / em quem a bondade mora, / sabe o tempo do perdão. / Segundo isso, eu agora / não QUISERA voltar lá; / mas quero ficar-me cá, / contando que vá pra fora, / esta velha que aqui está. (Anchieta, 326).



(Cotemporalidade à referência)

Os exemplos mostram que o PMQPS expressa passado, presente e futuro. Interessa, contudo, saber qual é a função prototípica (mais usual) e se se mantém do século XVI ao século XX. A tabela 01 indica que o PMQPS expressa passado, mas há um decréscimo nesse uso (de 95% no século XVI a 24% no século XX), se observarmos sua utilização de um século a outro, o que justifica a entrada da forma

composta do PMQP e da forma do PPS para a codificação do passado, conforme veremos na seção 6.2.

Tabela 01 – Tempo em relação à referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total/%</i>
Passado	158/166/95% ¹⁴⁵	74/86/86%	34/38/89%	09/19/47%	11/46/24%
Presente	02/02/100%	01/01/100%	04/04/100%	05/05/100%	04/04/100%
Futuro	02/02/100%	00/00/00	00/00/00	03/03/100%	01/01/100%
<i>Total</i>	162/170/95%	75/87/86%	38/42/90%	17/27/63%	16/51/31%

O PMQPS aparece como indicativo de presente e futuro, tanto no século XVI quanto no século XX, o que pode ser visto como indício de que o significado codificado pela forma de PMQPS (conceito de tempo repassado por essa forma) está mudando, apesar dos poucos dados.

6.1.1.2 - Ponto de Referência

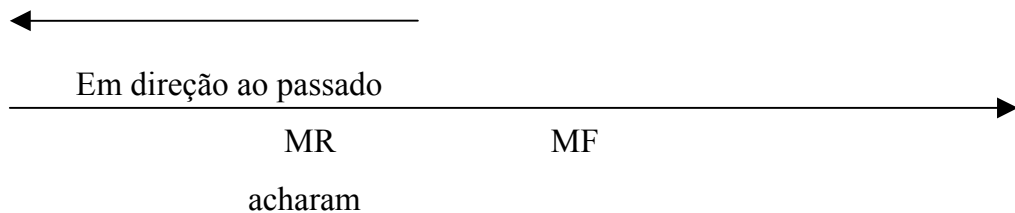
A noção de ponto de referência estabelecida no capítulo três será retomada aqui para que se possa indicar se o mais-que-perfeito é um passado do passado, entendendo-se este último passado como o ponto de referência. A noção de tempo do ponto de referência é calculada a partir do momento de fala, como se pode observar nos exemplos diagramados abaixo, seguidos da tabela 02 que apresenta os resultados numéricos associados a cada fator.

Referência passada em relação ao momento de fala:

(04) e os outros príncipes se acharam descontentes, porque o Imperador lhe DERA aquela honra sobre todos eles; e dissimulavam por lhe fazer a vontade;

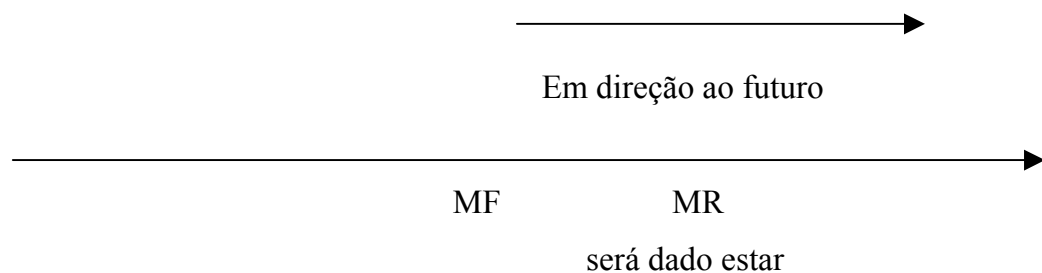
¹⁴⁵ Em todas as tabelas desta subseção, os resultados associados ao PMQPS decorrem de uma análise percentual conjunta com a forma de PMQPC. O total refere-se ao conjunto de todos os dados de PMQPS e PMQPC. A aplicação e o percentual referem-se ao uso do PMQPS.

que é um bem, de que só os mui confiados e nobres podem participar.
(Francisco de Moraes, 155).



Referência futura em relação ao momento de fala:

(05) Por que não me será dado estar sempre ao pé de ti, como êles? QUISERA ter ido na tua companhia e podes crer que te serviria da melhor vontade.
(Mariana Alcoforado, 4ª carta, 34).



Referência presente em relação ao momento de fala:

(06) Existe um meu companheiro / que aos tupis pecar FIZERA. / (Anchieta, 212).

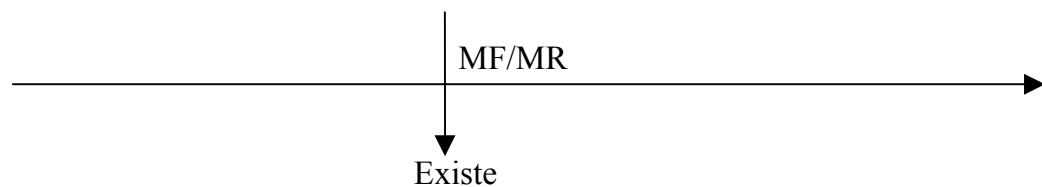


Tabela 02 – Tempo do ponto de referência em relação ao momento de fala e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total/%</i>
Passado	140/148/95%	61/73/84%	26/30/87%	03/10/30%	07/40/17%
Presente	19/19/100%	12/12/100%	12/12/100%	14/17/82%	09/11/82%
Futuro	03/03/100%	02/02/100%	00/00/00	00/00/00	00/00/00
<i>Total</i>	162/170/95%	75/87/86%	38/42/90%	17/27/63%	16/51/31%

A tabela (02) apresenta os percentuais associados ao tempo do ponto de referência por século, evidenciando-se: a) o decréscimo no uso da referência passada (de 95% a 17%); b) a aparente exclusão de referência futura (de 100% a 00); c) o decréscimo na utilização da referência presente, porém essa é a que mais ocorre, se observada a proporção total de dados/aplicação (de 100% a 82%). A manutenção da referência presente justifica-se pela tendência à codificação de uma projeção passada ou futura pela forma do mais-que-perfeito simples nos dados atuais (como em: *Quisera eu...*), o que requer, na maioria dos casos, o uso de tal referência, pois situações futuras, por exemplo, tendem a ter ponto de referência presente.

6.1.1.3 - Ordenação entre situação e ponto de referência

A ordenação sintática entre a situação codificada no PMQP ou PP e seu ponto de referência permite-nos evocar o princípio da iconicidade (apresentado no capítulo dois). Os três fatores analisados são exemplificados e diagramados abaixo:

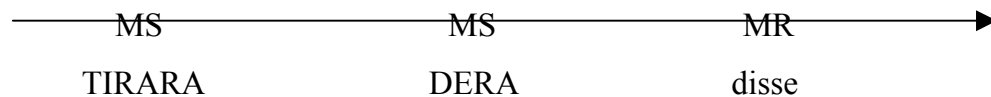
Seqüencialidade:

(07) **Denis:** Tens boa mulher de teu; / não sei que tu hás, amigo. / **Amâncio:** S'ela CASARA contigo, / RENEGARAS tu com'eu, / e DISCERAS o que eu digo. / **Denis:** Pois, compadre, cant'à minha, / é tão mole e desatada, / que nunca dá peneirada, / que não derrame a farinha. (Gil Vicente, 214).



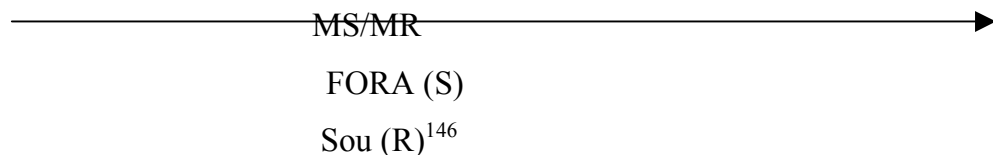
Contra-seqüencialidade:

(08) Cuidou ele que as pedras não falavam, e disse que DERA de comer a seus companheiros com as orelhas que TIRARA; mas São Lucas afirma que só São Pedro tirou uma a Malco na prisão de Cristo. (Camões, 2-121).



Cotemporalidade:

(09) Quando finalmente julgava realizar a minha felicidade, sou repellido como se FORA o maior criminoso! (Gastão Tojeiro, 72)



Na tabela (03), nota-se o decréscimo em todas as ordenações como consequência da baixa utilização da forma de PMQPS atualmente, embora se possa dizer que o contexto contra-seqüencial é o que mais perdeu campo de aplicação (de 89% a 18%), considerando-se o número de dados e a aplicação. A codificação não é totalmente icônica, nem totalmente arbitrária: um e outro uso devem estar relacionados ao tipo de relação semântico-sintática entre situação no PMQP e referência (grupo de fatores apresentado na seção 6.1.1.7).

¹⁴⁶ Nesse caso, duas interpretações são possíveis: cotemporalidade no passado e cotemporalidade no presente.

Tabela 03 – Ordenação entre situação e ponto de referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total/%</i>
Seqüencial	56/56/100%	26/26/100%	04/04/100%	04/06/67%	03/04/75%
Contra-seq.	56/63/89%	43/55/78%	25/29/86%	08/15/53%	07/38/18%
Cotemporal	50/51/98%	06/06/100%	09/09/100%	05/05/100%	06/07/86%
Anafórico ¹⁴⁷	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/01/00
Catafórico	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/01/00	00/01/00
<i>Total</i>	162/170/95%	75/87/86%	38/42/90%	17/27/63%	16/51/31%

6.1.1.4 – Modalidade

A modalidade, discutida no capítulo três, foi retomada de forma escalar no capítulo cinco, quando da apresentação dos grupos de fatores. Os seguintes exemplos ilustram os seis fatores considerados:

REALIS 1 (indicativo de certeza):

(10) É certo que amando-te experimentei venturas que nunca IMAGINARA, mas pago-as hoje... (2ª carta, 21).

REALIS 2 (pressuposição): não há dados de PMQPS para esse fator.

REALIS 3 (ocorre em dados com verbo *dicendi* nos quais a verdade ou falsidade é atribuída ao outro)¹⁴⁸:

¹⁴⁷ Em 6.1.2.3, exemplificamos relação anafórica e relação catafórica, casos em que somente o PMQPC ocorreu.

¹⁴⁸ Com base nos exemplos (11) e (12), pode-se pensar numa subdivisão para este fator, pois há mais certeza envolvida no caso (12), em que a mulher fala diretamente ao marido e este reporta a situação, do que em (11), em que o verbo *dicendi* aparece na terceira pessoa, de modo genérico.

(11) Disseram-me na Casa de Saúde que o Doutor Fortes VIERA para cá.
(Arthur Azevedo, 1882:70)

(12) Minha mulher acaba de ter uma cena comigo e disse-me que VIERA cá e os PERSUADIRA de que eu sou o raptor de Dona Júlia. (Arthur Azevedo, 1882:69)

REALIS 4 (metáfora do distanciamento – distanciamento temporal usado metaforicamente para expressar distanciamento da situação, ou seja, via PMQP, o falante se distancia da situação):

(13) É teima? Quem te ENSINARA! (Martins Pena, 10)

REALIS 5 (modalidade dos casos de condição e projeção, em que uma situação é apresentada como hipotética no passado):

(14) Se PUDERAS fazer isso, eu ficava com a senhora. (Martins Pena, 07)

REALIS 6 (representa uma projeção futura; uma situação mais *irrealis* está em vias de ou já sofreu **mudança categorial**¹⁴⁹, como ocorre com *tomara*):

(15) TOMARA eu que já se organize o ministério. (França Júnior, 61)

Vejamos, agora, essa escala de modalidade aplicada ao PMQPS, por século.

¹⁴⁹ Essa observação vale para a forma de PMQPS.

Tabela 04 – Modalidade e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total/%</i>
<i>Realis 1</i>	37/45/82%	29/20/69%	08/12/67%	00/05/00	03/24/13%
<i>Realis 2</i>	00/00/00	00/03/00	00/00/00	00/03/00	00/05/00
<i>Realis 3</i>	02/02/100%	04/04/100%	08/08/100%	00/01/00	03/10/30%
<i>Realis 4</i>	08/08/100%	07/07/100%	09/09/100%	02/03/67%	00/02/00
<i>Realis 5</i>	114/114/100%	44/44/100%	12/12/100%	09/09/100%	08/08/100%
<i>Realis 6</i>	01/01/100%	00/00/00	01/01/100%	06/06/100%	02/02/100%
<i>Total</i>	162/170/95%	65/87/86%	38/42/90%	17/27/63%	16/51/31%

Note-se que o PMQPS expressa, no século XVI, com mais frequência (considerando-se o número de dados e a aplicação), tanto *realis 1* (82%) quanto *realis 5* (100%), tendendo à alteração do traço *mais realis* nos séculos XIX e XX (13% para *realis 1*, 00 para *realis 2* e 30% para *realis 3*), o que justifica a **mudança categorial**¹⁵⁰ que sofreu a forma simples: passou à projeção futura, cristalizando-se em determinadas expressões. À medida que os séculos passam, o PMQPS vai mantendo-se em contextos *realis 5* e *6* (apesar da diminuição no número de dados, há 100% de aplicação – para *realis 5* e *realis 6*) e perdendo terreno nos outros contextos *realis*. A utilização do pretérito mais-que-perfeito como indicativo de menos certeza permite que a forma se generalize para marcar outras funções, como é o caso das projeções futuras.

Deve-se, contudo, atentar para o fato de que os percentuais para *realis 5* e *6* mantêm-se, embora tenha ocorrido um decréscimo acentuado no número de dados de século a século.

¹⁵⁰ A forma simples do PMQP – *tomara* - passou a se comportar como item de outra classe; não se comporta mais como verbo, não tem mais a marca de pessoa, nem possibilidade de alteração modo-temporal.

6.1.1.5 - Tipo de verbo

Para os pretéritos MQPS, MQPC e PS, analisamos o verbo com base na tipologia de Vendler (exposta no capítulo três), considerando-se também *verbo dicendi*, de *cognição* e *modal*, conforme exemplos a seguir:

a) *Atividade*: ajudar a enterrar, no exemplo (16) dura de um ponto a outro no tempo, pode-se, contudo, dizer que ajudou a enterrar, mesmo sem concluir a atividade.

(16) A quarta décima testemunha diz, que sabe de Certa ciencia, que o barbaro Mura tem feyto excessivas mortes, tanto a brancos, como A negros, e que elle testemunha AJUDARA a enterrar a alguns... (Autos, 103).

b) *Accomplishment*: só podemos dizer que a lua cresceu e minguou, se cresceu e minguou (há um tempo delimitado para lua crescente e minguante).

(17) Diga-o a Lua: nenhuma bênção se podia dar à Lua mais venturosa, que o não crescer, porque se não CRESCERA, não MINGUARA. A quantos tem servido o demasiado crescer, não de bênção, senão de maldição! (199).¹⁵¹

c) *Achievment*: as situações *nascer* e *escolher*, em (18), são momentâneas.

(18) **Enforcado**: E disse-me que a Deus PROUVERA / que FORA ele o enforcado; / e que fosse Deus louvado / que embora eu cá NASCERA; / e que o senhor m'ESCOLHERA; / e por bem vi beleguins; / (Gil Vicente, 86).

d) *Estado*: *haver conformado*, em (19), equivale a estar conformado, em estado de conformidade.

¹⁵¹ Neste caso, não se nega o *crescimento*, nem o *minguar*, logo não é um estado, conforme sugerimos no capítulo três. Há negações que podemos considerar estados, porque efetivamente nunca ocorreram. No exemplo (17), há entre t_1 e t_2 (tempos 1 e 2) o *crescer* e o *minguar*.

(19) Ai de mim, suportei os seus desrezos e HOUVERA-me conformado com o seu ódio e com o ciúme que me causaria a sua afeição por uma outra. (Mariana Alcoforado, 5ª carta, 36).

e) *Dicendi*: verbo que reporta uma situação, verbo de *dizer* (conforme exemplo 20).

(20) O exame das contas demonstrou claramente que Ângelo não DISSERA senão a verdade... (Arthur Azevedo, 65)

f) *Cognição*: situação que envolve atividades mentais, como *saber* em (21).

(21) Acha que eu tenho pernas de enchova morta, e olhos de arco de pipa? Ah, quem SOUBERA! Mas ainda é tempo; tu me pagarás... (Martins Pena, 287).

g) *Modal*: utilizado para expressar desejo (*quisera*), possibilidade (*pudera*), obrigação (*tivera que*).

(22) Bem QUISERA eu ter outro sítio para ocultar-te. (Arthur Azevedo, 49)

A tabela abaixo ilustra a ocorrência dos tipos verbais por século:

Tabela 05 – Tipo de verbo da situação e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total/%</i>
Atividade	03/03/100%	02/02/100%	01/01/100%	00/00/00	00/01/00
Accomplish.	21/24/88%	12/15/80%	06/07/86%	00/04/00	00/04/00
Achievment	45/48/94%	15/21/71%	13/15/87%	00/02/00	04/21/19%
Estado	62/64/97%	20/23/87%	05/06/83%	00/00/00	02/04/50%
Dicendi	02/02/100%	05/05/100%	04/04/100%	02/03/67%	01/03/33%
Cognição	04/04/100%	03/03/100%	01/01/100%	02/05/40%	01/10/10%
Modal	25/25/100%	18/18/100%	08/08/100%	13/13/100%	08/08/100%
<i>Total</i>	162/170/95%	75/87/86%	38/42/90%	17/27/63%	16/51/31%

Pode-se aludir à tendência de o PMQPS permanecer no campo dos verbos modais (100% de aplicação em todos os séculos), o que sugere um processo metafórico: da expressão de situações que ocorrem num espaço no mundo real para situações que se referem ao campo psicológico (do desejo, da pretensão), numa analogia à nossa tendência de usar o vocabulário do domínio externo (sócio-físico) no domínio interno (emocional e psicológico). Segundo Sweetser (1990), historicamente, o sistema metafórico tem guiado o curso de numerosas mudanças semânticas. Note-se que, nos séculos XIX e XX, não aparecem verbos de *atividade* e *accomplishment* no PMQPS (00) e pouquíssimos casos de *achievement* no século XX (19%), o que sugere que o contexto mais dinâmico e menos durativo (verbos de *atividade*, *accomplishment* e *achievement*) será prototípico ao aparecimento do PMQPC na indicação de passado, já que o PMQPS tem se encaminhado, por exemplo, para usos modais.

6.1.1.6 - Tipo de ponto de referência

A análise do tipo de ponto de referência serve para vislumbrar o processamento em termos de complexidade cognitiva (conforme exposto no capítulo dois). Dos tipos de ponto de referência considerados (*temporal*, *discursivo*, *pressuposto*, *compartilhado*), apenas o *temporal*, conforme exemplo (23) e tabela 06, apareceu nos dados.

(23) ...e sem duvida que muito mais guerras Haveria desde o anno de 1734 athe o prezente como dantes Havia se V^a Mag.de não TOMARA o expediente de ordenar que não desse guerra alguma ofensiva sem se lhe remeterem os votos dos Ministros da Junta em Carta fechada... (Autos da Devassa,129).

Tabela 06 – Tipo de ponto de referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total/%</i>
Temporal	162/170/95%	75/84/89%	38/42/90%	17/24/71%	16/43/37%
Discursivo	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/02/00
Pressuposto	00/00/00	00/03/00	00/00/00	00/03/00	00/06/00
Compartilhado	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00
<i>Total</i>	162/170/95%	75/87/86%	38/42/90%	17/27/63%	16/51/31%

A tabela indica decréscimo no uso de ponto de referência temporal (de 95% a 37%), mas isso se deve ao fato de o PMQPS estar em decréscimo; o tipo temporal do ponto de referência permanece, conforme será visto na seção (6.2), pois apesar de o PMQPS ocorrer com menos frequência, o PMQPC e o PPS também codificam uma situação passada anterior a um ponto de referência passado (do tipo *temporal*). Os outros tipos não ocorrem com o PMQPS, o que nos leva a deduzir que são usados quando ocorre o PMQPC ou o PPS, ou não ocorrem por causa do tipo de dado: dados escritos do século XVI ao XX. O ponto de referência compartilhado, por exemplo, deve ocorrer, na escrita, somente em recados, cartas informais.

6.1.1.7 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência

Com esse grupo objetivamos verificar qual tipo de contexto, caracterizado via relações semântico-sintáticas, mais evidencia o uso de PMQPS. Os exemplos seguintes ilustram as relações abordadas:

Complementação (orações completivas):

(24) Minha mulher acaba de ter uma cena comigo e disse-me que VIERA cá e os PERSUADIRA de que eu sou o raptor de Dona Júlia. (Arthur Azevedo, 69)

Especificação (orações relativas, explicativas):

(25) Estes poucos me ocorreram à memória entre os muitos de que PUDERA fazer menção... (Fernandes Brandão, 43).

Condição (orações condicionais):

(26) Se tivesse resistido ao seu amor, se tivesse dado motivo de agravo ou de ciúme para te inflamar ainda mais, se USARA de manejos artificiosos no meu proceder, se tivesse, enfim, buscado opor a minha razão à natural inclinação que sentia por ti, e que bem cedo me fizeste conhecer, ainda que os meus intentos viessem a tornar-se vãos, podias castigar-me com dureza e servir-te do teu poder sobre mim. (Mariana Alcoforado, 2ª carta, 21).

Restrição (orações adversativas e concessivas):

(27) Resolveu el-rei Acab o que eu lhe aconselhara nas circunstâncias presentes, ainda que não FORA da opinião de Miquéias. (Antônio Vieira, 207).

Causalidade/conseqüência (orações causais, consecutivas):

(28) Tudo isto via Elias podendo-o remediar facilmente, porque Deus lhe ENTREGARA na mão as chaves das nuvens; mas ia o rigor por diante. (Antônio Vieira, 202).

Temporalidade (orações temporais):

(29) Mil contos de contos de ano / teu tormento há de durar. / Quando PUDERAS pensar / que se acabam já teus danos, / de novo hão de começar. (Anchieta, 336)

Comparação (orações comparativas):

(30) Sendo acerca de mim e me viu, ajuntando as mãos (à maneira de medo de mulher) um pouco como que VIRA coisa desacostumada, ficou. E eu também assim estava, não de medo, que a sua boa sombra logo me o não consentiu, mas da novidade daquilo que ainda ali não VIRA, havendo muito que por meu mal TINHA CONTINUADO aquele lugar e toda aquela ribeira... (Bernardim Ribeiro, 149).

A tabela (07) mostra que o PMQPS ocorre na maioria dos contextos oracionais, não aparecendo, do século XVIII ao XX, em contextos de restrição (prototípico ao aparecimento do PMQPC, conforme veremos em 6.2); os contextos são aqueles em que o ponto de referência é pressuposto¹⁵², o que pode levar o falante ou escritor a usar uma forma estruturalmente mais marcada, em termos de codificação (PMQPC). O PMQPS tende a não aparecer, também, nos contextos de causalidade nos quais a relação de anterioridade pode ser facilmente captada por outra forma (o PPS, por exemplo), já que causas precedem efeitos. A maior utilização (considerando-se Aplicação/Total/Porcentagem) reside em relações temporais, nesse caso, a ordenação entre o que aconteceu primeiro é garantida, já que o PMQPS é uma marca de anterioridade. Há, ainda, decréscimo no uso condicional, contexto no qual entram as formas do imperfeito do subjuntivo e futuro do pretérito; o PMQPS deve ter saído desse contexto dada a competição com essas duas formas.

¹⁵² Na subseção seguinte, os exemplos (49) e (52) ilustram tipo de ponto de referência pressuposto para o PMQPC.

Tabela 07 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total/%</i>
Complement.	15/15/100%	14/16/88%	17/17/100%	01/04/25%	04/18/22%
Especificação	19/22/86%	12/14/86%	03/07/43%	00/04/00	02/05/40%
Condição	89/89/100%	29/29/100%	06/06/100%	01/01/100%	00/00/00
Restrição	04/06/67%	06/09/67%	00/00/00	00/02/00	00/08/00
Causalidade	11/13/85%	03/05/60%	00/00/00	01/01/100%	00/04/00
Temporal.	21/22/95%	11/13/85%	11/11/100%	14/15/93%	08/13/62%
Comparação	03/03/100%	00/01/00	01/01/100%	00/00/00	02/03/67%
<i>Total</i>	162/170/95%	87/75/86%	38/42/90%	17/27/63%	16/51/31%

* * *

Os números apresentados nas tabelas de 1 a 7 evidenciam: a) do século XVI ao século XX, decréscimo da utilização do PMQPS como um passado anterior a um ponto de referência passado, em favor do uso como presente e futuro; b) conseqüente decréscimo na utilização de ponto de referência passado, em favor de ponto de referência presente; c) mais casos de relação contra-seqüencial entre situação e referência; d) manutenção do PMQPS como indicativo do *irrealis*; e) utilização do PMQPS no campo dos verbos modais com paralelo decréscimo no campo dos verbos mais dinâmicos (*atividade/accomplishment/achievement*); f) tipo de ponto de referência temporal para o PMQPS e g) ausência de uso do PMQPS em contextos de restrição, causalidade e condição, no século XX, com paralelo decréscimo do uso nos outros contextos (*complementação, especificação, temporalidade e comparação*).

6.1.1.8 – As funções (combinações de TAMR) do pretérito mais-que-perfeito simples e a mudança

Considerando-se o tempo da situação (MS), o tempo do ponto de referência (MR), a ordenação entre situação e ponto de referência no discurso e a modalidade, captados pelos grupos de 1 a 4¹⁵³, é possível que se estabeleçam quatorze combinações funcionais para o PMQPS. As combinações são estabelecidas com base na noção de tempo expressa pela forma verbal no PMQPS (passado/presente/futuro), na noção de tempo expressa pelo ponto de referência (passado/presente/futuro) e na relação temporal entre situação e ponto de referência (seqüencialmente/cotemporalmente/contra-seqüencialidade). Considera-se, também, a atitude do falante, por meio da escala de *realis* (*realis de 1 a 6*), visto entendermos as categorias gramaticais como estratégias que servem a propósitos comunicativos. Quanto ao aspecto, não nos referimos à categoria anteriormente, porque controlamos o tipo de verbo, que se caracteriza como subdivisão aspectual.

Quadro 12 – Funções da forma do PMQPS¹⁵⁴

<i>Função</i> ¹⁵⁵	<i>Tempo</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Ordenação</i>	<i>Referência</i>
PISE	Passado	<i>Irrealis</i>	Seqüencial	Presente
RITE	Presente	<i>Irrealis</i>	Cotemporal	Presente
PRCA	Passado	<i>Realis</i>	Contra-seq.	Passado
PICE	Passado	<i>Irrealis</i>	Contra- seq.	Presente
PITA	Passado	<i>Irrealis</i>	Cotemporal	Passado
FISE	Futuro	<i>Irrealis</i>	Seqüencial	Presente
PITE	Passado	<i>Irrealis</i>	Cotemporal	Presente
PRCE	Passado	<i>Realis</i>	Contra-seq.	Presente
PISA	Passado	<i>Irrealis</i>	Seqüencial	Passado
PICA	Passado	<i>Irrealis</i>	Contra-seq.	Passado
PICU	Passado	<i>Irrealis</i>	Contra-seq.	Futuro
PRCU	Passado	<i>Realis</i>	contra-seq.	Futuro
FITU	Futuro	<i>Irrealis</i>	Cotemporal	Futuro
RISA	Presente	<i>Irrealis</i>	Seqüencial	Passado

¹⁵³ Os resultados relativos às análises dos grupos de fatores: *tipo de verbo*, *tipo de ponto de referência* e *relação semântico-sintática* serão apresentados no quadro 13 (funções e sentidos do PMQPS).

¹⁵⁴ As funções aqui apresentadas são as observadas no *corpus* selecionado para esta pesquisa, conforme exposto no capítulo cinco.

¹⁵⁵ Para evitarmos repetição dos componentes de cada função, nos quadros subseqüentes, usamos códigos que representam as funções, por exemplo: PISE significa situação passada, *irrealis*, seqüencial a um ponto de referência presente.

As funções depreendidas acima seguem diagramadas com respectivos exemplos:

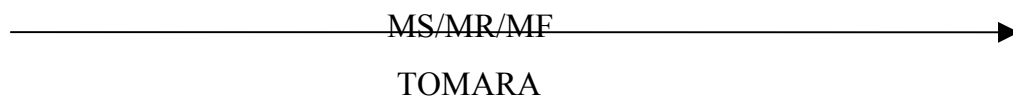
a) *PISE*¹⁵⁶: passado *irrealis* seqüencial a um ponto de referência presente (neste caso, a projeção parte do passado).

(31) Eu **QUISERA** possuir milhões e bilhões para arrojá-los a teus pés e satisfazer assim a todos os caprichos da tua fantasia! (Arthur Azevedo, 44)



b) *RITE*: presente *irrealis* cotemporal à referência presente (a projeção é feita no presente; há expectativa presente).

(32) **TOMARA** agora, senhor Belomodo, que me explicásseis isto, que **TENHO VISTO**, porque o não posso entender! (Nunes Pereira, 118).



c) *PRCA*: situação passada *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado.

(33) ...e frecharam outroz como **FORA** o ano passado... (Autos, 23)



¹⁵⁶ Os códigos são os apresentados e especificados no quadro 12.

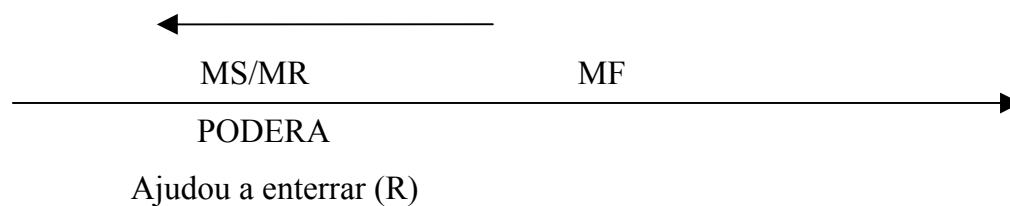
d) *PICE*: passado *irrealis* contra-seqüencial a um ponto de referência presente (não se constitui como projeção do MF; o PMQPS é usado, metaforicamente, para expressar distância do falante em relação à situação ‘ensinar’).

(34) É teima? Quem te ENSINARA! (Martins Pena,10)



e) *PITA*: passado *irrealis* cotemporal a um ponto de referência passado.

(35) Diz que ajudou a enterrar a alguns, mas não nomeya Companheyros, que o ajudasem. PODERA ser, que tenha a mesma caridade de Tobias... (Autos, 103).



f) *FISE*: futuro *irrealis* seqüencial ao ponto de referência presente.¹⁵⁷

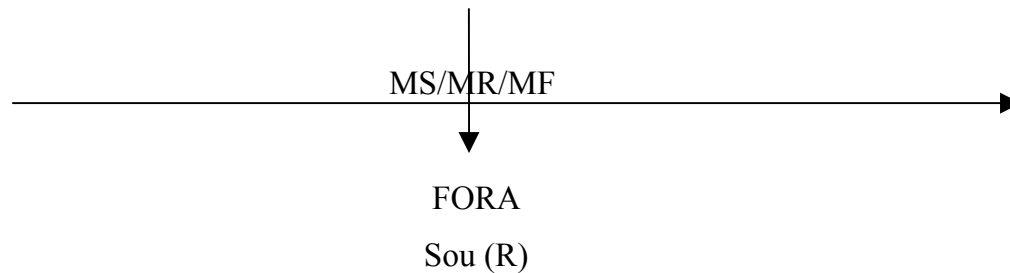
(36) TOMARA eu ver isso! (Gastão Tojeiro,33)



¹⁵⁷ Está em foco a função da forma, mas não se trata mais de tempo verbal; houve uma **mudança categorial** (para interjeição).

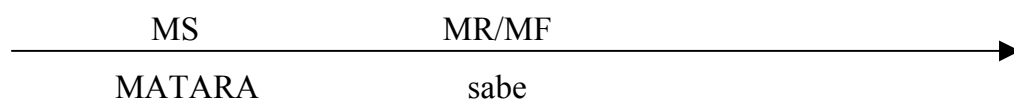
g) *PITE*: situação passada *irrealis* que se estende ao presente tendo-o como ponto referencial.

(37) Quando finalmente julgava realizar a minha felicidade, sou repellido como se FORA o maior criminoso! (Gastão Tojeiro,72)



h) *PRCE*: passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência presente (a verdade ou falsidade da situação passada em relação ao ponto de referência é atribuída ao interlocutor).

(38) ... a primeira Testemunha deste Summario he parte interessada, pois diz, que os Indios da Nasção Mura lhe matarão tres Negros, e ninguem pode ser testemunha em Cauza propria. Dis mais, que Sabe como o anno passado a mesma Nasção MATÁRA hum branco Cabo da Canoa dos Tapajós... (Autos, 99).



i) *PISA*: passado *irrealis* seqüencial a um ponto de referência passado (condição passada em relação ao ponto de referência).

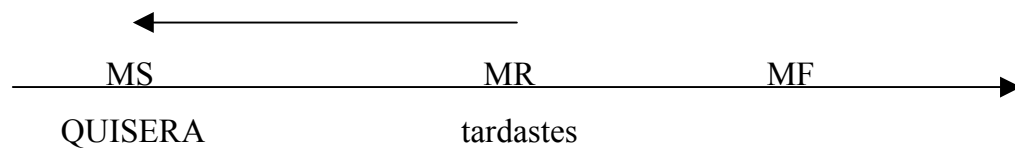
(39) Lamento, por amor de ti apenas, as venturas sem par que perdeste. Que mau sestro te levou a não as querer gozar? Ai, se as PROVARAS, verias que eram mais gostosas que a satisfação de me haveres seduzido, e reconhecerias

que se é mais feliz e que é bem mais agradável amar com ardor do que ser amado. (Mariana Alcoforado, 3ª carta, 30).



j) *PICA*: passado *irrealis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado (há projeção do ponto de referência passado para o passado).

(40) **Diabo**: Como tardastes vós tanto? / **Onzeneiro**: Mais QUISERA eu lá tardar... / Na safra do apanhar / me deu Saturno quebranto. (Gil Vicente, 63).



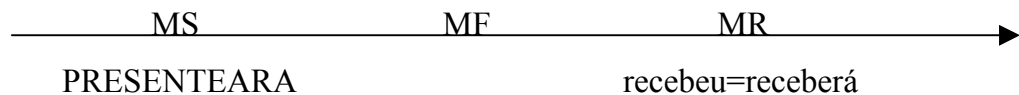
k) *PICU*: passado *irrealis* contra-seqüencial a um ponto de referência futuro (há uma projeção do futuro para o passado).

(41) Por que não me será dado estar sempre ao pé de ti, como êles? QUISERA ter ido na tua companhia e podes crer que te serviria da melhor vontade. (Mariana Alcoforado, 4ª carta, 34).



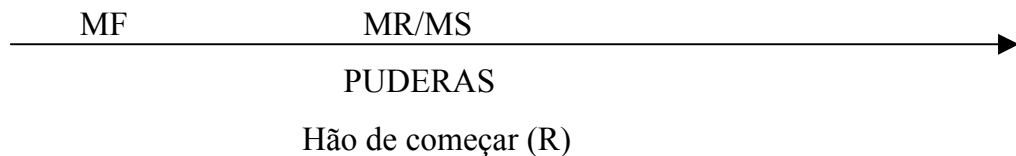
l) *PRCU*: passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência futuro.

(42) Ela tomará as precauções necessárias para que eu fique na certeza de que recebeu o retrato e as pulseiras com que me PRESENTEARA. (Mariana Alcoforado, 5ª carta, 35).



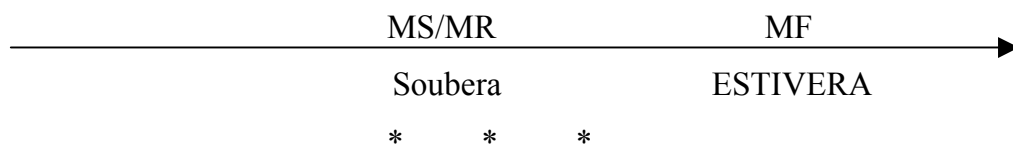
m) *FITU*: futuro *irrealis* cotemporal a um ponto de referência futuro (há uma projeção no futuro).

(43) Mil contos de contos de ano / teu tormento há de durar. / Quando PUDERAS pensar / que se acabam já teus danos, / de novo hão de começar. (Anchieta, 336).



n) *RISA*: presente *irrealis* seqüencial a um ponto de referência passado.

(44) **Marta**: Eu não vejo aqui cantar, / nem gaita, nem tamboril, / e outros folgares mil, / que nas feiras soem d'estar: / e mais feira de Natal, / e mais de Nossa Senhora, / e estar todo Portugal! / **Branca**: S'eu SOUBERA que era tal, / não ESTIVERA eu cá agora. (Gil Vicente, 223).



Essas quatorze funções do PMQPS foram delineadas com base em quatro grupos de fatores, conforme definimos no início da subseção: tempo da situação, tempo do ponto de referência, ordenação entre situação e referência e modalidade.

Vejamos, agora, os outros grupos (tipo de verbo, tipo de referência e relação semântico-sintática) mais o grupo da modalidade (de forma escalar) correlacionados às funções do PMQPS por século. Esses grupos representam subdivisões em termos de traços (sentidos) que compõem o significado (conceito) de cada categoria (TAMR), conforme esquematizamos abaixo para modalidade, a título de ilustração:

Função: passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado.

Significado da modalidade: *realis*.

Sentidos: *realis 1; realis 2; realis 3...*

O quadro (13) mostra as funções (representadas pelos códigos) e os traços mais significativos associados a cada função, depreendidos em *análise cruzada da função com os grupos tipo de verbo, tipo de referência, relação semântico-sintática e modalidade* (a partir da escala *realis - irrealis*).

Quadro 13 – Sentidos mais comumente associados a cada função codificada pelo PMQPS nos dados escritos

<i>Funções</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Tipo de Verbo</i>	<i>Tipo de Ref.</i>	<i>Relação Semânt.-sint.</i>
<i>PISE</i> ¹⁵⁸	<i>Realis 5</i>	<i>Modal / Achiev.</i>	<i>Temporal</i>	<i>Temporalidade</i>
<i>RITE</i>	<i>Realis 5</i>	<i>Modal</i>	<i>Temporal</i>	<i>Temporalidade</i>
<i>PITA</i>	<i>Realis 5</i>	<i>Estado</i>	<i>Temporal</i>	<i>Condicionalidade</i>
<i>FISE</i>	<i>Realis 6</i>	<i>Modal</i>	<i>Temporal</i>	<i>Temporalidade</i>
<i>PICA</i>	<i>Realis 5</i>	<i>Modal</i>	<i>Temporal</i>	<i>Compl. / Condicional.</i>
<i>PICU</i>	<i>Realis 5</i>	<i>Modal</i>	<i>Temporal</i>	<i>Temporalidade</i>
<i>FITU</i>	<i>Realis 6</i>	<i>Modal</i>	<i>Temporal</i>	<i>Condição</i>
<i>RISA</i>	<i>Realis 5</i>	<i>Estado</i>	<i>Temporal</i>	<i>Condição</i>
PRCA	Realis 1	Achiev./ Modal	Temporal	Temporal. / Especific.
PRCU	Realis 1	Achievement	Temporal	Especificação
<u>PRCE</u>	<u>Realis 3</u>	<u>Estado</u>	<u>Temporal</u>	<u>Complementação</u>
<u>PICE</u>	<u>Realis 5</u>	<u>Estado / Modal</u>	<u>Temporal</u>	<u>Temporal. / Compl.</u>
PITE	Irrealis 5	Estado	Temporal	Comparação
PISA	Irrealis5	Estado / Achiev.	Temporal	Condicional

¹⁵⁸ As separações por itálico, negrito, sublinhado e negrito/itálico representam as amalgamações que serão feitas após exposição do quadro.

Aparecem, no quadro, os sentidos que se associam, com mais frequência, a cada função¹⁵⁹. Vejamos, agora, as funções do PMQPS, por século.

Tabela 08 – Funções do PMQPS em oposição ao PMQPC por século

<i>Funções</i>	<i>Séc.XVI Apl./ Total¹⁶⁰</i>	<i>Séc.XVII Apl./ Total</i>	<i>Séc.XVIII Apl./ Total</i>	<i>Séc.XIX Apl./ Total</i>	<i>Séc. XX Apl./ Total</i>
<i>PISE</i> ¹⁶¹	05/10	03/10	00/10	00/10	02/10
<i>RITE</i>	01/15	01/15	04/15	05/15	04/15
<i>PITA</i>	45/59	06/59	05/59	00/59	01/59
<i>FISE</i>	00/04	00/04	00/04	03/04	01/04
<i>PICA</i>	08/23	08/23	04/23	02/23	00/23
<i>PICU</i>	00/01	01/01	00/01	00/01	00/01
<i>FITU</i>	02/02	00/02	00/02	00/02	00/02
<i>RISA</i>	01/01	00/01	00/01	00/01	00/01
<i>PRCA</i>	35/136	24/136	14/136	00/136	06/136
<i>PRCU</i>	00/01	01/01	00/01	00/01	00/01
<i>PRCE</i>	<u>06/11</u>	<u>00/11</u>	<u>02/11</u>	<u>01/11</u>	<u>00/11</u>
<i>PICE</i>	<u>07/29</u>	<u>08/29</u>	<u>06/29</u>	<u>05/29</u>	<u>01/29</u>
<i>PITE</i>	<i>0/01</i>	<i>0/01</i>	<i>00/01</i>	<i>00/01</i>	<i>01/01</i>
<i>PISA</i>	47/77	3/77	03/77	01/77	00/77

A tabela (08) aponta uma perda de quantidade de funções: de dez, no século XVI, o PMQPS permanece em 07, no século XX. Além disso, há decréscimo acentuado no número de dados. Contudo, a forma ganha em especialização, já que outras formas cobrem os contextos dos quais o PMQPS foi, supostamente, excluído, a saber, o futuro do pretérito, o imperfeito do subjuntivo e o perfeito do indicativo.

A função PRCE pode ser amalgamada com a função PICE, porque ambas indicam passado contra-seqüencial ao ponto de referência presente, diferindo em termos de modalidade: a função PRCE indica *realis 3* e a função PICE, *realis 4*. Como o PMQPS está caminhando para o *irrealis*, o PMQPC entra para cobrir PRCE. Assim, a metáfora do distanciamento¹⁶² fica para o PMQPS (passado *irrealis* contra-seqüencial a um ponto de referência presente), enquanto o composto entra para os casos com verbo dicendi (passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência

¹⁵⁹ Após a apresentação da tabela (08), tecemos alguns comentários sobre as funções, sobre os sentidos que as compõem e sobre sua ocorrência por século.

¹⁶⁰ Por causa do número reduzido de dados para cada século, resolvemos não colocar os percentuais. A relação Aplicação – Total de dados, nesse caso, é mais significativa para comentários sobre a função por século.

¹⁶¹ As separações por itálico, negrito, sublinhado e negrito/itálico representam as amalgamações que serão feitas após exposição da tabela.

¹⁶² Função apresentada em (d) e exemplificada em (34).

presente ou passado)¹⁶³. Hoje, verifica-se a entrada do composto para indicar também a metáfora. O PMQPS está se ausentando desta função, especializando-se na projeção (*realis 6*): a tabela mostra que só a PICE se mantém no século XX. Quanto aos traços/sentidos, nota-se que as duas funções ocorrem em contextos de verbo de estado, ponto de referência temporal e relação semântico-sintática de complementação, diferindo apenas em termos de marcação da modalidade (*realis 3 e 5*).

PRCA e PRCU podem ser amalgamadas pois os traços que predominam nas duas são os mesmos: *realis 1*, verbo *achievement*, ponto de referência temporal e relação de especificação entre situação e ponto de referência. A diferença está na localização do ponto de referência no passado ou futuro. A função PRCA se mantém, embora haja decréscimo (de 35 dados, no século XVI, a 06 dados, no século XX).

PITE e PISA indicam condição¹⁶⁴, ou no passado ou no presente. A PISA se evidencia até o século XIX. A função PITE aparece no século XX. Como o PMQPS está se deslocando do passado para o futuro, a cotemporalidade com o momento presente e a seqüencialidade ao passado podem constituir-se em etapa intermediária na mudança para contextos seqüenciais futuros. Em relação aos traços mais freqüentes, ambas são *realis 5*, têm predominantemente verbo de estado e ponto de referência temporal, mas o contexto oracional é diferente (comparação *versus* condição).

As funções PISE, RITE, PITA, FISE, PICA, PICU, FITU e RISA¹⁶⁵ indicam projeção futura, presente ou passada. A projeção se caracteriza pelos seguintes traços: *realis 5 e 6*, verbos modais e de estado, ponto de referência temporal e relação semântico-sintática temporal e de condição. As funções PICA, PICU, FITU e RISA são excluídas no século XX¹⁶⁶. Há decréscimo da função PITA; inserção da função FISE e manutenção das funções RITE e PISE, embora para esta se apresentem apenas dois dados no século XX e nenhum nos séculos XVIII e XIX.

Essas amalgamações conduzem-nos a quatro funções que já foram indicadas como hipótese para o funcionamento do PMQPS, no capítulo quatro:

¹⁶³ Função apresentada em (h) e exemplificada em (38).

¹⁶⁴ Essas funções foram apresentadas, respectivamente, em (g) e (i), exemplos (37) e (39).

¹⁶⁵ Essas funções estão descritas e exemplificadas em (a), (b), (e), (f), (j), (k), (m) e (n), respectivamente, nos exemplos (31), (32), (35), (36), (40), (41), (43) e (44).

¹⁶⁶ Lembre-se de que as observações sobre exclusão, manutenção, decréscimo se referem aos dados analisados. Estamos fazendo algumas generalizações sobre mudança, o que não quer dizer que efetivamente essas observações sirvam a toda e qualquer mudança no sistema verbal dos pretéritos PMQP e P.

- a) passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado;
- b) projeção passada, presente ou futura, a partir do momento de fala;
- c) condição em relação ao ponto de referência;
- d) passado metafórico relativo ao momento de fala.

* * *

As seguintes generalizações decorrem do exposto em 6.1.1:

- cinco funções foram previstas para o PMQPS (passado do passado; projeção passada; projeção futura; condição passada, passado ao momento de fala), embora, diacronicamente, quatorze tenham sido depreendidas (apesar da possibilidade de amalgamação). Isso nos conduz à generalização de que o sistema temporal é organizado mediante combinações de significados/sentidos, o que o permite mudar gradativamente, de modo escalar;
- a tabela (08) corrobora a generalização de que a **mudança substitutiva**, como prevê Labov (1994), é lenta¹⁶⁷;
- há **mudança categorial** em jogo, especificamente no caso das funções que evocam projeção futura. Note-se, nesses casos, que o uso tende a ser interjetivo, mas, para alguns casos, ainda há marcação pronominal (*puderas, quisera eu isso...*), então, deve-se dizer que estão em vias de mudar. Entretanto, no caso de *tomara*, já ocorreu a gramaticalização no sentido de especialização e
- a modalidade é a chave para a **mudança semântica** (re-arranjo de TAMR), pela generalização do traço *irrealis*, o que leva à mudança de tempo e de ponto de referência (de passado a presente e futuro).

¹⁶⁷ Mudanças movem-se muito mais devagar no começo e no final de suas trajetórias. Essa trajetória forma o que Labov (1994) chama de curva em S.

6.1.2 – A MULTIFUNCIONALIDADE DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO EM TEMPO REAL

Os mesmos grupos de fatores arrolados anteriormente são apresentados nesta subseção, focalizando-se agora o PMQPC. Não serão retomadas, entretanto, as explicações referentes a cada grupo, apenas os percentuais associados a cada fator com respectivos comentários. Exemplos de uso do PMQPC aparecem na subseção (6.1.2.8) que trata das funções do PMQPC¹⁶⁸. A organização é a mesma estabelecida para o PMQPS: exposição das funções, análise dos traços que compõem cada função, indicação de mudança.

6.1.2.1 - Tempo em relação à referência

Do século XVI ao século XX, o tempo característico do PMQPC é o passado. Compete com o PMQPS nessa função, sendo mais usado do que este no século XX (76%), conforme tabela (09).

Tabela 09 – Tempo em relação à referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Passado	08/166/05%	12/86/14%	04/38/11%	10/19/53%	35/46/76%
Presente	00/02/00	00/01/00	00/04/00	00/05/00	00/04/00
Futuro	00/02/00	00/00/00	00/00/00	00/03/00	00/01/00
<i>Total</i>	08/170/05%	12/87/14%	04/42/10%	10/27/37%	35/51/69%

6.1.2.2 - Tempo do ponto de referência

Os dados de ponto de referência presente e futuro ficam para a forma simples. O PMQPC é usado como passado do passado, o que justifica o aumento de sua

¹⁶⁸ Os fatores de cada grupo foram exemplificados na seção anterior, por isso achamos conveniente não exemplificar tais fatores novamente, pois exemplos de PMQPC já serão apresentados para exemplificar cada função em (6.1.2.8).

utilização com ponto de referência passado (de 05% a 82%). Destaca-se também o aparecimento de ponto de referência presente, nos séculos XIX e XX, indício de que a forma começou a mudar.

Tabela 10 – Tempo do ponto de referência em relação ao momento de fala e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Passado	08/148/ 05%	12/73/16%	04/30/13%	07/10/70%	33/40/82%
Presente	00/19/00	00/12/00	00/12/00	03/17/18%	02/11/18%
Futuro	00/03/00	00/02/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00
<i>Total</i>	08/170/05%	12/87/14%	04/42/10%	10/27/37%	35/51/69%

6.1.2.3 – Ordenação entre situação e referência

Incluimos relação anafórica e catafórica para os casos com verbo dicendi em retomadas; nesses, a situação retomada pelo verbo dicendi é proferida antes do dicendi (relação anafórica, conforme exemplo 45) ou depois do dicendi (relação catafórica, conforme exemplo 46).

(45) Mas o lutador recebeu cem mil réis para se deixar vencer. É verdade. O Leocádio já nos HAVIA DITO. (Gastão Tojeiro, 76)

(46) Meu genro já me HAVIA FALADO muitas vezes do doutor. (Arthur Azevedo, 36)

A tabela que segue mostra que o PMQPC aparece, basicamente, em estruturas contra-seqüenciais, visualizando-se um aumento significativo no século XX (82% contra 11% no século XVI). Deve-se ressaltar, ainda, que, no século XX, o PMQPC aparece em casos de seqüencialidade, cotemporalidade, relações anafóricas e catafóricas.

Tabela 11 – Ordenação entre situação e ponto de referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Seqüencial	00/56/00	00/26/00	00/04/00	02/06/33%	01/04/25%
Contra-seq.	07/63/11%	12/55/22%	04/29/14%	07/15/47%	31/38/82%
Cotemporal	01/51/02%	00/06/00	00/09/00/	00/05/00	01/07/14%
Anafórico	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00	01/01/100%
Catafórico	00/00/00	00/00/00	00/00/00	01/01/100%	01/01/100%
<i>Total</i>	08/170/05%	12/87/14%	04/42/10%	10/27/37%	35/51/69%

6.1.2.4 - Modalidade

Veamos os resultados obtidos na análise escalar da modalidade:

Tabela 12 – Modalidade e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Realis 1	08/45/18%	09/29/31%	04/12/33%	05/05/100%	21/24/88%
Realis 2	00/00/00	03/03/100%	00/00/00	03/03/100%	05/05/100%
Realis 3	00/02/00	00/04/00	00/08/00	01/01/100%	07/10/70%
<i>realis 4</i>	00/08/00	00/07/00	00/09/00	01/03//33%	02/02/100%
<i>Realis 5</i>	00/114/00	00/44/00	00/12/00	00/09/00	00/08/00
<i>Realis 6</i>	00/01/00	00/00/00	00/01/00	00/06/00	00/02/00
<i>Total</i>	08/170/05%	12/87/14%	04/42/10%	10/27/37%	35/51/69%

A forma composta já se encaminha, nos séculos XIX e XX, para o campo do *irrealis* (um dado de *realis 4*, no século XIX, e dois dados de *realis 4*, no século XX). Nesse sentido, o uso do mais-que-perfeito serviria não para indicar que uma situação é passada em relação à outra, mas para marcar menos assertividade. Essa tendência já foi apontada por Klein-Andreu (1991) e Fleischman (1989). Esse uso do mais-que-perfeito funciona como uma estratégia pragmática de distanciamento do conteúdo

proposicional, o que caracteriza uma **mudança semântica**, conforme vimos no capítulo dois.

6.1.2.5 – Tipo de verbo da situação

A idéia de que a gramaticalização de *ter* mais *participio* começou com verbos de conhecimento (conforme postulado no capítulo dois) não é evidenciada nos dados, já que no século XVI não há nenhum dado da forma composta do PMQP para verbos de cognição, e nem nos séculos XVII e XVIII¹⁶⁹. O PMQPC passa a ser usado com verbos de cognição (60% - 90%) e dicendi (campos mental e discursivo) – 33% - 67%, nos séculos XIX e XX, quando começa a não mais indicar passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado. Paralelamente, a referência também muda, há referência discursiva e referência pressuposta, como veremos na próxima subseção.

Tabela 13 – Tipo de verbo da situação e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc.XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Atividade	00/03/00	00/02/00	00/01/00	00/00/00	01/01/100%
<i>Accomplishment</i>	03/24/13%	03/15/20%	01/07/14%	04/04/100%	04/04/100%
<i>Achievment</i>	03/48/06%	06/21/29%	02/15/13%	02/02/100%	17/21/81%
Estado	02/64/03%	03/23/13%	01/06/17%	00/00/00	02/04/50%
Dicendi	00/02/00	00/05/00	00/04/00	01/03/33%	02/03/67%
Cognição	00/04/00	00/03/00	00/01/00	03/05/60%	09/10/90%
Modal	00/25/00	00/18/00	00/08/00	00/13/00	00/08/00
<i>Total</i>	80/170/05%	12/87/14%	04/42/10%	10/27/37%	35/51/69%

¹⁶⁹ Há, contudo, usos do PMQPC com verbos de estado (a tabela mostra um aumento significativo de 03% a 50%).

6.1.2.6 – Tipo de ponto de referência

Na tabela 15, observa-se a utilização de ponto de referência pressuposto (seis dados) e discursivo (dois dados), no século XX, o que revela que a forma composta está migrando para os domínios discursivo e mental.

Tabela 14 – Tipo de ponto de referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Temporal	08/170/05%	09/84/11%	04/42/10%	07/24/29%	27/43/63%
Discursivo	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00	02/02/100%
Pressuposto	00/00/00	03/03/100%	00/00/00	03/03/100%	06/06/100%
Compartilhado	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00
<i>Total</i>	08/170/05%	12/87/14%	04/42/10%	10/27/37%	35/51/69%

6.1.2.7 - Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência

O mais-que-perfeito composto, conforme mostra a tabela (15), não entra no campo do condicional, o que indica que há uma mudança (especialização) em curso. O PMQPC está se ocupando dos contextos sintáticos do PMQPS, deixando a este o contexto condicional, a expressão de condição ou projeção (quando expressa projeção, pode ter uma relação de condição com o ponto de referência, conforme vimos no exemplo 44, na seção 6.1.1.8).

Tabela 15 – Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX Apl./Total /%</i>
Complement.	00/15/00	02/16/13%	00/17/00	03/04/75%	14/18/78%
Especificação	03/22/14%	02/14/14%	04/07/57%	04/04/100%	03/05/60%
Condição	00/89/00	00/29/00	00/06/00	00/01/00	00/00/00
Restrição	02/06/33%	03/09/33%	00/00/00	02/02/100%	08/08/100%
Causalidade	02/13/15%	02/05/40%	00/00/00	00/01/00	04/04/100%
Temporalidade	01/22/05%	02/13/15%	00/11/00	01/15/07%	05/13/38%
Comparação	00/03/00	01/01/100%	00/01/00	00/00/00	01/03/33%
<i>Total</i>	08/170/05%	12/87/14%	04/42/10%	10/27/37%	35/51/69%

6.1.2.8 – As funções do pretérito mais-que-perfeito composto e a mudança

Nos dados, considerando-se os grupos de fatores: tempo da situação (MS), tempo da referência (MR), ordenação entre MS e MR e modalidade, foram depreendidas as seguintes funções para o PMQPC:

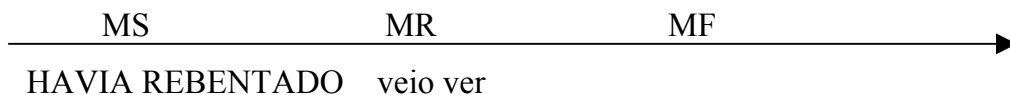
Quadro 14 – Funções da forma do PMQPC

<i>Função</i>	<i>Tempo</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Ordenação</i>	<i>Referência</i>
PRCA	Passado	<i>Realis</i>	Contra-seqüencial	Passado
PICE	Passado	<i>Irrealis</i>	Contra-seqüencial	Presente
PRCE	Passado	<i>Realis</i>	Contra-seqüencial	Presente
PICA	Passado	<i>Irrealis</i>	Contra-seqüencial	Passado
PRTA	Passado	<i>Realis</i>	Cotemporal	Passado
PRSA	Passado	<i>Realis</i>	Seqüencial	Passado
PRSE	Passado	<i>Realis</i>	Seqüencial	Presente

As funções acima seguem diagramadas com respectivos exemplos:

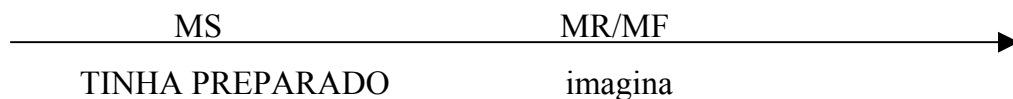
PRCA: situação passada (P) realis (R) contra-seqüencial (C) a um ponto de referência passado (A).

(47) Bem o vi quando entrei. Passou por mim, mas não me reconheceu. Veio ver se a bomba HAVIA REBENTADO. (Arthur Azevedo, 62)



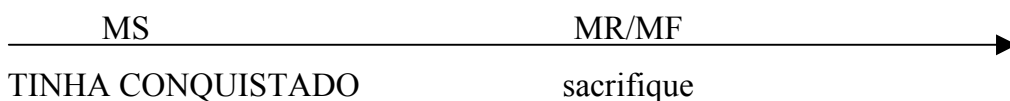
PICE: situação passada (P) irrealis (I) contra-seqüencial (C) a um ponto de referência presente (E). Essa função pode ser caracterizada como metafórica (metáfora do distanciamento).

(48) O senhor não imagina que discurso TINHA ele PREPARADO. (França Júnior, 101)



PRCE: situação passada (P) realis (R) contra-seqüencial (C) a um ponto de referência presente (E). Note-se que a pressuposição, no exemplo (49), está na referência (pressupõe-se que esteja sacrificando a posição em alguma perspectiva). A conquista, no entanto, é realis.

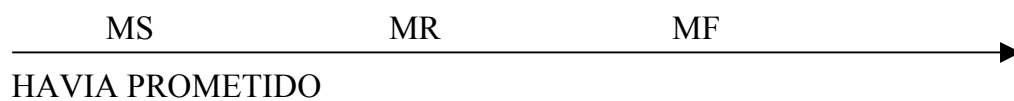
(49) Não posso nem devo consentir que a Doutora Luísa Pereira, ou antes, que a Doutora Luísa Praxedes, como é conhecida, sacrifique a posição brilhante que já TINHA CONQUISTADO. (França Júnior, 157)



PICA: situação passada (P) irrealis (I) contra-seqüencial (C) a um ponto de referência passado (A). Há uma situação passada em relação ao passado que sugere menos assertividade.

(50) Cláudio: Podia ter deixado para outro dia.

Formosinho: Eu HAVIA PROMETIDO para hoje... (Humberto Cunha, 14)



PRTA: situação passada (P) realis (R) cotemporal (T) a um ponto de referência passado (A).

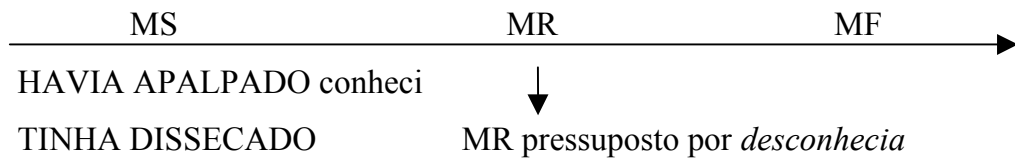
(51) Sendo acerca de mim e me viu, ajuntando as mãos (à maneira de medo de mulher) um pouco como que VIRA coisa desacostumada, ficou. E eu também assim estava, não de medo, que a sua boa sombra logo me o não consentiu, mas da novidade daquilo que ainda ali não VIRA, havendo muito que por meu mal TINHA CONTINUADO aquele lugar e toda aquela ribeira... (Bernardim Ribeiro, 149).



PRSA: situação passada (P) realis (R) seqüencial (S) a um ponto de referência passado (A).

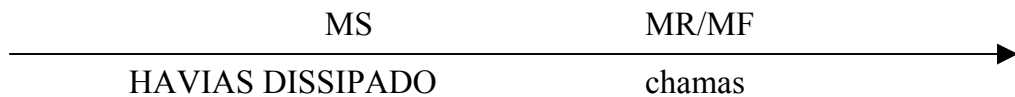
(52) Dentro de mim sentia, porém, qualquer coisa de vago, de estranho, que não sabia explicar! Eu que muitas vezes no anfiteatro HAVIA APALPADO o coração humano, que o TINHA DISSECADO fibra por fibra, que pretendia

conhecer-lhe a fundo a fisiologia! Desconhecia, entretanto, o sentimento mais sublime que enche todo esse órgão. (França Júnior, 162)



PRSE: situação passada (P) realis (R) seqüencial (S) a um ponto de referência presente (E).

(53) Castigo...Tu, que aos trinta anos HAVIAS DISSIPADO quase toda a tua fortuna, chamas contigo, o casamento com uma senhora que possui alguns milhões de cruzeiros!...(Humberto Cunha, 11)



Essas funções podem ser amalgamadas em três funções mais amplas:

- a) Passado *realis* contra-seqüencial relativo a um ponto de referência passado;
- b) Passado anterior ao momento de fala: essa função indica o uso metafórico do PMQPC; serve como uma estratégia de distanciamento da situação pelo locutor, caso similar ao que ocorreu com o PMQPS. Encaixam-se, aqui, PICE, PRTA, PRSE e
- c) Passado anterior ao momento de fala, caso em que a referência é pressuposta e/ou a situação é menos assertiva. As funções amalgamadas são: PRCE, PICA, PRSA.

As funções em (a) e (b) podem ser acopladas, considerando-se o ponto de referência pressuposto como um passado, no caso de PRCE, com continuidade presente. Assim, temos um passado contra-seqüencial a um ponto de referência pressuposto.

Considerem-se o quadro (15) - sentidos mais freqüentemente associados a cada função do PMQPC - e a tabela (16) – número de ocorrências de cada função por século – seguidos de algumas observações sobre os resultados..

Quadro 15 – Sentidos mais comumente associados a cada função codificada pelo PMQPC nos dados escritos

<i>Funções</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Tipo de Verbo</i>	<i>Tipo de Ref.</i>	<i>Relação Semânt.-sint.</i>
PRCA ¹⁷⁰	<i>Realis 1 / Realis 2</i>	<i>Achiev. / Cognição</i>	Pressuposto	Restrição
<u>PRTA</u>	<i>Realis 1</i>	<i>Achiev. / Estado</i>	<u>Temporal</u>	<u>Especific. / Caus.</u>
<u>PRSE</u>	<i>Realis 1</i>	<i>Accomplishment</i>	<u>Temporal</u>	<u>Temporal</u>
<u>PICE</u>	<i>Realis 4</i>	<i>Accomplish.</i>	<u>Temporal</u>	<u>Temp.. / Compl.</u>
<i>PRCE</i>	<i>Realis 2</i>	<i>Achiev. / Cogn.</i>	<i>Pressuposto</i>	<i>Espec. / Temporal</i>
<i>PICA</i>	<i>Realis 4</i>	<i>Cognição</i>	<i>Temporal</i>	<i>Restrição</i>
<i>PRSA</i>	<i>Realis 1</i>	<i>Dicendi/Acompl.</i>	<i>Temp./Pressup./ Discursivo</i>	<i>Especialização</i>

Tabela 16 – Funções do PMQPC em oposição ao PMQPS por século

<i>Funções</i>	<i>Séc.XVI Apl./ Total/%</i>	<i>Séc.XVII Apl./ Total/%</i>	<i>Séc.XVIII Apl./ Total/%</i>	<i>Séc.XIX Apl./ Total/%</i>	<i>Séc. XX Apl./ Total/00</i>
PRCA	07/136	12/136	04/136	04/136	30/136
<u>PRTA</u>	<u>01/02</u>	<u>00/02</u>	<u>00/02</u>	<u>00/02</u>	<u>01/02</u>
<u>PRSE</u>	<u>00/01</u>	<u>00/01</u>	<u>00/01</u>	<u>00/01</u>	<u>01/01</u>
<u>PICE</u>	<u>00/00</u>	<u>00/00</u>	<u>00/00</u>	<u>01/02</u>	<u>01/02</u>
<i>PRCE</i>	<i>00/00</i>	<i>00/00</i>	<i>00/00</i>	<i>02/02</i>	<i>00/00</i>
<i>PICA</i>	<i>00/00</i>	<i>00/00</i>	<i>00/000</i>	<i>00/00</i>	<i>01/01</i>
<i>PRSA</i>	<i>00/00</i>	<i>00/00</i>	<i>00/00</i>	<i>03/04</i>	<i>01/04</i>

Note-se que a função PRCA se mantém em todos os séculos com um significativo aumento do século XVI (07 dados) ao XX (30 dados), decorrência do uso do PMQPS para codificar outra função (projeção). Assim, nos contextos de passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado, entra a forma composta. As

funções PRTA, PRSE e PICE ocorrem pouquíssimas vezes. Curiosamente, esses usos podem conduzir o PMQPC a um caminho similar ao percorrido pelo PMQPS. No caso do PMQPS, a modalidade teve um papel crucial na mudança de indicação de passado à indicação de projeção futura. Na função PRTA, a contra-seqüencialidade dá lugar à cotemporalidade, o que pode deslocar o uso de passado para o presente; é o que ocorre com a função PRSE cujo ponto de referência é o presente. Na função PICE já aparece o *irrealis*; se uma forma passa a ser usada com algum traço de tempo presente ou *irrealis*, pode deslocar-se para indicação de projeção para o passado ou para o presente. Note-se que a mudança de significado (de TAMR) não é uma mudança abrupta, todo o sistema vai se re-arranjando quando algo começa a mudar.

O uso de um passado com traço de tempo presente na referência (função PRCE) conduz o PMQPC de *realis 1* (certeza) a *realis 2*¹⁷¹ (casos de referência pressuposta). Indica uma situação que ocorreu no passado, porém sua localização como passado do passado é pressuposta, conforme vimos no exemplo (52). As alterações em referência e modalidade permitem usos do PMQPC como PRSA (seqüencial à referência) e PICA (*irrealis*).

* * *

Sobre o PMQPC, pode-se dizer que:

- a) apresenta sete funções que podem ser amalgamadas em três: passado relativo a um ponto de referência passado; passado contra-seqüencial a um ponto de referência pressuposto; passado contra-seqüencial ao momento de fala (uso metafórico do distanciamento);
- b) essa multifuncionalidade indica ampliação semântica (dos significados associados à forma de PMQPC);
- c) mantém a função de passado do passado (na qual ainda compete com o PMQPS, embora este seja bem menos utilizado) e

¹⁷⁰ Negrito, sublinhado e itálico referem-se às amalgamações feitas.

¹⁷¹ As noções escalares de modalidade foram apresentadas na seção 6.1.1.4.

- d) adquiriu o traço *irrealis*, o que deve fazer com que perca espaço para o perfeito simples, especializando-se numa função modal: de atenuação, indicação de menos assertividade, similarmente ao que ocorreu com o PMQPS.

6.1.3 – AS FUNÇÕES DO PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO EM TEMPO REAL

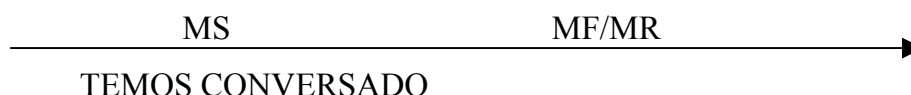
Para a análise do perfeito composto, consideramos os seguintes grupos de fatores: a) aspecto: analisamos, por meio desse grupo, traços que compõem a significação do PPC, a saber, pontualidade, iteratividade e duratividade; b) tipo de verbo: tipologia de Vendler mais verbo dicendi, de cognição e modal e c) os mesmos tipos oracionais indicados anteriormente, mas aqui, dado o fato de o ponto de referência ser cotemporal à situação, analisamos a relação estrutural com a oração precedente.

Foram desconsiderados: a) tempo em relação à referência, porque analisamos passado ao momento de fala *versus* passado e presente (quando a situação começa no passado e continua no momento da enunciação ou tem relevância presente); b) ponto de referência (o momento de fala é a referência do PPC, em todos os casos analisados); c) em consequência, não analisamos o tipo de ponto de referência; d) e a ordenação, porque se os dados indicam passado, são contra-seqüenciais ao momento da enunciação, se indicam passado e presente, são cotemporais e e) no caso do PPC, a atitude é de certeza, pelo menos nos dados considerados, por isso, também, não foi controlado o grupo modalidade para esse tempo verbal.

A seguir, exemplificamos as duas noções temporais controladas:

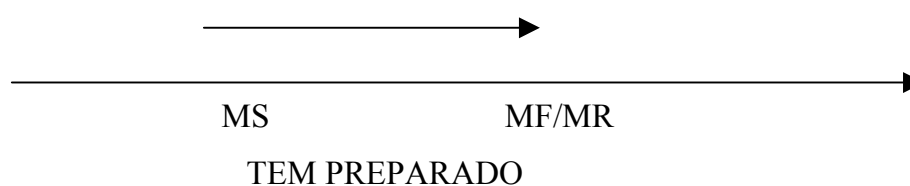
Passado:

- (54) Sua filha disse-me na bochecha que já tinha dado o capital a outra sociedade, e isto de mulher sem capital... Hum... TEMOS CONVERSADO.
(França Júnior 07)



Passado e presente (passado com relevância presente):

(55) Quem TEM PREPARADO êste apartamento, sempre cheio de flôres para me receber? (Silveira Sampaio, 159)



6.1.3.1 – Tempo em relação à referência

A tabela que segue evidencia decréscimo na expressão de passado (de 86% a 41%) e aumento na expressão do presente e passado (de 14% a 59%), indicando que as duas funções previstas no capítulo cinco para o PPC se efetivam: passado relativo ao momento de fala e passado com continuidade presente.

Tabela 17 – Tempo em relação à referência e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Passado	31/36/86%	15/20/75%	68/69/99%	25/65/38%	18/44/41%
Passado/Pres.	05/36/14%	05/20/25%	01/69/01%	40/65/62%	26/44/59%

6.1.3.2 - Aspecto

Para o perfeito composto, interessa-nos analisar a iteratividade, por isso, para essa forma, controlamos os seguintes traços: iteratividade, duratividade, pontualidade¹⁷². Considere-se a tabela (18):

Tabela 18 – Aspecto e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Pontual	18/18/100%	04/04/100%	04/04/100%	06/06/100%	00/00/00
Durativo	03/06/50%	04/05/80%	03/03/100%	08/19/42%	06/17/35%
Iterativo	10/12/83%	07/11/64%	61/62/98%	11/40/28%	12/27/44%

Nota-se decréscimo de uso do PPC como durativo (de 50% a 35%) e iterativo (de 83% a 44%), quando indica passado, e uma suposta exclusão na indicação de pontualidade (00). Essa função ficou para o PPS, pois o PPC passou a indicar um passado com relevância presente.

6.1.3.3 – Tipo de verbo da situação

Considere-se a tabela (19):

¹⁷² Os traços *duratividade* e *pontualidade* podem ser captados pela análise da tipologia de Vendler, mas dado que não se pode ter apenas um fator no grupo, tivemos que considerar outro traço; escolher entre duratividade e pontualidade não seria adequado, por isso ficaram os dois fatores.

Tabela 19 – Tipo de verbo da situação e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Atividade	00/01/00	00/01/00	00/00/00	00/01/00	01/02/50%
<i>Accomplishment</i>	08/09/89%	06/08/75%	14/14/100%	08/26/31%	04/13/31%
<i>Achievment</i>	14/14/100%	05/06/83%	44/44/100%	03/07/43%	03/04/75%
Estado	03/06/50%	03/04/75%	04/05/80%	09/21/43%	06/17/35%
Dicendi	03/03/100%	01/01/100%	05/05/100%	05/05/100%	04/06/67%
Cognição	03/03/100%	00/00/00	01/01/100%	00/02/00	00/01/00
Modal	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/03/00	00/01/00

Há mais dados do PPC como passado com verbos mais dinâmicos (*accomplishment* e *achievement*). Os números referentes a verbos de cognição, estado e modal indicam que o significado de passado para o PPC foi se restringindo a verbos mais dinâmicos e verbos dicendi. Os casos de verbo dicendi referem-se aos usos do tipo: *tenho dito*, o que valida o percentual de 67% para usos de PPC como passado. Segundo Fiorin (1996), o passado composto do português hoje se reduz à fórmula *tenho dito*.

6.1.3.4 - Relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência

Na tabela abaixo, os contextos de complementação (séculos XVIII e XIX), especificação (séculos XVI, XVII e XVIII), encadeamento (séculos XVII e XVIII) e justaposição (do século XVI ao XX) são os mais significativos para a ocorrência do valor de passado para o PPC, em termos de número de dados e percentual por século. Deve-se atentar, ainda, para o fato de que em justapostas, no século XX, há os dois usos: passado e passado com relevância presente, embora de verifique decréscimo no uso do PPC como passado (de 81% a 43 %). A utilização em contextos de justaposição deve decorrer do fato de usar-se verbo dicendi: *tenho dito*, por exemplo, tende a aparecer em estruturas justapostas, embora o sentido seja o de uma conclusão, conforme se verifica no exemplo (54).

Tabela 20 –Relação Semântico-sintática entre situação e ponto de referência e uso do PPC como passado em oposição ao PPC como passado com relevância presente por século

<i>Fatores</i>	<i>Séc. XVI</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XVII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc.XVIII</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XIX</i> <i>Apl./Total /%</i>	<i>Séc. XX</i> <i>Apl./Total /%</i>
Complementação	01/02/50%	00/00/00	35/35/100%	05/10/50%	02/06/33%
Especificação	06/06/100%	04/05/80%	22/23/96%	01/07/14%	01/03/33%
Condição	01/01/100%	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00
Restrição	02/02/100%	01/01/100%	00/00/00	00/02/00	01/03/33%
Causalidade	02/02/100%	00/00/00	01/01/100%	00/04/00	01/01/100%
Temporalidade	03/03/100%	00/00/00	00/00/00	00/00/00	00/00/00
Comparação	02/02/100%	02/02/100%	02/02/100%	00/00/00	00/00/00
Encadeada	01/02/50%	05/06/83%	04/04/100%	01/04/25%	00/01/00
Justaposta	13/16/81%	03/06/50%	04/04/100%	17/36/47%	13/30/43%
Concessiva	00/00/00	00/00/00	00/00/00	01/02/50%	00/00/00

Os resultados associados ao perfeito composto nos autorizam a falar em especialização do PPS para indicar passado e do PPC para indicar passado com relevância presente. Nos contextos em que o PPC ainda indica passado, ou o verbo é mais dinâmico e menos durativo ou dicendi. Essas observações valem para os dados escritos considerados; é provável que em dados de fala o uso como passado esteja bem mais restrito.

* * *

As análises desta seção (6.1) nos conduzem às seguintes generalizações sobre mudança:

- as mudanças categorial e substitutiva são conseqüências da **mudança semântica**;
- as categorias **TAMR** se associam às formas de modo escalar: de *mais realis* a *mais irrealis*, como no caso da modalidade; de mais dinâmico/menos durativo a menos dinâmico/mais durativo, no caso dos tipos verbais, e de referência temporal à discursiva e pressuposta;

- o traço *irrealis* associado ao PMQPS o faz perder terreno para o PMQPC. O mesmo tende a ocorrer em relação ao PMQPC que perde terreno para o perfeito simples e
- o PPC seguiu para o tempo presente no sentido de se diferenciar do PPS, que manteve o traço de anterioridade; esse traço o conduz a variar com o PMQP, conforme veremos a seguir.

6.2 – OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES, MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO E PERFEITO SIMPLES EM VARIAÇÃO NA EXPRESSÃO DE UMA SITUAÇÃO PASSADA, PERFECTIVA, REALIS, CONTRA-SEQÜENCIAL A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO

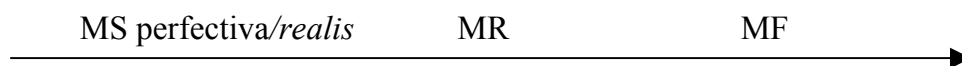
Das formas simples e composta dos pretéritos em foco, verificamos que o PMQPS, o PMQPC e o PPS codificam a função PRCA (tempo passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado em relação ao momento de fala). Considerando-se que o PMQPC e o PPS, conforme Coan (1997), estão em variação nos dados atuais, resolvemos investigar a competição entre essas formas nos dados diacrônicos selecionados para esta pesquisa (o *corpus* foi exposto no capítulo cinco). Além de mostrar que a regra variável se aplica à função PRCA, pretendemos buscar condicionamentos que favoreçam uma ou outra forma de codificação.

Procedemos à análise estatística no programa VARBRUL (citado na metodologia, capítulo cinco) em três etapas: na primeira, consideramos o PMQPS como aplicação da regra; na segunda, o PMQPC; por fim, o PPS. Entenda-se por aplicação da regra a forma prevista para a codificação da função. Considerando-se o maior número de dados de PMQPS no *corpus* diacrônico e a prescrição gramatical acerca do PMQPS como forma que codifica um passado do passado, analisamos, primeiramente, o PMQPS como aplicação da regra; porém, resolvemos analisar as outras duas formas também como aplicação para evidenciar se os condicionamentos são os mesmos ou não.

Serviram à identificação da função PRCA: a) o tempo em relação à referência (passado); b) o aspecto (perfectivo); c) a modalidade (campo do *realis*); d) a ordenação

entre situação e ponto de referência (contra-seqüencial) e d) o ponto de referência (passado). Essas foram as categorias controladas pois, na seção anterior, serviram para a delimitação de funções das formas de PMQP, e serviram porque alterações nessas categorias, alteram as funções: por exemplo, considerando-se o tempo de uma situação¹⁷³ e o ponto de referência, se temos tempo passado e ponto de referência passado, uma alteração, seja no tempo, seja no ponto de referência, provoca uma mudança de significado e, conseqüentemente, uma alteração na função: de passado do passado para passado em relação ao presente, futuro em relação ao passado, entre outras possibilidades.

O diagrama abaixo representa a função controlada nesta análise variável (PRCA).



O diagrama representa situações em tempo cronológico, tal como ocorreram (o diagrama é icônico); a contra-seqüencialidade é vista na codificação, quando a referência, que ocorreu cronologicamente depois da situação, é codificada primeiro.

O exemplo (56) ilustra a variação entre *escrevera* e *tinha escrito*; os exemplos (57) e (58), a variação entre *fora* e *foi*.

(56) Tanta foi a eficácia que teve no Verbo divino o fazer-se: não o ser palavra dita, posto que dita por Deus, mas o ser palavra feita. Referindo-se S. Lucas no princípio dos Actos dos Apóstolos, como **TINHA ESCRITO** o seu Evangelho, diz uma cousa muito notável, e é, que nele **ESCREVERA** tudo o que Cristo começou a fazer e ensinar. (Vieira, 290).

(57) e frecharam outroz como **FORA** o ano passado... (Autos, 23)

¹⁷³ Entenda-se *situação* como algo que acontece num mundo possível; *evento*, nos termos de Reichenbach (1947).

(58) ...dice que sabe que no Rio da Madeira tem o gentio Barbaro da Nascaó Muras acometido varias vezes aoz que vao Colher oz frutos daquelle Rio matando e frechando Como **FOI** o anno pasado ao Cabo da Canoa doz Tapajoz... (Autos, 29).

Os seguintes grupos de fatores lingüísticos foram controlados para evidenciar quais as motivações que conduzem ao uso de uma ou outra forma verbal: tipo de modalidade (de *realis 1* a *realis 6*); o tipo de verbo; o tipo de ponto de referência e a relação semântico-sintática entre situação e ponto de referência, conforme especificações em (6.1). Além desses fatores lingüísticos, controlamos o grupo *século*, porém foi necessário amalgamar os fatores século XVIII e XIX. Para tal procedimento, levamos em conta os seguintes critérios¹⁷⁴:

- a) número de dados (há poucos dados para cada século e a amalgamação possibilita uma aproximação numérica com os outros séculos, e não há dado, no material analisado, de mais-que-perfeito com a função PRCA para o século XIX);
- b) periodicização literária (as produções literárias, até meados do século XIX, refletem o Neoclassicismo¹⁷⁵, característico do período anterior; e, somente na segunda metade do século XIX, aparecem produções do romantismo que evocam o nacionalismo) e
- c) análise numérica¹⁷⁶ do nível de significância da amalgamação do século XIX com o século XVIII e amalgamação do século XIX com o século XX. Tanto para o PMQPS quanto para o PMQPC, o nível de significância da amalgamação do século XIX com o século XVIII é melhor (resultado obtido em análise estatística no programa VARBRUL): 000 (para o PMQPS) e 017 (para o PMQPC). Na rodada

¹⁷⁴ Os critérios aqui apresentados valem também para os resultados associados ao PMQPC.

¹⁷⁵ Movimento derivado do espírito crítico do Iluminismo, que visava à restauração e à reabilitação das formas, gêneros e técnicas do Classicismo, acompanhado de uma severa disciplina estética e de um purismo extremo.

¹⁷⁶ Não fizemos o teste padrão para significância proposto por Guy (1998) porque teríamos que inventar um dado. Como não há nenhum dado de PRCA, no material do século XIX selecionado para esta pesquisa, seria arbitrária a invenção (não há como optar pelo PMQPS, PMQPC ou PPS). Isso é, entretanto, diferente do que faremos na seção (6.3) para o PMQPC, nos dados de crianças, pois o PMQPC é uma forma utilizada nos dados atuais na função PRCA, por todas as outras faixas etárias. GUY, G. **Varbrul: análise avançada**. Tradução de Ana Maria Stahl Zilles. Cadernos de Tradução, Porto Alegre, UFRGS, Instituto de Letras, 1998.

com amalgamação dos fatores século XIX e século XX, obtivemos os seguintes valores: 001 (para o PMQPS) e 023 (para o PMQPC). Além disso, os grupos selecionados são os mesmos nas duas rodadas.

No caso do PPS, o nível de significância é o mesmo (003), porém a rodada com a amalgamação dos fatores século XIX e século XX permitiu a seleção de dois grupos de fatores, em vez de um (quando há amalgamação dos fatores século XVIII e século XIX), razão pela qual, nesse caso, optamos por apresentar, também, os resultados do segundo grupo selecionado, a saber, *século*, com base nessa rodada. Os outros resultados apresentamos conforme rodada na qual os fatores amalgamados são século XVIII e século XIX, para que não se considere uma forma de modo diferenciado, já que as três (PMQPS, PMQPC e PPS) são apresentadas como variantes para a função PRCA.

A seguir, apresentamos apenas os grupos significativos na rodada estatística (feita no programa VARBRUL).

6.2.1 - OS RESULTADOS ASSOCIADOS AO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES

Dos grupos testados, apenas século e modalidade foram selecionados. Vejamos:

Tabela 21 – Século e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC e PPS

<i>Fatores</i>	<i>Nº de dados/ Total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
Século XVI	36/62	58%	0,74
Século XVII	23/43	53%	0,68
Séculos XVIII e XIX	14/35	40%	0,51
Século XX	06/57	11%	0,15
<i>Total</i>	79/197	40%	

Nos séculos XVI (0,74) e XVII (0,68), há maior incidência de uso do PMQPS, que decresce a cada século (0,51 para os séculos XVIII e XIX e 0,15 para o século XX), evidência de mudança em curso.

Vejam os, agora, os resultados associados à modalidade:

Tabela 22 – Modalidade e uso do PMQPS em oposição ao PMQPC e PPS

<i>Fatores</i>	<i>Nº de dados/Total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Realis 1</i>	61/143	43%	0,53
<i>Realis 2</i>	01/23	04%	0,08
<i>Realis 3</i>	15/28	54%	0,79
<i>Realis 4</i>	02/03	67%	0,82
<i>Total</i>	79/179	40%	

A modalidade *irrealis* se associa ao PMQPS (*realis 3* – com verbo dicendi - e *realis 4* – metáfora do distanciamento), o que corrobora a observação acerca da modalidade ser a chave para a mudança. A tabela (23) mostra a modalidade por século. Vejam os:

Tabela 23: Século e modalidade no uso PMQPS em oposição ao PMQPC e PPS

<i>Modalidade</i>	<i>Século XVI</i> <i>Apl./Total/%</i>	<i>Século XVII</i> <i>Apl./Total/ %</i>	<i>Séculos VIII-XIX</i> <i>Apl. / Total/%</i>	<i>Século XX</i> <i>Apl./Total/ %</i>
<i>Realis 1</i>	31/53/58%	19/35/54%	08/20/40%	03/35/09%
<i>Realis 2</i>	01/05/20%	00/03/00	00/05/00	00/10/00
<i>Realis 3</i>	02/02/100%	04/05/80%	06/10/60%	03/11/27%
<i>Realis 4</i>	02/02/100%	00/00/00	00/00/00	00/01/00

Há decréscimo do traço *realis 1 (mais certeza)*, na função de passado associada ao PMQPS (58% a 09%), o que deve ter aberto espaço para a entrada do PMQPC para a função de passado *realis*.

6.2.2 - OS RESULTADOS ASSOCIADOS AO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO

Para o PMQPC, foram selecionados como estatisticamente significativos os seguintes grupos: século, tipo de verbo e relação semântico-sintática. Vejam os resultados:

Tabela 24 – Século e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

<i>Fatores</i>	<i>Nº de dados/Total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
Século XVI	07/62	11%	0,23
Século XVII	12/43	28%	0,53
Séculos VIII e XIX	08/35	23%	0,50
Século XX	29/57	51%	0,77
<i>Total</i>	56/197	28%	

Há uso mais acentuado do PMQPC no século XX (0,77), observando-se um crescimento escalar na taxa de emprego dessa forma. Há uma polarização bastante significativa entre os séculos XVI (11% e PR de 0,23) e XX (51% e 0,77). Quanto ao tipo de verbo, considere-se a tabela 25:

Tabela 25 – Tipo de verbo da situação e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

<i>Fatores</i>	<i>Nº de dados/Total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Achievment</i>	27/72	38%	0,67
Atividade	12/46	26%	0,64
Cognição	10/23	43%	0,57
Estado	06/46	13%	0,20
Dicendi	01/10	10%	0,13
<i>Total</i>	56/197	28%	

O traço dinamicidade (0,67 para *achievement* e 0,64 para *atividade*) atrai o uso do PMQPC, ficando os contextos menos dinâmicos para o perfeito simples, conforme veremos na tabela (29).

A tabela (26) mostra que contextos de restrição (0,82) e comparação (0,67) são mais propensos ao aparecimento do PMQPC. Os contextos de restrição evocam mais marcação, o que pode exigir uma forma mais marcada estruturalmente (PMQPC); a marcação também pode propiciar o aparecimento do PMQPC em contextos de comparação, já que esses, nos dados, são basicamente os de retomadas.

Tabela 26 – Relação semântico-sintática e uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

<i>Fatores</i>	<i>Nº de dados/Total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
Restrição	13/30	43%	0,82
Comparação	02/07	29%	0,67
Causalidade	07/19	37%	0,63
Complementação	17/54	31%	0,43
Temporal.	05/23	22%	0,41
Especificação	12/64	19%	0,36
<i>Total</i>	56/197	28%	

As tabelas que seguem pautam-se em cruzamentos entre os grupos selecionados. Considerem-se:

Tabela 27: Século e tipo de verbo no uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

<i>Tipo de verbo</i>	<i>Século XVI</i>	<i>Século XVII</i>	<i>Sécs. XVIII/XIX</i>	<i>Século XX</i>
	<i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Apl./Total/ %</i>
<i>Achievment</i>	03/22/14%	06/15/40%	03/13/23%	15/22/68%
Cognição	00/02/00	00/05/00	02/04/50%	08/12/67%
Dicendi	00/00/00	00/03/00	00/03/00	01/04/25%
Estado	01/19/05%	03/06/50%	01/10/10%	01/11/09%
Atividade	03/19/16%	03/14/21%	02/05/40%	04/08/50%

Tabela 28: Século e relação semântico-sintática no uso do PMQPC em oposição ao PMQPS e PPS

<i>Relação Semânt.-sintática</i>	<i>Século XVI</i>	<i>Século XVII</i>	<i>Sécs. XVIII/XIX</i>	<i>Século XX</i>
	<i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Apl./Total/ %</i>
Complementação	00/11/00	02/11/18%	02/08/ 25%	13/24/54%
Especificação	02/24/08%	02/16/13%	05/12/ 42%	03/12/ 25%
Restrição	02/09/22%	03/05/ 60%	01/06/17%	07 /10/ 70%
Causalidade	02/10/20%	02/05/40%	00/00/00	03/04/75%
Temporalidade	01/06/ 17%	02/05/ 40%	00/06/00	02/06/ 33%
Comparação	00/02/00	01/01/100%	00/03/100%	01/01/ 100%

Do século XVI ao XX, os cruzamentos evidenciam que: a) o PMQPC tende a se fixar na função de passado em lugar do PMQPS, em contextos mais dinâmicos do tipo *achievement* e *atividade* (de 14% e 16%, no século XVI a 68% e 50%, no século XX, respectivamente) e no campo do conhecimento, a partir do século XVIII (50% e 67% para verbos de cognição), o que mostra que essa forma começa a se espalhar para outros campos (menos dinâmicos, mais durativos) e b) paralelamente, os tipos oracionais mostram que, a cada século, o PMQPC ganha espaço, sendo, no século XX, usado em todos os contextos oracionais.

6.2.3 - OS RESULTADOS ASSOCIADOS AO PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES

Com o PPS como aplicação da regra, somente o grupo tipo de verbo foi selecionado, evidenciando-se um uso significativo com verbos *dicendi* e *estado*. Como o PMQPC se associa a verbos mais dinâmicos, tende o PPS a indicar passado anterior a um ponto de referência passado em contextos menos dinâmicos, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 29 – Tipo de verbo e uso do PPS em oposição ao PMQPS e PMQPC¹⁷⁷

<i>Fatores</i>	<i>Nº de dados/Total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Achievment</i>	12/72	17%	0,32
Cognição	05/18	28%	0,48
Dicendi	04/10	40%	0,61
Estado	25/46	54%	0,74
Atividade	15/46	33%	0,53
Modal	01/05	20%	0,37
<i>Total</i>	62/197	31%	

Em rodada com amalgamação dos séculos XIX e XX, o grupo de fatores *século* também foi selecionado, mostrando-nos que a utilização do PPS se acentua no século

¹⁷⁷ Resultados referentes à amalgamação dos séculos XVIII e XIX.

XX (dado que não há nenhum caso de PPS, no século XIX). Vejamos, então, os resultados associados ao uso do PPS por século.

Tabela 30 – Século e uso do PPS em oposição ao PMQPS e PMQPC¹⁷⁸

<i>Fatores</i>	<i>N° de dados/Total</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
Século XVI	19/62	31%	0,46
Século XVII	08/43	19%	0,35
Séculos XVIII	03/21	14%	0,24
Séculos XIX e XX	32/71	45%	0,70
<i>Total</i>	62/197	31%	

Considere-se, também, o cruzamento entre tipo de verbo e século no uso do PPS.

Tabela 31: Tipo de verbo da situação e uso do PPS por século¹⁷⁹

<i>Tipo de verbo</i>	<i>Século XVI</i> <i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Século XVII</i> <i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Sécs. XVIII/XIX</i> <i>Apl. /Total/ %</i>	<i>Século XX</i> <i>Apl./Total/ %</i>
<i>Achievment</i>	05/22/23%	01/15/07%	03/13/23%	03/22/14%
Cognição	00/00/00	02/04/50%	00/02/00	03/12/25%
Dicendi	00/00/00	00/03/00	02/03/67%	02/04/50%
Estado	09/19/47%	00/06/00	06/10/60%	10/11/91%
Atividade	04/19/21%	05/14/36%	02/05/40%	04/04/50%
Modal	01/02/50%	00/01/00	00/02/00	00/00/00

O cruzamento entre tipo de verbo e século mostra um aumento significativo do PPS com verbos de estado (de 47%, no século XVI a 91%, no século XX). Em comparação com a tabela (25), observa-se que o PMQPC, no século XX, é mais usado em contextos de verbo *achievement* e atividade, o que abre um campo de atuação para o PPS: o de verbos de estado. Esses resultados obtidos para tipo de verbo nos conduzem à seguinte generalização sobre a mudança: a utilização do PMQPC em lugar do PMQPS e a utilização do PPS em lugar do PMQPC ocorre, primeiramente,

¹⁷⁸ Resultados referentes à amalgamação dos séculos XIX e XX.

¹⁷⁹ Resultados referentes à amalgamação dos séculos XVIII e XIX.

com verbos menos dinâmicos e mais durativos (verbos de cognição, modal, estado), passando a contextos de verbos mais dinâmicos e menos durativos (atividade, *accomplishment* e *achievement*). A permanência do PMQPC em contextos de verbo de cognição justifica-se pela utilização metafórica do PMQPC, como em: *Eu tinha pensado em ir ao cinema*, por exemplo

* * *

Como generalizações de mudança desta seção, pode-se depreender o que segue:

- PMQPS, PMQPC e PPS coexistem por muito tempo como variantes na escrita e

- as motivações que conduzem a mudança de forma na codificação da função de passado anterior a um ponto de referência passado são motivações de natureza discursiva, destacando-se a modalidade no caso do PMQPS e o tipo de verbo no caso do PMQPC e PPS.

6.3 - OS PRETÉRITOS MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO E PERFEITO SIMPLES: A MUDANÇA EM TEMPO APARENTE

Nos dados de fala de crianças (05-06 anos) e pré-adolescentes (09-11 anos), controlamos os usos variáveis entre os pretéritos MQPC e PS. Embora os pretéritos sob análise possam variar com outras formas, conforme vimos no capítulo um, restringimos nossa análise à função codificada variavelmente pelas duas formas em foco nesta Tese: a função de passado *realis* perfectivo contra-seqüencial a um ponto de referência passado.

Esta seção contém duas subseções: a primeira refere-se aos resultados obtidos na análise das faixas etárias de 15-24 anos, 25-49 anos e mais de 50 anos (pesquisa realizada em 1997) e aos resultados desta pesquisa, acerca de dados de crianças e pré-adolescentes; ainda nesta subseção, referimo-nos à mudança em tempo aparente. Na segunda subseção, visamos à correlação entre processamento e usos de pretérito atestados nos dados de crianças.

Os dados coletados atendem às seguintes restrições:

- *Tempo em relação à referência*: passado;
- *Ponto de referência*: passado em relação ao momento de fala;
- *Ordenação sintática da situação em relação ao ponto de referência*: contra-seqüencial;
- *Aspecto*: perfectivo e
- *Modalidade*: *realis*.

6.3.1 – A FORMA DE PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO E PERFEITO E A MUDANÇA EM TEMPO APARENTE

A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos na análise de 576 dados de três faixas etárias (15-24 anos, 25-49 anos e mais de 50 anos).

Tabela 32 - Faixa etária e uso da forma de PMQPC em oposição ao PPS (amostra de 1997)

<i>Fatores</i>	<i>Total/N° de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
+ de 50 anos	156/34	22%	0,59
25-49 anos	204/78	38%	0,70
15-25 anos	216/29	13%	0,26
<i>Total</i>	576/141	24%	

(Resultados extraídos de Coan, 1997)

Os resultados evidenciam um uso mais acentuado do PMQPC por informantes acima de 25 anos, enquanto os jovens tendem à utilização do PPS. Note-se que, historicamente, conforme vimos nas seções anteriores, o PMQPC entrou no lugar da forma simples, primeiramente, na função de um passado perfectivo contra-seqüencial a um ponto de referência passado; e a história se repete. Considerando-se as faixas etárias e os pesos relativos, podemos indicar que há uma tendência à mudança. Essa correlação entre idade e uso de uma ou outra forma permite-nos vislumbrar a mudança - em tempo aparente.

A distribuição em tempo aparente corresponde à distribuição de variantes lingüísticas por faixas etárias. Se as pessoas que observamos nasceram e cresceram em uma determinada comunidade e se há diferença no modo de falar que não seja resultado de algum empréstimo ou dialeto de prestígio, parece justo relatar uma mudança no estado da língua (conforme Labov, 1994). Essa possibilidade de mudança instigou-nos a analisar dados de mais duas faixas etárias.

Procedemos, então, à análise dos dados com base no controle dos seguintes grupos de fatores: idade, modalidade, tipo de verbo, tipo de ponto de referência e relação semântico-sintática. Os grupos de fatores já foram descritos no capítulo anterior, por isso, neste capítulo, só exemplificaremos o que foi selecionado como estatisticamente significativo pelo programa VARBRUL.

É importante destacar, aqui, que tivemos um problema de ordem metodológica na realização da análise estatística. Nas doze entrevistas da faixa etária de 05-06 anos, cada qual com uma hora de duração, não encontramos nenhum dado de mais-que-perfeito e poucos de perfeito. Como o programa computacional utilizado não calcula pesos relativos em casos de dados categóricos, optamos por criar um dado de mais-que-perfeito para a faixa etária mais baixa, sendo assim possível realizar os procedimentos estatísticos para uma análise variacionista. Esse fato deve ser levado em conta a seguir.

Tanto na indicação do perfeito como do mais-que-perfeito como aplicação da regra, o programa selecionou idade e relação semântico-sintática como estatisticamente significativos. A seguir, apresentamos os resultados:

Tabela 33 – Faixa etária e uso das formas de PMQPC e PPS (amostra de 2000-2002)

<i>Fatores</i>	<i>MAIS-QUE-PERFEITO</i>		<i>PERFEITO</i>	
	<i>Apl. / N° / %</i>	<i>/ Peso relativo</i>	<i>Apl. / N° / %</i>	<i>/ Peso relativo</i>
9-11 anos	33/122/27%	0,66	89/122/73%	0,34
5-6 anos	01/44/02%	0,14	43/44/98%	0,86
<i>Total</i>	34/166/20%		132/166/80%	

Os resultados obtidos para idade na amostra de 1997 e na atual devem ser vistos em separado, pois há **0,66** para o uso do PMQPC na faixa de 9-11 anos e **0,26** para a faixa de 15-24 anos, o que poderia, erroneamente, conduzir à leitura de que o PMQPC é mais utilizado por pré-adolescentes do que por jovens. Devemos vislumbrar nesses resultados o fato de a faixa etária mais jovem, nas duas amostras, usar mais o PPS do que o PMQPC. Nesse sentido, podemos indicar que há mudança em curso.

Sobre relação semântico-sintática e uso do PMQPC e PPS, vejamos a tabela que segue.

Tabela 34 – Relação semântico-sintática e uso do PMQPC e PPS (amostra de 2000-2002)

<i>Fatores</i>	<i>MAIS-QUE-PERFEITO</i>		<i>PERFEITO</i>	
	<i>Apl. / N° / % / Peso relativo</i>		<i>Apl. / N° / % / Peso relativo</i>	
Causalidade	12/36/33%	0,67	24/36/67%	0,33
Temporalidade	02/21/10%	0,34	19/21/90%	0,66
Especificação	05/20/25%	0,61	15/20/75%	0,39
Justaposta	02/31/06%	0,33	29/31/94%	0,67
Encadeada	05/27/19%	0,61	22/27/81%	0,39
Complementação	01/20/05%	0,18	19/20/95%	0,82
Restrição	07/11/64%	0,86	04/11/36%	0,14
<i>Total</i>	34/166/20%		132/166/80%	

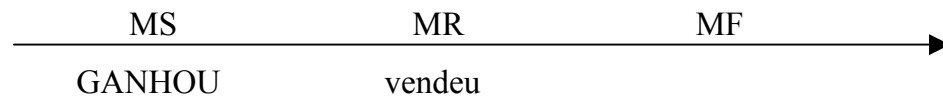
Para o uso do PMQPC, o contexto de restrição é o mais favorável; para o PPS, a complementação. Os resultados acerca da relação semântico-sintática devem ser associados ao princípio da marcação apresentado no capítulo dois. Nos caso de relação semântico-sintática de restrição, há uma tendência a salientar-se a restrição; como nem sempre há um conector oracional em jogo, a saliência é marcada pela forma verbal: PMQPC (forma mais marcada estruturalmente). Por outro lado, os contextos de complementação, nos dados, são aqueles com verbo dicendi (*Aí o João disse que...*) em que a situação não necessita ser estruturalmente marcada, pois se João disse que saiu, a saída ocorreu antes do dizer.

Nossa exposição, até agora, levou em conta um dado de PMQPC inventado. Assim, as observações acima, em termos de condicionamento de uso do PMQPC *versus* o PPS, devem ser vistas como suposições, pois nos dados de crianças não encontramos a forma de PMQP. A preferência pelo PPS pode indicar uma mudança em tempo aparente, dado que já nos seria suficiente, em virtude de nossa proposta de evidenciar a mudança. Mas o uso categórico do PPS pelas crianças entrevistadas é suspeito, pelo menos um ou outro caso deveríamos ter detectado, considerando-se que as crianças têm acesso a dados variáveis (nas outras faixas, evidencia-se variação). Conforme Labov (1994:580), crianças aprendem aspectos variáveis do dialeto local do mesmo modo que aprendem regras categóricas. Essas regras variáveis são probabilisticamente controladas. Supondo-se que a **mudança substitutiva** ainda não se efetivou, relacionamos (na próxima subseção) os usos de PPS a premissas de desenvolvimento cognitivo tão amplamente abordadas na Psicologia e pedagogia, visando à compreensão desse uso freqüente e significativo do PPS por crianças de 05-06 anos.

6.3.2 – PROCESSAMENTO E CODIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DE PASSADO PERFECTIVO REALIS CONTRA-SEQÜENCIAL A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO

A partir dos dados de perfeito simples, encontrados nas doze horas de gravação de crianças e de 05-06 anos, como forma de codificação de um passado *realis*, perfectivo, contra-seqüencial a um ponto de referência passado, abordamos processamento e desenvolvimento conceptual, focalizando o distanciamento do centro dêitico e da codificação icônica, primeiramente, com base na relação MS-MR-MF, e, em seguida, a partir da codificação da situação e da referência. Os momentos da situação, da referência e da fala, propostos por Reichenbach (1947), servem como pontos para que se possa demonstrar as relações codificadas pelos tempos verbais. A relação MS-MR-MF, exemplificada em (59), reproduz a codificação de uma situação (S) anterior à outra situação passada (R), ambas anteriores ao momento da fala (F).

(59) Daí a gente vendeu pra todo mundo e ficou com aquela e *vendeu* a cachorra que GANHOU filhote. (SC CRI 60 F C 15)



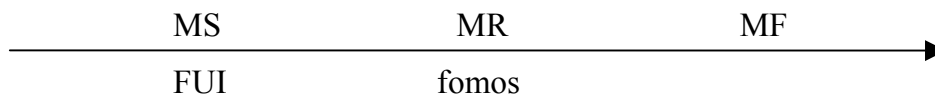
A utilização da relação MS-MR-MF reflete o desenvolvimento cognitivo em dois aspectos: descentralização do centro dêitico temporal (MF) e descentralização do centro dêitico espacial. No que se refere à descentralização do momento de fala, Weist (1986) propõe que crianças desenvolvem o sistema temporal em quatro etapas e sua capacidade de expressão vai ficando mais complexa à medida que avança tais etapas. O primeiro sistema é chamado de sistema do tempo de fala (MF) – o aqui e agora; o segundo é caracterizado pela capacidade de representar o evento (MS) como anterior, simultâneo e posterior ao tempo de fala. O conceito de referência temporal emerge na terceira etapa, mas ainda de forma restrita ao contexto (MR). Finalmente, MF, MS e MR podem representar três diferentes pontos no tempo e podem ser relacionados livremente.

As quatro etapas acima refletem o desenvolvimento da capacidade de lidar com conceitos temporais. A utilização de tempo pela criança não se trata de um simples alongamento da operação de tempo, mas, nos termos de Vygotsky (*apud* Weist *op. cit.*), o desenvolvimento de um sistema temporal. E a possibilidade de combinar elementos do passado e presente leva à reconstrução básica de uma outra função fundamental: a memória.

Durante o desenvolvimento conceptual, há um ponto em que as crianças não mais se limitam a pensar sobre o aqui e agora, é quando adquirem a propriedade de deslocamento. Nessa fase, elas podem relatar experiências memorizadas já com o entendimento de que essas experiências ocorreram antes do tempo de fala. Elas podem também conceptualizar um evento potencial. O interessante, conforme Weist (1986), é verificar a passagem do tempo do evento para o tempo de referência, visto que essa progressão demonstra a capacidade de descentralização.

Por volta dos cinco-seis anos, a criança é capaz de expressar um ponto de referência entre situação (MS) e fala. Essa capacidade lingüística é evidência de desenvolvimento conceptual e indica que a criança adquiriu a propriedade de deslocamento temporal, o que mostra a capacidade de descentralização em relação ao momento de fala. Vejamos:

(60) ...no sábado nós *fomos* lá no Angeloni... E no outro sábado eu FUI numa festinha da Anjo. (SC CRI 51 M C 43)



Em (60), a criança (como falante) não é mais o centro dêitico - a referência, pois a situação que indica passado aparece relacionada à outra situação.

A relação MS-MR-MF indica que a codificação ocorre contra-seqüencialmente. Essa é outra evidência de que a criança estabelece relações entre situações diferentemente da ordem em que elas ocorreram. Embora os dados contra-seqüenciais sejam poucos (44 dados em doze horas de entrevista), indicam afastamento do cenário dos eventos (além do afastamento do centro dêitico - momento de fala). O espaço não é mais, necessariamente, a base de codificação. Há armazenamento de informações (já há uma história de vida, um passado a ser relatado).

Apesar da existência de dados contra-seqüenciais, a codificação ainda é, em grande parte, determinada iconicamente (o que justifica o pequeno número de dados encontrados); as situações (eventos, estados) são codificadas na ordem em que ocorreram no mundo. Essas observações podem ser correlacionadas aos princípios icônicos propostos por Givón (1995): o princípio da ordem seqüencial - que orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente - e o princípio da proximidade - que correlaciona proximidade cognitiva de entidades com proximidade de unidades no plano da codificação.

Quanto à situação, interessa-nos saber por que uma forma é preferida (no caso, o pretérito perfeito), se há acesso a dados variáveis. Em relação ao momento de referência, interessa-nos saber se a criança entende a referência temporal como a referência espacial (estabelecendo-se uma projeção do espaço para o tempo).

As crianças (de cinco-seis anos) utilizam o pretérito perfeito para codificar a situação na relação MS-MR-MF. Isso nos intrigou quando da associação dos dados com os critérios de Givón (1995:28) para se analisar a marcação. Para o autor, “a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a não-marcada” e “a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não-marcada”. Disso se deduz que, em termos de complexidade estrutural, seria menos complexo usar o perfeito, mas, em termos de complexidade cognitiva, seria mais adequado usar o pretérito mais-que-perfeito, já que o perfeito poderia gerar ambigüidades (*Nunca vi isso* – pode ter visto ou não/*Nunca tinha visto* - viu). Essa complexidade cognitiva com o perfeito se desfaz, se dois traços forem considerados: o significado de passado e a anterioridade ao ponto de referência. Se houver um ponto de referência passado no contexto, como vimos nos exemplos (59) e (60), a forma de perfeito que apresentamos em (MS) pode ser vista como um passado do passado (passado contra-sequencial a um ponto de referência passado).

A utilização do pretérito perfeito como um passado anterior a outro passado pode ainda ser associada à hipótese do egocentrismo. Fleischman (1989) faz alusão ao tempo verbal como tendo função referencial básica de localização de uma situação cronologicamente em relação a um ponto de referência, em termos de aproximação ou distância do centro dêitico, o qual é, na maioria dos sistemas, o *agora* do enunciado. Disso decorre que há uma premissa que diz que a linguagem é fundamentalmente egocêntrica. Assim, quando há formas alternantes, o falante tende a escolher a mais próxima a ele. Isso pode ser estendido para a diacronia como fez Silva-Corvalán (1985 *apud* Fleischman, 1989), assim, quando o sistema oferece formas alternativas, a forma mais periférica tende a desaparecer.

Quanto ao ponto de referência, partindo da premissa de que a aquisição é motivada pela experiência, pode-se deduzir que o primeiro ponto de referência usado

pela criança é espacial (pragmático). A investigação da referência temporal pauta-se na referência espacial. Quando desejamos chegar a algum lugar, normalmente, temos indicadores, “pontos de referência” que são calculados para uma melhor localização espacial. Esses “pontos” podem ser dados pelo interlocutor, ou chegamos ao local desejado porque temos referências armazenadas em nossa memória (conhecimento de mundo). Assim, ocorre na interpretação temporal. Calculamos o tempo verbal mais a referência e chegamos à interpretação desejada.

Considerando-se um ponto de referência espacial, a criança consegue reproduzir o esquema MS-MR-MF com o pretérito perfeito, mantendo: a relação de anterioridade a um ponto de referência passado (o pretérito perfeito é passado em relação ao ponto de referência e também é passado em relação ao tempo de fala) e a relação dêitica de codificação (a forma é codificada relativamente a dois centros dêiticos: um passado imediato espacial - R - e o momento da enunciação).

Do ponto de referência espacial, seguem ponto de referência temporal - uma situação no tempo (cf. *esqueci*, no exemplo 61), ponto de referência discursivo - quando da utilização de verbos dicendi (cf. exemplo 62) e compartilhado (conhecimento de mundo, crenças); o que conecta um uso ao outro é o esquema da referência, numa alusão aos esquemas imagéticos propostos por Lakoff (1988; 1993)¹⁸⁰. Aos cinco-seis anos, a criança já usa outros momentos de referência: temporal e discursivo, o que implica passagem da referência concreta para a abstrata.

(61) Eu *esqueci* de pegar meu trabalhinho que eu FIZ aqui, estava aqui na mesa.
(SC CRI 55 F C 107-108)

(62) Esse é meu pai. Já FALEI, né? (SC CRI 50 M C 19)

A expressão da relação MS-MR-MF por crianças de cinco-seis anos evidencia distanciamento do momento de fala e do espaço, em termos informacionais. Por outro lado, a codificação com o perfeito pode sugerir que não houve um afastamento total do

centro dêítico, ou seja, não se perde o egocentrismo (conforme Fleischman, 1989). Além disso, o pequeno número de dados contra-seqüenciais indica que a codificação de situações é, em sua maioria, em ordem icônica (o falante reporta-as tal como ocorreram).

É preciso, contudo, analisar outros dados a fim de investigar a relação MS-MR-MF em outras fases, para verificar se a primeira forma de mais-que-perfeito a aparecer indica um passado anterior a um ponto de referência passado.

* * *

Nesta seção, tratamos da variação entre PMQPC e PPS, em dados de crianças e adolescentes, evidenciando uma mudança em curso -mudança em tempo aparente. Também verificamos que as crianças de 05-06 anos entrevistadas não usam o PMQP, mas não se pode constatar que houve uma **mudança substitutiva**; a não utilização ou a baixa frequência de usos de PMQP, por crianças, pode estar refletindo uma etapa do desenvolvimento conceptual: a criança já se encontra na quarta etapa proposta por Weist (1986), pois relaciona MS-MR-MF, mas ainda mostra, pela forma de codificação, um estreitamento entre ponto de referência passado e momento de fala, o que garante uma aproximação ao centro dêítico (momento de fala).

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Vimos, neste capítulo, evidências empíricas para os princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991): o princípio denominado ‘camada’ pode ser evidenciado nos casos variáveis; a ‘divergência’ pode explicar o caso do pretérito perfeito indicar anterioridade a um ponto de referência passado e anterioridade ao tempo de fala; a ‘especialização’ verifica-se no uso do pretérito mais-que-perfeito simples para expressar projeção futura e no uso do composto para indicar menos assertividade (metáfora do distanciamento); através do princípio ‘persistência’,

¹⁸⁰ Essas considerações podem ser associadas ao Modelo de Hegel, apresentado na seção (2.2): “...a mente é dinâmica em aquisição do conhecimento; o conhecimento é adquirido através de um ciclo interno... (In:

podemos dizer que o traço de anterioridade permanece, no caso de indicação de menos assertividade, e a ‘deategorização’ pode ser evidenciada no uso da forma de pretérito mais-que-perfeito simples em expressões fixas (“*quem me dera!*”). Diacronicamente, a mudança segue para a idiomatização. Mas essa é só uma parte da história. A mudança visa, constantemente, à inovação e pressão para regularizar, idiomatizar, convencionalizar tal inovação (Nichols e Timberlake, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Tese, percorremos dois caminhos: o do tempo real e o do tempo aparente, perseguindo os seguintes objetivos: identificar as funções codificadas pelos pretéritos MQP e P e caracterizar cada função como composta por **TAMR**; mostrar a variação entre PMQPS, PMQPC, PPS e delinear percursos de mudança do século XVI ao século XX.

Esses objetivos foram propostos no capítulo um em que apresentamos um panorama dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, focalizando-se: em termos históricos, as formas simples e composta desses pretéritos; as funções previstas por gramáticas, desde o século XVI, e problemas relativos à definição para os quais propusemos a aplicação de noções temporais, aspectuais, referenciais, modais, incluindo-se a ordenação de constituintes.

As observações panorâmicas do capítulo um conduziram-nos à abordagem da mudança lingüística vista no capítulo dois em três perspectivas: **semântica, categorial, substitutiva**. Antes de explicar cada tipo de mudança, expusemos os postulados teóricos da Teoria da Variação e Mudança e do Funcionalismo. Além disso, mostramos que é possível falar de mudança em termos de generalizações, desde que observada a relação função(ões)/forma(s) em tempo real.

A abordagem da correlação função/forma nos remeteu às categorias que compõem a significação das formas de pretérito sob análise, a saber: **tempo, aspecto, modalidade e referência**. Sobre tempo, tratamos da relação tempo/tempo verbal, considerando-se o tempo como relativo e como uma categoria discursiva; da discussão aspectual, salienta-se a exposição e posterior aplicação da tipologia de Vendler; propusemos também que a modalidade fosse vista de modo escalar (de *realis 1* a *realis 6*); por fim, neste mesmo capítulo, apresentamos uma tipologia de pontos de referência, novamente, a categoria deve ser vista em termos discursivos, nesse caso

em particular, com extensão para o campo pragmático (ponto de referência compartilhado).

Postas as questões, no capítulo cinco, apresentamos os procedimentos adotados na seleção do *corpus* diacrônico e do *corpus* sincrônico atual; estabelecemos grupos de fatores que resgatem as noções de TAMR e partimos, então, para análise dos dados coletados.

A análise dos dados foi apresentada em três seções, a primeira tratou das correlações entre função e forma dos pretéritos MQPS, MQPC e PC; a segunda focalizou a variação em tempo real (PMQPS, PMQPC e PPS) e a terceira, a variação em tempo aparente.

No que se refere às funções, descrevemos quatorze para o PMQPS e sete para o PMQPC. Essas foram amalgamadas, respectivamente, em quatro e duas. Considerem-se as funções do PMQPS e PMQPC:

PMQPS: passado *realis* contra-seqüencial a um ponto de referência passado; projeção passada ou futura, a partir do momento de fala; condição em relação ao ponto de referência e passado metafórico contra-seqüencial ao momento de fala.

PMQPC: Passado *realis* anterior a um ponto de referência passado e passado anterior ao momento de fala: esta função indica um uso metafórico do PMQPC. Serve como uma estratégia de distanciamento da situação pelo locutor, caso similar ao que ocorreu com o PMQPS.

Na correlação das funções aos traços (tipo de V, tipo de R, tipo de RSS, tipo de modalidade), verificamos a manutenção do PMQPS como indicativo do *irrealis* e sua utilização no campo dos verbos modais com paralelo decréscimo no campo dos verbos mais dinâmicos (*atividade/accomplishment/achievement*); observamos, também, decréscimo da utilização do PMQPS como um passado anterior a um ponto de referência passado, em favor do uso como presente e futuro, do século XVI ao século XX. O PMQPC atua no campo do *realis*, mas já adquiriu o traço *irrealis*, o que deve fazer com que perca espaço para o PPS, especializando-se numa função modal: de atenuação, indicação de menos assertividade, similarmente ao que ocorreu com o PMQPS. A utilização do PMQPC em lugar do PMQPS e a utilização do PPS em lugar do PMQPC ocorre, primeiramente, com verbos menos dinâmicos e mais

durativos (verbos de cognição, modal, estado), passando a contextos de verbos mais dinâmicos e menos durativos (atividade, *accomplishment* e *achievement*).

Os resultados associados ao pretérito perfeito composto nos autorizam a falar em especialização do PPS para indicar passado e do PPC para indicar passado com relevância presente.

Sobre variação, na função de passado *realis*, perfectivo contra-seqüencial a um ponto de referência passado, em dados históricos do século XVI ao século XX, vimos que os pretéritos PMQPS, PMQPC e PPS coexistem por muito tempo como variantes na escrita e que há decréscimo no uso do PMQPS em prol de uso acentuado do PMQPC.

A expressão da relação MS-MR-MF por crianças de cinco-seis anos evidencia distanciamento do momento de fala e do espaço, em termos informacionais. Por outro lado, a codificação com o PPS pode sugerir que não houve um afastamento total do centro dêitico, ou seja, não se perde o egocentrismo. Além disso, o pequeno número de dados contra-seqüenciais indica que a codificação de eventos é, em sua maioria, em ordem icônica.

Após a análise, pode-se constatar o que segue, que caracterizamos como contribuições desta Tese para os estudos de mudança:

- a) a **mudança semântica** precede as mudanças categorial e substitutiva: mudanças de sentido (tipo de V, tipo de R, tipo de RSS, tipo de modalidade) levam a mudanças de significado (**TAMR**), que por sua vez levam à alteração categorial ou substituição, dada a competição (período de variação);
- b) mecanismos que operaram para produzir um determinado tipo de mudança no passado podem estar operando nas mudanças correntes; é o caso do traço *irrealis*;
- c) a mudança não é abrupta; o sistema temporal é organizado mediante combinações de significados/sentidos, o que o permite mudar gradativamente, de modo escalar;
- d) há vários mecanismos em jogo na **mudança semântica**: inferência; extensão metafórica, generalização, expansão;

- e) a dimensão diacrônica aumenta o poder explanatório da teoria lingüística (Demonstrar que uma dada forma ou construção tem uma certa função não constitui uma explicação para a existência da forma ou construção, deve ser mostrado como aquela forma ou construção veio a ter aquela função; os fatores cognitivos e comunicativos que subjazem ao significado gramatical podem ser revelados em estudos de mudança, conforme Bybee, Perkins e Pagliuca, 1994:3-4);
- f) o significado gramatical está mudando constantemente: estudar somente um viés sincrônico não nos permite entender e explicar a composição significativa das formas;
- g) diacronicamente, a mudança segue para a idiomatização;
- h) as categorias verbais são componenciais, ou seja, sua significação decorre da relação entre **TAMR**: a forma verbal não é condição suficiente para a interpretação temporal; noções tais como as de **tempo**, **aspecto**, **modalidade** e **referência** são cruciais para a interpretação de uma forma verbal;
- i) as formas de PMQP e P podem ser caracterizadas como multifuncionais;
- j) é possível ampliar a noção de regra variável, da fonologia para outros níveis gramaticais: sintaxe, semântica, por exemplo;
- k) quanto à variação, é preciso dizer que também uma mesma forma representa mais de uma função;
- l) condicionamentos discursivos como relação semântico-sintática, tipo de verbo e modalidade estão envolvidos na mudança, tanto de forma quanto de função e
- m) nos dados de crianças, a expressão da relação MS-MR-MF indica: desenvolvimento cognitivo no que se refere à descentralização do momento de fala e do espaço; codificação dêitica do momento da situação/evento através do pretérito perfeito e passagem do concreto para o abstrato em termos de referência.

Esta Tese apresenta limitações que podem sugerir novas pesquisas:

- a) Não analisamos dados de séculos anteriores ao século XVI. Seria interessante verificar, nesses dados, as formas simples dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito e o uso de ‘*ter*’ mais *participio*, até então não gramaticalizados (como tempo verbal composto).
- b) Não analisamos documentos como crônicas, romances, cartas formais, por isso um estudo dessa natureza seria significativo no sentido de correlação aos resultados desta pesquisa.
- c) Consideramos dados de crianças de 05-06 anos, é preciso, contudo, analisar outros dados de crianças de várias idades para verificar qual é a primeira função do mais-que-perfeito, quando aparece nos dados e em quais contextos.
- d) Não trabalhamos com testes, mas seria de particular interesse investigar a avaliação por parte dos falantes das formas de PMQP e P.
- e) Não relacionamos as discussões ao ensino, por isso uma pesquisa que focalizasse variação e mudança no ensino também seria relevante.
- f) Sugere-se, também, recodificação dos dados de jovens e adultos (Coan, 1997) para análise estatística conjunta com os dados de adolescentes e crianças.
- g) Pode-se, ainda, acompanhar as crianças já entrevistadas até o período em que, supostamente, passam à pré-adolescência, para verificar quando começam a usar o PMQP e em quais contextos a forma ocorre.
- h) Observamos, nos tipos de texto considerados, algumas particularidades que nos fazem crer que determinados usos de PMQP e PP decorrem da natureza da tipologia textual, por exemplo: nas cartas de Mariana Alcoforado há uso do PMQP como metáfora do distanciamento e nos Autos (depoimentos), há PMQP associado a verbo dicendi, como estratégia de não comprometimento, assim, a verdade ou falsidade é atribuída a uma terceira pessoa. Nesse sentido, parece-nos que o tipo textual pode determinar o uso de uma ou outra função codificada pelo PMQP ou P, o que sugere ampliação de nossa pesquisa.

Esperamos que esta Tese possa contribuir em termos de conhecimento sobre o passado, especificamente sobre mudança lingüística, e que sirva como incentivo a novas pesquisas sobre variação e mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, Mariana. **Cartas**. Atualizado por Maria da Graça FREIRE. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

ALMEIDA, N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1982.

ANCHIETA, J. **Teatro de Anchieta**. Tradução, introdução e notas de Armando Cardoso. Vol. 3. São Paulo: Loyola, 1977.

ANDRADE, J. P. **Comédia: o Teatro que Ri**. Lisboa: Acontecimento, 1993.

ARNOULD, Antoine; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Autos da devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e nações do Rio Tocantins (1738 – 39): fac-símiles e transcrições paleográficas. Introdução de Adélia Engrácia de OLIVEIRA. Manaus, FUA, Brasília, INL, 1986. 169p.

AZEVEDO, A. **Teatro de Arthur de Azevedo VI**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1995.

BALEEIRO, M. I. **O futuro do presente no português culto de São Paulo**. 1988. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas.

BARBOSA, Jeronymo Soares. **Gramática Philosophica da Língua Portuguesa**. 2 ed. Lisboa: Lisboa. 1830.

BARROS, João. **Gramática da Língua Portuguesa** (3ª ed.) Atualizado por José Pedro Machado, 1957.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

BENTIVOGLIO, P. A Variação nos Estudos Sintáticos. Estudos Lingüísticos XIV. **Anais de Seminários do GEL**. Campinas, UNICAMP, 1987.

BENVENISTE, Emile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

_____ A forma e o sentido na linguagem. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

BERG, Thomas. **Linguistic Structure and change**: an explanation from language processing. Oxford: Clarendon Press, 1998.

BERARDINELLI, C. **Antologia do Teatro de Gil Vicente** (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. (p. 13-14)

BEZERRA, A. M. C. **A forma em -ria no português culto de São Paulo**. 1980. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – UMC, Moji das Cruzes.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. **The Evolution of Grammar**: Tense, Aspect, and Modality in the languages of the world. Chicago-USA: 1994.

BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne. **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1995.

CALLOU, D. M. I.; OMENA, N.; SILVA, V. P. Teoria da variação e suas relações com a semântica, a pragmática e a análise do discurso. **Cadernos Estudos Lingüísticos**. Campinas, 1991. (p. 17-21)

CÂMARA, Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral** (4 ed.). Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969

_____ **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____ **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMÕES, L. V. **Camões: versos e prosa**. RJ: Paz e Terra, 1996.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. **Tempo, Aspecto e Modalidade**: Estudos de Lingüística Portuguesa. Lisboa: Porto Editora, 1997.

CAMPOS, Odette G. L. Altmann de Souza; GALEMBECK, Paulo de Tarso; RODRIGUES, Ângela C. Souza. A Flexão modo-temporal no português culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. In: CASTILHO, Ataliba; BASÍLIO, Margarida (orgs.). **Gramática do Português Falado**: as abordagens. Campinas: Ed. da Unicamp/Fapesp, vol. IV, 1993. (p.405-423).

CÂNDIDO, A; CASTELO, J. A. **Presença da Literatura Brasileira** (5 ed.). São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973.

COAN, Márluce. **Anterioridade a um ponto de referência passado**: pretérito (mais-que-) perfeito. 1997. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Curso de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COMRIE, Bernard. **Aspect** (3 ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

_____ **Tense** (4 ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

COSTA, Amália. **Martins Pena: comédias** (2 ed.). Rio de Janeiro: Agir, 1972.

CUNHA, H. **A vida tem três andares**. Rio de Janeiro: Ed. da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1951.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** (3 ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, M. A F.; OLIVEIRA, M. A R. e VOTRE, S. A interação sincronia-diacronia no estudo da sintaxe. **DELTA**, Vol. 15, N. 01, 1999. (p. 85-111)

DUBOIS, J. Competing Motivations. In: HAIMAN, John (org.). **Typological Studies in Language**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1984. (p. 229-240).

ENÇ, M. Tense and Modality. In: TAPPIN, S. **Contemporary Semantic Theory**. London: Blackwell, 1996. (p. 145-358)

FARACO, C.A. . **Lingüística histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

FERNÁNDEZ, Luis García. La interpretación temporal de los tiempos compuestos. **Verba**: anuario galego de filología. Santiago de Compostela, v. 22, 1995. (p. 363-396)

FIGUEROA, E. **Sociolinguistic Metatheory**. Language & Communication Library, Vol. 14. Oxford: Pergamon, 1996.

FIORIN, José Luiz. Do Tempo. **As Astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996. (p.127-255).

FLEISCHMAN, Suzanne. **The future in thought and language**. New York: Cambridge University Press, 1982.

_____ Temporal Distance: A basic linguistic metaphor. In: VERHAAR, J. W. M. (org.) **Studies in Language**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1989. (p.01-50)

FONTINHA, Rodrigo. **Novo dicionário etimológico da língua portuguesa**. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1998.

FRANÇA Júnior. **Como se fazia um deputado, Caiu o Ministério, As doutoras**. Introdução e dados bibliográficos de Edwaldo Cafezeiro. Editora Tecnoprint, 1985.

GARCIA, E. Shifting Variation. **Língua**, n. 67, 1985.

GIBBON, Adriana de Oliveira. **A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação**. 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Curso de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIVÓN, T. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979a.

_____ **Discourse and Syntax, Syntax and Semantics**. New York: Academic Press, 1979b.

_____ A functional-typological introduction. Vol. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984.

_____ **Syntax - A functional - typological introduction**. V. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1990.

_____ **Functionalism and grammar**: a prospectus. University of Oregon, 1991a.

_____ **Isomorphism in the grammatical code**: cognitive and biological considerations. Studies in language. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991b.

_____ Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. In: **English Grammar**: a functional-based introduction. Vol I e II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.

_____ **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1995.

GODOI, Elena. **Aspectos do aspecto**. 1992. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas.

GONÇALVES, C. A. V. **Falara-se mais-que-perfeito**: estudo presente do tempo pretérito. ALFA 37, São Paulo, 1993.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P. e MORGAN, J.L. (orgs.) **Syntax and Semantics**. Vol. 8, New York: Academic Press, 1975 (p.41-48).

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HASPELMATH, Martin. Are there principles of grammatical change? **Journal of Linguistics**, n. 35. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. (p.579-595)

HEINE, Bernd; REH, M. **Grammaticalization and reanalysis in African languages**. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HEINE, Bernd et al. **Grammaticalization**: A conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd; HÜNNEMEYER, Friederike. From Cognition to Grammar: Evidence from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, Bernd. **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticization. In: E. C. Traugott e B. Heine (eds.). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

_____. Some recent trends in grammaticalization. **Annual Review of Anthropology**. 1996.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HUDSON, R. A. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

IKEDA, S. N. “O pretérito imperfeito: a importância da superestrutura na sua compreensão”. **D.E.L.T.A.** Vol. 8, n. 1, São Paulo, EDUC, 1992.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**: expressões da duração e da reiteração, os adjuntos que focalizam eventos, momentos estruturais na descrição dos tempos. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Notas sobre o passado composto em português. **Revista Letras**, Curitiba, v. 55, 2001. (p.129-152).

JESPERSEN, J. O. H. **The Philosophy of Grammar**. New York: H. Holt, 1924.

KARAM, Lenara M. **A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS.** 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KLEIN-ANDREU, Flora. Losing ground: A discourse-pragmatic solution to the history of –ra in Spanish. In: FLEISCHMAN, S.; WAUGH, L. (org.). **Discourse Pragmatics.** London: Routledge, 1991. (p.164-178)

KURYLOWICZ, Jerzy. **The inflectional categories of Indo-European.** Heidelberg: Carl Winter, 1964.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York.** Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

_____ **Sociolinguistic patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.

_____ **Language in the inner city.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972 b.

_____ On the use of the present to explain the past. *In:* L. Heilmann (Org.), **Proceedings of the 11th International Congress of Linguistics.** Bologna: Il Mulino, 1975.

_____ Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

_____ Resolving the neogrammarian controversy. **Language**, 57, 1981.

_____ **Principles of Linguistic Change: Internal Factors.** Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

LAKOFF, George. Cognitive Semantics. In: ECO, U., SANTOMBROGIO, M.; VIOLI, P. (orgs.). **Meaning and Metal Representations.** Bloomington: Indiana University Press, 1988. (p.119-154)

_____ The contemporary theory of metaphor. In: Ortony, A (org.). **Metaphor and Thought.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993. (p.202-251)

LASS, Roger. **On explaining language change.** New York: Cambridge, 1980.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? In: **Language Society**, nº 7. Printed in Great Britain, 1978. (p.171-182)

LEHMANN, Christian. **Thoughts on grammaticalization:** a programmatic sketch. Cologne: Univesität zu Köln, Institut Für Sprachwissenschaft, 1982.

LICHTENBERK, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: E. C.Traugott e B. Heine. **Approaches to Grammaticalization.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

LIGHTFOOT, David. **The development of language:** acquisition, change, and evolution. Malden, MA & Oxford: Blackwell, 1999.

LOPES, Fernão. **Crônica de D. Pedro.** Italy: Edizioni dell'Ateneo Roma, 1966.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Lingüística Contemporânea.** São Paulo: Cultrix, 1995.

LUFT, C. P. **Gramática Resumida.** Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____ **Linguagem e Lingüística**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

McCAWLEY, J. **Everything that linguistics have always wanted to know about logic**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

MATEUS, Maria Helena M. et al. A categoria lingüística tempo. *In: Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983. (p.104-153)

MATOS, Sérgio. Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo. **Línguas e Literatura**. Portugal, v. XIII, 1996. (p. 435-473)

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O tempo composto na fase final do período arcaico. *In: ABRALIN*, 2000, Florianópolis -SC.

_____ **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2001.

MEILLET, A. L'Évolution des Formes Grammaticales. *In: Linguistique Historique et Linguistique Générale*. 6.ed.Paris: Honoré Champion, 1965. (130-148p)

MELO, G. C. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos** (27 ed.). São Paulo: Cultrix, 2000.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática**. Florianópolis: Insular, PGL/UFSC, 1999.

NARO, A. J. “Modelos quantitativos e tratamento estatístico”. *In*: Mollica (org.), **Introdução à Sociolinguística variacionista**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

NEVES, M. H. M. **Contradições no ensino do português**. São Paulo: Contexto, 1997.

NICHOLS, J.; TIMBERLAKE, A. Grammaticalization as Retextualization. In: E. C. Traugott e B. Heine. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. **Annual Review Anthropol.** California: University of California, 1984. (p.97-117)

NUNES, José Joaquim. **Gramática História Portuguesa**. 9 ed. Lisboa: Editora Clássica, 1989.

OLBERTZ, Hella. The grammaticalization of Spanish haber plus participle. In: MARLE, J. V. **Historical linguistics**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1993. (p.243-263)

OLIVEIRA, Fernão. **A Gramática da Linguagem Portuguesa**. Atualização de BUESEU, Maria Leonor Carvalho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1975.

PAREDES DA SILVA, V. L. A abordagem laboviana. Mesa redonda: Os estudos de variação no Brasil: situação atual. **Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL**. Goiânia, 1993.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática História**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & cia, 1923.

PERES, João. Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese. Lisboa: **Cadernos de Semântica**, n. 14, 1993. (p.01-49)

PIMPÃO, T. S. **Variação no presente do modo subjuntivo**: uma abordagem discursivo-pragmática. Florianópolis: UFSC, 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Curso de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PINTZUK, S. **Programas VARBRUL**. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

PRESTON, Dennis R. The quantitative analysis of linguistic variation. In: **American Dialect Research**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993. (p.223-249)

REICHENBACH, Hans. **Elements of Symbolic Logic**. New York: Macmillan Company, 1947.

RIBEIRO, Ilza. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In: Roberts, Ian; Kato, Mary A. (orgs.) **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. (p.343-386)

ROCHA LIMA, **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** (41ed.). Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RODRIGUES, Ângela C. S. Tempo verbal: um problema discursivo ou gramatical? In: **ABRALIN**; Bahia, 1993. (p.381-386)

ROMAINE, Suzanne. On the problem of syntatic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov. **Sociolinguistic Working Paper**, 82. Austin, Texas, 1981.

SAID ALI, Manoel. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SANKOFF, Gillian. Above y beyond phonology in variable rules. In: J. N. Bailey y R. W. Shuy (eds.), **New ways of analyzing variation in English**. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1973.

SANKOFF, G.; THIBAUT, P. L'alternance entre les auxiliaries avoir et être en français parlé a Montréal. **Langue Française** 34, 1977.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, [1916]1995.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. In: **ABRALIN**, 2000, Florianópolis-SC.

SILVA-CORVALAN, Carmen. **Sociolingüística. Teoria y Análisis**. Madrid: Alnanbra, 1988.

_____. Modality and semantic change. In: FISIÁK, Jacek (org.). **Historical semantics – Historical word formation**. Berlin: Mouton, 1985. (p.547-572)

SILVA, Teresa S. da. **A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis**. 1998. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Curso de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVEIRA SAMPAIO. **A garçonnière de meu marido**. Rio de Janeiro: Compositora Gráfica LUX (década de 50).

SPERBER, D.; WILSON, D. Aspects of verbal communication. **Relevance, Communication & Cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995. (p.172-254)

SWEETSER, Eve E. **From etymology to pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. New York: Cambridge, 1990.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolingüística**. São Paulo: Ática, 2001.

_____ **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.

TOJEIRO, G. **O tenente era o porteiro**. Rio de Janeiro: ed. Da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1938.

_____ **Onde canta o sabiá**. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Teatro, 1973.

TRAUGOTT, Elizabeth C.; HEINE, Bernd. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

TRAUGOTT, Elizabeth C.; KÖNIG, Ekkehard. The Semantics-Pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: **Approaches to Grammaticalization**. Vol. 1, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991 (Dissertação de Mestrado) - UNICAMP, Campinas.

VAN DIJK, T. A. Contexto e Cognição. In: **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. In: **Linguistics in philosophy**. New York: University Press, 1967. (p.97-121)

VIEIRA, António. **Sermões**. Porto: Lello & Irmão Ed., 1959.

VYGOTSKY, L. S. **O Desenvolvimento Psicológico na Infância**. Martins Fontes, 1998.

WEINER, E. J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**. 1977 (p.29-58).

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P. & MACKIED, M. (orgs.). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968. (p.97-195)

WEIST, R.M. Tense and aspect. In: FLETCHER, Paul; GARMAN, Michael. **Language acquisition: Studies in first language development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (p.356-374)

WINFORD, Donald. Variability in the use of perfect *have* in Trinidadian English: A problem of categorical and semantic mismatch. In: SANKOFF, David; LABOV, William; KROCH, Anthony. (ed.). **Language, Variation and Change** (2^a ed. Cambridge: University Press, 1993. (p.141-187)